

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais**

**Túlio Henrique Pinheiro**

**TRABALHADORES, TERRA, SINDICATO: sindicalismo rural em Diamantina – MG  
(1970-1985)**

**Diamantina**

**2020**

**TÚLIO HENRIQUE PINHEIRO**

**TRABALHADORES, TERRA, SINDICATO: sindicalismo rural em Diamantina –  
MG (1970-1985)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edneila Rodrigues Chaves

Coorientador: Prof. Dr. Alan Faber do Nascimento

**Diamantina**

**2020**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P654t Pinheiro, Tulio Henrique  
Trabalhadores, terra, sindicato: sindicalismo rural em Diamantina -  
MG (1970-1985) / Tulio Henrique Pinheiro, 2021.  
331p.: il.

Orientadora: Edneila Rodrigues Chaves  
Coorientador: Alan Faber do Nascimento

Dissertação (Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Estudos  
Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,  
Diamantina, 2020 (Ano da defesa).

1. Trabalhadores rurais. 2. Sindicato rural. 3. Proteção social. 4.  
Diamantina. 5. Minas Gerais. I. Chaves, Edneila Rodrigues. II.  
Nascimento, Alan Faber do. III. Título. IV. Universidade Federal dos  
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 338.1**

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**TÚLIO HENRIQUE PINHEIRO**

**Trabalhadores, terra, sindicato: sindicalismo rural em Diamantina- MG (1970-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Rurais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Edneila Rodrigues Chaves

Coorientador: Prof. Dr. Alan Faber do Nascimento

Data de aprovação 18/12/2020

Prof.ª Dr.ª Edneila Rodrigues Chaves - PPGER/UFVJM (Orientadora)

Prof. Dr. Alan Faber do Nascimento - PPGER/UFVJM (Coorientador)

Prof.ª Dr.ª Aline Faé Stocco - PPGCH/UFVJM

Prof.ª Dr.ª Kátia Franciele Corrêa Borges – CEAD/IFNMG

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa - PPGDS/Unimontes

Prof. Dr. Marcos Lobato Martins - PPGER/UFVJM

Diamantina



Documento assinado eletronicamente por Edneila Rodrigues Chaves, Servidor, em 23/12/2020, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Aline Faé Stocco, Servidor, em 06/01/2021, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ROMULO SOARES BARBOSA, Usuário Externo, em 06/01/2021, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por KATIA FRANCIELE CORREA BORGES, Usuário Externo, em 08/01/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Alan Faber do Nascimento, Servidor, em 28/01/2021, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Marcos Lobato Martins, Servidor, em 18/02/2021, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0250544 e o código CRC 5F1237FE.

Em memória de meu pai, José de Fátima Pinheiro. Minha primeira referência de  
trabalhador rural.

## AGRADECIMENTOS

A finalização de uma etapa é muito gratificante. Foi uma caminhada de significativo aprendizado pessoal e profissional. Não poderia deixar de agradecer aqui algumas pessoas que foram fundamentais nessa trajetória e que direta ou indiretamente contribuíram nesse percurso.

Antes de tudo, sou grato a Deus pela vida, pela força e pela sustentação.

A minha orientadora, professora Edneila Chaves, como te agradecer? Eu realmente não consigo dizer o quanto sou grato a você. Por mais que eu tente não conseguirei expressar todo o meu carinho, admiração e gratidão para contigo. Obrigado por segurar a minha mão nesse momento tão importante de minha vida. Sinto-me privilegiado por ter sido orientado por alguém tão especial, com grande competência profissional e intelectual.

Meu querido coorientador professor Alan Faber do Nascimento, Alan, obrigado por aceitar caminhar conosco! Seu acompanhamento, dedicação, responsabilidade e comprometimento fizeram toda a diferença nessa caminhada.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, em especial aos professores Aline Sulzbacher, Diego Mota, Ezequiel Redin, Ivana Lovo, Marivaldo Carvalho, Nadja Murta, Rosana Cambraia e o Thiago Melo, pelas significativas contribuições ofertadas através das nossas aulas.

Gratidão aos professores que estiveram em minha banca de qualificação e também na banca da defesa da dissertação e contribuíram, e não foi pouco, com a construção desse trabalho. A professora Aline Faé, que desde o começo do percurso na pós-graduação, esteve pronta para me ajudar, com muita boa vontade. A professora Kátia Borges, por quem eu tenho grande admiração e que se tornou uma amiga. Ao professor Marcos Lobato Martins, admirável historiador. Eu o agradeço por todo o conhecimento transmitido e por está comigo em muitos momentos ao longo de minha formação tanto na graduação quanto na pós-graduação. Agradeço ao professor Rômulo Barbosa, que trouxe ricas contribuições para a banca de defesa da dissertação.

Aos meus colegas de curso, a Alessandra, Anselmo, Bárbara, Dianaluz, Érica, Géssica, Larissa, Paulo (Tel) e a Roberta, sou grato à parceria que desenvolvemos e que tornou a caminhada muito mais leve e prazerosa. Não poderia ser uma turma melhor!

Agradeço aos meus pais, José de Fátima Pinheiro (em memória) e Maria Maura dos Santos Pinheiro, minhas primeiras referências de trabalhadores rurais. Ao meu pai, mesmo sem estudos, sempre me apoiou. Infelizmente não está mais aqui para apertar a minha mão, como fazia quando eu o contava que havia sido aprovado na escola ao fim do ano. A minha mãe, dificilmente posso traduzir em palavras a gratidão que tenho por ela. Quando eu fui aprovado na seleção do mestrado e tive que deixar o trabalho, mesmo sabendo de todas as dificuldades que poderiam surgir, ela me apoiou. Lembro-me de ouvi-la dizer que eu não precisava me preocupar, o que ela pudesse fazer ela faria. E ela fez e faz! Obrigado mãe, por tanto!

Agradeço aqui a meus irmãos Gerson, Adriano, André e Rodrigo e dos dois primeiros suas respectivas esposas e a meu sobrinho Rafael que tanto me alegra. André e Rodrigo merecem um agradecimento especial, pois em muitos momentos me socorreu ajudando-me a organizar informações ao longo da pesquisa. André também sempre me apoiou na decisão de estudar. Rodrigo é meu suporte diário, quem eu convivo todos os dias e me ouviu exaustivamente falar dessa pesquisa, desculpe-me Rodrigo, nos últimos dois anos eu não tive mesmo outro assunto!

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram, compreenderam minhas ausências e estavam sempre prontos a ajudar. Em especial quero agradecer a Larissa Chaves, Jordânia Souza, Jocimara Fernandes, Filipe Lopes, Gerferson Carvalho, Higor Carvalho, Luana Alves e a Shirley Cristina. Obrigado por estarem sempre presentes!

Gostaria de fazer um agradecimento especial a equipe do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, o presidente Walter Borges, por me receber tão bem e acolher essa pesquisa com tanto entusiasmo. Sou muito grato a todo suporte concedido ao longo desse estudo e por toda a prontidão em me ajudar a localizar documentos e favorecer meu contato com os trabalhadores rurais. Aos demais servidores da instituição, o Jacinto, seu José, Evelyn e Aparecida, a convivência com vocês foi um grande presente. Em especial agradeço a Flávia, que foi minha interlocutora no Sindicato e tudo que eu precisava ela rapidamente providenciava e a Joyce, que tanto me ajudou na localização e digitalização de documentos e uma infinidade de outras solicitações que sempre esteve pronta a atender. Agradeço também aos delegados sindicais que ajudaram-me a chegar até as comunidades de forma mais facilitada.

Agradeço aos trabalhadores rurais que com tanto carinho me receberam em suas

casas, dividiram comigo suas histórias e suas memórias. Agradeço toda a confiança e toda a atenção com que fui recebido. Lembro-me aqui da senhora Maria do Sindicato, que infelizmente nos deixou em abril de 2020. Como sou grato por tê-la conhecido, e melhor, conhecer um pouco de sua história. Na oportunidade agradeço a família da dona Maria, representada pela Eloísa Silva, que com muita dedicação colaboraram para esse estudo.

Por fim, agradeço a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFVJM, pelas bolsas concedidas e que possibilitaram a conclusão desse trabalho com mais tranquilidade.

Diamantina, dezembro de 2020.



## RESUMO

Aborda-se nessa dissertação sobre a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina no período entre 1970 até 1985. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina assumiu significativa importância no meio rural do município. Trabalhou-se com a hipótese de que o movimento de sindicalização para o segmento de trabalhadores rurais, ocorrido em Diamantina, tenha trazido mudanças nos modos de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais, gerando uma relação proximal dos trabalhadores para com o Sindicato. Diante disso, desenvolveu-se a temática desse estudo buscando investigar os determinantes da relação trabalhadores rurais e Sindicato em Diamantina, tomando como ponto de partida o processo de sindicalização. O recorte temporal desse estudo compreende aos anos de 1970 a 1985. Foi no ano de 1970 em que a fundação de um sindicato para trabalhadores rurais em Diamantina foi colocado em debate. O fim do recorte temporal em 1985 justifica-se pela conjuntura da redemocratização do País, o que implicou em mudanças na esfera sindical. Tendo em vista a questão central de investigação sobre a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina, os objetivos específicos, são: identificar os trabalhadores rurais e suas dinâmicas de trabalho; investigar sobre o processo de criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Diamantina, com a identificação dos segmentos envolvidos; investigar sobre a sindicalização de trabalhadores rurais, com verificação da atuação da instituição na prestação de assistência ao trabalhador rural e com verificação dos significados que os trabalhadores formularam sobre essa atuação do Sindicato. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma combinação de fontes. Trabalhou-se com documentação administrativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, com fontes jornalísticas do Jornal *Voz de Diamantina* e foi realizado trabalho de campo, com produção de fonte oral, por meio da orientação teórico-metodológica da história oral. Confirmou-se a hipótese de que a sindicalização para o segmento de trabalhadores rurais em Diamantina promoveu mudanças nos modos de vida e de trabalho desse segmento. Os trabalhadores formularam significados de relevância para o Sindicato na sua atuação frente à intermediação na prestação de assistência ao trabalhador rural, que consistiu em benefícios relativos à assistência médica, odontológica e ao benefício da aposentadoria.

**Palavras chave:** Trabalhadores rurais. Sindicato rural. Proteção social. Diamantina. Minas Gerais.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the unionization of rural workers in Diamantina between 1970 and 1985. The Union of Rural Workers of Diamantina assumed significant importance in the rural area of the municipality. We worked with the hypothesis that the union movement for the rural workers segment, which took place in Diamantina, brought changes in the ways of life and work of rural workers, generating a proximal relationship between workers and the Union. In view of this, the theme of this study was developed, seeking to investigate the determinants of the relationship between rural workers and the Union in Diamantina, taking the unionization process as a starting point. The time frame of this study covers the years 1970 to 1985. It was in the year 1970 that the founding of a union for rural workers in Diamantina was put into debate. The end of the time frame in 1985 is justified by the conjuncture of the country's redemocratization, which implied changes in the union sphere. In view of the central research question on the unionization of rural workers in Diamantina, the specific objectives are: to identify rural workers and their work dynamics; investigate the creation process of the Diamantina Rural Workers Union, with the identification of the segments involved; investigate the unionization of rural workers, with verification of the institution's performance in providing assistance to rural workers and with verification of the meanings that workers formulated about this Union's performance. The research was developed using a combination of sources. We worked with administrative documentation from the Union of Rural Workers of Diamantina, with journalistic sources from the *Jornal Voz de Diamantina* and fieldwork was carried out, with the production of an oral source, through the theoretical and methodological guidance of oral history. The hypothesis that unionization for the segment of rural workers in Diamantina has confirmed changes in the ways of life and work in this segment has been confirmed. The workers formulated meanings of relevance to the Union in their performance in the face of intermediation in the provision of assistance to rural workers, which consisted of benefits related to medical, dental and retirement benefits.

**Keywords:** Rural workers. Rural union. Social protection. Diamantina. Minas Gerais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e as três microrregiões.....	45
Figura 2 – Mapa da microrregião do Alto Jequitinhonha.....	57
Figura 3 – Mapa das Mesorregiões Homogêneas do Estado de Minas Gerais, destacando o município de Diamantina.....	71
Figura 4 – Mapa do limite do município de Diamantina e localização da Sede .....	72
Figura 5 – Mapa do Município de Diamantina com respectivos distritos.....	79
Figura 6 – Praça da sede do distrito de Senador Mourão - Diamantina/MG, 2019.....	80
Figura 7 – Vista panorâmica do povoado rural de Córrego Fundo – Diamantina/MG, 2020 .....	81
Figura 8 – Vista panorâmica do Sítio Boa Vista, distrito de Pinheiro – Diamantina/MG, 2020 .....	82
Figura 9 – Casa rural construída no pau a pique, Sítio Boa Vista – Diamantina/MG, 2020 .....	90
Figura 10 – casa rural construída com adobe, Povoado de Campo da Dona – Diamantina/MG, 2019 .....	90
Figura 11 – Casa rural pintada de tabatinga, Sítio Vargem – Diamantina/MG, 2020.....	91
Figura 12, 13, 14, 15 – Composição do interior de uma casa rural velha – Povoado de Córrego Fundo, Diamantina/MG, 2020.....	91
Figura 16 – Forno de lenha para preparar alimentos, Povoado de Córrego Fundo, Diamantina/MG, 2020 .....	92
Figura 17 e 18 – “Quartinho” Espécie de sanitário, Sítio Boa Vista – Diamantina/MG, 2020 .....	92
Figura 19 – Composição de terrenos familiares por quintal e roça, distrito de Pinheiro – Diamantina/MG, 2020 .....	96
Figura 20 – Fotografia de uma roça de milho .....	99
Figura 21 – Telegrama de Dom Geraldo de Proença Sigaud ao STRD, tratando sobre o reconhecimento do Sindicato. Março de 1972 .....	172
Figura 22 – Área de abrangência do STRD com destaque para os municípios incluídos na proposta de sindicalização, 1972 .....	176
Figura 23 – Área de abrangência do STRD nos primeiros anos de atuação .....	177

Figura 24 – Ofício do STRD e SRD contestando a localização do escritório do FUNRURAL na cidade de Gouveia, enviado ao ministro do MTPS em Brasília/DF, em setembro de 1972.....	187
Figura 25 – Carta enviada por trabalhadora rural ao STRD solicitando Bolsa de Estudos do PEBE, dezembro de 1976.....	234
Figura 26 – Cartas de alunos de escolas rurais ao STRD agradecendo a mediação do Sindicato ao longo do ano, dezembro de 1976.....	240
Figura 27 – Carta de solicitação a atendimento para trabalhador não sindicalizado - SRTD, Diamantina, 1985 .....	259
Figura 28 – Carta de trabalhador rural não sindicalizado solicitando ajuda ao STRD, Diamantina, 1976. ....	282
Gráfico 1 – Faixa etária dos sindicalizados homens, registrados no STRD com informação de idade, 1972-1975 .....	207
Gráfico 2 – Faixa etária das sindicalizadas mulheres, registradas no STRD com informação de idade, 1972-1975 .....	207
Gráfico 3 – Faixa etária dos sindicalizados homens, registrados no STRD com informação de idade, 1976-1985 .....	210
Gráfico 4 – Faixa etária das sindicalizadas mulheres, registradas no STRD com informação de idade, 1976-1985 .....	210
Gráfico 5 – atendimentos médicos mensais no STRD, Diamantina, 1974 .....	252
Gráfico 6 – Cancelamentos de sindicalizados no STRD entre 1972 a 1985 .....	294
Quadro 1 – Principais diagnósticos nos atendimentos médicos do STRD, por mês, Diamantina, 1974 .....	253

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, por período de mandato – 1971/1987 .....	168
Tabela 2 – Motivos de cancelamentos de sindicalizados no STRD com a justificativa de não estarem na categoria de trabalhador rural, 1972 a 1985 .....	198
Tabela 3 – Quantitativo dos primeiros sindicalizados, por sexo, no STRD, 1972 -1975.....	205
Tabela 4 – Quantitativo de sindicalizados, por sexo, no STRD, 1976 -1985.....	208
Tabela 5 – Relação de escolas rurais por comunidades e por quantitativo de alunos – Diamantina – 1973.....	239
Tabela 6 – Atendimentos médicos para não sindicalizados, por mês, – STRD, Diamantina, 1974 .....	261
Tabela 7 – Atendimentos odontológicos, por mês, STRD - Diamantina, 1975 .....	262

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural  
AP – Ação Popular  
ATAMG – Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais  
BOC – Bloco Operário Camponês  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNSR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural  
CODEVALE – Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea  
CRB – Confederação Rural Brasileira  
ET – Estatuto da Terra  
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEF – Instituto Estadual de Florestas  
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização  
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural  
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira  
SAPPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco  
SER – Serviço de Economia Rural  
SMA – Sociedade Mineira de Agricultura

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SRD – Sindicato Rural de Diamantina

SSR – Serviço Social Rural

STRD – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina

SUDENTE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UOB – União Operária Beneficente

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1. Fontes e metodologia.....	20
1.1 O arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina .....	21
1.2 Jornal Voz de Diamantina.....	24
1.3 Fontes Orais.....	30
1.3.1 A memória.....	33
1.3.2 A entrevista.....	37
1.3.3 A transcrição.....	41
<b>1 TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA: TERRA E TRABALHO..</b>	<b>43</b>
<b>1.1 A formação territorial do Vale do Jequitinhonha: aspectos históricos.....</b>	<b>44</b>
1.1.2 A questão fundiária.....	48
1.1.3 O Alto Jequitinhonha.....	56
1.1.4 O desenvolvimento, o reflorestamento e a terra.....	60
<b>1.2 O espaço rural em Diamantina.....</b>	<b>71</b>
1.2.1 A delimitação rural.....	72
1.2.2 Distritos, povoados, comunidades e sítios.....	77
<b>1.3 O trabalho.....</b>	<b>83</b>
1.3.1 O trabalhador rural.....	83
1.3.2 O trabalhador rural e a composição familiar.....	87
1.3.3 O terreno.....	88
1.3.4 A casa de morada.....	89
1.3.5 O quintal.....	93
1.3.6 A roça.....	95
1.3.7 A criação de animais.....	99
1.3.8 Os cargueiros.....	101
1.3.9 O garimpo.....	105
1.3.10 - O extrativismo vegetal e a caça.....	109
1.3.11 Demais atividades econômicas.....	112
<b>1.4 - Breve balanço sobre as formas de vida do trabalhador rural.....</b>	<b>114</b>



<b>2 A SINDICALIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM DIAMANTINA.....</b>	<b>119</b>
<b>2.1 A sindicalização de trabalhadores rurais no Brasil.....</b>	<b>120</b>
2.1.1 <i>As organizações dos trabalhadores.....</i>	128
2.1.2 <i>A efetivação da sindicalização.....</i>	135
2.1.3 <i>O governo civil militar e a sindicalização rural.....</i>	141
2.1.4 <i>O assistencialismo no movimento sindical.....</i>	143
2.1.5 <i>As organizações dos trabalhadores em Minas Gerais.....</i>	148
<b>2.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.....</b>	<b>153</b>
2.2.1 <i>A organização de trabalhadores em Diamantina: antecedentes.....</i>	153
2.2.2 <i>A fundação de um sindicato para os trabalhadores rurais.....</i>	158
2.2.3 <i>Um projeto de expansão sindical.....</i>	174
2.2.4 <i>O STRD e a representação local do FUNRURAL.....</i>	184
<b>2.3 O trabalhador rural sindicalizado.....</b>	<b>191</b>
2.3.1 <i>A categorização do trabalhador rural no STRD.....</i>	192
2.3.2 <i>A sindicalização.....</i>	204
<b>3 - UM SINDICATO PARA OS TRABALHADORES RURAIS.....</b>	<b>213</b>
<b>3.1 Narrativas de tempos difíceis.....</b>	<b>214</b>
<b>3.2 Primeiras ações.....</b>	<b>217</b>
3.2.1 <i>Os trabalhadores rurais e a fundação do Sindicato.....</i>	217
3.2.2 <i>Os empregados rurais.....</i>	220
<b>3.3 A assistência social rural.....</b>	<b>226</b>
3.3.1 <i>A assistência educacional.....</i>	232
3.3.2 <i>O trabalhador rural e o acesso à saúde.....</i>	242
3.3.3 <i>A assistência judiciária.....</i>	264
3.3.4 <i>Aposentadorias e pensões.....</i>	270
<b>3.4 Um sindicato de assistência para o trabalhador.....</b>	<b>281</b>
<b>3.5. O STRD e sua atuação de base assistencial: algo mudou?.....</b>	<b>288</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>299</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>305</b>
<b>APÊNDICE A - Fontes dos Gráficos 1 a 5.....</b>	<b>323</b>
<b>APÊNDICE B - Motivos de cancelamentos com justificativa no STRD 1972/1985</b> <b>.....</b>	<b>326</b>
<b>APÊNDICE C - Relação de Empregadores rurais no Sindicato dos Trabalhadores</b> <b>Rurais de Diamantina.....</b>	<b>328</b>
<b>APÊNDICE D - Lista de entrevistados.....</b>	<b>331</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de pesquisa, em âmbito do curso de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM), inserida na linha de pesquisa Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente. Aborda-se sobre a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina, entre 1970 até 1985.

Eu, Túlio Henrique Pinheiro, sou natural do distrito de Pinheiro, município de Diamantina. Eu sou filho de trabalhadores rurais sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina (STRD). Eu cresci observando a relação de diversos trabalhadores para com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Essa relação sempre suscitou minha curiosidade. O que sempre pareceu imperar nas relações entre trabalhadores e Sindicato foi uma relação de gratidão, oriunda, especialmente, dos trabalhadores rurais mais velhos. Eu presenciei em diversos diálogos os trabalhadores rurais fazendo menção ao Sindicato, como referência de instituição que os acolheu.

Eu observei também que a concepção que permeia o Sindicato com indicação de características positivas está, geralmente, ligada aos trabalhadores rurais mais velhos. Para alguns trabalhadores rurais mais jovens, o Sindicato é algo dado, ou melhor, é como se aquela instituição sempre tivesse existido ali, bem como seus serviços. Isso é diferente para os trabalhadores mais velhos, que nutrem outra visão da instituição. Estes tratam o Sindicato como se um dia ainda pudesse desaparecer, dessa forma, reforçando a sua importância. Apesar de sempre observar essas relações, eu não tinha me atentado ainda para um entendimento aprofundado do que consistia essa relação.

No decorrer da minha formação acadêmica em nível de graduação me interessei para as relações de trabalho no meio rural, com destaque para os garimpeiros. O primeiro trabalho em que estive envolvido foi sugerido e orientado pelo professor Marcos Lobato Martins, o qual apontou como possibilidade de pesquisa as relações de trabalho na Mineradora Te jucana. Foi com a realização desse trabalho que tive contato com a fonte oral e realizei entrevistas com trabalhadores que haviam vinculado a essa Mineradora. Coloquei-me a compreender as décadas de 1960, 1970 e em diante, em relação à referida Mineradora.

Desse primeiro trabalho surgiu o interesse de me aprofundar nas relações ocupacionais no espaço rural diamantinense, não me restringido aos garimpeiros. Isso, pela constatação de que há estudos sobre o garimpo e que no meio rural diamantinense não existia só o garimpeiro - o próprio agricultor, onde estava? Desde o primeiro trabalho acadêmico, algo que me chamou a atenção é que havia uma escassez de estudos sobre trabalhadores rurais em Diamantina. Então, eis que surgiu a ideia de buscar por esses trabalhadores, suas histórias e suas trajetórias. Na procura por um ponto de partida, as relações entre trabalhadores e Sindicato pareceu-me relevante de serem investigadas. Tais relações entre trabalhadores e Sindicato foram eleitas para a construção da proposta de pesquisa, que foi desenvolvida no curso de mestrado, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER), no decorrer dos últimos dois anos.

Sobre as relações entre trabalhadores e Sindicato, eu verifiquei que os laços mais fortes nessa relação era na perspectiva dos trabalhadores rurais mais velhos e, provavelmente teria ligação com o passado. A intenção foi buscar nas raízes do Sindicato melhor compreensão do significado que a instituição assumiu para os trabalhadores rurais em Diamantina. A fundação do Sindicato poderia ter gerado impacto nas relações de vida e de trabalho no meio rural. Assim, a partir de um estudo nessa direção, poderia também compreender elementos sobre o espaço rural diamantinense e sobre os trabalhadores rurais.

Diante disso, o estudo que aqui se apresenta buscou investigar sobre a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina entre 1970 até 1985. A hipótese que norteou a proposta dessa investigação partiu da premissa de que o movimento de sindicalização para o segmento de trabalhadores rurais tenha trazido mudanças nos modos de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e que isso pode ter gerado uma relação de significativa proximidade dos trabalhadores para com o Sindicato.

O recorte temporal de 1970 a 1985 se justificava em razão de que 1970 foi o começo do processo de sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina. Apesar da fundação do Sindicato ter ocorrido de fato em 1971, o debate sobre a sindicalização teve início em 1970. Já em relação ao marco final da pesquisa se deve ao fato da redemocratização do País em 1985. Com o fim da ditadura civil militar alteraram-se configurações de diversos segmentos institucionais, inclusive de sindicatos. Desse

modo, o estudo do sindicalismo após a redemocratização insere em outra conjuntura e que não correspondem aos objetivos dessa pesquisa.

Com o objetivo central de investigar sobre a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina, os objetivos específicos são: identificar os trabalhadores rurais e suas dinâmicas de trabalho; investigar sobre a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Diamantina, com a identificação dos segmentos envolvidos; investigar sobre a sindicalização de trabalhadores rurais, com verificação da atuação da instituição na prestação de assistência ao trabalhador rural e com verificação dos significados que os trabalhadores formularam sobre essa atuação do Sindicato.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, trata-se sobre terra e trabalho. Aborda-se sobre o território do Vale do Jequitinhonha, sobre os aspectos da apropriação da terra, com enfoque para a microrregião Alto do Jequitinhonha e para o espaço rural de Diamantina. Identificam-se os trabalhadores rurais e suas dinâmicas de trabalho.

No segundo capítulo, trata-se sobre a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina. Aborda-se sobre os processos de sindicalização rural no Brasil e em Minas Gerais, em suas configurações delineadas na conjuntura do governo ditatorial civil-militar. Em seguida, analisa-se sobre o processo de sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina: sobre a criação e a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, em aspectos administrativos, bem como sobre o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, ocorrido no município.

No terceiro capítulo, apresentam-se as relações estabelecidas entre os trabalhadores rurais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Apresentam-se as ações desenvolvidas pelo Sindicato, na esfera da prestação de assistência ao trabalhador rural, demonstrando como os trabalhadores estavam inseridos nessas ações. A abordagem é para a atuação do Sindicato na prestação de serviços, com verificação de quais significados os trabalhadores rurais elaboraram para essa atuação sindical.

## 1 Fontes e metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa que resultou nessa dissertação, foi feita a opção por trabalhar com um conjunto de fontes. A opção pela combinação de fontes além de ser para dar maior sustentação à pesquisa, era desejado compreender um espaço cuja temporalidade e o objeto ainda não foram explorados academicamente. O diálogo entre as fontes contribuíram para compreender como estava constituído esse espaço e ofereceu maior suporte para o desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, para o desenvolvimento dessa pesquisa fez-se uso dos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, de Jornais *Voz de Diamantina* e fonte oral.

É preciso ter em vista que a década de 1970, com as transformações que já estavam ocorrendo desde as três décadas anteriores no que se refere às lutas camponesas e as transformações no espaço rural brasileiro, exige que tenhamos cautela em tratar de uma sociedade rural. É preciso entender qual era a configuração dessa sociedade que poderia estar inserida, ou não, dentro das transformações em curso no País. E isso nos demanda um esforço em saber o lugar que essa sociedade estava ocupando em um contexto nacional e local.

A pesquisa teve início pelo arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, a qual se deu ao fim do primeiro semestre do curso. Nesse arquivo foi feito um levantamento prévio da documentação, registrando os arquivos que poderiam ser trabalhados por ordem dos assuntos que seriam abordados ao longo da construção dos capítulos. Assim, poderia ter uma sistematização entre levantamento de dados e escrita. Os documentos pesquisados no arquivo do Sindicato foram fichas de identificação dos trabalhadores (fichas sindicais), livros de registro de sindicalizados, pastas de correspondências, pastas de readmissão de sócios, arquivos de gestão, atas de reuniões e de aberturas de delegacias sindicais, pastas de relatórios gerais, livros de presença, livros de marcação de consultas e relatórios médicos e de gestão geral institucional.

Desde o começo do estudo, foram também desenvolvidas pesquisas nos Jornais *Voz de Diamantina*, da década de 1950 até 1985. A intenção de recuar a mais no tempo em relação aos jornais, se deve ao interesse em observar se havia notícias que diziam respeito ao espaço rural e como esse espaço era retratado. As pesquisas nos jornais estavam ocorrendo concomitantemente com a pesquisa nos arquivos, que começou após

os primeiros seis meses do início do curso.

Esse trabalho contou com o uso da fonte oral, fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. A fonte oral foi produzida a partir da orientação metodológica da história oral. Onde, por meio de trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com trabalhadores rurais e segmentos que está ou esteve ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. O trabalho com a fonte oral foi iniciado em novembro de 2019 em virtude de aguardo da aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa da UFVJM.

Além das fontes descritas, buscou-se ao longo de todo o percurso, o estudo em diversos materiais bibliográficos, como livros, artigos, dissertações e teses que contribuíram com um melhor entendimento do objeto de estudo como também do tratamento dos dados e crítica às fontes. Deve-se destacar que não se considerou em momento algum, para efeito de análise e desenvolvimento dessa pesquisa, uma fonte como mais substancial do que outra, ou que uma fonte transmitiria informações mais confiáveis que a outra. Pelo contrário, todas as fontes foram tratadas com o mesmo rigor. As fontes foram encaradas como portadoras de vestígios, de informações construídas em um determinado tempo e espaço. O percurso metodológico e o trabalho com as fontes serão detalhados na sequência.

### **1.1 O arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina**

Metodologicamente, definiu-se por iniciar a pesquisa no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. O referido arquivo é subdividido em dois setores. O primeiro deles fica localizado no espaço administrativo da secretaria da instituição. É onde ficam localizados os documentos que são frequentemente usados pela administração da instituição, como as fichas sindicais, que se localizam em um único compartimento. Além disso, constam também os livros de registros de sindicalizados, atas de reuniões, livros de estatutos e livros administrativos mais recentes.

No outro setor, que fica em uma sala/depósito aos fundos das dependências administrativas da instituição, localizam-se os documentos mais velhos, aqueles que não são consultados com frequência pelo Sindicato. Estando em uma divisão conhecida

como “arquivo morto”. Nesse setor encontram-se uma vastíssima quantidade de documentos da fundação do Sindicato, relatórios de gestão, livros de atendimentos internos, pastas de escritórios, correspondências e a documentação financeira da instituição. Foi nesse setor que passei muitos meses, que como nas palavras de Bacelar (2008) a “aventurar pelos arquivos”. Foi nesse setor que localizei a maior parte dos documentos com os quais trabalho nessa dissertação.

A dificuldade encontrada nesse arquivo deu-se em razão de que ele não tinha uma organização que facilitava a identificação de documentos. A não ser a documentação relativa à gestão financeira do Sindicato, a maioria dos demais não constavam identificação nas pastas ou nos compartimentos em que estavam depositados. Muitos documentos estavam em pastas sem descrição e misturados em diferentes locais. Foi preciso verificar documento a documento e separar os que deveriam ser analisados e que contribuiriam com o desenvolvimento do estudo. Essa separação foi feita a partir de breve verificação do que se tratava o documento, em seguida depositados em novas pastas para posterior análise.

Ao iniciar a pesquisa no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina o objetivo era conhecer melhor o Sindicato, sua estrutura e informações iniciais. As pesquisas foram iniciadas nos documentos de abertura do Sindicato, registros, relatórios e documentos oficiais de regulamentação da instituição, bem como nas correspondências da época. Isso permitiu observar como foi se dando o processo de sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina, pelo viés da documentação sindical.

Cabe ressaltar que documentação sindical costuma guardar algumas especificidades. Nesse caso, trata-se do que poderíamos considerar como uma “linguagem sindical” com usos de elementos de identificação da instituição com termos usados pelos órgãos superiores, ou usos de elementos sempre na tentativa de aproximar o Sindicato do sindicalizado, ressaltando seus interesses e direcionando aos trabalhadores uma linguagem evidenciando certa proximidade. Um dos principais usos do Sindicato era “Companheiros”, que passava uma concepção de nivelamento de



interesses e de todos estarem em um mesmo patamar social, serem um conjunto igualitário<sup>1</sup>.

É importante ressaltar que a documentação que foi analisada foi produzida em contexto de ditadura militar e com uma linguagem inserida nos debates regionais da época. Diante disso, careceu analisar não somente a documentação, mas também o contexto de sua produção e os determinantes que levaram a serem produzidos. O que facilitou entendimentos até mesmo do perfil de atuação do Sindicato.

Antes de desenvolver o trabalho de campo, a primeira forma de chegar até o perfil dos trabalhadores rurais foi por meio do arquivo. Foram verificados os registros da instituição que traziam informações sobre os sindicalizados, como os livros de registros de sindicalizados, as fichas sindicais e relatórios de abertura de delegacias sindicais. Esses registros possibilitaram a localização de informações sobre os tipos de terrenos de morada de trabalhadores, algumas informações sobre produção agrícola e tipos de atividades de trabalhadores rurais. Possibilitou também a identificação do perfil do trabalhador rural sindicalizado.

Os ofícios, as correspondências não protocoladas, atas de reuniões, relatórios de gestão e livros de controle interno para serviços sindicais, foram analisados gradativamente. Pode-se dizer que ao passo que um novo documento era localizado no arquivo, retomava ao que já se tinha analisado em outros documentos, observando os novos elementos e contrastando com os que já tinham sido encontrados. Esses documentos serviram para identificar a relação do trabalhador com o Sindicato, bem como a própria estrutura do Sindicato estava muitas vezes sendo repensada nas análises desses documentos. A maioria desses documentos foi usada na construção do segundo e terceiro capítulo dessa dissertação.

As informações que foram sendo coletadas ao longo do trabalho no arquivo foram anotadas em uma espécie de caderno de campo, onde eram anotados os tipos de documentação, onde foi localizado e qual o tipo de informação continha. Nesse mesmo caderno eram registradas informações que ajudaria no momento da escrita e nas reflexões acerca da documentação e do que poderia ser problematizado ao longo do

---

<sup>1</sup> Percebe-se que o uso da identificação “companheiro” era institucionalizada pela CONTAG e vários documentos iam aos sindicatos com esse uso, mesmo cartilhas e cursos, fazendo com que muitos sindicatos adotassem essa nomeação. Usa-se como um exemplo por parte da CONTAG de uso de “companheiros” as suas revistas da década de 1970. Por exemplo a edição do periódico: *O Trabalhador Rural*. Ano 4, nº 4 –nov-dez, 1972.

estudo. As informações de dados numéricos, como número de sindicalizados por período e idade, também foram anotados no caderno e sistematizadas em planilhas eletrônicas e arquivos digitais.

Vários outros documentos foram fotografados ou digitalizados, pois julguei importante guardá-los para voltar neles em diversos momentos, sem que fosse preciso retornar ao arquivo. Além disso, alguns deles foram selecionados para serem reproduzidos ao longo da dissertação, em assuntos específicos. Todo o trabalho no arquivo foi organizado entre o caderno de campo, fotografias e digitalizações que foram armazenadas em *pendrive*. Como relatado anteriormente, não havia divisões e identificação dos arquivos, nesse sentido toda a documentação usada foi armazenadas em pastas e etiquetadas com o conteúdo dos documentos<sup>2</sup>.

## 1.2 Jornais *Voz de Diamantina*

Foi feita a opção por trabalhar com os jornais concomitantemente com o trabalho no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, iniciado ao fim do primeiro semestre do curso. A pesquisa foi desenvolvida por meio de edições da década de 1950 até o ano de 1985 do jornal *Voz de Diamantina*, que se encontram disponíveis em um catálogo eletrônico que foi digitalizado, organizado e disponibilizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>3</sup>. Assim, os jornais foram facilmente acessados, facilitando o processo de análise dos documentos.

O referido Jornal foi criado em 1906, denominado *Pão de Santo Antônio*, somente na década de 1930 que foi renomeado, passando a se chamar *Voz de Diamantina*. (GOODWIN JR, 2007). Seu idealizador foi José Augusto Neves, um intelectual diamantinense. Neves estudou em Ouro Preto e São Paulo, ao seu retorno para Diamantina, pôs-se a atuar em diferentes frentes na cidade, entre elas a caridade. (COUTO, 2002). Nesse último caso, menciona-se seu interesse em abrir um abrigo

---

<sup>2</sup> Esse procedimento foi realizado com prévia autorização da instituição.

<sup>3</sup> A disponibilização dos jornais se deu através do projeto “Memórias do Pão de Santo Antônio”, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2013, com o apoio da instituição Pão de Santo Antônio e patrocínio da Petrobrás. Os jornais estão quase em sua totalidade disponibilizados no acervo eletrônico da UFMG, o qual pode ser acessado em <<https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php>> Ao acessar deve-se digitar na área de consulta do *Pergamum* “Pia União do Pão de Santo Antônio”, abrirá uma tela e assim deve-se clicar em “Sumários ou documentos on-line”, após é só clicar na edição que deseja abrir, assim ele será aberto em formato eletrônico, mas podendo ser baixado no dispositivo de acesso.

destinado aos idosos em situação de desamparo. Resultando na fundação da Pia União do Pão de Santo Antônio, inaugurado em 1901. (GOODWIN JR, 2007), (SILVA & VIEIRA, 2018).

Em 1906 começou, então, a ser produzido um *Boletim Mensal* da Pia União do Pão de Santo Antônio, com o propósito de arrecadar fundos para manutenção da instituição de caridade. Em 1915 a emissão do informativo passou a ser quinzenalmente. Já em 1931 o impresso passou a ser semanalmente. (GOODWIN JR, 2007). De acordo com Goodwin Jr (2007) o Jornal passou por diversas dificuldades, tendo muitas vezes fechado as portas. De acordo com a cronologia apontada pelo autor, o Jornal que iniciou em 1906, teve suas atividades suspensas em 1913, retomando em 1915 e encerrando novamente em 1933. No ano de 1936 voltou a funcionar, foi nesse período que adotou o novo nome “*Voz de Diamantina*”, após ter tido desentendimentos com segmentos da Igreja Católica. Depois disso, o jornal funcionou até a década de 1990. (COUTO, 2002), (GOODWIN JR, 2007)<sup>4</sup>.

O jornal desde sua abertura como o *Boletim Mensal* foi, assim como pontuado por Goodwin Jr (2007), bastante diverso em suas publicações. Era um jornal que se propunha a uma linguagem da caridade, com um profundo viés moralista e religioso. Enveredava-se por uma ideologia de modernidade, que foi bastante modelar para a civilização urbana em Diamantina para começo do século XX. O referido Jornal pode ser encarado como um educador da população, por meio de um forte viés de opinião veiculado por ele, buscava educar a população e refinarem-se os seus costumes. (GOODWIN JR, 2007), (SILVA & VIEIRA, 2018). Aqui tomamos este Semanário como fonte.

Ao fazer uso de jornais como fontes de pesquisa, carece analisa-los, buscando compreender os elementos de sua produção, seu público, seus interesses e os elementos que o circundam. Os jornais só vieram a serem bem quistos como fontes de pesquisa há relativamente pouco tempo. De acordo com Luca (2008) até a década de 1970 eram poucos os trabalhos que faziam uso de jornais como fontes de pesquisa. Pode-se apontar um receio, especialmente originário do campo historiográfico, que entendia que os jornais “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”. (LUCA, 2008, p. 112).

---

<sup>4</sup> O Jornal foi retomado nos anos 2000 e ainda possui publicação periódica de menor escala. Ver: <<http://www.museutipografia.com.br/>>.

Essa ideologia fundamentava-se na concepção de uma tradição que vigorou entre o século XIX e começo do século XX, difundida pela historiografia tradicional positivista, orientada por buscas de verdades que se supunha estar presente nos documentos escritos. (LAPUENTE, 2015)<sup>5</sup>. Nesse sentido, era feita a opção pela busca de uma pretensa “verdade” em fontes “marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”. (LUCA, 2008, p. 112). Nesse caso, os jornais eram excluídos por não atender a tais fundamentos desse entendimento de fonte, dado sua condição de portador de “registros fragmentários do presente” e seu caráter subjetivo. (LUCA, 2008).

No caso específico do Brasil, Capelato (1988, *apud* LAPUENTE, 2015) assinalou que para meados do século XX ocorria a existência de duas perspectivas ao trabalhar com jornais enquanto fonte. A primeira era de pesquisadores que desprezavam os jornais, pois tinham o entendimento de que era uma fonte suspeita, pouco confiável. Por outro lado, havia pesquisadores que encaravam os jornais como repositórios de verdades, disso emergia um enaltecimento deles enquanto fonte. Encarando o que era veiculado nos jornais como relatos fiéis da verdade.

Deve-se destacar a contribuição da Escola francesa dos *Annales*, especialmente em sua terceira geração na segunda metade do século XX, que se propôs a pensar novos objetos, novos problemas e novas abordagens para a escrita historiográfica. No âmago dessas mudanças de paradigma, a própria concepção do que era documento foi repensado. Abrindo-se a possibilidade de novas fontes. Passou a aceitar enquanto fonte desde objetos da cultura material, dados estatísticos, iconografias, obras literárias, até mesmo diários particulares. É nesse contexto que o jornal passou a ser bem aceito enquanto fonte. (LUCA, 2008), (RUST, 2008) (LAPUENTE, 2015).

Nos últimos tempos um grande volume de pesquisas vem usando o jornal como fonte. (LAPUENTE, 2015). Entretanto, cabe aqui esclarecer que tomar o jornal enquanto fonte não quer dizer que é encara-lo como transmissor de verdades. Isso não se aplica só aos jornais, mas a qualquer objeto que for tomado como fonte. Deve-se encarar as fontes, como um todo, não como portadoras de verdades absolutas e incontestável. Como dito por Carvalho (2012), as fontes são portadoras de vestígios e todos os elementos de sua composição são passíveis de análise e problematização.

---

<sup>5</sup> Sobre a historiografia positivista ver trabalhos de: Barros (2011) e Fonseca (2013).

Em relação ao trabalho que aqui se apresenta, os jornais foram usados juntamente com outras fontes. O que na visão de Lapuente (2015) é adequado, pois é feito um “contraponto entre as fontes”. Isso possibilita uma melhor compreensão do contexto de construção das mesmas, além de outros elementos que podem dialogar e mesmo servir de suporte para criticá-las. No caso dessa pesquisa, os jornais foram continuamente contrastados com as demais fontes, especialmente os documentos do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

Buscou-se trabalhar com edições do Jornal *Voz de Diamantina* do começo da década de 1950 até o ano de 1985. Assim, como destacou Luca (2008), o pesquisador precisa ter em mente sobre a estrutura em que o jornal se apresentava para o período abordado. É importante saber disso, pois os jornais não são fontes livres de intencionalidade, possuem em sua maioria, relações com instituições políticas, grupos econômicos, publicidade e além de serem formadores de opinião. (LUCA, 2008). Nesse sentido, carece compreender as bases da produção dos jornais, isso pode fornecer elementos significativos para a crítica da fonte.

Pode-se dizer, para o período que representa o recorte temporal com que se trabalhou no Jornal aqui citado, que não apresentou características muito diferentes nas quais ele teve origem. Na década de 1950 ele mudou de gestão, com a morte de José Augusto Neves em 1955, passou a ser dirigido pelo Cônego Walter de Almeida. (SILVA & VIEIRA, 2018). Seu viés católico, moralista e voltado para a caridade continuou. Trazia as notícias da cidade e alguns artigos de opinião eram sempre publicados. Contava com publicidade de casas comerciais em Diamantina e destinava algumas colunas, especialmente as “colunas sociais”, para falar de diamantinenses ilustres e seus feitos, seja na cidade ou fora dela. Além disso, divulgava informações políticas da cidade, do Estado e do País.

A iniciativa de trabalhar com os jornais partiu do desejo de observar se figurava em alguma reportagem informações sobre o espaço rural diamantinense. Embora, os jornais sendo produzidos na área urbana, era de interesse observar se tinha, pelo menos, uma visão do campo, mesmo que pela ótica da cidade. Isso poderia contribuir para compreender como estava formado esse espaço rural. A princípio esse era o objetivo, pautado, inclusive, na perspectiva de Goodwin Jr. (2007) de que o jornal é uma fonte privilegiada para se conhecer o ambiente, a ideologia e as formas de manutenção de

uma determinada sociedade. Nisso consiste o recuo anterior ao recorte temporal, observar se pelo jornal poderia ser localizada alguma informação que mostrasse mudança no espaço rural, inclusive, pensando as lutas de trabalhadores rurais que figuravam em vários estados brasileiros.

Todavia, o que se observou é que ao longo da década de 1950 até meados de 1960, as notícias que falavam sobre o espaço rural diamantinense eram poucas. Raro as notícias que reportavam ao campo, mencionava a figura do garimpeiro. Mesmo retratando questões da agricultura, dizia, em sua maioria, garimpeiro. O Jornal *Voz de Diamantina*, para esse período, apresentava uma visão limitada das áreas rurais, como se a agricultura, estivesse posta em segundo plano ou mesmo que todos os moradores das áreas rurais fossem garimpeiros por natureza. Nesse último caso é interessante tratar que as poucas reportagens que remetia ao espaço rural vinha, em sua maioria, identificado o morador dessa área como garimpeiro.

Isso por um lado é compreensível. De fato, o garimpo nessa época ainda tinha destaque. Mas, além disso, criou-se uma identidade de garimpeiro com um viés romântico em Diamantina. A opção em usar garimpeiro em detrimento de agricultor, ou qualquer outra identificação, o primeiro era mais atrativo. Isso está ligado à questões históricas da cidade, muito provavelmente alimentadas pelos escritos de memorialistas como Joaquim Felício dos Santos. Nas reportagens que traziam informações sobre o garimpeiro, observa-se certo *clichê* ao descrever a figura desse trabalhador como um herói. Colocando-o como certa figura de representação da cidade. Nesse sentido, a opção por usar garimpeiro tinha um viés bastante romântico e também ligado à história local.

Foi a partir de meados da década de 1960 que informações sobre o rural começaram a aparecer com maior frequência. Majoritariamente relacionada a questões produtivas e econômicas ligadas ao campo, especialmente em relação à extensão rural. Em praticamente todos os volumes dos jornais existiam informações voltadas para o rural. As reportagens traziam informações sobre disponibilização de créditos agrícolas ou dicas sobre plantios variados e produtividade. Esses anúncios, em sua maioria, estavam ligados ao escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Ainda no final da década de 1960, iniciaram-se as reportagens sobre a estagnação econômica do Vale do Jequitinhonha. Reportagens trazidas pelas ações

políticas que acabaram por resultar na criação da ideologia do “Vale da Miséria”, que será tratado em tópico específico no primeiro capítulo dessa dissertação. O jornal era adepto aos discursos da necessidade de transformação e progresso. Pactuando com a concepção de uma estagnação econômica, que por durante longo período figurou em suas páginas. Quanto ao rural, manteve algumas reportagens fazendo menção especialmente aos trabalhos da ACAR, com a introdução de créditos rurais.

Já para começo da década de 1970, o jornal trouxe bastantes elementos com os quais foi possível dialogar no decorrer dessa pesquisa. O primeiro, que já era visto desde a década de 1960, foram as constantes notícias que traziam sobre os “diamantinenses ilustres”. Foi por meio das notícias sobre tais figuras que foi possível traçar uma pequena biografia do médico Doutor João Antunes de Oliveira e do arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud, dos quais se trata no segundo capítulo. Inclusive, a partir das notícias sobre a política municipal, foi possível fazer algumas análises até mesmo do contexto da sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina.

Por falar em sindicalização, fui surpreendido ao fazer o levantamento da documentação do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina com algumas pastas nomeadas por *Coluna Sindical*. Com isso, identifiquei que o Sindicato e o Jornal *Voz de Diamantina* tinham um convênio. Esse convênio consistia no Jornal publicar informações sobre aquela instituição em suas edições, quando fosse necessário. Além disso, eram publicados editais de reuniões e em poucas vezes alguns balanços financeiros também eram tornados públicos.

Foi a partir de 1972 que iniciou a coluna sindical no jornal *Voz de Diamantina*, denominada “*Coluna Sindical de Diamantina*”. Não era uma coluna exclusiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Essa coluna trazia informações diversas sobre o funcionamento de todos os sindicatos na cidade. Era um espaço destinado a noticiar os feitos das instituições sindicais, datas de reuniões, previsões orçamentárias e relatórios financeiros, bem como espaço de divulgação de informações diversas. A *Coluna Sindical* foi tão bem recebida na época que mudou o nome para “*Coluna Sindical do Vale do Jequitinhonha*” poucos meses depois, buscando atrair outros sindicatos em todo o Vale do Jequitinhonha.

Aparentemente a *Coluna Sindical* se originou de algo que estou compreendendo

como um projeto sindical em Diamantina, que partiu do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, como será tratado adiante. Digo isso, pois, somente após o reconhecimento do Sindicato é que essa Coluna foi colocada nos jornais. Ademais, o maior protagonismo nessa Coluna era do mencionado Sindicato. A partir dessa *Coluna Sindical*, foi possível trabalhar com várias informações sobre o Sindicato. O próprio processo de abertura sindical que está sendo tratado no segundo capítulo foi mais bem desenvolvido a partir das informações localizadas no Jornal. Outras notícias sobre a instituição também contribuíram para compreender o funcionamento do Sindicato no período. Essas informações foram significativas para a construção dessa dissertação.

### **1.3 Fontes orais**

A história oral foi eleita como uma importante metodologia para o desenvolvimento da pesquisa que aqui se apresenta. Por meio da história oral é que se produz a fonte oral, da qual fizemos uso no decorrer desse trabalho. Como entre os interesses dessa pesquisa estava abordar as trajetórias de trabalhadores rurais, suas dinâmicas ocupacionais e também observar a relação trabalhador/sindicato, a história oral era a metodologia mais indicada. Por meio da história oral é possível observar “a conjuntura pela lente dos próprios sujeitos, cujas ações integram os processos históricos que nos propomos a compreender”. (CARVALHO, 2012, p. 30-31).

Uma hipótese com que se trabalhou é que o processo de sindicalização para os trabalhadores rurais de Diamantina trouxe impactos em seus modos de vida. Presumindo-se que, com introdução das garantias assistenciais ofertadas pela instituição sindical, acabou por gerar uma imagem do trabalhador de gratidão para com o Sindicato. Nesse sentido, por meio da história oral alcançamos as histórias de vida, que conforme destacou Pollak (1992) “apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação”. (POLLAK, 1992, p. 211).

É nesse sentido que a história oral tornou-se fundamental no desenvolvimento desse trabalho, pois se buscou trazer os trabalhadores rurais para o centro da narrativa. Por meio de seus modos de vida e de trabalho, os trabalhadores se tornam parte ativa do processo investigativo. Ademais, a história oral consiste em um processo de produção



da fonte oral, que vai além de entrevistas, mas faz uso de um conjunto de técnicas que possibilita o pesquisador a criar suas fontes. (CARVALHO, 2012, p. 28).

De acordo com Alberti (2008) a história oral é uma metodologia que surgiu aos fins da primeira metade do século XX. Seu surgimento se deu após a invenção do gravador à fita. Segundo Thomson (2000), na América do Norte, aos fins da década de 1940, deu-se um movimento de realizar entrevistas gravadas com segmentos importantes da sociedade norte-americana. Teve começo a um trabalho que visava realizar gravações com sujeitos que tinham vivenciado processos de guerras e outros movimentos históricos. Já na década de 1950 vivenciou o que Joutard (2006) chamou de primeira geração da história oral, tratando-se justamente da preocupação em gravar entrevistas com segmentos da sociedade oriundos de revoluções e guerras. (JOUTARD, 2006), (VOLDMAN, 2006).

Desde a década de 1950 a Europa, o México e os Estados Unidos já estavam praticando a técnica de gravação de entrevistas. (JOUTARD, 2006). Porém, foi a partir da década de 1970 que a história oral veio a ser difundida de maneira mais ampla. Foram criados programas de história oral em diversos países. (MEIHY, 2000). No Brasil houve em 1975, por meio da Fundação Getúlio Vargas, a criação do primeiro programa de história oral<sup>6</sup>. (MEIHY, 2000). No interior desse Programa, a iniciativa foi começar a coletar depoimentos de lideranças políticas atuantes desde a década de 1920. (JOUTARD, 2006). De acordo com Schwarzstein (2000), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Instituto Mora no México, se destacaram na América Latina nesse período, no trabalho com história oral.

A aceitação da história oral, entretanto, nem sempre ocorreu. Foi alvo de críticas em sua estrutura. Era vista com desconfiança, principalmente por intelectuais que seguiam uma tendência positivista, pois a julgavam ser um processo que criava fontes com base em depoimentos e que esse tipo de fonte era subjetiva. Entendia-se que a fonte oral era menos confiável, pois resultava de um testemunho. Esse entendimento contrastava com a concepção de que eram as fontes escritas, no caso os documentos materializados, especialmente oriundos de instituições e estruturas burocráticas, os únicos depositários de fatos objetivos e precisos, livre de intencionalidade.

---

<sup>6</sup>FGV/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas – Sobre o CPDOC; site institucional, disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sobre>> acesso em 09/07/2020.

(CARVALHO, 2012). O que Pollak considerou ser uma “ingenuidade positivista primária”. (POLLAK, 1992, p. 207). Ainda na concepção de Michel Pollak (1992)

se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, [...] deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável á fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p. 207).

Pollak (1992) ressaltou a concepção tradicional, a qual foi anteriormente mencionada, de considerar que os documentos institucionais escritos eram os portadores de verdade. O autor ainda ponderou que essa é uma concepção ultrapassada, e que, nem os documentos escritos não são e nem devem ser vistos como depositários de verdades. Todas as fontes guardam subjetividade. O que é preciso é empregar a qualquer tipo de fonte a crítica. (POLLAK, 1992). A escola dos *Annales* com a introdução de novas concepções em relação às fontes também contribuiu com a ruptura com essa visão limitada, contribuindo com a aceitação da história oral. (MARANON, 2011).

Com relação à subjetividade das fontes, não foi extinta tal concepção, ao contrário, passou-se a conceber que as fontes escritas também são dotadas de subjetividade. Entretanto, de acordo com o que defendeu Alberti (2008), a própria subjetividade passou a se constituir de elemento para o pensamento científico. Do mesmo modo, Carvalho (2012) destacou que os elementos que traziam a desconfiança para uso da fonte oral passou a ser “um dos principais aspectos valorativos da mesma, qual seja, a subjetividade envolvida nos testemunhos”. (CARVALHO, 2012, p. 30).

Joutard (2006) e Grele (2006) apresentaram um balanço sobre a produção da história oral nos últimos tempos. Segundo os autores, há uma produção satisfatória, especialmente acadêmica, e que não resta dúvida de sua aceitação. Lozano (2006), da mesma forma, ressaltou que a história oral “não tem que lutar constantemente para reivindicar um espaço, sua proposta metodológica adquiriu validade e competência”. (LOZANO, 2006, p. 18).

No caso específico do Brasil, a década de 1990 foi significativa para consolidação da história oral no meio acadêmico brasileiro. Houve a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), criada em abril de 1994, durante o II

Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro<sup>7</sup>. (AMADO, 2000). A ABHO recebe profissionais de diversas áreas das ciências humanas e sociais envolvidas com o uso da história oral em pesquisas, tais como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia (ALBERTI, 2008).

Segundo Alberti (2008), a história oral é interdisciplinar por excelência e foi, entre outros fatores, essa interdisciplinaridade que contribuiu para a aceitação e solidificação dessa metodologia no meio acadêmico. De acordo com Amado (2000) não foi só o espaço acadêmico que se beneficiou da história oral, houve associações de bairros, movimentos sociais diversos e outros setores fazendo uso da metodologia objetivando recuperar suas próprias trajetórias sociais. (AMADO, 2000).

Diante do exposto, adotamos a história oral para realização dessa pesquisa. Assim como defendido por Amado (2000) e Alberti (2008), a história oral tem muito a contribuir para a escrita da história dos grupos que permaneceram excluídos das fontes oficiais, a exemplo das sociedades rurais. Nesse sentido a fonte oral, extraída dos procedimentos metodológicos da história oral, contribuiu para abordar sobre a configuração rural em Diamantina no período em que compreende esse estudo, bem como o processo de sindicalização pela ótica do trabalhador rural. O uso da fonte oral deu-se em diferentes abordagens no decorrer da dissertação, desde a identificação das configurações dos terrenos rurais, atividades ocupacionais até a efetiva sindicalização rural em Diamantina.

### **1.3.1 A memória**

A memória é uma das ferramentas da história oral. Nesse sentido, podemos tomar como base o que Carvalho (2012) pontuou, de que o depoimento, resultado da entrevista – que é um procedimento primordial para a história oral – trata-se de um relato de memória. Quando estamos falando de memória, trata-se de um conhecimento do passado que é guiado pelo presente. A memória é uma reconstrução do passado evocada através de interesses do presente. Um julgamento de valor, uma crítica ou uma analogia sobre o passado é feita a partir das ferramentas que se tem no presente

---

<sup>7</sup>ABHO – Associação Brasileira de História Oral - Site institucional com informações sobre a ABHO disponível em <[https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=24](https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=24)> acesso em 09/07/2020.

(MOTTA, 2011).

A memória faz uso das lembranças, mas ela não é a própria lembrança. A lembrança é individual, mesmo que seja compartilhada com diferentes indivíduos, ela ainda é individual. Além disso, a lembrança é sobre algo que se viveu, um sujeito só tem lembranças do que viveu. Por outro lado, a memória não necessariamente é sobre o vivido. Pode-se gestar uma memória a partir de diferentes perspectivas, mesmo em relação às situações não vividas.

Adotou-se aqui a compreensão de memória abordada por Michael Pollak (1992). Tratar-se-á na sequência, os elementos constitutivos da memória tratados por Pollak (1992), ao passo que foi feito uso no desenvolvimento desse trabalho, assim evidenciando o uso da memória no processo de pesquisa. O primeiro elemento constitutivo da memória assinalado por Pollak (1992) são os acontecimentos vividos pessoalmente, ou seja, lembranças de um passado que fazem parte de nós mesmos.

Um segundo elemento constitutivo da memória apontado por Pollak (1992) são os acontecimentos “vividos por tabela”. Essa abordagem tratada por Pollak (1992), indica os acontecimentos que não necessariamente o sujeito participou, mas faz parte daquela memória. Nesse caso, o sujeito pode se identificar com acontecimentos vividos por determinados grupos, mesmo que não estivesse participado diretamente se sente parte do grupo e conseqüentemente parte da memória, sente-se participante e compartilhando do mesmo passado.

O terceiro elemento constitutivo da memória, abordado por Pollak (1992), trata-se dos lugares de memória. Para Pollak (1992) existem lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, familiar entre outras. Ainda de acordo com o autor, esses lugares de memória poderiam ser lugares de convivência na infância e que permaneceu muito forte na memória do sujeito, ou outros lugares que evocam determinadas lembranças. (POLLAK, 1992, p. 202).

Trabalhou-se no decorrer dessa pesquisa com os relatos de memórias de trabalhadores rurais de Diamantina. Usou-se de suas memórias pessoais, suas experiências, seu entendimento sobre a época em que se centram as análises desse estudo, suas vivências familiares e sua relação com os demais sujeitos com que conviviam. Foi dada preferência por guiar as narrativas dos trabalhadores em um formato de encadeamento dos acontecimentos, estimulando o entrevistado a evocar suas

memórias de criança, suas formas de diversão, a composição de sua casa, o terreno da família, sua relação com outros membros de sua localidade. Ainda nesse primeiro momento foi solicitado aos entrevistados que informassem sobre o que lembravam em relação ao grupo familiar, dinâmicas de trabalho, aspectos econômicos familiares e alimentação.

Em seguida, o entrevistado foi sendo guiado para tratar da adolescência, se houve mudanças em relação aos “tempos de criança” e a introdução no trabalho, assim já encaminhando para a juventude e a vida adulta. A juventude e a vida adulta foram divididas em dois momentos, pois os trabalhadores assim o fazem. É preciso esclarecer que o entendimento do que é jovem e do que é adulto não é algo muito preciso, mas ao que foi possível observar é que eram encarados como jovens tanto homens quanto mulheres até os vinte e cinco anos de idade, depois disso eram adultos. As narrativas de memória da juventude foram significativas, pois trouxeram dados que pôde ajudar na compreensão da composição da família e das dinâmicas de trabalho. Já em relação à vida adulta, figuraram os casamentos e a própria construção de uma nova família.

Os elementos das histórias de vida foram usados para compreender a composição familiar dos trabalhadores rurais para o período em que se analisa. Com isso foi possível chegar até os elementos terra e trabalho, que estão sendo trabalhados no primeiro capítulo. Com as histórias de vida, observou-se também o processo de sindicalização desses trabalhadores rurais. Os entrevistados fizeram uso continuamente das experiências familiares e narrando como foi o processo de sindicalização de seus parentes idosos e mesmo a introdução de garantias assistenciais que não eram comuns aos trabalhadores rurais. Essa última parte contribuiu na construção do terceiro capítulo.

Inicialmente não estava nos planos usar lugares de memória no processo da pesquisa. No entanto, ao final de algumas entrevistas, fui convidado a conhecer o terreno, o quintal, a roça e as plantações. Em alguns casos percorremos também o quintal que pertencia aos pais dos entrevistados. Esse foi um momento enriquecedor, que apesar de não constar no cronograma da entrevista, foi significativo para compreender a estrutura do terreno, também contribuiu para visualizar os resquícios de uma época por meio da memória, que ao percorrermos os terrenos, os entrevistados foram trazendo novos relatos, ou fundamentando aqueles que já tinham sido narrados. O contato com esses terrenos ressaltou aspectos significativos da composição da roça, do

quintal e da dinâmica de trabalho executada nessas terras.

Na elaboração das descrições de tipos de terrenos, realizada no primeiro capítulo, foi importante o uso dessas memórias evocadas a partir desses lugares. O convite para conhecer tais espaços partia da visível satisfação do entrevistado em prestar fundamentação aos argumentos antes narrados na entrevista. Ao apontar para árvores, cercas, trechos de terra, retomavam as entrevistas, lembrando momentos que havia narrado e exemplificando-os. Deve-se, no entanto, ressaltar, que para o período da realização da entrevista, alguns desses terrenos haviam sofrido transformações profundas, alguns deixando de serem roças, dando lugar a pastos, outros tiveram continuidade no plantio e colheita de alimentos. O que interessou para essa pesquisa foram as narrativas construídas tendo como suporte àqueles lugares.

Do mesmo modo, foram as casas velhas, algumas onde os próprios entrevistados tinham morado ou pertencia a um parente ou vizinho. Várias dessas casas estavam abandonadas em beiras de estradas ou em fundo de quintais. Nas figuras 9, 10 e 12 a 15 apresentadas no decorrer do primeiro capítulo, podem ser vistas algumas dessas casas. Dentro dessas casas, os entrevistados acabaram construindo ou reconstruindo suas memórias com base nas lembranças evocadas a partir de olhar as antigas dependências. Ao longo da estada nessas casas, estimei os entrevistados a buscar construir em suas memórias como estavam distribuídos até mesmo os móveis naquelas casas, sua relação com a família, uma história que lembrasse ou alguma situação que quisesse compartilhar vividas naqueles espaços. O uso desses lugares de memória acabou por se mostrar bastante significativo no processo da entrevista, pois muitas narrativas que já tinham sido feitas pelos entrevistados foram retomadas e complementadas, do mesmo modo que outras novas surgiram.

Ao nos propormos a trabalhar com memória, é preciso termos em mente que ela faz uma seleção das informações, ou melhor, a própria memória é seletiva, assim como afirmou Pollak (1992) “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 4). A memória de um todo é impossível, existe um esquecimento que é necessário. Nesses termos, o uso da memória na pesquisa exige-se que problematizemos as informações desde o que se lembra até o que se esquece. Como destacado por Jelin (2002) o trabalho com a memória exige que o pesquisador fique atento, no momento das entrevistas, até do silêncio. De acordo com essa autora, até o silêncio consegue oferecer

informações. De fato, o próprio Michael Pollak (1989), ao trabalhar com os sobreviventes de campos de concentração, apontou nessa direção, os silêncios traduzem sentimentos, conseqüentemente evocam memórias. Assim, durante todo o processo da entrevista houve uma preocupação em como se deu a construção das memórias.

### **1.3.2 A entrevista**

A entrevista, quando se trabalha com história oral, não é um simples movimento de perguntas e respostas. É um movimento de captar a memória por meio das narrativas, passando por todo um percurso para construção da fonte oral. Existe um movimento que antecede a entrevista, trata-se da preparação. Além do estudo de premissas teóricas e metodológicas sobre o uso da história oral, foi importante melhor compreensão sobre a temática pesquisada, isso favoreceu a construção de questionários e definição dos grupos entrevistados.

A pesquisa de campo, onde foram desenvolvidas as entrevistas, iniciou em novembro de 2019. Iniciou após aprovação do projeto no Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri<sup>8</sup>. Para chegar até os trabalhadores rurais usou-se de três movimentos. O primeiro foi por meio dos trabalhadores rurais que eu já tinha tido contato em outros momentos anteriores a pesquisa. Com esses trabalhadores, o contato foi direto entre o pesquisador e os entrevistados. A partir desses mesmos entrevistados surgiu o segundo movimento de chegar até outros trabalhadores.

Os próprios entrevistados indicaram nomes ao longo do depoimento, ou mesmo, fizeram indicações, dizendo “sobre esse assunto você poderia ver com”, indicando nomes de pessoas que poderiam fornecer mais informações sobre determinados assuntos. A partir disso, tomei a iniciativa de estimular os entrevistados a indicarem nomes que poderiam ser entrevistados. O que foi positivo, pois os trabalhadores passaram a indicar nomes de pessoas por critérios de idade, conhecimento sobre determinado assunto ou experiências de vida. Acabei terminando essa pesquisa com uma lista imensa de possíveis entrevistados.

Outro movimento para chegar até os trabalhadores, foi identificando pelas fichas

---

<sup>8</sup> Aprovada pelo parecer CEP/UFVJM – nº 3.723.806.

sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Por meio desses registros, foi montado um banco de dados e buscado por esses trabalhadores. Ao analisar as fichas sindicais e os registros de entradas no Sindicato, alguns nomes foram escolhidos a partir das características presentes nos documentos, tanto na ordem de entrada na instituição quanto informações familiares.

Busquei na maioria dos casos fazer contato com os trabalhadores rurais por intermediadores que não estivessem ligados ao Sindicato. A intenção inicial não era chegar até os trabalhadores informando que gostaria de saber sobre o Sindicato, mas sobre suas histórias, como de fato o foi. Essas intermediações se deram por meio de conhecidos em outros distritos, que me ajudavam a chegar até esses trabalhadores sem que eles tivessem desconfiança em me receber. Porém, também ocorreram entrevistas com trabalhadores em que cheguei até eles por intermédio de delegados sindicais<sup>9</sup>. Nesse último caso, eu os solicitava que marcassem as entrevistas sem colocar a informação sobre o Sindicato em primeiro plano, mas sim suas histórias.

Optei por fazer entrevistas com pessoas de diferentes localidades rurais. Os distritos em que busquei entrevistar trabalhadores de seus povoados ou sítios próximos foram: Desembargador Otoni, Inhaí, Mendanha, Pinheiro e Senador Mourão. Assim, obtive maiores informações sobre diferentes localidades rurais em Diamantina. Cheguei até os trabalhadores para a realização das entrevistas me apresentando como aluno da UFVJM, informando também que era filho de trabalhador rural. Entendi que me identificar assim era uma forma de que eles tivessem ainda mais segurança em nossa entrevista. Pouco tempo após chegar até a casa dos trabalhadores eles já me conheciam como “o rapaz que estuda lá no Campus II”. Aparentemente, o que mais chamou a atenção não foi o fato de ser filho de trabalhador rural, mas estudar lá no “Campus II”. Eles estavam entusiasmados para contar sobre suas vidas.

A pesquisa começou com leitura dos documentos relativos aos procedimentos éticos em acordo com o Conselho de Ética em Pesquisa, acima citado. Após a leitura, solicitava que o entrevistado assinasse os termos de consentimento antes de começar a

---

<sup>9</sup> Delegados sindicais são trabalhadores rurais que representam o Sindicato em uma determinada localidade. Os delegados não possuem vínculo empregatício com o Sindicato, apenas prestam suporte a instituição em suas próprias localidades. Aos delegados competem o recebimento das taxas devidas ao Sindicato pelo sindicalizado, assim o trabalhador não precisa locomover para ir até a sede da instituição para realizar o pagamento. Além disso, é atribuição do delegado levar informações sobre o Sindicato aos trabalhadores. Sobre esses delegados, será abordado no terceiro capítulo.



entrevista. Esse processo causou certo desconforto em alguns entrevistados. Assinar um documento é sempre razão de desconfiança, fui perguntado por alguns entrevistados por diversas vezes se aqueles documentos -“não vai dá problema nenhum não, né?”. Esse procedimento realmente gerou desconfortos no começo de algumas entrevistas, ainda mais por se tratar de termos grandes e com linguagem complexa. No entanto, no decorrer das entrevistas fui ganhando confiança e aqueles que tinham tido dúvidas em relação ao documento assinado, parece que já não via mais problema.

A princípio a intenção era trabalhar com entrevistas em um formato de conversa. Isso em razão das diversas conversas que presenciei ao longo dos anos, partindo de trabalhadores rurais. Entendi que fazer entrevistas em um formato de conversa poderia resultar em diálogos significativos. Além disso, uma conversa em grupo poderia facilitar que uns lembrassem aos outros sobre determinados assuntos e o diálogo trouxesse ainda mais elementos. Nesse sentido, minha atuação seria em mediar a conversa para que o foco não fosse perdido.

Quatro entrevistas foram desenvolvidas em grupos, todas com trabalhadores rurais. A primeira foi feita com quatro integrantes, sendo três mulheres trabalhadoras rurais, duas aposentadas e uma não, e um homem trabalhador rural aposentado, todos sindicalizados. As outras foram realizadas cada uma com dois participantes. Uma delas com duas irmãs trabalhadoras rurais aposentadas e sindicalizadas, outra com dois trabalhadores rurais aposentados, sindicalizados e moradores de uma mesma comunidade com idades próximas. E uma feita com um casal, onde o marido era trabalhador rural aposentado e a esposa que também era trabalhadora rural, ambos já tinham sido sindicalizados, não sendo mais.

Fazer as entrevistas em grupo foi de fato significativo. Houve diálogos bastante satisfatórios a respeito da temática estudada. De fato, esse formato de entrevista contribuiu para que os entrevistados saíssem da esfera de uma entrevista com perguntas e respostas e iniciassem uma conversa. Relembrou o passado, externaram opiniões, falaram da composição da sociedade e dos modos de vida da época e trouxeram valiosos elementos para a pesquisa.

No entanto, o que dificulta em trabalhar com a entrevista em grupo dentro da história oral, trata-se de manter controle sobre o processo. O trabalho com entrevista em grupo exigiu um esforço maior, pois foi preciso observar cada fala, cada ponto de vista,

cada comportamento. O esforço foi maior ainda no procedimento posterior a entrevista, no momento da transcrição. Em uma gravação de áudio com várias pessoas falando é preciso que o entrevistador reconheça as falas de cada entrevistado. Nesse sentido, exigiu-se cuidado na escolha de quem seria entrevistado em grupo e se não se constituiria de um problema no momento da transcrição. Escolhi os participantes para entrevista em grupo sob dois critérios; o primeiro foi reunir pessoas que eu já tinha tido contato anteriormente, isso facilitou o reconhecimento da voz. O segundo critério foi a união de um homem e uma mulher em uma mesma conversa, isso possibilitou maior facilidade na distinção das falas.

No caso dos participantes individuais, foram colhidos depoimentos com onze entrevistados. Dos onze participantes individuais, cinco eram mulheres. Três delas sendo trabalhadoras rurais aposentadas e sindicalizadas, e uma delas sendo professora rural, que havia atuado como professora no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina quando foi fundado. E uma delas foi enfermeira no mesmo Sindicato também desde sua fundação. Foram entrevistados seis homens. Um deles trabalhador rural aposentado e sindicalizado; um trabalhador rural não sindicalizado; um trabalhador rural ex-empregado da mineradora Tejucana; e os últimos três foram prestadores de serviços no mencionado Sindicato, sendo um que foi delegado sindical, outro advogado e um deles é o atual presidente da instituição.

Foi feita a opção por questionário abertos e flexíveis. Os questionários foram adaptados para as entrevistas em grupo e entrevistas individuais. As perguntas foram de simples compreensão. Não foram seguidos a rigor os questionários, pois isso poderia trazer uma entrevista que se limitaria a perguntas e respostas. Com um questionário flexível, os próprios entrevistados fizeram ligações dos assuntos e muitas perguntas se quer precisaram ser feitas, pois os entrevistados a partir de uma resposta já faziam ligações com outros assuntos, tonando a entrevista agradável e em clima de conversa. Nesse caso, como entrevistador, eu tinha a missão de trazer o entrevistado de volta para a entrevista quando saía do objeto ou delongava sobre um assunto pouco necessário para o momento, isso mesmo nas entrevistas individuais.

Todas as entrevistas foram gravadas por meio de um aplicativo de gravação de *smartphone*. As entrevistas tiveram duração de em média quarenta minutos. Porém, algumas entrevistas duraram toda uma tarde, pois acabavam sendo continuadas em uma

visita ao quintal, ou nas hortas. Algumas vezes, depois que o gravador já estava desligado, muitos elementos foram trazidos pelos entrevistados, isso no momento do “cafezinho”, onde os entrevistados traziam novas lembranças e diziam “tem uma coisa que eu me esqueci de falar também e que você pode gostar de saber”. Foi feito uso de um caderno de campo, onde anotei durante o percurso da gravação, informações pontuais sobre o entrevistado e breves considerações do momento da entrevista.

### **1.3.3 A transcrição**

Após o procedimento da entrevista a próxima etapa é a transcrição. Assim como pontuou Portelli (1997), o procedimento da transcrição consiste basicamente em transformar os objetos auditivos em visuais. Nesse sentido, ouvimos as gravações obtidas nas entrevistas e as transformamos em textos. Esse é um processo que demanda cuidado e dedicação.

As transcrições foram realizadas logo após a realização das entrevistas, pois em todas as transcrições foram criadas caixas de comentários, onde anotei a postura dos entrevistados diante do momento da entrevista, como os gestos com as mãos, com o rosto, a forma de olhar para o outro entrevistado após a pergunta, ou mesmo olhar para alguém que estivesse no local no momento da entrevista. A transcrição imediata contribuiu para que eu não perdesse informações relevantes sobre tais comportamentos no momento em que eu ouvia a gravação.

Foi feita a opção por realizar uma transcrição minuciosa, preservando a fala original, os sons emitidos e as pausas às quais indiquei com pontuações e sinais. Preservar dessa forma contribuiu para tornar a fonte rica em elementos possíveis de serem trabalhados. Isso, entendendo que ao produzir essas fontes, estas poderão ser trabalhadas não só por nós, mas para consulta de outros pesquisadores. Para a redação da dissertação optou-se por adequar a língua falada para a língua escrita. Assim, os depoimentos coletados foram readequados retirando repetições e ajustando algumas frases para melhor entendimento na língua escrita.

Foi desenvolvido um arquivo digital para cada entrevista. Nesse arquivo constam as informações básicas do entrevistado, como nome, localidade de origem, segmento e data de nascimento. Nos arquivos da transcrição não constam o nome

completo do depoente e nem a sua localidade de origem, apenas as iniciais do nome e data de nascimento. O cabeçalho no arquivo de transcrição trás uma descrição dos entrevistados, o que favorece uma melhor visualização de seus perfis.

Dado o compromisso ético assumido no começo do trabalho, apresentaremos ao longo da dissertação o entrevistado apenas com as iniciais de seu nome. Foram obtidas aproximadamente onze horas de gravação, todas transcritas. Dado o fato de que não possuímos um repositório destinado a gravações na UFVJM, os áudios obtidos juntamente com os arquivos de texto da transcrição foram armazenados em um CD-R e em pastas em *pendrive*, pertencentes ao arquivo pessoal de Túlio Henrique Pinheiro.

# **CAPÍTULO 1**

## **TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA: TERRA E TRABALHO**



## 1 TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA: TERRA E TRABALHO

*Aqui, nessa terra, muita coisa a gente viveu, muito trabalho, de tudo a gente fazia um pouquinho. Era daqui o nosso sustento!*<sup>10</sup>

Nesse capítulo serão abordados os elementos terra e trabalho. Assim, apresentando o meio rural diamantinense e os trabalhadores rurais. O formato com que foram ocorrendo a apropriação territorial no Vale do Jequitinhonha ao longo do tempo, deu os contornos para a estrutura das áreas rurais que serão tratadas no decorrer desse estudo. Após a contextualização da formação territorial, serão apresentadas as características das áreas de abrangência dessa pesquisa para o período que compreende o recorte temporal aqui tratado. Verificando-se então, o elemento trabalho, representado tanto pelos trabalhadores quanto pelas atividades ocupacionais desenvolvidas na terra.

### 1.1 A formação territorial do Vale do Jequitinhonha: aspectos históricos

A área que ficou demarcada como a mesorregião do Vale do Jequitinhonha está localizada no Nordeste do Estado de Minas Gerais<sup>11</sup>. Acompanha a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, que nasce na Serra do Espinhaço e desagua no litoral da Bahia, no município de Belmonte. Compõe-se de uma área de 70.315 km<sup>2</sup>, onde 66.319 km<sup>2</sup> ficam situados no Estado de Minas Gerais e 3.996 km<sup>2</sup> pertencem a Bahia. (IBGE, 1997). A bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha abarca 63 municípios, onde 41 desses estão totalmente inclusos e outros 22 estão incluídos parcialmente. (IBGE, 1997). O rio confina-se a norte com a bacia do rio Pardo, ao sul com o rio Doce, a sudeste com o

---

<sup>10</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>11</sup> De acordo com o IBGE o processo de divisão regional em âmbito nacional, teve início na década de 1940. O Objetivo dessa divisão era organizar em todo o País uma única divisão que servisse para divulgação de estatísticas. Desse modo, em 1942 deu-se a primeira divisão do Brasil em regiões, Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Ainda na década de 1940 foram estabelecidas Zonas Fisiográficas fazendo uso de informações econômicas dos municípios, que também serviam para divulgar estatísticas. Em seguida, já para fins da década de 1960 instituíram-se as microrregiões e mesorregiões homogêneas, definidas para cada unidade federativa a partir do processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Para fins da década de 1980 e começo de 1990 estabeleceram as mesorregiões e microrregiões geográficas, tendo como indicadores básicos a “estrutura da produção e a interação espacial”. (IBGE, 1990, p. 10). Com o objetivo de melhor identificar os lugares que serão tratados nesse estudo, usaremos essas delimitações.

Mucuri a oeste com o São Francisco e na área leste alcança o Oceano Atlântico<sup>12</sup>.

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha é também subdividida em relação à bacia hidrográfica do Rio, em três microrregiões, sendo elas Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. No Alto Jequitinhonha localizam-se como referências as microrregiões de Diamantina – que é onde se centrará essa pesquisa – e Capelinha. O Médio Jequitinhonha é composto pelas microrregiões de Pedra Azul e Araçuaí. O Baixo Jequitinhonha, por sua vez, abrange a microrregião de Almenara, que possui maior proximidade com o Estado da Bahia. (IBGE, 2010)<sup>13</sup>. Sobre essa divisão veja-se mapa o seguinte.

**FIGURA 1 – Mapa da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e as três microrregiões**



Fonte: Gomes et al, 2009 (*apud* Pessôa, 2012, p. 37).

<sup>12</sup> IBGE (1997) – Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95902.pdf>> acesso em 15/09/2020.

<sup>13</sup> IBGE – Meso e Microrregiões do IBGE. Disponível em <[https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_04\\_listamesomicro.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf)> acesso em 15/09/2020

No período colonial a busca por riqueza e prestígio fez com que aventureiros e desbravadores entrassem nas matas por diversos novos territórios pelo Brasil. A área que se tornou conhecida como Vale do Jequitinhonha, recebeu seus primeiros desbravadores no século XVI, com expedições de Francisco Bruza Espinosa e João de Azpilcueta Navarro, que se deu por volta de 1553. Os desbravadores fizeram o percurso seguindo o curso do rio Grande, que posteriormente, veio a ser denominado rio Jequitinhonha<sup>14</sup>. Partindo de Porto Seguro, chegaram à serra do Espinhaço, alcançando o lugar que se tornou no século XVIII, Vila do Príncipe, hoje a Cidade de Serro. Alcançaram também a área que ficaria conhecida posteriormente como Arraial do Tejuco, atual Cidade de Diamantina. (PEREIRA, 1969), (SOUZA, 2010), (PESSÔA, 2012), (CHAVES, 2012).

Em 1573 houve a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, movida pelas notícias da potencialidade e dos recursos disponíveis. Nas expedições bem sucedidas de Tourinho, além de ser o primeiro a noticiar o Pico do Itambé, também seguiu pelo rio até a costa da Bahia, passando pela área onde está atualmente situada Araçuaí, foi onde encontrou as desejadas esmeraldas e safiras. (PEREIRA, 1969). Na sequência, foi à vez de Antônio Dias Adorno que em 1576 subiu pelo rio, também encontrando pedras preciosas na mesma área. (PEREIRA, 1969), (SOUZA, 2010).

Havia empenho nas explorações visando conseguir as sonhadas riquezas que os primeiros aventureiros trouxeram a público. Segundo Pereira (1969), certamente foi no nordeste das Minas Gerais um dos primeiros locais que receberam os primeiros colonos. Com grande fascínio, advindo das notícias que circulavam sobre a existência de pedras e metais preciosos no sertão, em diversas expedições rumavam para o local na expectativa de encontrar e explorar minas nesse território.

Os primeiros desbravadores também fizeram surgir imagens fantasiosas, míticas, referentes as áreas descobertas, os mitos das riquezas não tocadas. Esses mitos acabavam por despertar ainda mais a curiosidade de muitos sujeitos que partiam nessas expedições, tratava-se dos Mitos do Sertão<sup>15</sup>. Os baianos, por exemplo, no século XVII

---

<sup>14</sup> Para Capistrano de Abreu (1991) em um lugar que era ainda totalmente desconhecido, seguir um rio era uma forma encontrada para não se perder. Ainda de acordo com o autor, devido às diversas vezes em que Navarro falou em seus registros da expedição sobre o rio Grande, pode demonstrar que possivelmente esse era referência essencial para o desenvolvimento da rota.

<sup>15</sup> Sobre a denominação de Sertão, seu uso era comum desde o início da ocupação da América Portuguesa, tratava-se de uma denominação não tanto precisa para os lugares desconhecidos, incultos e



rumaram por diversas vezes para o nordeste mineiro em busca da “Serra Resplandecente” que pensavam estar localizada na área hoje compreendida como Baixo Jequitinhonha.

Essa não era uma área despovoada quando tais desbravadores chegaram. Havia a presença de povos indígenas de diversas tribos como os Boruns, Pataxós, Tupinambás, Maxacalis, Aranãs, Mocurins, Krenaks e vários outros povos, que resistiram à chegada dos europeus, mas foram sendo gradualmente massacrados. (CARVALHO, 2010), (PESSÔA, 2012), (LOPES, 2018).

Durante longo período, considerou-se que os primeiros núcleos de povoamento se deram em razão das explorações minerárias do século XVIII. Botelho (1999) e Moreno (2011) assinalaram outra perspectiva. Inclusive, Botelho (1999) assinalou que é muito provável que anterior às apropriações territoriais do século XVIII, além dos índios que residiam há séculos, poderia haver escravos foragidos, inclusive de europeus. (BOTELHO, 1999).

Em se tratando da posterior formação de núcleos de povoamento pelos desbravadores, Botelho (1999) assinalou que os próprios bandeirantes, especialmente vindos de São Paulo, começaram a formação de fazendas nessas áreas. Segundo a autora, os bandeirantes que de desbravadores e apressadores de índios, passaram a criadores de gado. Muitos desses bandeirantes constituíram terras concedidas pela Coroa portuguesa como forma de pagamento pelos serviços prestados. Passavam a serem criadores de gado, residindo no Vale do São Francisco, e no norte e nordeste da Capitania de Minas Gerais. (BOTELHO, 1999). Seguindo na concepção da autora, foi um movimento que fez surgir grandes fazendas de criação de gado nessas localidades.

No século XVIII foi descoberta grande quantidade de riqueza mineral na área que atualmente compreende-se como a microrregião do Alto Jequitinhonha. Motivados pela esperança de conseguir explorar minerais, uma grande leva de sujeitos rumaram para o local. (SANTOS, 1976), (FURTADO, 1996). Esses movimentos imigratórios acabaram por contribuir com a formação da estrutura fundiária do Vale do Jequitinhonha. Ao lado das explorações, foram também surgindo uma pequena

---

desérticos. Foram traçadas diversas representações míticas sobre o Sertão entre os séculos XVI e XVII que faziam acreditar que havia lugares fantásticos com montanhas ricas em esmeraldas e outros tesouros. Sobre isso Delvaux (2009) em sua dissertação de mestrado faz uma analogia sobre “a geografia mítica do Sertão”.

agricultura, a princípio de subsistência, que com o passar dos anos tomou maiores proporções e recebendo destaque entre as atividades econômicas que foram sobressaindo, atraindo cada vez mais imigrantes. (MARTINS, 2000a), (MENESES, 2000).

Destaca-se aqui como um desses locais que foram o auge da mineração no Alto Jequitinhonha, o famoso Arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina. Essa área que se destacou pelas pedras preciosas, recebeu elevado número de sujeitos de diversas origens. As áreas que se tornaram os municípios de Minas Novas e Serro, também receberam elevado número de imigrantes, isso por serem também áreas de destaque mineral. (MACHADO FILHO, 1980, 1985), (FURTADO, 1996), (MARTINS, 2000a), (FERREIRA, 2003, 2009).

### 1.1.2 A questão fundiária

Há um paralelo entre a histórica apropriação de terras para o fazendeiro e para o camponês no contexto de apropriação territorial, na área correspondente ao atual Vale do Jequitinhonha. Entende-se aqui como camponês o agricultor possuidor de menor fonte de recursos, e dedicando-se às atividades agrícolas de caráter majoritariamente familiar em pequenas extensões de terras, empregado, posseiro ou agregado em propriedades de terceiros<sup>16</sup>. Quanto ao fazendeiro, o sujeito que se apropriou de terras com o uso de mão de obra externa, seja indígena, escrava ou de camponeses livres, desenvolvendo uma estrutura de subordinação e controle da terra e de sua produção. O fazendeiro, no entender de Ribeiro (1997), era o detentor do poder da fazenda, que era em síntese, a dominação de homens e terras<sup>17</sup>.

Ribeiro (1997) pontuou que tanto os fazendeiros quanto os camponeses que formaram pequenas posses, tiveram movimentos de apropriações de terras semelhantes ao longo do tempo para a área que se tornou o Vale do Jequitinhonha. A simples apropriação de terras em determinadas localidades e sua ocupação pelo trabalho ali

---

<sup>16</sup>O termo está sendo usado em conformidade com os autores Ribeiro (1997) e Botelho (1999). Para um debate conceitual entorno da denominação camponês, ver trabalhos como os de Felício (2006), Forman (2009), Welch *et al* (2009) e Vieira (2019).

<sup>17</sup> Cabe ressaltar que o entendimento do que é um fazendeiro sofre alterações em determinadas sociedades e épocas. No caso do Vale do Jequitinhonha um estudo de referência sobre a formação da fazenda e o fazendeiro é o trabalho de Ribeiro (1997).

desenvolvido. O que diferenciou a fazenda das posses de camponeses foi o emprego de mão de obras externas e a existência de agregados. Nas palavras do autor “o que diferenciava a fazenda da posse qualquer era subordinar pessoas, incorporar índios, escravos e agregados e permitir ao titular estadear seu rompante de fazendeiro”. (RIBEIRO, 1997, p. 102).

No entanto, é preciso ressaltar que houve entre os fazendeiros dois movimentos diferentes de apropriações. Isso, pois, houve fazendeiros que iniciaram uma posse independente e a transformaram em fazendas, e, houve fazendeiros que abriram posses a partir de concessões de terras por meio da Coroa Portuguesa. (BOTELHO, 1999). Essa última pode ser constatada por meio do trabalho de Botelho (1999). Um dos meios de aquisição de terras estudados pela autora, para o Vale do Jequitinhonha no período colonial, foi a aquisição por meio de concessões da Coroa portuguesa, fundamentadas no princípio da Sesmaria. Ao prestarem serviços, especialmente desbravando e enfrentando os índios no processo de colonização e exploração, assim como verifica para outros casos de favores, a Coroa cedía terras em forma de pagamentos, terras que foram, em sua maioria, transformadas em fazendas. (BOTELHO, 1999), (COSTA NETO, 2006).

A Sesmaria foi uma das primeiras modalidades de acesso à terra sob as bases legais no Brasil. Tem origens na legislação portuguesa e que previa a distribuição de terras para que fossem tornadas produtivas. O regime de Sesmaria representa as origens das distorções fundiárias brasileira. (PANINI, 1990). Apesar de fundamentada no modelo português, no caso do Brasil, sua implementação deveu-se principalmente a necessidade de ocupar o território e instalar um processo efetivo de colonização. (HOLANDA, 1976), (FRAGOSO *et al*, 1998), (NOZOE, 2006).

Sem que prendamos em demasia ao processo histórico de aplicação das sesmarias, carece explicar que esse formato inaugurou uma sequência de fatores que levaram a desigual estrutura fundiária brasileira. A começar pelo fato de que a aquisição de terras não era de acesso livre a todos. Senão em forma de pagamento em troca de favores à Coroa, existiam perfis adequados para concorrer a uma sesmaria. Era requisito fundamental que o candidato fosse sujeito de negócios, bem dotado financeiramente, capaz de dirigir e administrar um engenho de açúcar ou tornar, em tempo, as terras produtivas. Excluíram-se os sujeitos que não dispunham de recursos. Além disso, era

um sistema densamente falho, imerso em corrupção e burla. Fez com que muitas terras fossem parar nas mãos de poucos donos. (MARTINS, 1982), (MOURA, 1988), (PANINI, 1990), (COSTA NETO, 2006), (NOZOE, 2006).

Botelho (1999) ao realizar sua pesquisa, não encontrou elementos satisfatórios para precisar sobre o perfil de requerentes de terras por intermédio de sesmarias ao longo do século XVII e XVIII para a área correspondente ao atual Vale do Jequitinhonha. Entretanto, a autora argumentou que diante da condição histórica da apropriação de terras nessa modalidade, deduziu que, desde o início do processo de concessão, tenha ficado restrito somente aos possuidores de recursos. Aqueles que poderiam abrir grandes propriedades produtivas nas terras. Em síntese, as formas de apropriação territorial por fazendeiros se deram, então, pelas posses independentes e pelas posses consentidas pela Coroa Portuguesa.

Quanto às modalidades de posses dos camponeses, pode-se assinalar também a existência de dois formatos. Um deles sendo a posse consentida. Nesse sistema, os donos de grandes propriedades, inclusive dos desbravadores que formaram fazendas, regulamentavam as posses e mantinha vigilância sobre os vastos domínios. A posse do camponês estava, nesse caso, dentro das propriedades dos fazendeiros (BOTELHO, 1999). Ribeiro (1997) apontou que até as primeiras décadas do século XX, a fazenda era caracterizada pelos posseiros e agregados que nela se instalavam prestando a sua manutenção, ou seja, era importante para a fazenda mantê-los. As posses davam o contorno das fazendas.

Além da posse consentida, Botelho (1999) assinalou também para a ocorrência de outro formato, sendo ele a posse desassistida. Nesse caso, a terra que se adquiria era ocupada sem passar pela fazenda ou por qualquer outra concessão, eram posses independentes, feitas apenas pela simples ocupação. Esse era um formato mais comum em razão das restrições impostas para o alcance das terras em um formato legal, diante de uma legitimidade, expresso fundamentalmente nos modelos de concessão por troca de favor. (BOTELHO, 1999), (COSTA NETO, 2006). A posse desassistida não passava por um aparato legal, assim, não sendo legitimada. Restavam aos camponeses contentarem-se com áreas que no geral eram de pouco interesse para os possuidores de recursos em adquiri-las por meio de sesmarias, ou mesmo fora dos domínios da fazenda. (CASTRO, 2014).

O século XVIII se destacou em termos de imigração para o Vale do Jequitinhonha. As descobertas minerais fizeram com que a área que atualmente compreende-se como Alto Jequitinhonha, recebesse elevado número de pessoas, motivadas com o interesse de exploração, como destacado anteriormente. (SANTOS, 1976), (FURTADO, 1996). A mineração era a atividade almejada, porém não foi a única que se instalou nessa área para esse período. Dividindo espaço com a mineração, desenvolvia-se agricultura de subsistência, que posteriormente veio a abastecer vilas e grandes propriedades que haviam se estabelecido. (MARTINS, 2000a), (CASTRO, 2014). Nas grotas e capões eram desenvolvida agricultura, com plantios variados como arroz, feijão, milho e cana, que eram desenvolvidas principalmente pelos camponeses. (MAIA, 2000), (GALIZONI, 2005)<sup>18</sup>.

A atividade agrícola merece destaque no processo de apropriação territorial, pois não se pode cair no equívoco de considerar que a mineração tenha sido fator único que motivou os movimentos de imigração. É verdade que para o século XVIII, e para essa área tratada, a mineração foi elemento primordial, era o atrativo, mas não se pode considerar o único. Pode-se dizer, não somente para a área que se tornou a mesorregião do Vale do Jequitinhonha, mas para todo o atual Estado de Minas Gerais, que a agricultura e a pecuária foram também um fator de busca por terras. (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Guimarães e Reis (2007) assinalaram que, desde as primeiras levas de imigrantes no período da colonização, outras atividades também já eram exercidas, como a agricultura. Ressaltam que não foram todos os imigrantes que se dirigiram para a Capitania de Minas Gerais, na época em questão, que tinham condições ou mesmo interesse específico na mineração. Segundo os autores “muitos dos que nela se instalaram dedicaram-se a outras atividades econômicas tão ou mais lucrativas e que, ao mesmo tempo essenciais para a manutenção da atividade nuclear”. Nesse caso, destaca-se, entre outras, a agricultura. (GUIMARÃES E REIS, 2007, p.324).

Devido as descobertas minerais do século XVIII, regiões mais próximas aos centros de exploração, contaram com grande número de indivíduos que foram se

---

<sup>18</sup> Segundo Souza (2010) a apropriação territorial foi se dando de forma gradativa nas grotas, pois as chapadas, por serem muito áridas, não eram favoráveis para o cultivo sem que fosse dado um tratamento especial da terra. As chapadas, nesse caso, ficaram como áreas de reserva natural, onde foi sendo usado para a criação de gados e colheitas de frutos silvestres. (SOUZA, 2010).

estabelecendo nas encostas. (SILVA, 2014a). Segundo Silva (2014a) as áreas, que hoje são os Municípios de Diamantina, Minas Novas e Serro, foram desses lugares que contaram com a existência de numerosa quantia de instalações de imigrantes. O autor ainda ressaltou que, nos casos das áreas que correspondem aos atuais Municípios de Capelinha e Itamarandiba, receberam, também, com o passar dos anos, elevado número de habitantes, mesmo não tendo sido propriamente um centro de exploração mineral. Isso se deve ao fato de que muitos sujeitos, migraram para tais áreas devido à qualidade das terras, propícias às atividades agrícolas. (SILVA, 2014a).

No começo do século XIX ocorreram outros movimentos no sentido de apropriação territorial no Vale do Jequitinhonha. As áreas que vieram a ser definidas como as microrregiões do Médio e Baixo Jequitinhonha, tiveram seu processo de apropriação territorial acelerado. (CARVALHO, 2010). Os colonos estavam na busca por terras, especialmente para desenvolver a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

O principal formato de aquisição de terra se dava a partir da apropriação e no desenvolver, o trabalho nela. Era uma apropriação que não tinha qualquer fundamentação legal e comercial. A terra não era encarada como um bem mercadológico, isso não somente para o imigrante pobre do Vale do Jequitinhonha, mas também para aqueles que possuíam recursos. (RIBEIRO, 1997). Mesmo no contexto geral brasileiro, a terra ainda não tinha sido convertida em produto de mercado. No plano legislativo o regime de Sesmarias não transformou a terra em mercadoria, isso foi uma atribuição legislativa posterior.

No tocante ao plano legislativo brasileiro é bom que se comente como a posse de terra estava sendo conformada. O regime de sesmarias foi extinto em 1822. Entre 1822 até 1850 vigorou um período considerado “fase áurea do posseiro”. (CAVALCANTE, 2005), (COSTA NETO, 2006), (SILVA, 2015). Nesse período, várias porções de terras foram apropriadas, não havendo aparato legislativo que dispusesse sobre tais ações, isso no contexto nacional. Entretanto, em 1850 baixou-se a Lei de Terras, que foi o berço da propriedade privada da terra no Brasil<sup>19</sup>. A referida Lei instituiu que o formato de apropriação de terras deveria passar pela compra. A compra seria o formato legal de apropriação.

---

<sup>19</sup>A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 na íntegra: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm)

Cumpra-se a necessidade de comentar sobre a referida legalidade. Para Silva (1999) existe a formalização de uma legalidade que está geralmente tutelada pelo Estado (governo) e atrelada à lei. Nesse caso, a formalização de uma propriedade estaria condicionada as leis em vigor em uma determinada sociedade (RIBEIRO, 1997), (SILVA, 1999). Ao tomar de análise os formatos de propriedade de terras em um regime legal, como é o caso dos exemplos de apropriação territorial para o Vale do Jequitinhonha, tratados em Botelho (1999), verifica-se que havia formatos estabelecidos para se considerar legal a posse e que os camponeses não estavam dentro deles.

O sistema de Sesmarias em si já tinha um formato interno de propriedade e que indicava legalidade na posse, a partir de títulos concedidos pela Coroa. A distribuição de terras, em formato de pagamento por serviços prestados, era uma condição de acesso à terra, com caráter legal. Porém, aos demais formatos de apropriação não tinha aparato legislativo que assegurasse a posse. A Lei de Terras de 1850 instituiu outro formato legal para adquirir terras, isso por meio da compra.

Se as sesmarias tinham perfis ideais para o acesso à terra, basicamente fundamentado nos atributos financeiros, a Lei de Terras não corrigiu isso. Pode-se dizer que o que ocorreu foi a renovação e consolidação dessa estrutura seletiva. Dois são os movimentos que carecem destaque nesse processo, isso pensando em contexto nacional. De um lado, a terra que ganhou preço e se inseriu em um processo mercadológico. Isso, que, ao pensar o Vale do Jequitinhonha, não havia noção por parte dos posseiros, camponeses em geral, dessa relação de mercado em que a terra passava a assumir, fugia-se da realidade desses, bem como de sujeitos que estavam a formar fazendas. (RIBEIRO, 1997), (BOTELHO, 1999), (CAVALCANTE, 2005).

De outro lado – pensando novamente no plano nacional – ocorreu o reforço à exclusão daqueles que não dispunham de recursos financeiros. A terra dentro de um processo excludente. A referida Lei de 1850, nada mais foi que um projeto criado justamente para excluir trabalhadores pobres do acesso à terra. No bojo das transformações do século XIX e nas constantes reivindicações para a abolição do tráfico negreiro e mesmo da escravidão, baixou-se uma legislação que seria uma forma de assegurar que imigrantes de diferentes origens garantissem a mão de obra agrária em casos da perda de cativos, pois não tendo acesso à terras estariam sujeitos a agregarem-

se em propriedades de terceiros, mantendo a força de trabalho para manutenção de latifúndios. Não por acaso a Lei de Terras de 1850 ter sido promulgada em período quase que concomitante com a Lei Eusébio de Queiroz<sup>20</sup>.

Quanto a sua aplicação no contexto da apropriação territorial do Vale do Jequitinhonha, pode-se dizer que não teve alterações na estrutura fundiária em formação. De acordo com Ribeiro (1997) “o impacto mercantil da Lei de Terras foi menos acentuado no século XIX nas zonas não exportadoras”. (RIBEIRO, 1997, p. 98). A forma de apropriação de terras nessa área, ainda era a posse, sem aplicação comercial. Ribeiro (1977) assinalou que até mesmo em meados do século XX a terra não tinha efetivamente se tornado um bem comercial no Vale do Jequitinhonha. O que merece destaque é que, mesmo havendo um plano legislativo nacional, as posses de camponeses permaneciam fora do contexto legal.

Pouco tempo após a introdução da República no Brasil, a Lei de Terras foi substituída. A Constituição da República de 1891 transferiu a responsabilidade com as terras para os Estados<sup>21</sup>. Segundo Martins (1983), muitas das terras passadas aos governos dos Estados foram parar nas mãos de oligarquias rurais. Fazendo permanecer a configuração excludente do acesso à terra e contribuindo com a manutenção e expansão de latifúndios. Ficava a cabo dos Estados desenvolverem suas políticas de distribuição de terras e muitos deles acabaram entregando grandes porções em mãos de fazendeiros e imperialistas que tinham interesses na especulação de terras. De acordo com Martins (1983) esse processo ficou mais evidente, principalmente, entre os Estados do Sul e do Sudeste do País. (MARTINS, 1983).

No caso específico de Minas Gerais, Martins (2018) apontou que o Estado optou por um regime de alienação, onde, os interessados em adquirir terras devolutas deveriam compra-las em hasta pública ou então solicitar concessões. E “a medição dos terrenos corria as expensas dos interessados, pagando-se 75 réis por metro corrente de perímetro nas zonas da mata e 30 réis na do campo”. (MARTINS, 2018, p.235). Ainda segundo o mesmo autor, havia dois objetivos nessa política de terras, quais sejam, “promover o povoamento do solo e favorecer o aumento da produção por meio da

---

<sup>20</sup> Para um debate historiográfico aprofundado ver: Martins (1982), Mamigonian (2017), Vitorino (2008).

<sup>21</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) > acesso em 30/09/2020.



colonização sistemática com o emprego de trabalhadores estrangeiros ou nacionais”. (MARTINS, 2018, p.235-236).

O governo de Minas Gerais nutria a expectativa de que essa distribuição de terras traria grandes resultados para a agropecuária do Estado, porém não foi o que se sucedeu. Martins (2018) apontou que houve um número baixíssimo de contratos assinados. Ainda segundo o autor, isso se deveu ao fato de que essas terras eram em geral afastadas dos centros de consumo e das vias férreas. Além de que havia certa lentidão nos processos de compra e venda, resultando em demora na legitimação dos terrenos devolutos. Assim, pontuou o autor;

o pequeno aparelhamento e a má organização dos procedimentos do serviço de terras, as protelações dos ocupantes de posses antigas (de acordo com a Lei n. 601 de 1850 e respectivo regulamento) em providenciar sua legitimação, a ausência de permissão de permuta de terras devolutas por outras de propriedade particular nas margens de estrada de ferro, adequadas para colonização, tudo isso concorria para que a regular e sistemática ocupação do solo em vastas porções mineiras seguisse obstruída. (MARTINS, 2018, p.236-237).

Martins (2018) sobre essa posse de terras na legislação mineira ainda ressaltou que era uma política que não atendia aos posseiros e camponeses pobres em geral. Os custos relativos à medição, mesmo o preço pago e as burocracias envolvidas, faziam dificultar o acesso desses as terras e mesmo no caso dos posseiros legitimar as suas posses. Verifica-se então que a legislação que dispunha sob os formatos de apropriação territorial permaneciam restritos. Retomando a questão fundiária no Vale do Jequitinhonha, afirma-se que o processo de apropriação que estava ocorrendo permanecia na contramão da legislação agrária.

Até meados do século XX a terra no Vale do Jequitinhonha permanecia sendo apossadas sem aparatos legais e ainda sem ter adquirido princípios mercadológicos fundamentados nos preceitos capitalistas. Segundo Ribeiro (1997) “a terra era quase sempre um bem de preço pouco simbólico, baixo em comparação ao preço que depois veio a possuir”. (RIBEIRO, 1997, p. 95). Ainda conforme o autor, muitos negócios envolvendo a terra eram feitos por meio de trocas que envolviam desde manufaturados até animais. O autor mencionou que era comum a existência de trocas de terras por rapadura, farinha, fumo, cachaça, leitão, tacho de cobre e outros. Esse tipo de troca

mostra como a terra era vista e concebida para os sujeitos dessas áreas. (RIBEIRO, 1997).

Quanto à estrutura fundiária que se formou no Vale do Jequitinhonha até fins do século XIX e princípio do século XX, observa-se de um lado, a existência de grandes porções de terras que estavam sendo apropriadas por fazendeiros, e de outro a existência de várias posses de camponeses. Havia um formato de posses que estava fundado nas formas tradicionais de ocupação, externando-se da concepção da terra enquanto um produto comercial. A terra era ocupada e o trabalho nela identificava posse, mas não uma posse legitimada por aparatos legais, sim posses fundadas no direito costumeiro.

Ribeiro (1997) e Galizoni (2000, 2005, 2007), usando da delimitação entre Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, assinalaram que no Baixo e no Médio Jequitinhonha destacou-se a ação das fazendas de gado. Mesmo com a existência de posseiros e agregados, era de predominância das fazendas. (RIBEIRO, 1997). Quanto a microrregião do Alto Jequitinhonha, nessa, esteve presente, predominantemente as unidades familiares. (GALIZONI, 2000, 2005, 2007).

Botelho (1999) assinalou que a fazenda não teve o mesmo peso nessa localidade em relação a outras áreas do Vale do Jequitinhonha, justamente em razão do predomínio dos sítios familiares. (BOTELHO, 1999). Nesse sentido, na sequência, centraremos nossos esforços em compreender especificamente a estrutura fundiária do Alto Jequitinhonha para o século XX, isso também para situarmos a microrregião e localidade de abrangência desse estudo<sup>22</sup>.

### **1.1.3 O Alto Jequitinhonha**

A microrregião do Alto Jequitinhonha pode ser dividida em duas sub-regiões, isso levando em conta as características ambientais e socioculturais da área. A primeira sub-região localiza-se na Serra do Espinhaço, na porção meridional, possuindo altitudes entre 1.100 e 1.400 metros, tendo em Diamantina como sua principal referência. A segunda sub-região é formada por extensas áreas planas, com altitudes entre 800 e 1.100 metros. Essa sub-região tem nos municípios de Capelinha, Itamarandiba e Turmalina

---

<sup>22</sup> Para trabalhos que tratem da questão fundiária do Médio e Baixo Jequitinhonha, ver trabalhos de Ribeiro (1997), Bohnenberger (2011), Teixeira & Zhouri (2013), Lopes (2018) e Pereira (2018).

como áreas de referências. (FAVEIRO; MONTEIRO, 2014).

Quanto à formação ambiental do Alto Jequitinhonha, essa se subdivide basicamente entre as chapadas e as grotas, coberto por cerrados, campos e vegetação de transição para a mata atlântica ou caatinga. (RIBEIRO *et al*, 2007). As grotas são onde vivem a maioria da população rural. (GALIZONI, 2005). As chapadas são de pouca fertilidade, diferente das grotas onde as terras são mais férteis, especialmente naquelas que contam com a presença de capões. Nessas áreas pratica-se a agricultura. (BOTELHO, 1999). As chapadas são lugares onde, no passado, eram criados gados a solta e para exploração de frutos variados e caças. Eram lugares comuns, que não eram de ninguém e ao mesmo tempo era de todos. (GALIZONI, 2005, 2007), (RIBEIRO *et al*, 2007).

**FIGURA 2 – Mapa da microrregião do Alto Jequitinhonha**



Fonte: Cruz *et al*, 2015.

De acordo com Souza (2010), na virada do século XIX para XX, havia um conjunto de relações sociais, onde a configuração territorial que se verificava, especialmente para as áreas que tiveram grande fluxo em virtude da mineração, contava com grandes extensões de terras devolutas, que eram tidas como propriedade coletiva. É o caso das chapadas. Havia também significativa quantidade de pequenos e médios

posseiros exercendo trabalho familiar, ou trabalhando no “sistema camarada pago ou dia trocado”. (SOUZA, 2010, p. 58).

Para o século XX a dinâmica de acesso à terra foi se alterando com base na quantidade de terras disponíveis, isso regulando os formatos de apropriação. De acordo com Galizoni (2002, 2005, 2007) a principal forma de acesso à terra no Alto do Jequitinhonha, passou a estar associado à herança. Antes, deve-se ressaltar sobre a configuração de posse da terra, anterior a concepção de terra enquanto mercadoria, no interior da noção capitalista de propriedade, que, para o Alto Jequitinhonha, ocorreu só bem avançado o século XX. Assim como estudado por Galizoni (2002, 2005, 2007) a instalação de uma posse para o camponês esteve diretamente ligada com o trabalho na terra, ou seja, uma terra trabalhada, com cultura, demarcava a posse.

Não foge ao formato que ocorria para épocas anteriores em todo o Vale do Jequitinhonha. O que se deve mencionar é a existência de uma noção de posse. Noção essa em que estava ligada ao trabalho executado na terra. Esse movimento constituía-se em um formato de posse, mas não em um sentido rígido de dominação. A noção de propriedade da terra, nesse sentido, a posse pelo trabalho, corresponde apenas a um formato social. O próprio conceito de propriedade deve ser cuidadosamente tratado, pois assim como pontuado por Ribeiro (1997) e mesmo por Galizoni (2005) o conceito em si é originário do sentido capitalista de privado.

Nesse sentido, vale-nos mencionar que são dois entendimentos para a noção de propriedade. Ribeiro (1997) pontuou, inclusive, que seria bastante errôneo aplicar o conceito de propriedade ao tratar dos formatos de posses de trabalhadores, bem como para designar os terrenos que constituíam, isso sem antes apelar para a crítica desse sentido de propriedade, que na verdade tem suas bases na noção capitalista do privado. Não se pode ignorar o processo histórico que tem por detrás do conceito. Além disso, seu uso sem uma reflexão acaba por legitimar toda a lógica capitalista de privado que resultou em expropriações de terras e se sobrepôs sobre o direito costumeiro. (RIBEIRO, 1997). Ademais, essa não pode ser a forma aplicada ao tratar da relação trabalhador/terra até meados do século XX para a localidade aqui tratada.

As posses nem sempre foram propriedades, elas se tornaram propriedades. O sentido do ter e do possuir mudou justamente com a introdução da lógica de mercado. (RIBEIRO, 1997). Para o camponês, esse se apropriava de um lote de terras e ao

cultiva-las demarcava sua posse. O que o identificava enquanto dono daquela terra era o resultado do trabalho que ali desenvolvia. Só posteriormente, quando introduziu a condição da terra enquanto produto de mercado, é que imperou o fenômeno capitalista do sentido de propriedade, do ter, do possuir.

Outro ponto fundamental para se compreender a estrutura fundiária no Alto Jequitinhonha trata-se da terra comum. Ainda tomando como base os estudos de Galizoni (2002, 2005, 2007) e aliando aos de Freire (2001) e Noronha (2003), a terra comum, em definição, eram os espaços que todos poderiam usufruir, de modo a realizar extração de frutos e flores, criar gados à solta, entre outros. Terras que no caso ficavam nas chapadas. (GALIZONI, 2005, 2007).

As áreas definidas como campo, ou seja, aquelas que possuíam como vegetação “capins nativos, arbustos e árvores como muçambé, cagaita, monjolo e maria-mulata, não são áreas propícias para lavouras, sendo utilizadas somente para pastoreio e extração de madeira, lenha, frutas e plantas medicinais”.(GALIZONI, 2002, p.563). Essas seriam áreas comuns, onde todos teriam direito de criar seus gados, extrair frutas e árvores. Os denominados “tabuleiros”, tendo como possibilidade a extração de frutos como pequi, panã, fruta de leite, mangaba e outras frutas, eram também áreas de extração comum. (FREIRE, 2001), (NORONHA, 2003).

Em síntese, havia a divisão espacial em que a posse se fazia por meio do trabalho em determinada gleba. Por outro lado, os recursos naturais e as áreas não propícias à agricultura eram áreas comuns. A formação do que se formalizou como propriedade acabou por constituir, basicamente, a existência de um quintal, instalada à casa e um espaço para roça. Os campos sendo espaço de colheita de frutos e flores e criação de gado. Esse era um padrão básico do tipo de propriedade rural para a segunda metade do século XX no Alto Jequitinhonha.

Com o crescimento populacional e as inúmeras apropriações, a constituição de terras passou a tomar outro formato que não especificamente à terra pelo trabalho, mas um formato de herança. Assim como assinalado por Galizoni (2005) para o Alto Jequitinhonha, os laços de parentesco “urdiram internamente as comunidades rurais, que quase sempre são comunidade de parentes: herdeiros de ancestrais comuns que iniciaram o povoamento da localidade”. (GALIZONI, 2005, p.44).

Noronha (2003) pontuou sobre o caráter familiar das apropriações territoriais do

Alto Jequitinhonha. Ressaltando também sobre as posses posteriores e a formação de núcleos comunitários com grande base de parentesco, onde as heranças subdividiam os territórios. De acordo com Galizoni (2002, 2005) as formas de constituir a terra por meio da herança, davam-se basicamente de pais para filhos em momentos de casamentos ou falecimentos. Lima (2010) apontou para o fato de que esse formato de redistribuição da terra pela herança acabou por trazer um ambiente de “minifundização” do território, ocasionada por constantes partilhas de terra. (LIMA, 2010).

Diante disso, as comunidades rurais acabaram por constituir-se de pequenas propriedades de caráter familiar e com forte concentração parental. Nisso, pode ser tomado outra característica da formação fundiária do Alto Jequitinhonha, trata-se da “terra no bolo”. (GALIZONI, 2005). A “terra no bolo” constitui-se dessa passagem de propriedade por meio da herança, sem um aparato legal, evocando novamente o conceito de legalidade estudado por Silva (1999), que perpassa por uma legalidade institucional, ou seja, formalização perante o poder público governamental.

A “terra no bolo” trata-se de uma concentração de trabalhadores na terra sem a existência de uma formalização da propriedade. Porém todos socialmente identificados como donos a partir de convenções particulares, seja pelo direito interno da herança ou pelo trabalho realizado na propriedade. (GALIZONI, 2005). A estrutura básica da formação fundiária do Alto Jequitinhonha perpassou por essas características. Diamantina com seus múltiplos povoados rurais contempla internamente essas particularidades, visíveis e encontradas até os dias atuais.

Para além das modalidades de aquisição de terras não se pode desconsiderar o formato comercial. A terra ganhou sentido de mercado, possuindo um preço a partir das transformações da sociedade. No caso do Vale do Jequitinhonha, essa mercantilização da terra ocorreu especialmente a partir de meados do século XX. Após a concentração populacional, a forma da apropriação de terra pelo trabalho não seria mais um modelo, bem como as outras formas de apropriação. Com a maioria das propriedades produtivas já ocupadas, as terras restantes e acessíveis em termos agrícolas, se não passadas em herança, passaram a serem vendidas, arrendadas, trocadas ou qualquer outra ação que justifique a exploração lucrativa por parte daquele que se consolidou dono. Esse é o principal formato até os dias atuais.

#### **1.1.4 O desenvolvimento, o reflorestamento e a terra**

Após ter vivido o auge da riqueza da extração mineral entre os séculos XVIII e XIX o Alto Jequitinhonha inseriu-se na segunda metade do século XX em uma nova fama, embora dessa vez com atributos negativos. A área que se destacou pela fortuna que dali saiu, se inseriu em uma conjectura oposta ao que viveu no passado. Criou-se uma imagem de um lugar pobre, miserável em constante decadência. Todo o Vale do Jequitinhonha recebeu a identidade de “Vale da Miséria”.

O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, apresenta hoje, uma imagem que, segundo o Sr. Fidelcino Viana, diretor Superintendente da CODEVALE “nem sequer é a do subdesenvolvimento; tem a dinâmica da marcha-á-ré”. Com baixa renda per capita e um setor industrial pouco desenvolvido, a pecuária é ali a atividade de maior influência econômica, ao lado da lavoura, embora pouco aquinhoada pelo crédito rural. Esperançosos da ação da SUDENE e do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, seus habitantes permanecem á espera do "Know—how" e dos financiamentos, para a exploração das potencialidades do Vale, que são amplas. O retrato do Vale está pronto; foram feitos amplos trabalhos técnicos pela CODEVALE<sup>23</sup>.

Para fins da década de 1960, o Vale do Jequitinhonha passou a ocupar as páginas dos noticiários contando com reportagens alarmantes sobre a condição miserável em que estava inserido. No excerto anterior, ver-se uma reportagem do Jornal *Voz de Diamantina*, do dia 24 de abril de 1968. É uma das várias reportagens divulgadas pelo Semanário e que fazia menção a uma necessária mudança estrutural para o Vale do Jequitinhonha. Nessa mesma edição do Jornal, foi divulgado o que foi denominado “Retrato do Vale”. Tratava-se de um levantamento prévio da região realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE). O levantamento diagnosticou a situação da região, questões geográficas e potenciais de exploração. Em meio a essas reportagens e entre várias outras, traziam destaque informando sobre uma região em situação precária, “gritando por socorro”<sup>24</sup>.

Em 1964 instalou-se no Brasil o governo civil militar. O plano de ação desse governo incluía atuar em estratégias para um crescimento econômico nacional. Nesse sentido, fez opção por políticas de desenvolvimento pautadas no desejo de alcançar o progresso nacional. No setor agrícola, adotou uma modernização conservadora, em favor da produtividade, contemplando o segmento patronal. Os setores da economia que

<sup>23</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 62, n. 24, 14 abril 1968, 4p.

<sup>24</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 62, n. 29, 19 maio 1968, 4p.

apresentavam potenciais que pudessem sustentar esse desenvolvimento foram incentivados. Havia também forte intenção desse governo em expandir a industrialização no País.

Esse já era um debate anterior ao golpe militar de 1964. Bem da verdade que desde fins da grande crise de 1929 já se falava em desenvolver o País sob as bases da industrialização, debate também renovado após a segunda guerra mundial. (DOMINGUES, 2002), (OLIVEIRA, 2015). Essa pauta encontrou maiores elementos na década de 1950 quando ocorreu o que Silva (1999) chamou de “dicotomia dos dois brasis”. Essa dicotomia girava ao redor de uma concepção de um Brasil arcaico, rústico e ligado as características rurais, definindo isso como atrasado. Por outro lado um Brasil renovado e desenvolvido, identificado com a industrialização e urbanização. (SILVA, 1999).

O governo civil militar, em sua introdução, deu estímulo a proposta da modernização. Criou-se inicialmente o Estatuto da Terra<sup>25</sup>. Esse Estatuto teve dupla função, a primeira resultou das lutas camponesas que eclodiram por vários lugares do Brasil nas décadas de 1950 e iniciado a década de 1960. Formalizar um documento era uma forma de conter, em partes, tais movimentos reivindicatórios. Sobre isso tratar-se-á em capítulo posterior. A segunda função foi ser fundamento para à modernização do espaço rural, ancorado em um pretense objetivo de estimular a produtividade agrícola. O Estatuto da Terra se disfarçou inicialmente de um arcabouço para desenvolver a reforma agrária. (MARTINS, 1983). Porém, não passou de uma estratégia para sustentar os latifundiários.

Nessa primeira parte desse trabalho tem se feito um movimento de verificar as ações nacionais, inclusive no que se refere às questões legislativas e fazendo um diálogo com a área de abrangência desse estudo. Antes que continuemos adiante, no que se refere especificamente à questão das ações do governo militar, é importante que se faça uma breve contextualização para compreender como a terra estava sendo tratada no aspecto legislativo. Essa contextualização é importante para verificar a introdução dos empreendimentos na região do Alto Jequitinhonha no processo de desenvolvimento nacional.

Ao longo do século XX a legislação agrária não se desviou do propósito de

---

<sup>25</sup> BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm) > acesso em 01/10/2020.



beneficiar as oligarquias rurais. No plano legislativo não houve nas primeiras décadas um esforço efetivo por parte do Estado brasileiro em atuar em favor da posse de terras aos sujeitos desprovidos de recursos. (PANINI, 1990). Embora houvesse uma ou outra legislação tramitando e que dizia respeito ao direito de terras, foram apenas letras mortas. Cita-se, por exemplo, o caso das lutas camponesas do Nordeste na década de 1940 e que acabaram por conseguir levar para a Constituição de 1946 a reforma agrária como um dever do Estado<sup>26</sup>.

A Constituição de 1946 trouxe o elemento da reforma agrária, prevendo a desapropriação de terras para fins de formar novas posses<sup>27</sup>. O governo previa que a expropriação para fins de reforma agrária ocorreria à custa do Estado. Deveria pagar aos expropriados a terra. A proposta foi aceita para uma boa quantidade de camponeses em luta, porém não saiu do planejamento<sup>28</sup>. O governo não fez as expropriações, pois alegava não ter dinheiro para fazê-lo. Nesse caso, não tendo resultado positivo. (PANINI, 1990). Após isso, a legislação posterior que veio a tomar maior atenção foi mesmo o Estatuto da Terra.

No caso de Minas Gerais, no ano de 1966 houve a implementação da Lei nº 4.278 de 21 de novembro de 1966, instituindo-se a RURALMINAS<sup>29</sup>. Essa Lei casava com o Estatuto da Terra, cujo objetivo era regulamentar os projetos de colonização e desenvolvimento rural. (SILVA, 1999). O objetivo central da RURALMINAS era legalizar as posses e torna-las produtivas, não se desassociando dos princípios do Estatuto da Terra. Pode-se aplicar aqui o sentido da transformação da terra de posse em propriedade, como no entendimento de Ribeiro (1977), pois a terra atingia a mercantilização e de fato passaria para o sentido de propriedade, algo legitimado.

Havia, no entanto, um preço “simbólico” em todo o processo de legitimação da propriedade. (SILVA, 1999). De um momento a outro as sociedades rurais com suas posses fundamentadas no direito costumeiro, teve as relações intermediadas pelo dinheiro. Rompeu-se com um modelo tradicional de relação com a terra para outro, o

---

<sup>26</sup> BRASIL. Constituições Brasileiras. 1946, volume 5. Disponível em < [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v5\\_1946.pdf?sequence=9](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf?sequence=9) > acesso em 01/10/2020.

<sup>27</sup> Ibid. p. 17

<sup>28</sup> Ver sobre isso: Stédile (2005).

<sup>29</sup> MINAS GERAIS. Lei 4.278 de 21 de novembro de 1966. Disponível em < <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-4278-1966-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-fundacao-destinada-a-promover-a-colonizacao-e-o-desenvolvimento-agrario-no-estado-e-da-outras-providencias> > acesso em 02/10/2020.

comercial. De acordo com Silva (1999) mesmo com preços considerados simbólicos, grande quantidade de posseiros no Alto Jequitinhonha não conseguiu arcar com os custos de terra para legitimar suas posses nesse período. Diante disso “venderam suas terras ou simplesmente as entregaram aos mercadores de terras provenientes do Estado de São Paulo ou às grandes companhias estatais ou privadas de reflorestamento”. (SILVA, 1999, p. 38).

Essas terras adquiridas pelos mercadores paulistas acabaram sendo revendidas para grandes empreendedores. Camponeses se sentiam amedrontados com a possibilidade de ficarem sem as terras, uma vez que não tinham a condição de legitimarem-nas, acabavam vendendo-as a preços módicos, coagidos com a possibilidade de serem expulsos a qualquer tempo. (SILVA, 1999). Havia uma estrutura que facilitava introduzir no camponês a ideia das perdas de terras que seria gerida pelo Estado. De acordo com Silva (1999), os mercadores paulistas representavam ao mesmo tempo ameaça, pois era a perda das terras, mas também a salvação, pois ao compra-las evitava que perdessem para o Estado ou para as grandes companhias. (SILVA, 1999), (SOUZA, 2018).

No bojo das transformações nacionais a legalidade foi tomando forma e se expandindo para atender a determinados interesses. Uma legalidade sempre excludente e por vezes mascarada de benefícios. O caso da RURALMINAS é um desses, pois previa uma legitimação de terras, mas por outro lado não se estruturou aos moldes da sociedade que estava instalada, composta por camponeses sem acesso facilitado a dinheiro. Foi criada com duas faces, a primeira era a de que seria algo bom, mas tão logo se mostrou cega as realidades, causando a exclusão. Não que seja surpreendente a fórmula da legalidade, pois assim como assinalado por Silva (1999), para que seja bem formulada e implementada as leis precisam se revestirem de um caráter inclusivo, necessário, ideal e por vezes benévolo.

Deve-se, no entanto, verificar como o Alto Jequitinhonha chegou a ser incluído no projeto de desenvolvimento nacional. O governo militar estava incentivando as indústrias produtoras de bens duráveis e os seus fornecedores de matérias primas, nesse sentido entre esses setores, verificou-se a presença da siderurgia. (CALIXTO, 2006). A siderurgia foi desde princípios do século XX um setor que teve grande parcela de investimento governamental. (BARROS, 2015), (POSO, 2015). Minas Gerais se

destacou em termos de empreendimentos nesse setor, justamente em razão dos recursos naturais do qual dispunha. Além disso, dispunha também de uma ampla cobertura vegetal, especialmente nas áreas do cerrado e mata. Sendo inclusive, esses os elementos de justificativa dos políticos mineiros para atrair a siderurgia para esse Estado. (CALIXTO, 2006).

Nesse setor, faz-se indispensável o uso do carvão vegetal ou mineral. Dado a extrema produção e em decorrência da crise do petróleo ocorrida entre 1974 e 1976, priorizou o carvão vegetal ao invés do mineral. Isso, pois, era visto como uma fonte tecnológica de fato comprovada e viável economicamente, independente de fontes energéticas importadas. (CALIXTO, 2006). Muitas empresas apostaram no carvão vegetal como boa opção para o progresso da siderurgia. (TEIXEIRA, 2018).

O eucalipto foi eleito para suprir as necessidades dos empreendimentos de siderurgia. Isso, pois era uma planta que tinha rápido crescimento e melhor rendimento. Também já estava sendo usado e pesquisas apontavam seu potencial. (TEIXEIRA, 2018). Além disso, o processo que levou a adoção do uso do carvão vegetal também esteve ligado às pressões de órgãos ambientais para o reflorestamento. Sendo assim, além das vantagens do uso do carvão vegetal, as empresas siderúrgicas ainda cumpria, em tese, a legislação ambiental. (CALIXTO, 2006), (TEIXEIRA, 2018).

Aos fins da década de 1960 o governo no intento de estimular o reflorestamento passou a conceder incentivos fiscais tanto a pessoas físicas quanto jurídicas. Dispensando até 50% de descontos em imposto de renda, entre outras concessões dessa natureza. (CALIXTO, 2006). Essa medida atraiu muitos investidores, onde até as pessoas físicas poderiam fazer jus a empréstimos a fins de investirem no reflorestamento. Havia facilidade de adquirir créditos, pouca fiscalização no que se refere ao cumprimento da preservação ambiental e constante estímulo do governo. (TEIXEIRA, 2018). Muitos investidores entregaram-se à atividade do reflorestamento, mesmo sem ter conhecimento do setor, apenas no intento de lucrar. (CALIXTO, 2006).

No caso do Vale do Jequitinhonha, desde 1964 já estava sendo criada uma concepção de estagnação, local atrasado e extremamente carente. No que se refere à agricultura, essa não apresentava a configuração que era desejada no processo de produtividade concebida pela modernização conservadora. Outro ponto a se destacar foi a fundação da CODEVALE. Instalada em 1964, a Comissão tinha como finalidade

contribuir com a formação de “uma mentalidade empresarial na sua área de abrangência, promovendo lideranças econômicas” (PESSÔA, 2012, p.44). E como vimos na citação anterior do Jornal *Voz de Diamantina*, a CODEVALE construiu continuamente uma imagem de atraso do Vale do Jequitinhonha, contribuindo para a criação do “Vale da Miséria”.

A imagem de “Vale da Miséria” foi construída com base em um levantamento das características estruturais da região. Segundo Oliveira (2015) a associação do Vale com a pobreza surgiu dos baixos indicadores sociais apresentados, bem como a existência de uma agricultura de caráter familiar de subsistência sem ligação com a produção “de mercadorias para um mercado urbano industrial”. (OLIVEIRA, 2015, p. 114). Constituiu-se a noção de pobreza ao ritmo de vida e trabalho externo ao sistema de mercado. Essa imagem foi sendo densamente intensificada aos fins da década de 1960 até o plantio dos eucaliptos na década de 1970.

Nesse sentido, eram necessárias estratégias para romper com aquele construído “Bolsão da Miséria”, fazendo com que a área recebesse investimentos visando o desenvolvimento. Diante disso, o reflorestamento foi sendo um campo de aposta, já que consideravam que a agricultura não apresentava potencialidades. O processo de implementação de ações para o Alto Jequitinhonha foi montado na década de 1970 e veio endossado por um debate sobre desenvolvimento. Debate esse muito fácil de aderir, pois o desenvolvimento em si é como assinalado por Redin (2014) termo constituído de complexas e multifacetadas interpretações, “sujeito à maleabilidade teórica, talvez, um labirinto inextrincável, profetizando algo positivo, onde se deve, sem interpelar, caminhar para alcançá-lo”. (REDIN, 2014, p.7). O desenvolvimento geralmente possui uma face dupla, orientada a esconder os aspectos negativos que carrega<sup>30</sup>.

Segundo Silva (2014a) o processo de desenvolvimento do Alto Jequitinhonha, incentivado pelo governo militar, ocorreu visando suprir demandas do setor industrial, estimulando a produção florestal. Esse estímulo veio a todo fôlego na década de 1970 com a intenção de estimular os empreendimentos siderúrgicos do centro sul mineiro e “viabilizar a implantação da indústria ferrífera no Estado de Minas Gerais, com intuito de promover o desenvolvimento do setor industrial dos estados de São Paulo e Rio de

---

<sup>30</sup>Uma análise conceitual sobre o desenvolvimento incorporado ao rural é estudado por Veiga (1991, 2000).

Janeiro”. (SILVA, 2014a, p. 97).

A monocultura do eucalipto tornou-se uma opção para o desenvolvimento local e que serviria ao desenvolvimento estadual e conseqüentemente ao desenvolvimento nacional. A formação ambiental do Alto Jequitinhonha propiciou a introdução do eucalipto. A existência de elevada extensão de áreas planas, que no caso eram as chapadas, e o clima propenso fez com que fosse o lugar adequado para a monocultura. E o debate do “Vale da Miséria” sustentou a premissa de que era uma solução favorável ao desenvolvimento em diferentes escalas. As ações da RURALMINAS demarcando terras, também fez com que muitos espaços fossem considerados devolutos, especialmente aquelas consideradas pelos agricultores como áreas comuns. Também ocorreu que aquelas terras compradas e revendidas por mercadores paulistas caíram em mãos de investidores do reflorestamento. Era um local de terras propensas à monocultura, além disso, eram terras baratas.

Então, na década de 1970 houve a introdução dos empreendimentos do reflorestamento nas áreas do cerrado e campos-cerrados da alta e média bacia do rio Jequitinhonha. Foram ocupadas pelos programas de reflorestamento, extensas áreas das chapadas. Fazendo com que agricultores perdessem áreas de criação de gados e mesmo de cultivos. As áreas comuns foram sendo amplamente ocupadas pela “planta estranha”. (SILVA, 1999), (LEITE, 2015). Agricultores foram excluídos dessas áreas, sendo banidos até mesmo do recolhimento de lenhas. (SILVA, 1999). Houve modificações intensas na estrutura fundiária em razão dessa monocultura entre as décadas de 1970 e 1980. Iniciou um constante fluxo migratório e uma fragmentação nas propriedades rurais e concentração de agricultores nas grotas em pequenas extensões de terras. (RIBEIRO *et al*, 2007). (LEITE, 2015), (SOUZA, 2018).

Eis o problema do desenvolvimento, sua outra face, que nesse sentido foi a exclusão. Os projetos ligados à monocultura do eucalipto vieram como salvador do “Vale da Miséria”. Previa que seria uma produção que conseguiria realizar o reflorestamento, ao passo que utilizaria de áreas devolutas e ainda abriria frentes de emprego. Entretanto, a monocultura do eucalipto gerou problemas para a população que estava instalada nas áreas de abrangência. (CASTRO, 2014), (LEITE, 2015), (ALMEIDA, 2018).

Houve violência no formato de expropriação de terras nesse período, para que

desse lugar a um desenvolvimento multifacetado. Ao tratar de violência, não necessariamente indica-se um movimento de confrontos diretos e físico, existe uma grande variedade do que se pode entender por violência e que possuem efeito tão qual ou superior a de um confronto direto com base física. (LIMA, 2015). Nesse caso, assinala a existência da violência da qual Silva (1999) caracterizou como “violência escondida e legal”. (SILVA, 1999, p.27).

Assim como assinalado por Silva (1999) o Estado brasileiro era o gestor dessa violência desde que promulgou as leis para implementação dos projetos modernizantes. Além disso, o processo da RURALMINAS também foi ferramenta para chegar até essa violência. Diante dessa base legal, muitos camponeses foram expulsos de suas terras. Mesmo que essa expulsão muitas vezes tivesse diferentes proporções, inclusive até negociação entre o camponês e a empresa reflorestadora. (ALMEIDA, 2018). A expulsão se deu de várias maneiras, entre elas, o sistema de grilagem das terras, assim como destacado por Galizoni (2005), que consistia na posse indevida das propriedades com base em uma forjada propriedade amparada em um formato de legalidade. Outra modalidade foi a invasão das terras dos camponeses pelas empresas reflorestadoras e mesmo algumas terras que já tinham sido perdidas por camponeses ludibriados por mercadores. (SILVA, 1999), (ALMEIDA, 2018). De um jeito ou de outro a modernização da agricultura “foi realmente dolorosa para muitos segmentos da população rural”. (GALIZONI, 2005, p.35).

Todo um trajeto foi estruturado e culminou na introdução de um desenvolvimento multifacetado. A projeção do “Vale da Miséria”, as expropriações de terras baseado em uma concepção de legalidade, que fez com que muitos mercadores barganhassem terras por preços irrisórios e depois as vendessem a empreendedores do reflorestamento. Além disso, a chegada de um empreendimento que desconsiderou todo um sistema de lida com a terra, com as áreas consideradas comuns que foram tomadas como devolutas e romperam com toda uma dinâmica de relação sujeito/terra. (SOUZA, 2018).

Aqueles que tiveram “alguma sorte”, tiveram suas terras compradas. Disseminava-se entre a população que iriam perder as propriedades, se não pela venda, seria por outras vias, inclusive pelo próprio Estado, uma vez que não havia formalização da posse por meio legal. Resultado desse processo foi um grande número de expulsos de

suas terras, muitos tendo como saída as cidades. Outros empregaram nas companhias servindo no empreendimento de desenvolvimento daquele que passava a ser o “Vale da Esperança”<sup>31</sup>. (MOURA, 1988), (RIBEIRO, 1997), (CALIXTO, 2006), (ALMEIDA, 2018).

Galizoni (2005) também assinalou sobre os sujeitos que permaneceram nas propriedades ou migraram para outras glebas de terras nas proximidades. Segundo a autora, a monocultura acarretou a intensificação do uso da terra nas grotas e o desmatamento da vegetação nativa próximo aos mananciais e nas áreas de recarga. (GALIZONI, 2005). Todo esse processo dificultou demasiadamente a permanência dos camponeses nessas áreas, pois houve perda na qualidade do solo, diminuição das águas e mesmo dificuldades de criação de gados. (MOURA, 1988), (CALIXTO, 2006), (RIBEIRO, *et al*, 2007), (ALMEIDA, 2018).

Esse foi o período que introduziu muitas transformações no trato com a terra. Houve elevadas mudanças em relação a todo o curso de vida do camponês que se viu excluído da terra. Essa exclusão se verificou de modo tão dramático que os camponeses passaram a serem banidos de irem às áreas das chapadas, mesmo que apenas de passagem. (SILVA, 1999), (MAIA, 2000), (ALMEIDA, 2018). Introduziu uma planta desconhecida que acabou por gerar uma sucessão de desapropriações de trabalhadores e de um momento a outro tiveram que mudar suas estratégias de sobrevivência. (CALIXTO, 2006), (RAMALHO, 2014), (LEITE, 2015), (SOUZA, 2018).

Todo esse processo também ocasionou a transformação de vários camponeses em trabalhadores assalariados ou em trabalhadores em constante processo de migração para outros espaços, em busca de estratégias de manutenção da família e dos pequenos terrenos. (MOURA, 1988), (MAIA, 2000), (SOUZA, 2018). No novo cenário em formação, muitos dos que foram os “deserdados da terra” tiveram como alternativa a migração temporária para outros Estados para trabalhar em fazendas de café, corte de cana, empregos na construção civil e outros. (MOURA, 1988), (SILVA, 1999), (MAIA, 2000), (MENDONÇA, *et al*, 2013), (RAMALHO, 2014), (SOUZA, 2018).

O processo de imigração acabou por prestar um serviço aos fazendeiros de

---

<sup>31</sup> Sobre esse “Vale da Esperança” o arcebispo de Diamantina da época, Dom Geraldo de Proença Sigaud contribuiu para a formação dessa concepção embasada no processo de reflorestamento. Sobre isso ver trabalho de Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010). O Arcebispo foi um dos que contribuiu com a introdução do reflorestamento para o Alto Jequitinhonha. Além dos autores anteriores, ver também a dissertação de Almeida (2018).

outros Estados, como São Paulo, que tinham garantido mão de obra barata. O que ia de encontro com a expansão agrícola, nas fazendas de café, laranjais, ou nos canaviais paulistas, bem como para corte de madeiras do Noroeste mineiro e na colheita de café do Sul de Minas. (SILVA, 1999), (ALMEIDA, 2018), (SOUZA, 2018). A migração então, era tida como uma forma de reprodução social. Na concepção de Silva (1999) esse foi um processo de expropriação que “produziu e continua produzindo uma massa enorme de ‘errantes’ em busca de trabalho para a sobrevivência”. (SILVA, 1999, p. 58).

De um lado houve elevado número de camponeses em migração temporária, que deixavam suas famílias e rumavam para tais fazendas e lá trabalhariam para contribuir na manutenção da família, já que não tinham melhores estratégias de manutenção de seus terrenos. Por outro lado, uma massa enorme de agricultores que mudaram com suas famílias para outras áreas, especialmente para as áreas de cidades para tentarem trabalhos fixos, deixando permanentemente seus terrenos. Tudo isso acabou por romper com uma dinâmica de momento a outro, fazendo com que os agricultores fossem inseridos em outras configurações de vida e mesmo de trabalho. (MENDONÇA, *et al*, 2013), (SOUZA, 2018).

Essa foi uma forma de expropriação da terra, marcante no Alto Vale do Jequitinhonha. A outra face do desenvolvimento se deu por vista. Ainda que ignorado, o desenvolvimento se mostrou aquele labirinto assinalado por Redin (2014), mas não deixou oculta a face da exclusão de acesso à terra. O Estado gestou esse desenvolvimento, amparou a expropriação em base legal. O rural teve que conviver ao longo dos anos com um processo de modernização que surgiu nas cidades e relegando ao campo como local de atraso. A ideologia controversa do progresso, a dupla face do desenvolvimento e o conceito de legalidade que não levou em conta a relação agricultor/terra existente naquela sociedade. Houve a continuidade de muitos sujeitos no campo e somado a resistência diária desejada de um camponês, foram adotadas variadas dinâmicas de sobrevivência e trabalho.

Os efeitos da formação da estrutura agrária podem ser vistas até hoje nas comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. Na sequência abordar-se-á especificamente sobre o espaço rural de Diamantina para o período de 1970 até 1985, que é foco dessa pesquisa, mostrando as dinâmicas de lida com a terra e trabalho dos camponeses. Todo



o contexto histórico da questão da terra se fez necessário para que se entenda como se deu os contornos do rural que está sendo abordado aqui nesse estudo.

## **1. 2 O espaço rural em Diamantina**

Diamantina está localizada no limite Norte da Serra do Espinhaço. A partir das delimitações do IBGE na década de 1960, onde considerou os aspectos sociais como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e lugares como elemento da articulação espacial, o território de Minas Gerais se subdividiu em 12 mesorregiões homogêneas. Sendo que nessa divisão o município de Diamantina está localizado ao sul da Mesorregião do Jequitinhonha. A sede do município, a cidade de Diamantina, localiza-se a cerca de 290 quilômetros da capital do Estado. Localiza-se nas coordenadas geográficas 18°25' de latitude Sul e 43°60' de longitude Oeste, a 1.113 metros de altitude. (VARAJÃO, 2015), (FRANÇA, et al, 2018).

O município conta com uma extensão territorial de 3.891,659 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2019). Possui como paisagem característica a presença de chapadas, drenadas pela bacia do rio Jequitinhonha. (FRANÇA, et al, 2018). O município abrange grande quantidade de localidades rurais. Os distritos de Planalto de Minas, Desembargador Otoni, Senador Mourão, Inhaí, Mendanha, São João da Chapada, Pinheiro, Sopa, Guinda, Extração e Conselheiro Mata, são basicamente rurais e ainda compõe-se de elevada quantidade de povoados e sítios em suas proximidades. As definições das características dessas divisões serão dadas adiante.

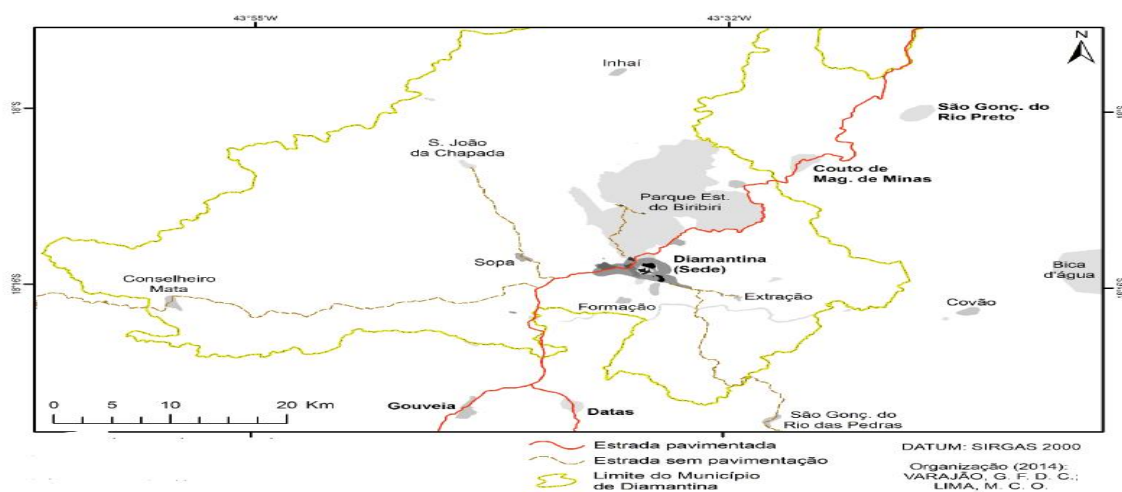
Esse estudo tem por base as áreas rurais de Diamantina. Na década de 1970 o número de habitantes que viviam no meio rural de Diamantina contava 10.843 moradores, enquanto que a população urbana contava 23.829 habitantes. Na década de 1980 os números de habitantes nas áreas rurais eram de 9.376, enquanto urbana 26.549 habitantes. (VARAJÃO, 2015). Antes de apresentar esse espaço rural e como estava constituído, abordar-se-á o contexto histórico que levou a delimitação rural no município.

**FIGURA 3 – Mapa das Mesorregiões Homogêneas do Estado de Minas Gerais, destacando o município de Diamantina**



Fonte: Varajão (2015).

**FIGURA 4 - Mapa do limite do município de Diamantina e localização da Sede**



Fonte: Varajão (2015).

### 1.2.1 A delimitação rural

Observa-se que as definições do que é rural e do que é urbano podem ser tratadas de formas diferentes em determinadas sociedades e épocas. (PÉREZ, 2001), (WANDERLEY, 2000). O fenômeno que deu maior contribuição para a concepção de uma separação rural e urbana foi no movimento de introdução do capitalismo, especialmente enraizado na industrialização e que acabou por fazer com que criassem em diversas sociedades dois espaços diferentes e com características definidas e em sua maioria, com algum grau de oposição. (PÉREZ, 2001), (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Do ponto de vista sociológico, costuma-se com frequência associar o rural com as práticas ali desenvolvidas. Verificando os habitantes dessa área em íntimo contato com a natureza e em formas específicas de lida com a terra e com o ambiente. Observando também as relações sociais e das configurações de uma população e suas práticas particulares a respeito do espaço, do tempo, das relações de trabalho e da dinâmica familiar. (WANDERLEY, 2000). Nesse sentido, atribuíram-se características próprias do que é rural a partir de tais elementos pré-definidos. (GIRARDI, 2008).

Limitando-se a essas características, supõe-se que o espaço rural seja uma categoria imutável, vista da mesma maneira em diferentes sociedades. Wanderley (2000) pontuou que não se pode conceber o rural a partir de uma forma a-histórica, ou como se todas as sociedades rurais tivessem a mesma configuração. A autora ainda assinalou que “ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma”. De fato, Wanderley (2000) estudando as formas do rural em diferentes países, observa que ao longo do século XX, nem todos os espaços rurais possuíam características pré-definidas que os identificassem, ou em outros casos essas características foram modificando com o passar dos anos. (WANDERLEY, 2000).

Alguns países delimitam seus espaços rurais a partir do tamanho da população, índices econômicos e utilização dos seus espaços e recursos. No entanto, Wanderley (2000) assinalou que não se pode conceituar o rural de uma sociedade a partir de atributos de outra. A autora (2000) concorda que “cabe ao pesquisador compreender as formas deste rural (do qual está a tratar) nas diversas sociedades passadas e presentes”. (RÉMY, 1993, *apud* WANDERLEY, 2000, p. 3). Nesse sentido, nos é devido explicar de qual rural estamos falando e quais as características desse rural para a época em que estamos abordando.

Sobre o espaço rural de Diamantina, os padrões de definição do que seria próprio do espaço rural e próprio do espaço urbano se deu no início do século XX. Apesar da existência de povoados nos arredores de Diamantina e que possuíam ritmo de trabalho essencialmente agrícolas e minerários, a própria cidade ainda possuía, ao longo do século XIX, mescla dessas atividades, tornando imprecisas as divisões de características próprias para cada espaço. Havia nesse contexto, uma mescla entre a cidade e o campo.

De acordo com Pinto (2015), no correr do século XIX era difícil demarcar onde

começava e onde terminava a cidade e o campo. Isso, pois, estavam espalhadas pela cidade, chácaras e quintais diversos, alguns com ampla produção. Além disso, os arredores de Diamantina eram em sua maioria, dotados de atividades agrícolas e garimpo. (MARTINS, 2000a). Martins (2010) estudando a existência de quintais em Diamantina assinalou que esses eram núcleos de vivências e sobrevivências familiares, especialmente das mulheres e de seus filhos, desde o século XVIII prolongando-se até o século XX.

Ainda em relação a esses quintais, Martins (2010) destacou que a produção de alimentos nesses eram destinados, em boa parte, para troca e comercialização entre vizinhos. Em se tratando da constituição de um espaço rural e urbano, o autor assinalou que esse processo de produção de alimentos nos quintais e nas chácaras, “tornou mais fluida a fronteira entre o mundo rural e urbano no Tijuco/Diamantina”. Pontuou ainda que “nos quintais e nas chácaras, atividades rústicas, associadas à banalidade da vida material cotidiana, abasteceram a população local e manteve vivas tradições seculares”. (MARTINS, 2010, p.6).

Pinto (2015) colaborou também com outro argumento. Tratava-se das criações de animais, como carneiros e cabritos, que ficavam nos pastos nas proximidades das casas e que as crianças na cidade brincavam com esses animais. Em relação a isso, o autor apontou a existência de características rurais, afirmando que a proximidade das crianças com a natureza simbolizava uma “ruralidade” das formas de vida da população. (PINTO, 2015). Devendo, nesse caso, ressaltar em si a criação de animais, como um fator dessa mescla de características.

Alice Dayrell Caldeira Brant, conhecida pelo pseudônimo de Helena Morley, em seu diário que foi publicado como o livro *Minha Vida de Menina*, oferece-nos um panorama da Diamantina dos fins do século XIX. Tanto nas narrativas do seio familiar, quanto nos feitos do dia-a-dia de Helena, é possível acompanhar elementos sobre a sociedade diamantinense daquela época. Pelo diário de Helena Morley pode ser sustentado o argumento dessa mescla de características entre o campo e cidade. Aliás, pode ser destacada uma sociedade que era em tese, urbana, com boa mescla rural não somente em sua estrutura, mas também nas relações sociais que perpassavam os dois ambientes.

Além disso, era uma sociedade dotada de outro elemento essencial, a mineração.

O pai de Helena Morley era garimpeiro e vivia sob a esperança de fazer boa fortuna. Sua mãe tivera nascido em povoado rural, mudando para a cidade quando jovem. (MORLEY, 1998). Helena vivia entre as chácaras, narrando a calma dos campos, as relações sociais e registrando um minucioso panorama da sociedade diamantinense em fins do século XIX.

Foi na passagem do século XIX para o XX que tendeu a trazer características que acabou por definir rural e urbano. Dando cada espaço o seu padrão de identificação. O século XX em si foi precursor de uma visão urbanística não somente para Diamantina, mas se verificou em todo o País. (MARICATO, 2003). As grandes nações capitalistas mundiais faziam emergir uma nova ideologia, essa estava fundamentada na ideia de modernidade<sup>32</sup>. A essência dessa modernidade estava amparada basicamente na concepção industrial e tecnológica. Criava-se a ideia de um progresso<sup>33</sup> amparado em ideias novas, novas formas de pensar e ver o mundo. As cidades estavam imersas nessas ideias de progresso, sendo o centro propulsor dessa modernidade, amparado em uma concepção de civilização<sup>34</sup> sustentada pela burguesia ocidental.

Se antes o rural e o urbano se mesclavam, para o alvorecer do século XX a pretensão era criar dois espaços diferentes. O rural passou a ser visto em detrimento do urbano e de uma forma limitada, considerando serem as cidades espaço civilizatórias, enquanto que o rural seria local de atraso. (ABRAMOVAY, 2000), (PONTE, 2004). De acordo com Pérez (2001), na Europa essa diferenciação da imagem do rural ligada ao atraso e do urbano ao progresso, já era disseminada desde o século XVIII, com o advento do capitalismo. No caso do Brasil, esse movimento emergiu no século XX. Diamantina se integrou nesse processo.

Estudos como os de Goodwin Jr. (2007), Martins (2010) e Alcântara (2015) mostram esse processo de modernização que pretendia fazer com que Diamantina fosse

---

<sup>32</sup>Para Bresser-Pereira (2014) modernidade e capitalismo são dois conceitos muito semelhantes. Podemos distingui-los dizendo que o termo "capitalismo" tem conotação econômica e política, enquanto "modernidade" tem conotação sociológica e cultural. Podemos dizer que o capitalismo está associado ao capital, ao lucro e ao progresso técnico; a modernidade, ao racionalismo, ao Iluminismo, à racionalização e ao desencantamento do mundo weberiano.

<sup>33</sup>De acordo com Dupas (2007) o progresso é um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso. A ideia de progresso possui interesses definidos e faz jus a um discurso hegemônico. O capitalismo, desde suas origens, faz uso do conceito de progresso para atender seus anseios.

<sup>34</sup>Para Norbert Elias (1993) o conceito de civilização esta ligado a um processo de lentas transformações dentro dos padrões sociais. Sendo um processo de longa duração, no caso um processo civilizador, que no geral possui uma direção específica.

vista como uma cidade moderna. Os ditos “homens da imprensa”, para se usar o conceito de Goodwin Jr. (2007), criaram um projeto de ideal de sociedade, integrada na concepção de modernidade e orientada para uma perspectiva de progresso. (GOODWIN JR., 2007), (MARTINS, 2010), (ALCÂNTARA, 2015).

Seria o começo de um novo tempo para as relações sociais entre o campo e a cidade. Emergiam novos hábitos e novas concepções que “exigiam que os diamantinenses aceitassem rígida distinção entre o mundo rural e o mundo urbano”. (MARTINS, 2010, p. 7). Era preciso que houvesse mudanças na estrutura urbana, desvinculando-a de um cenário rural considerado atrasado. (ALCÂNTARA, 2015). De acordo com Martins (2010) era, naquele contexto, necessária diferenciação nas atividades econômicas, nas paisagens e nos modos de vida entre o espaço urbano e rural. As práticas rurais tradicionais não eram mais comportadas na cidade. (MARTINS, 2010).

Em se tratando dos quintais e das chácaras que davam um tom de “ruralidade”, para se usar o termo empregado por Pinto (2015), deveriam sujeitar-se as mudanças de hábitos, abandonando as ditas práticas insalubres e atrasadas. (GOODWIN JR., 2007), (MARTINS, 2010). Sobre a presença de animais não humanos no cenário urbano, foi razão de insistentes críticas, isso em relação à nova urbanidade que estava sendo constituída. Desejava-se afastar as características rústicas do ambiente urbano, a criação de animais era incentivada a serem interrompidas. Assim, como havia uma campanha interna para que fosse abandonado todo o comportamento que não condizia com o espaço civilizado de uma cidade. (GOODWIN JR, 2007), (MARTINS, 2010), (PINTO, 2015), (LOPES, 2016).

A cidade que queriam construir deveria ser projetada espelhando na civilização europeia. Diamantina primava por atividades com maior viés urbano, o comércio, a indústria e outros elementos nessa direção. Enquanto as áreas rurais seriam aquelas que ficavam afastadas daquele centro de progresso e exerciam atividades consideradas rústicas, como criação de animais, agricultura, entre outros. Nesse sentido, fez-se um esforço em separar incisivamente esses dois espaços a partir dessas características básicas. Além disso, havia um esforço de desassociar qualquer aspecto da cidade com o rural. Essas foram ações que teve grande influência das elites diamantinenses e que desejavam fazer com que a cidade fosse o novo moderno, que se via nas metrópoles da

Europa<sup>35</sup>. (GOODWIN JR, 2007).

Em se tratando especificamente do que ficou demarcado como rural, as interações com o urbano durante a primeira metade do século XX, se davam majoritariamente em razão comercial. Os distritos e povoados estavam imersos em atividades como a agricultura, a pecuária e a mineração. (MARTINS, 2000a), (MARTINS, 2014). Produziam alimentos para consumo próprio e comércio na cidade. Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010) assinalaram que no começo do século XX, as áreas rurais nos arredores de Diamantina, em sua maioria, viviam em situação de exclusão em relação ao espaço urbano, sem qualquer tipo de assistências, vivendo maneiras tradicionais, suprindo a maioria de suas necessidades nas suas comunidades.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, Martins (2014) assinalou sobre os setores econômicos, mostrando que a sede de Diamantina estava se dedicando ao comércio, a mineração e a indústria têxtil. Além da interação comercial com o campo em razões agrícolas, ocorria interação também por meio das explorações minerais que de um modo ou de outro, conseguia envolver moradores tanto da cidade quanto dos distritos. Porém, a agricultura e pecuária se mantiveram nos espaços que ficou demarcado como rurais.

Feita essa apresentação do contexto histórico que levou a essa delimitação rural e urbana em Diamantina, nos é devido compreender as configurações dessa sociedade rural no período em que essa pesquisa se centra. Verifica-se que entre o período em que compreende o recorte temporal desse estudo, as áreas rurais de Diamantina apresentavam diversos povoados e sítios localizados nos arredores dos distritos sedes, tendo nesses a referência. Trabalhadores exercendo diversas atividades em um mesmo terreno, mesclando, lida nos quintais e roças, atividades extrativistas, comércio, entre outras.

### **1.2.2 Distritos, povoados, comunidades e sítios**

Sobre as áreas rurais de Diamantina, pode se apontar pelo menos quatro nomeações que se apresentam como principais formas de identificar uma localidade, sendo elas os distritos, as comunidades, os povoados e os sítios. Embora os distritos

---

<sup>35</sup> Sobre a constituição desse pensamento de criar um espaço urbano moderno, não é preciso ir longe para observar outros debates nessa mesma direção. A própria criação de Belo Horizonte, projetada para sediar a capital de Minas Gerais, foi pensada sob as bases de uma pretensa modernidade. Sobre isso ver trabalho de Arruda (2011).

abranjam todos esses, mas a título de identificação do morador ao lugar, somente aqueles que moravam na sede eram identificados como moradores do distrito. Para melhor explicar isso, tanto os documentos usados nessa pesquisa, quanto as entrevistas, mostram que o morador da sede do distrito era identificado como tal, como no caso “morador do distrito de São João da Chapada”. Porém, se o morador não pertencesse à sede e sim a um povoado ou sítio, ele passaria a ser conhecido como morador dessas áreas.

Usou-se como orientação para a definição das características desses espaços a *relação de tipos de propriedades rurais* e a *relação de povoados rurais por região*, elaborada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, formulados em 1972. Além disso, fez-se uso do próprio entendimento dos moradores dessas localidades sobre a divisão do espaço e suas características. Para uma melhor visualização da divisão desses espaços, serão explicados na sequência.

Para o período estudado, as características das áreas rurais de um distrito para outro, eram bastante semelhantes em vários aspectos, como as modalidades de trabalho, os tipos de plantios, as formas de composição dos terrenos, a divisão do espaço e o contato com Diamantina. Retomando assuntos anteriores sobre a questão da terra, pode-se observar a existência de variados pequenos terrenos familiares em áreas dominadas por grande concentração parental<sup>36</sup>.

Os projetos de reflorestamento atingiram principalmente as áreas rurais dos distritos de Senador Mourão, Desembargador Otoni e Planalto de Minas. Nesse sentido, ocorreram transformações em alguns povoados, que tiveram moradores que, ou migraram para outras áreas ou condensaram nas proximidades dos eucaliptos, desenvolvendo agricultura, empregando nas reflorestadoras, ou também em garimpos, em lugares mais afastados. No caso de Inhaí, Mendanha, São João da Chapada, Sopa, Guinda, Extração, Pinheiro e Conselheiro Mata, contavam com diversificação de atividades, entre eles o extrativismo, a agricultura e outras atividades<sup>37</sup>. Ressalta-se que para a década de 1970, alguns desses distritos contavam com a presença de empresas mineradoras, a exemplo da Tejucana, atuando nas proximidades de Mendanha e também Senador Mourão, mas agregando trabalhadores de praticamente todos os demais distritos. (CHAVES; CHAMBEL, 2004).

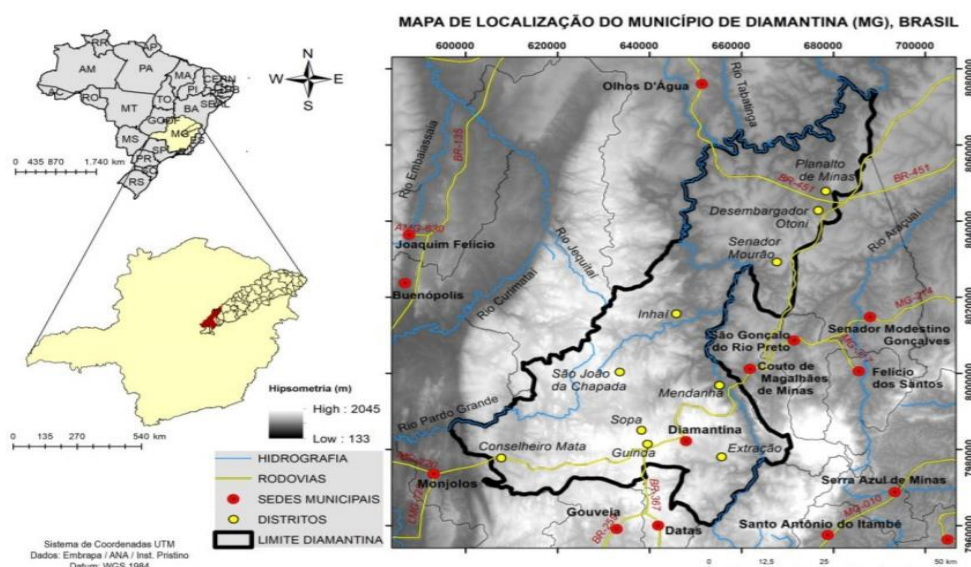
---

<sup>36</sup> STRD – Relação de tipos de propriedades rurais, 1972. Pasta: abertura de delegacias 1972/1974.

<sup>37</sup> Ibid, p. 3.



**FIGURA 5 – Mapa do Município de Diamantina com respectivos distritos**



Fonte: França *et al* (2018, p.61).

As sedes dos distritos eram onde ficavam (e ainda ficam) instaladas a maioria dos estabelecimentos comerciais, como as vendas e outros comércios. A igreja do distrito, que para a época estudada era em sua maioria igrejas católicas, também ficavam instaladas nessa área. As sedes dos distritos eram referências para os povoados e sítios mais afastados. Recebendo grande número de pessoas, especialmente aos domingos, feriados de dias de santo e época de festas religiosas, pois contando com a presença dos moradores dos povoados e sítios que ficavam nos arredores da sede<sup>38</sup>. Até a data de desenvolvimento desse estudo, essa estrutura ainda foi vista.

Os terrenos dos moradores das sedes apresentavam algumas semelhanças com os dos moradores dos povoados, como se verá adiante. No geral terrenos não muito grandes, com divisões que eram roças e quintais, dividindo espaço dos dois lados com outros dois moradores<sup>39</sup>. Aqueles que tinham alguma criação de gado ou cavalos deixavam nos campos, que eram áreas comuns de todos, onde podiam explorar para além das criações de animais, a retirada de lenhas. Quanto aos moradores dessas sedes, aqueles que não estavam no comércio, trabalhavam por dia para outros moradores, trabalhavam em garimpos, panha de flores, na cidade (Diamantina), em outros

<sup>38</sup> De acordo com o depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>39</sup> STRD – Relação de povoados rurais por região, 1972 – pasta: documentos de 1972/73.

povoados, entre outras atividades<sup>40</sup>. Algumas casas ficavam com a esposa e filhos recebendo, o marido só em fins de semana por este estar trabalhando fora<sup>41</sup>.

**FIGURA 6 – Praça da sede do distrito de Senador Mourão - Diamantina/MG, 2019**



Fonte: Acervo pessoal de Túlio Pinheiro

Nota: As imagens foram feitas durante o trabalho de campo e embora não represente exatamente o período do estudo, foram postas no trabalho, pois consegue ilustrar como era essa divisão, que em alguma medida ainda permanece.

Em relação aos povoados, esses são denominados tanto como povoados como comunidades. De acordo com a *relação de povoados* do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, esses eram lugares fora da sede do distrito, localizando-se em suas proximidades e que contavam com a existência de um conjunto de famílias morando umas próximas as outras. Os moradores, atualmente costumam falar em comunidades, ao invés de povoados, agregando o nome comunidades ao lugar, por exemplo, “comunidade de Covão”. Observou-se que, boa parte do uso de “comunidades” tem ligação com o processo de abertura de associações nas áreas rurais. As associações costumam fazer uso do conceito de comunidade, até mesmo para indicar uma relação de cooperativismo. Assim, contribuiu para que muitos trabalhadores rurais ao invés de falar em povoados, falaram em comunidades<sup>42</sup>.

Nesses povoados, havia uma proximidade elevada entre um terreno e outro. Costumava um terreno de uma família fazer fronteira dos dois lados com outros terrenos

<sup>40</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Observações feitas ao longo do trabalho de campo. Além de associações, foi possível observar que em alguns povoados grupos religiosos também usam frequentemente “comunidade”.

de outras famílias<sup>43</sup>. Dentro desses povoados era comum a existência de uma maior cooperação entre os moradores. Apenas um engenho de farinha ou fubá servia a todos. O cuidado com a água deveria partir de todos, que em caso de algum problema no abastecimento juntavam uma turma para resolver<sup>44</sup>. A produção costumava ser feita também com ajuda, em alguns momentos juntavam vizinhos para ajudar no processo de fazer a farinha, a cachaça, a rapadura<sup>45</sup>. Do mesmo modo, ocorriam mutirões de pessoas que se uniam em casos de ajudar um trabalhador a construir a casa, colocar água na residência ou coisa do tipo<sup>46</sup>.

Esses povoados possuem denominações, que na maioria das vezes esta ligada a alguma características ambiental do lugar ou tem alguma justificativa passada pela tradição oral. Alguns dos nomes desses povoados vistos são Pedraria, Capão da Espera, Vargem, Capoeirão, Mão Torta, Anjicos, Perpétua, Córrego Fundo, Lapa Grande, Lavrinha, Santa Bárbara, Córrego da Dona, Formigas, Quebra pé, Aroeira, Macacos, Quartéis e uma diversidade significativa de outros nomes<sup>47</sup>.

**FIGURA 7 – Vista panorâmica do povoado rural de Córrego Fundo – Diamantina/MG, 2020**



Fonte: Acervo pessoal de Túlio Pinheiro

<sup>43</sup> STRD – Relação de povoados rurais por região, 1972 – pasta: documentos de 1972/73.

<sup>44</sup> De acordo com o depoimento de M. B. S em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>45</sup> De acordo com o depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>46</sup> De acordo com os depoimentos de A. C. S., A. R. P., J. P. P em entrevistas realizadas em janeiro de 2020. Essa estrutura dos povoados não é encontrada nos dias atuais com a mesma configuração. Hoje, muitas casas encontram-se fechadas, ou só para fins de semana. Além disso, muitas das atividades econômicas descritas pelos entrevistados foram interrompidas, por exemplo, a fabricação de rapaduras, presente em poucas localidades. A mecanização da fabricação da farinha, com a introdução de motores, também fez com que muitas dessas relações de cooperação fossem extintas.

<sup>47</sup> STRD – Relação de povoados rurais por região – pasta: documentos de 1972/73.

Já os sítios, sendo lugares de morada afastados dos povoados e da sede dos distritos. Os sítios, geralmente, eram moradas de poucas famílias que ficavam apartadas dos demais terrenos<sup>48</sup>. Alguns sítios localizando-se a poucos metros do aglomerado dos povoados. Os moradores desses sítios tinham uma comunicação frequente com os povoados<sup>49</sup>. Não possuíam características muito diferentes das localizadas nos povoados, em alguns casos apenas criação de gado, que por exigir maior espaço, alguns donos de gado estavam nesses sítios mais afastados, contando com pastos, mas isso não sendo uma regra<sup>50</sup>.

Em casos de morar mais de uma família em espaço próximo, mas serem menos moradores e não estarem formando um povoado, ou seja, não serem um conjunto maior de moradores ainda era considerado sítio<sup>51</sup>. Alguns nomes de sítios localizados foram Ipê Amarelo, Boa Vista, Vargem Grande, Barreirinhas, Bela Vista, Piedade e outros<sup>52</sup>. Os moradores desses sítios iam com frequência ao povoado, até mesmo para ir a bares. Já em relação às sedes dos distritos, as procuravam pelas mesmas razões que os moradores dos povoados, procuravam para missa, passeios em domingos e feriados, festas e eventualmente efetuar alguma compra<sup>53</sup>.

**FIGURA 8 – Vista panorâmica do Sítio Boa Vista, distrito de Pinheiro – Diamantina/MG, 2020**



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo Pinheiro.

<sup>48</sup> STRD – Relação de tipos de propriedades rurais, 1972. Pasta: abertura de delegacias 1972/1974.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> De acordo com o depoimento de G. R. S. em entrevista em novembro de 2019. Na atualidade pode se observar que em algumas localidades, antes povoados, tornaram se sítios, mas em razão de que houve saídas do campo e as casas foram sumindo e deixando apenas poucas moradas em alguns lugares.

<sup>51</sup> STRD – Relação de tipos de propriedades rurais, 1972. Pasta: abertura de delegacias 1972/1974.

<sup>52</sup> STRD – Relação de povoados rurais por região – pasta: documentos de 1972/73.

<sup>53</sup> De acordo com o depoimento de A. N. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

### **1.3 O trabalho**

O “trabalho na roça” na década de 1970 e de 1980, partia de diferentes setores, sendo eles ligados, ou não, ao terreno do trabalhador. O levantamento sobre as diferentes formas de trabalho foi feita com base nas fontes orais, uma vez que as fontes sindicais não indicam realização de outras atividades por trabalhadores rurais, que não ligadas aos terrenos ou como empregado rural, diarista ou trabalhador por empreito. A razão da omissão das demais formas de trabalho por parte do Sindicato será tratada nos capítulos posteriores.

A atividade central do trabalhador rural era o trabalho agrícola. Por mais que o trabalhador tivesse demais ocupações, inclusive externas ao terreno, verificou-se que a atividade agrícola era central, pois a maioria dos trabalhadores possuíam pequenas propriedades e plantavam, mesmo que somente para consumo familiar. Para além das atividades na agricultura foram identificados trabalhadores desenvolvendo trabalhos na criação de animais, cargueiros, extração vegetal, garimpeiros, atividades comerciais e demais atividades, como comerciantes, pedreiro, carpinteiro e empregado rural.

#### **1.3.1 O trabalhador rural**

Sobre o conceito de trabalhador rural cabem algumas considerações iniciais. O termo esta sendo empregado nesse estudo em conformidade com as fontes trabalhadas, especialmente de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Os próprios trabalhadores entrevistados, também se consideram trabalhadores rurais, se não lavradores. No campo teórico, especialmente na sociologia rural existe o emprego de outras nomeações, especialmente o camponês.

O termo camponês é bastante comum no meio acadêmico em definição aos sujeitos margeados do acesso legal à terra, ocupantes de espaços remotos e desenvolvendo, em sua maioria, agricultura de caráter familiar. Wanderley (1996) assinalou que no Brasil o lugar de predominância sempre foi dado ao fazendeiro, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi a grande propriedade que sempre ocupou lugar de destaque. Quanto ao campesinato, para usar do termo empregado por Wanderley (1996), este esteve relegado a um lugar secundário e

subalterno na sociedade brasileira. Segundo a autora “foi historicamente um setor bloqueado” e invisível socialmente. (WANDERLEY, 1996, p.8).

Lima (2010) concordou com Wanderley (1996) e pontuou que a imprecisão conceitual existente na sociedade, em relação à denominação do sujeito do campo, esteve intimamente ligada ao caráter excludente em que estiveram inseridos desde o primórdio do processo colonizador. Para, além disso, Lima (2010) reiterou que até mesmo o contexto histórico disseminado durante séculos, enaltecendo a grande propriedade, fazendas de engenho e escravista, gerou um ambiente de invisibilidade para o camponês, o colocando nessa imprecisão conceitual, sem uma definição sólida.

Martins (1983) destacou que os principais conceitos usados para designar esse segmento rural eram fundamentados em formatos regionalistas, podendo ser o caipira, o caboclo, o roceiro e outros. Brandão (1983) também assinalou outras denominações como sertanejo, caipora e capiau, informando sobre as inúmeras roupagens do termo designando o sujeito do campo.

As denominações foram sendo tomadas com diversos propósitos. Dá identidade a um grupo específico, seja em um formato de categoria política que é o caso do camponês, ou em formato pejorativo, assim como assinalou Brandão (1983), utilizado para menosprezar e relegar o sujeito do campo a um lugar inferior na sociedade. Os estudos sobre a agricultura familiar, no quesito conceitual, se apresentam também de forma a criar uma categoria, a de agricultor familiar. (PICOLOTTO, 2011) (PEREIRA, 2018). Porém, de acordo com Wanderley (1996) não está desassociada do conceito de camponês, o conceito é apenas mais um dentro do rol de definições. Autores como Veiga (1991), Abramovay (1992) e outros, como a própria Wanderley, em não raras às vezes tratam da agricultura familiar usando o termo camponês em definição do agricultor, o que mostra uma imprecisão conceitual.

O termo trabalhador rural também foi posto em meio às categorizações dos sujeitos do campo. Especialmente com a criação dos sindicatos e associações voltadas para os sujeitos rurais, bem como as políticas sociais, mostrou-se a formulação de uma categoria. O Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 fez uso da denominação trabalhador rural, mas indicava que;

Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro<sup>54</sup>.

O ETR trazia duas definições, a do trabalhador rural e a do empregador rural, que conforme versa o referido Estatuto dizia;

Considera-se empregador rural, para os efeitos desta lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos<sup>55</sup>.

A partir do referido Estatuto existe uma definição de trabalhador rural que é ligada ao empregado, ao prestador de serviços, enquanto que o empregador rural seria aquele que estaria à frente de uma atividade agrícola. Vejamos que a categorização não era satisfatória, ou mesmo apresentava características vagas e imprecisas. Diante do Estatuto, qual seria a categoria que o camponês trabalhador de sua própria gleba estaria inserido? Se ele não prestava serviço a terceiros não poderia ser trabalhador rural, então seria empregador?

Podemos dizer que nem um e nem outro, o Estatuto não dava conta de abranger a diversidade do rural. Reconheciam-se o grupo de empregador e de empregados, de outro lado ficavam margeados grande quantia de sujeitos que possuíam suas pequenas moradas e a realização de um trabalho nessas terras. O ETR era uma legislação trabalhista, a partir dele era possível regular a ação do empregador rural, bem como os direitos estendidos ao trabalhador rural empregado. O Estatuto era um regimento que intermediava o processo de trabalho remunerado no campo, mas sem levar em conta os pequenos agricultores, camponeses, posseiros, caipiras que tinham trabalho independente em pequenas porções de terra.

Em 15 de abril de 1971 foi colocado em circulação o Decreto- Lei nº 1. 166, que dispunha sobre o enquadramento e contribuição sindical. Essa legislação trouxe uma melhor definição de quem era o trabalhador rural:

I - trabalhador rural:

a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie;

---

<sup>54</sup>ETR – disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm). Acesso em 17/06/2020.

<sup>55</sup>ETR – disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm). Acesso em 17/06/2020.

b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros<sup>56</sup>.

Ainda em 1971 foi aprovado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). A Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que dispunha sobre o Programa trouxe praticamente o mesmo texto do Decreto Lei nº 1.166, confirmando quem seria o trabalhador rural frente aos benefícios assistenciais previsto na legislação. A única alteração que teve na definição do trabalhador rural tratada pelo PRORURAL foi que essa legislação explicitava que “sem empregado”. Assim, segundo consta em seu artigo terceiro, parágrafo primeiro;

§ 1º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie.

b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração<sup>57</sup>.

Diante do que estava disposto a lei, estava mais bem especificado quem deveria ser considerado trabalhador rural. O PRORURAL contribuiu para disseminação do uso do conceito de trabalhador rural. Popularizou-se, especialmente dentro dos sindicatos, pois para que filiassem em entidades dessa natureza era necessário, em vários sindicatos, ser declarado trabalhador rural, bem como, está dentro das características dispostas na legislação. Nesse caso, a referida lei deu conta de contemplar grande número de indivíduos.

No caso de Diamantina, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina que popularizou o conceito de trabalhador rural entre os agricultores. O uso versava entre lavradores, que significa lavrar a terra, trabalhar a terra, ou trabalhador rural, que era o mais usado pela instituição justamente para contemplar os agricultores aos benefícios do PRORURAL. Isso será melhor tratado em momento oportuno, onde será tratado sobre a categorização do trabalhador rural para o Sindicato. O que nos interessa

---

<sup>56</sup> BRASIL, Decreto Lei nº 1.166 de 15 de abril de 1971. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11166.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11166.htm) > acesso em 17/06/2020.

<sup>57</sup> BRASIL – PRORURAL – disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm)> acesso em 17/06/2020.



é justificar a opção por usar aqui trabalhador rural para os interesses desse trabalho.

Para identificar o trabalhador na agricultura em Diamantina para o período estudado, optou-se pela denominação de trabalhador rural. Desse modo, estamos em acordo tanto com os documentos constantemente consultados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, como também não estamos deixando de lado a forma como os entrevistados se identificam. Sim, tanto alguns trabalhadores como alguns arquivos do Sindicato falam em lavradores ao invés de trabalhadores rurais, porém a maior parte dos documentos, e também dos entrevistados, fazem uso de trabalhadores rurais e não lavradores. Embora, não estaríamos errados em usar esse conceito, pois aparentemente não possuem diferença no significado. Entretanto, o termo trabalhador rural é mais adequado para o período, visto não só a questão local do processo de sindicalização, mas também a questão nacional das políticas sociais no meio rural.

### **1.3.2 O trabalhador rural e a composição familiar**

Os trabalhadores falaram sobre o “trabalho na roça,” não sendo em sentido estrito somente as ocupações exercidas na roça. O “trabalho na roça” na definição do trabalhador é toda a atividade realizada em seu terreno, fora dele ou no garimpo. O “trabalho na roça” é toda a ocupação exercida por um trabalhador rural, residente no espaço rural. As atividades desenvolvidas eram distribuídas entre a família desde as crianças até os mais velhos. A composição familiar do trabalhador rural, no geral era composta pelo homem (marido), mulher (esposa) e filhos. Era comum a prole ser numerosa, tendo casais com até mais de dez filhos<sup>58</sup>.

Ao marido cabia a chefia da casa, a manutenção econômica do lar e a gestão do terreno. Era dever da esposa a educação dos filhos, manutenção da casa, produção de alimentos, cuidado com o quintal e auxiliar os maridos nas demais atividades. Aos filhos, as atividades eram distribuídas por idade e sexo. Após os dez anos, sendo menino, já poderia ajudar o pai nas roças, as meninas ajudavam nas tarefas de casa. Conforme cresciam, o ritmo de trabalho se alterava, os rapazes de quinze anos já saíam para os garimpos para ajudar a família, as moças, algumas empregavam em casa de

---

<sup>58</sup> STRD- Fichas sindicais – informações sobre composição familiar do sindicalizado. Arquivo de fichas sindicais.

família, arrumavam empregos em fábricas têxteis situadas nas proximidades, empregavam em fazendas, prestavam serviços diários em suas comunidades e ajudava nas variadas atividades na propriedade da família<sup>59</sup>.

Era comum residir em algumas casas pessoas mais velhas, podendo ser o pai ou a mãe da esposa ou do marido, onde um deles tenha ficado viúvo, tendo que residir na casa dos filhos. Também poderia ocorrer um casamento onde um dos cônjuges moraria com o sogro e ou sogra. A atribuição dos mais velhos era relativa à capacidade física de que dispunham, podendo atuar cuidando dos animais, produzindo alimentos, cuidando da casa e do terreno. Ao comercializar mercadorias, especialmente em Diamantina, geralmente os maridos e esposas, juntamente com filhos mais jovens, deveriam atuar nessa ocupação.

### 1.3.3 O terreno

Ao invés de usar o termo propriedade ao tratar do espaço rural que compõe a casa, o quintal e as roças dos moradores dessas áreas rurais, foi optado por usar “terreno”. Embora a documentação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina use “propriedade” para denominar o espaço de produção e vivência da família, a opção foi por terreno, isso por duas razões. A primeira é que os entrevistados, na maioria das vezes, falam em terreno, não em propriedade. Não sendo somente, é preciso lembrar que propriedade é um termo que era novo para essa sociedade dessa época, pelo menos com o sentido que representa, assim como mostrado anteriormente.

Verificou-se que para a segunda metade do século XX, nas áreas rurais de Diamantina, o terreno era composto basicamente pela casa de morada, um quintal ao redor e a roça. Podendo ocorrer variações, mas a maioria dos terrenos tinha essa configuração<sup>60</sup>. Para uma melhor compreensão da composição do terreno rural, os dados das entrevistas foram essenciais, aliado aos depoimentos, os dados coletados nos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina também foram fundamentais para compreender a estrutura dos terrenos familiares.

---

<sup>59</sup>Com base nos depoimentos e informações coletadas nas fichas de sindicalizados do STRD.

<sup>60</sup> STRD – Relação de tipos de propriedades rurais, 1972. Pasta: abertura de delegacias 1972/1974. Algumas fichas de propostas de admissão no Sindicato dos Trabalhadores Rurais também contavam com descrição da propriedade e a produção nela realizada.

### 1.3.4 A casa de morada

As casas de morada eram erguidas da seguinte maneira; feitas em sua maioria de pau a pique ou adobe, cobertas de barro, presas com cipós, estrutura em forquilhas e outras madeiras, assim como poderá ser visto nas imagens que segue<sup>61</sup>. Antes os telhados cobertos de capim, que cederam lugar para as telhas de barro. O chão de terra e as paredes caiadas (pintadas) de tabatinga, espécie de argila branca usada para pintar casas. As casas contavam geralmente com uma sala, dois ou três quartos, a depender do tamanho da família e uma cozinha com um cômodo para guardar mantimentos.

A sala era onde recebiam as visitas, ficavam expostas diversas imagens religiosas, um pote de barro com água fresca, objetos de decoração como um jarro de flores, almanaques e calendários também compunham a decoração. Havendo em algumas poucas casas fotografias de membros da família, em sua maioria tirada para documentos. Em mais raras casas ainda, constava um rádio a pilha nas salas.

Os quartos possuíam camas feitas de madeiras, forquilhas e varetas. O colchão era de palha de milho seca. Travesseiros de paina e cobertores foram sendo comprados e outros costurados, alguns com retalhos de panos<sup>62</sup>. Era dividido, um quarto para o casal, os demais para os filhos e demais moradores, se fosse o caso. Era possível que tanto filhos homens ou mulheres dividissem o quarto enquanto crianças, mas avançando para a adolescência havia a separação de quartos. A mobília dos quartos era composta da cama, baús de madeira e em alguns casos mesas e girais para guardar os pertences<sup>63</sup>.

A cozinha, sendo um lugar de destaque na casa, muitas vezes a maior de todos os cômodos. Contava com um fogão de lenha, girais de madeiras para as panelas, bancos de madeiras para assento e em alguns casos mesas. Era na cozinha onde a família faziam as refeições diárias e conduzia as visitas após uma primeira conversa na sala, isso para tomar um café<sup>64</sup>. Um cômodo interligado à cozinha era a dispensa, onde eram guardados os alimentos da casa, bem como o que era produzido para venda.

---

<sup>61</sup> Foi possível observar como era formada a estrutura dessas casas visitando junto com alguns entrevistados, casas velhas, algumas abandonadas.

<sup>62</sup> Com base nos depoimentos de C. O. H. S.; M. M. S. P.; M. N. S. P.; M. B. S. e M. D. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

<sup>63</sup> A descrição das informações foi dada pelos entrevistados A. C. S.; M. N. S. P.; A. R. P.; M. B. S. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020. Observação; eles deram as descrições não somente com base em suas casas, mas na composição das demais casas.

<sup>64</sup> Com base nas descrições das casas feitas por G. R. S. e C. da L. P. entrevistados em novembro de 2019 e M. N. S. P e A. C. S. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

Na porta da cozinha geralmente encontravam-se bicas d' água. Próximo das casas poderia encontrar fornos de barro para a fabricação de biscoitos, broas, bolos e outras “quitandas”. Em algumas poucas casas havia um cômodo no quintal, conhecido como “quartinho<sup>65</sup>” ou “casinha<sup>66</sup>” que eram usado como uma espécie de sanitários, específicos para necessidades fisiológicas. Nas casas que não dispunham desses cômodos, as necessidades eram feitas nos quintais ou outras áreas de mato próximas. Banhos eram realizados em bacias grandes dentro dos quartos ou nas bicas, córregos e rios.

**FIGURA 9 – Casa rural construída no pau a pique, Sítio Boa Vista – Diamantina/MG, 2020**



Fonte: Arquivo pessoal de Túlio Pinheiro

**FIGURA 10 – casa rural construída com adobe, Povoado de Campo da Dona – Diamantina/MG, 2019**



Fonte: Arquivo pessoal de Túlio Pinheiro

<sup>65</sup> De acordo com depoimento de M. B. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>66</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

**FIGURA 11 – Casa rural pintada de tabatinga, Sítio Vargem – Diamantina/MG, 2020**



Fonte: Arquivo pessoal de Túlio Pinheiro

**FIGURAS 12, 13, 14, 15 – Composição do interior de uma casa rural velha – Povoado de Córrego Fundo, Diamantina/MG, 2020**





Fonte: Arquivo pessoal de Túlio Pinheiro

Nota: Geralmente as casas rurais da época eram compostas nesse formato, algumas possuindo maiores quantidades de cômodos. Essa estrutura foi observada nas demais casas velhas visitadas. Na imagem I consta a sala que dá entrada para o quarto em frente, para a cozinha no lado direito e saída da casa do lado esquerdo. Na imagem II mostra o quarto, como era seu formato. Na imagem III a cozinha, representada por um fogão á lenha. Na imagem IV observa-se a bancada de madeira para colocar as panelas.

**FIGURA 16 – Forno de lenha para preparar alimentos, Povoado de Córrego Fundo, Diamantina/MG, 2020**



Fonte: Arquivo pessoal de Túlio Pinheiro

**FIGURAS 17 e 18 – “Quartinho” Espécie de sanitário, Sítio Boa Vista – Diamantina/MG, 2020**



Fonte: Arquivo pessoal de Túlio Pinheiro

### 1.3.5 O quintal

O quintal era um lugar de grande importância, onde se criava animais, plantavam-se hortas, entre outras coisas. Saindo da cozinha já começava o quintal. Verificou-se, para o período que está sendo tratado, que a maioria dos terrenos rurais eram relativamente pequenos, mas de cultivos diversos<sup>67</sup>. Em seus quintais, os trabalhadores plantavam uma diversidade de plantas de acordo com o ciclo das chuvas e das secas. Deveriam obedecer às estações do ano, que na verdade eram regulados por época das “águas”, sendo o tempo das chuvas e o tempo da “seca”, época do ano em que não chovia. Sobre essa divisão temporal Noronha (2003) pontuou que o período das “águas” compreende os meses de novembro até fevereiro, período esse, destinado ao plantio das roças de milho, feijão e de outras culturas. O período da seca é de março a outubro, nesse período sendo plantadas hortas, mandiocas, feijões da seca e outros. (NORONHA, 2003).

A lua era também um ponto norteador para os plantios e colheitas, a depender da

<sup>67</sup> STRD - Relação de tipos de propriedades rurais, 1972. Pasta: abertura de delegacias 1972/1974.

fase da lua, algumas plantas não poderiam ser plantadas ou colhidas. As fases da lua eram importantes para definir as plantações, na medida em que se plantasse um determinado gênero, não levando em conta a lua, a planta poderia não vingar ou não ter o desempenho desejado<sup>68</sup>. Com as colheitas, o que não seria destinado ao consumo, era encaminhado para vender, onde os próprios trabalhadores levavam em cargas, especialmente para Diamantina<sup>69</sup>.

Os quintais contavam com diferentes espécies frutíferas como bananas, laranjas, mamões, limões, jabuticabas e goiabas, havia quintais mais diversos e outros menos diversos. Alguns quintais contavam com a plantação de batatas, canas e mamonas. Nos mesmos quintais, havia espaço onde plantavam a horta. Findo o tempo de horta, plantavam outros tipos de plantas, como o feijão. Ainda era comum que plantassem no quintal flores, folhas de chás e plantas para temperos<sup>70</sup>. Era no quintal também que tinha um galinheiro feito de varetas. Em alguns quintais mais variados criavam porcos, próximo de uma bica d'água<sup>71</sup>.

As hortas, localizadas, em sua maioria nos quintais, iniciadas, geralmente em abril, contava com a produção de alimentos para o consumo da casa e o excedente era comercializado. Eram com as frutas dos quintais, especialmente da banana é que alimentavam os porcos. As galinhas serviam de alimentos para a casa, eram alimentadas com restos de comidas, restos de plantas da horta e com milho. As galinhas também eram fonte de renda, pois eram vendidas ou trocadas em mercadorias diversas. Algumas casas contavam com um curral, onde cuidavam dos bois. Do curral também extraíam esterco (fezes bovina), destinados às hortas, como uma espécie de fertilizante<sup>72</sup>.

Os quintais eram muito importantes para a dinâmica do terreno, pois como se pode observar, ele era diverso e se compunha de elementos fundamentais para a manutenção da família. Nesses quintais, a maioria das necessidades da casa eram supridas, fossem na necessidade de se fazer um chá, buscar uma verdura ou legume para a alimentação. Na fala de um entrevistado observa-se que o quintal representava boa condição para a manutenção econômica do terreno.

---

<sup>68</sup>Com base nos depoimentos dos entrevistados C. da L. P. e G. R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>69</sup>De acordo com o depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>70</sup>De acordo com os depoimentos de M. B. S. e M. D. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

<sup>71</sup>De acordo com os depoimentos de A. A. S. e A. N. S. em entrevistas realizadas em julho de 2020.

<sup>72</sup>De acordo com depoimentos de G. R. S. e C. da L. P. em entrevista realizada em novembro de 2019.



As pessoas tinha muito essa ilusão de que uma roça era só o que dava lucro para uma família. Não vou negar que dava mesmo um lucro, mas um quintal bem cuidado, podia dá até mais. Podia dá, porque do quintal podia tirar uma coisa e outra e juntava tudo e podia vender por um preço bom. A roça era lucrativa, mais tinha a época, do quintal não, você podia tirar coisa o ano todo e se soubesse cuidar dele, dava para sustentar uma casa sem muito aperto. As roças demoravam até que dava ponto de colher e vender. E era uma safra que você vendia e tinha que ir lidando ali para o dinheiro ir rendendo. No quintal as coisas eram diferentes, porque você sempre estava tendo uma coisa ou outra pra poder segurar as despesas da casa<sup>73</sup>.

Na visão do entrevistado a importância do quintal se deve ao fato de que nele era exercida muitas atividades e que era contínuo. Em todas as épocas do ano tinha um quintal que assegurava as despesas da família. Uma entrevistada também reafirmou a importância do quintal;

O melhor lugar pra nós mulheres era no quintal. Era onde a gente distraia. Quase que o quintal era o lugar que nós mulheres tinha para governar, isso, porque as roças era mais dos homens, nós trabalhava nas roças também e muito, mais o quintal era nosso. Que era onde nós plantava nossa horta, criava as galinhas, tinha um jardim. Eu falo que era nosso porque quase sempre a responsabilidade do quintal ficava com a mulher mesmo. [...] O quintal era muito importante porque de lá a gente tirava coisa sempre, sem descuidar da casa. Era pequeno, mais tinha muita coisa plantada e era bom de trabalhar. Você sabe que o serviço era até melhor que na roça? Serviço de roça é mais pesado, cansa mais a gente, roçar, capinar, plantar. Quintal não, no quintal a gente consegue ir mantendo ele limpo, o serviço é melhor<sup>74</sup>.

Desse modo, pode-se destacar a importância que o quintal possuía na composição do terreno. Sendo um lugar que contava em sua maioria, com algum grau de diversificação dos plantios. Destaca-se também o protagonismo do trabalho feminino nesses quintais. Em diferentes entrevistas foi possível notar que eram nos quintais que as mulheres mais atuavam, seja na plantação da horta, na criação de galinhas e porcos. Ao que consta, o quintal de fato era um ambiente mais dominado pelas mulheres<sup>75</sup>. Nas descrições das atividades das mulheres, muitas delas deixaram claro que atuavam mais nos quintais do que nas roças e até faziam opção por esses.

### 1.3.6 A roça

---

<sup>73</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>74</sup> Depoimento de E. M. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>75</sup> STRD – Propostas de novos sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. 1972-1975.

Existem basicamente dois formatos de roça, o roçado e a palhada. Noronha (2003) explicou cada um deles, sendo que o roçado é uma terra nova, que foi recém-desmatada para plantio. No roçado a produção seria maior e melhor, visto a capacidade da terra, descansada e fértil. A palhada é uma roça plantada em demais tempos, com varias colheitas anteriores, mas que continua sendo usada para plantio. (NORONHA, 2003). É comum que atualmente muitos trabalhadores chamem suas roças de palhada.

Galizoni (2005) comentou sobre a rotatividade da terra, mostrando que havia um plantio de um gênero em uma determinada roça, depois de sua colheita a terra passava por um tempo de pousio. No entanto, a subdivisão de terras, fosse por herança ou por compra, assim como assinalado pela própria Galizoni (2005) e por Lima (2010), fez com que essa prática de tempo de pousio das roças fosse interrompida, constituindo-se novas formas de cuidado, revezando tipos de plantações que os trabalhadores consideravam que ajudava a fortalecer a terra.

As roças eram fundamentais para a manutenção da atividade rural, como dizem os trabalhadores “todo mundo aqui tinha sua roça, não existia isso de morar na roça e não ter roça<sup>76</sup>”. De fato, todas as famílias possuíam suas roças, algumas mais diversas outras menos, algumas maiores, outras menores, o fato é que praticamente todos possuíam suas roças. Fosse um roçado de milho, de mandioca, de amendoins, de feijão ou outros, a roça representava fonte de sobrevivência, seja por renda, pela alimentação ou para manutenção das atividades básicas da família.

A figura 19 oferece um panorama da constituição de uma propriedade rural entre quintal e roça. Ressalta-se o fato de que a imagem foi extraída em 2020, portanto não simboliza a real situação do período estudado, mas oferece dimensão da composição do terreno nessas comunidades. A imagem é da sede do distrito de Pinheiro.

**FIGURA 19 – Composição de terrenos familiares por quintal e roça, distrito de Pinheiro – Diamantina/MG, 2020**

---

<sup>76</sup>Depoimento de C. da L. P. em entrevista realizada em novembro de 2019.



Fonte: *Google Earth*

Legenda: ✚ Quintal ✨ Roça

Nota: Imagem editada por Túlio Pinheiro em 16/06/2020. Imagem com 13 terrenos rurais, cada um compõe-se de um quintal e um espaço destinado à roça.

Nas roças plantavam mandioca, milho, feijões, abóboras, maxixes, amendoins dentre outros cultivos. Na medida em que fossem épocas de plantio de um gênero, deixava-se outro. A mandioca colhia-se para alimentação, seu destino principal era a fabricação de farinha. A farinha era muito rentável, pois poderia ser comercializada por bom preço<sup>77</sup>. Além disso, a farinha era muito importante na alimentação, pois era um item que poderia suprir ausência de outros alimentos em caso de falta desses, isso por ser um alimento “forte e que sustenta, não deixa ninguém passar fome”<sup>78</sup>. Assim como pontuado por A. C. S.

Tinha dia que não tinha muita coisa pra comer, mas a gente fazia capricho de ter sempre farinha. Se não fosse época de horta e as coisas de comer não tivesse em muita fartura, até água com farinha servia de janta. Por mais que a gente plantava de tudo um pouco e colhia de tudo, tinha fruta e tudo mais, tinha época que a gente passava falta das coisas de comer. As coisas ficavam poucas na dispensa, chegando até a passar falta mesmo. Também porque a gente vendia de tudo, precisava de outras coisas dentro de casa, às vezes vendia até o que não tinha e depois passava falta, mais a farinha estava lá, punha na água, fazia um grude, um escaldado de farinha e matava a fome da família<sup>79</sup>.

O milho também era essencial, destinava-se a alimentação da casa, dos animais e na fabricação de derivados. Enquanto estava verde, fabricando-se bolos, curais, polentas, mingaus e a espiga cozida ou tostada no borralho (cinzas com brasas acesas).

<sup>77</sup> De acordo com depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>78</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>79</sup> Depoimento de A. C. S em entrevista realizada em janeiro de 2020.

O período de uso do milho verde é curto, geralmente nos fins de janeiro e início de fevereiro<sup>80</sup>. Poderia ocorrer a venda, mas o principal destino do milho ainda verde era a produção de alimentos para a casa<sup>81</sup>. Deixavam parte do milho na roça para secar, depois o colhiam para que servisse de alimentos para a casa e também para as galinhas, em alguns casos os bois e aos porcos.

Com o milho seco fabricava-se o fubá, alimento também muito importante na alimentação da casa, pois é a matéria prima com que se produz o angu, comida que era muito comum<sup>82</sup>. Além disso, preparava-se o cuscuz, ensoadado, bolos, angu doce, canjica, farinha de milho, broas e outros derivados<sup>83</sup>. Parte significativa do milho seco também era destinada aos animais para engorda. As galinhas tinham como principal alimentação o milho, desse modo, a sua comercialização só era feita em casos em que excedesse a estimativa do que deveria ser guardado durante o ano para alimenta-las. Na casas que tinham bois e porcos também eram dado milho em complemento com o sal e capim nos casos de bois e restos de comida, bananas e hortaliças nos casos de porcos<sup>84</sup>.

O milho tinha peso semelhante ao da farinha na alimentação da casa, não é por menos que dele origina-se tantos pratos. Se fosse verificada a existência de um excedente na produção do milho, esse era comercializado. Muito dele era levado em cargueiros para serem vendidos em Diamantina. Ocorria também, de outros moradores da mesma localidade, comprar ou trocar milho com outra produção. Era preciso que armazenassem o milho em locais arejados e limpos, pois poderia ocorrer a existência de carunchos, que poderia levar a prejuízos<sup>85</sup>. A palha do milho também era comercializada ou trocada, isso para a fabricação de colchões e de cigarros<sup>86</sup>.

A roça de milho era motivo de orgulho para o trabalhador, assim como assinalado nas entrevistas. Junto do milho, em algumas encostas das roças, plantavam abóboras que também serviam na alimentação da casa e na comercialização. A abóbora que restasse nas roças, especialmente a abóbora “d’água” que no caso não fosse vendida e nem consumida, endurecia e deixavam que secasse, quando secas, serviam para a

---

<sup>80</sup> De acordo com depoimento de A. R. P. e J. P. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> Ibid.

<sup>83</sup> De acordo com depoimentos de M. B. S.; M. D. P. e M. N. S. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

<sup>84</sup> De acordo com os depoimentos de G. R. S. e C. da L. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>85</sup> De acordo com depoimentos de J. P. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>86</sup> De acordo com depoimentos de G. R. S. e C. da L. P. em entrevista realizada em novembro de 2019.

tirada da semente para posterior plantio. As cabaças, que eram as cascas secas da abóbora, servia de utensílios domésticos dentro da casa ou também para jogar água nas hortas, usando-a como um recipiente para apanhar água e jogar nas plantas. Os maxixes, amendoins e outras plantas eram também para alimentação da casa, mas vendidos em casos de excedentes.

### **FIGURA 20 – Fotografia de uma roça de milho**



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, sem data.

Nota: A fotografia foi encontrada no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sem conter data e local, mas pode representar a composição de uma roça, como descrita. Provavelmente a fotografia foi tirada em um momento de sindicância para aprovação de novo trabalhador a sindicalização.

#### **1.3.7 A criação de animais**

De acordo com o levantamento realizado sobre as características de um terreno rural para o período estudado, feito com base nos documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, também com base nos depoimentos coletados, foi possível identificar que a maioria dos terrenos rurais contava com a criação de galinhas<sup>87</sup>. As aves serviam para a alimentação da casa e também para o comércio, sendo principalmente para o comércio. De acordo com o relato de um dos trabalhadores as galinhas eram um “dinheiro fácil e seguro”, pois tinha muita procura para compra.

Era um dinheiro fácil e seguro, a gente sempre que precisava de um dinheiro vendia umas duas, três galinhas e estava com o dinheiro na mão. E não era um bicho difícil de lidar não, tendo trato, era certeza de lucro certo. Como a

<sup>87</sup>STRD – Relatório de novos sindicalizados 1972/1973 e 1974/1976 – pasta: documentos avulsos dos anos correspondentes.

gente tinha milho aqui, restos de comida e de verduras das hortas, logo davam uns galos bonitos e umas galinhas gordas<sup>88</sup>.

Associa-se a isso, a criação de bois. O gado bovino não aparece com tanta frequência entre os trabalhadores rurais, pelo menos não no início da década de 1970<sup>89</sup>. Muitas famílias foram aderindo à criação de gado ao longo dos anos, grande parte devido o emprego de lucros do garimpo. Muitos trabalhadores ao receber um resultado satisfatório no trabalho mineral empregavam na criação de gado, tendo isso como um investimento seguro<sup>90</sup>.

Noronha (2003) ressaltou a importância que a criação de gado possuía para a dinâmica familiar. Sendo uma forma de aplicação de renda e que contribuiu até mesmo com aquisição de maiores porções de terras pelos agricultores a partir de venda de gado. Lima (2010) falando especificamente para meados da década de 1970 assinalou que o gado era uma espécie de poupança. De fato, vejamos pequeno trecho de uma fala de um trabalhador rural; “ter gado era o mesmo que ter dinheiro no banco”<sup>91</sup>. Segue a mesma lógica da criação de galinhas, entretanto, o capital empregado no gado era muito superior, a ponto de fazer com que vários trabalhadores adquirissem terras, assim como destacado por Noronha (2003).

A criação de porcos também era encontrada em um ou outro estabelecimento<sup>92</sup>. Não eram em todas as propriedades que criavam porcos, mas era uma atividade comum no meio rural diamantinense. A criação de porcos destinava em sua maioria, ao comércio. Os criadores abatiam o porco e vendiam a carne na região de origem ou para outras localidades. Ocorria também de vender o porco vivo para abate para comerciantes locais. Em época de festividades, especialmente casamentos, a família da noiva matava porcos – quando não dispunham de criação de boi – para servir na festa<sup>93</sup>.

Cavalos eram meios de transporte bastante usados. Fosse apenas o “cavalo de cela” ou o que também carregava cargas, ter cavalo era praticamente equivalente a ter um carro nos dias atuais. Comprar cavalos era um meio de investimento, pois servia de

---

<sup>88</sup> Depoimento de J. P. P em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>89</sup> STRD – Relatório de novos sindicalizados 1972/1973 e 1974/1976 – pasta: documentos avulsos dos anos correspondentes.

<sup>90</sup> De acordo com depoimento de G. R. S. e C. da L. P. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>91</sup> Depoimento de G. R. S em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>92</sup> STRD – Relatório de novos sindicalizados 1972/1973 e 1974/1976 – pasta: documentos avulsos dos anos correspondentes.

<sup>93</sup> De acordo com depoimento de T. M. M em entrevista realizada em novembro de 2019.

meio de transporte de pessoas e de mercadorias. Os burros e mulas de cargas eram essenciais, pois com a necessidade de comercializar produtos no meio urbano, a aquisição desses animais favorecia o transporte. Além disso, era possível alugar os animais para outros trabalhadores transportarem mercadorias, lenhas e demais produtos. Vejamos sobre isso no depoimento abaixo:

Toda a vida aqui as coisas foram pesadas, (difíceis) quem não tinha burro para levar carga em Diamantina, passava muito aperto, muito, muito mesmo. Porque não tinha outro jeito de ganhar dinheiro. [...] Levando cargueiro a gente levava, vendia e ganhava dinheiro pra trazer as coisa pra dentro de casa [...] então tinha que ter os burros, não é? [...]. Às vezes a gente levava três, quatro burros com carga de lenha e comprava o valor daquilo ali de despesa, não tinha mais nada, tinha que ser só aquilo ali mesmo<sup>94</sup>.

A criação de animais era uma das atividades no meio rural usadas no sentido de complementar renda e contribuir na gestão do terreno. Possuir tais animais era uma forma de garantir um investimento de capital, bem como originar alimentação para a casa. A criação de galinhas geralmente ficava a cabo das mulheres, enquanto que os bois eram de responsabilidade dos homens. Os porcos eram alimentados pelas mulheres, mas também sendo tratado, inclusive em momentos de castração, por homens.

No caso dos cavalos, burros e mulas eram meio de transportes essenciais. Além de servir na questão econômica do terreno, uma vez que eram tanto alugados como a própria forma de transportar mercadorias para o comércio. Vender mercadorias, especialmente na cidade, no caso em Diamantina, era continuo entre os trabalhadores rurais, necessário para a manutenção da dinâmica familiar e conseguir dinheiro para comprar aquilo que não conseguiam produzir. Nesse sentido ter um animal de carga era muito importante.

Pela descrição das dinâmicas de trabalho até aqui, verificou-se a integração com as atividades comerciais. A maioria das atividades realizadas no terreno tinha parte destinada ao comércio. Comercializar era uma forma de aquisição de dinheiro para a compra do que não podia ser produzido no terreno. A principal forma de comércio realizada pelos trabalhadores rurais era por meio dos cargueiros, que eram por meio dos animais.

#### **1.4.8 Os cargueiros**

---

<sup>94</sup>Entrevista com J. P. P. realizada em janeiro de 2020.

A atividade de cargueiro possuía semelhança com as atividades realizadas pelas tropas que abasteciam as cidades e vilas de gêneros alimentícios. As tropas foi atividade de destaque no transporte de mercadorias, vigente até meados do século XX. (MARTINS, 2014)<sup>95</sup>. As tropas eram atividades formais de abastecimento alimentar, constituída de muares transportando gêneros alimentícios que seriam comercializados em Diamantina e em outras cidades. A diminuição da atuação das tropas ocorreu com a abertura de rodovias e a introdução dos caminhões. (MARTINS, 2014).

O sistema de tropas consistia em um dono da tropa, aquele que possuía animais de cargas e encabeçava esse regime de comércio de gêneros. Os donos das tropas possuíam maior fonte de recursos, eram homens de negócios, que contava com fundos para adquirir animais para o empreendimento. Contavam com diferentes sujeitos ligados à essas tropas que as seguiam para diferentes localidades, na venda dos produtos, manutenção da tropa e a negociação dos transportados. (CHAVES, 2012) (MARTINS, 2014). Em Diamantina, esse sistema foi enfraquecido em meados do século XX, como mencionado. Porém, nesse trabalho identificamos serviço semelhante ao das tropas realizado pelos trabalhadores rurais dos distritos e povoados de Diamantina, sob outra configuração. Cabe antes ressaltar que, não se tratavam de tropeiros em sentido estrito, pois como veremos adiante, esse serviço tinha configurações diferenciadas.

Vale chamar a atenção que mesmo os trabalhadores aqui tratados exercendo a ocupação de transporte de cargas, possuem como primeira diferenciação aos tropeiros acima citados na denominação. Denominavam-se “cargueiros” ou em não poucas vezes, não se usavam definições, eram apenas trabalhadores que comerciavam em Diamantina ou Biribiri<sup>96</sup>. As tropas tinham uma configuração de trabalho definida, ou seja, tinha um dono da tropa e os trabalhadores que organizavam e tocavam tais tropas, e faziam o trabalho de manutenção dessas. Já no caso dos cargueiros não, essa era uma atividade independente realizada pelos trabalhadores rurais, isso por conta própria.

A semelhança entre as duas atividades recaí na estrutura com que eram desenvolvidas as atividades de tropas e de cargueiros. Em ambos, é possível verificar que era o comércio de gêneros variados realizados nas cidades, transportado em lombos

---

<sup>95</sup>Sobre o sistema de tropas em Diamantina ver também: Martins, (2000b, 2006, 2007, 2010) e Lopes e Martins (2011).

<sup>96</sup> O comércio exercido pelos trabalhadores rurais no Biribiri era geralmente das comunidades mais próximas a essa Vila, como os moradores do distrito de Pinheiro e de alguns povoados próximos a Couto de Magalhães de Minas.



de burros, mulas e cavalos. Entretanto, os tropeiros era o serviço contínuo, e de certo modo oficial, de transporte de gêneros antes da introdução dos caminhões<sup>97</sup>. Já os cargueiros não. Os trabalhadores que exerciam a ocupação de cargueiros o faziam para conseguir comercializar o que era produzido em seus terrenos. Não eram responsáveis por abastecer a cidade. Essa era uma atividade independente, desenvolvida em concomitância com outras ocupações.

Cargueiros eram cavalos, burros e mulas com arreios de cangalha, portando buracas de couro bovino.<sup>98</sup> Os preferidos para transportar mercadorias eram burros e mulas, porém cavalos também eram empregados no transporte de mercadorias<sup>99</sup>. Os trabalhadores que não dispunham desses animais, os pegavam emprestado ou sob algum acordo financeiro ou de troca em dia de trabalho, ou mesmo em mercadorias. Uma ressalva que deve ser feita é que não eram muitos animais para um só trabalhador, quando muito levavam dois animais carregados. Aqueles que dispunham de tais animais, não os tinham em grandes quantidades, e consegui-los emprestado ou alugado em número maior, também consistia em gastos elevados. Desse modo, a maioria dos trabalhadores iam comercializar seus produtos com apenas um animal ou dois.

Deve-se reforçar o fato de que o trabalho de cargueiro era independente. Mesmo com periodicidade para a venda de mercadorias e fornecimento para clientes fixos, era uma atividade independente. De acordo com o que assinala os trabalhadores, havia uma procura significativa dos produtos rurais e, por mais que tivessem trabalhadores de diversos distritos comerciando na cidade, a venda era quase sempre certa. A procura, especialmente por alimentos frescos, era elevada<sup>100</sup>. Os próprios comerciantes da cidade de Diamantina compravam dos trabalhadores rurais os seus produtos<sup>101</sup>.

O trajeto realizado entre o distrito, povoado ou sítio até a cidade era realizado a pé, de uma até três vezes em uma mesma semana. Os distritos mais longes da sede de Diamantina necessitava que os trabalhadores saíssem de madrugada de suas casas, vendendo seus produtos durante o dia na cidade e no retorno dormiam nas lapas de serra

---

<sup>97</sup> Entende-se nesse caso como um serviço oficial o fato de que era aquele sistema de tropas que era o formato principal e contínuo de abastecimento de gêneros nas cidades.

<sup>98</sup> Buracas é uma espécie de um balaio feito em couro bovino usado para transportar mercadorias em lombo de cavalos ou muaras.

<sup>99</sup> De acordo com os depoimentos de C. M. M. e E. M. S. realizada em janeiro de 2020.

<sup>100</sup> De acordo com depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>101</sup> De acordo com os depoimentos de G. R. S.; C. da L. P. e T. M. M. realizadas em novembro de 2019 e J. P. P.; M. D. P. e A. R. P. entrevistados em janeiro de 2020.

para, no dia seguinte, chegarem aos seus terrenos<sup>102</sup>.

O trabalho de cargueiros era uma atividade comercial exercida concomitante com outras atividades realizadas no terreno. Com a colheita de bananas, laranjas, mangas, goiabas, mamões, jabuticabas, hortaliças e outros, os trabalhadores levavam para a venda na cidade. Produtos como rapaduras, doces variados, banha, quitandas, cachaças, azeites e temperos eram de grande procura e sempre levados para comercializar. Muitos trabalhadores comentaram a sorte que tinham em possuírem clientes fixos na cidade e que, além de comprar regularmente, faziam encomendas posteriores. Pode se assinalar alguns comerciantes de casas conhecidas na cidade, como os comerciantes “Irmãos Lopes”<sup>103</sup> ou na “Casa Jove”<sup>104</sup>, os hospitais da cidade, casas de divertimentos e diversas famílias de Diamantina<sup>105</sup>.

Aqueles que não possuíam fregueses fixos, vendiam nas ruas ou de porta em porta. Ao vender o que tinham levado no dia, compravam mantimentos com o dinheiro que tinham arrecadado para levar de volta para as casas. Compravam o que não produziam em seus terrenos, sendo em sua maioria o arroz que não era em todos os terrenos que havia plantações, o feijão se não fosse época de colheita ou se não havia restado das colheitas passadas, o macarrão, açúcar, sal, óleo e querosene, produtos mais comprados. Sobre a dinâmica de comércio de um trabalhador rural cargueiro na rua, observemos o seguinte depoimento;

[...] chegava na cidade (Diamantina) e logo que descia a carga lá juntava aquele tanto de gente. A mulherada ficava em cima e a gente recebia o dinheiro embuchado ia tacando (guardando) dentro do bolso embuchado mesmo. Aquele tanto de gente comprando e quando as buracas já estavam vazias, a gente ia pra um beco que tinha ali perto de onde era os Lopes, sentava lá e ia tirando aquelas buchas de dinheiro do bolso, ia contando pra ver quanto é que tinha dado pra poder fazer a compra dos mantimentos lá nos Lopes. Todo mundo fazia isso, o dinheiro que você apurava era pra comprar mantimentos pra trazer, mais era assim, o dinheiro era certo, não sobrava às vezes nem pra você tomar uma pinga<sup>106</sup>.

<sup>102</sup>Com base em depoimentos de antigos cargueiros, trabalhadores rurais. Alguns deles: G. R. S.; C. da L. P.; M. N. S. P.; A. C. S.; T. M. M.; C. L. M.; E. M. S.; M. B. S.; M. D. P. Entrevistas realizadas entre novembro de 2019 e janeiro de 2020.

<sup>103</sup>De acordo com o assinalado nos depoimentos de G. R. S.; C. da L. P. e T. M. M. em entrevistas realizadas em novembro de 2019.

<sup>104</sup>De acordo com o depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>105</sup>De acordo com o depoimento de M. D. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>106</sup>Depoimento de J. P. P em entrevista em janeiro de 2020.

Além dos produtos descritos, lenha também era muito comercializada. A lenha tinha boa saída, muitas cargas eram vendidas para as famílias na cidade, pois o fogão a lenha ainda era bastante comum nas casas. A lenha era uma saída comercial, especialmente em épocas que não tinham frutas, verduras e outros itens a disposição. Tinham empreendimentos comerciais, a exemplo dos comerciantes mencionado, “os Lopes”, que também compravam para revender<sup>107</sup>.

A lenha tinha valor diferenciado de lucro. As madeiras mais propícias a pegar fogo eram as mais procuradas e, também, mais caras. Por exemplo, o monjolo, que “mesmo murcho ainda pega fogo<sup>108</sup>”. As lenhas de candeia também eram valorizadas e tinha bom preço. O comércio de lenhas ocorria o ano todo, mas era especialmente em épocas que não tinham frutas, verduras ou legumes em maior escala para comércio é que sua venda intensificava.

Após a realização das vendas e compras dos mantimentos, os trabalhadores cargueiros voltavam para suas casas e no dia seguinte trabalhavam nas atividades no terreno ou em outras ocupações. A venda era necessária para a aquisição de dinheiro pelos trabalhadores, fosse para a compra das despesas do terreno ou para conseguir recursos para demais fins. A venda era uma das principais formas de acessar ao dinheiro pela maioria dos trabalhadores que estivessem fora dos garimpos ou não trabalhando para terceiros. Essa atividade de cargueiros ainda era vista até fins da década de 1980, de uma forma bem reduzida, mas ainda era possível ver resquícios de comércio de itens produzidos no meio rural e transportado em animais para vender em Diamantina.

### 1.3.9 O garimpo

O garimpo é uma atividade secular em Diamantina, foi responsável por fazer ricos homens e garantir a sobrevivência de muitos trabalhadores. O garimpo não era só mais um trabalho, foi durante anos a esperança de mudar de vida para os trabalhadores. Em alguns casos não foi só a esperança, mas foi de fato caminho para conquistas. A prática garimpeira era corriqueira no meio rural e conforme apontou Martins (2000a) coexistiu com a agricultura por séculos. A grande maioria dos trabalhadores rurais de

---

<sup>107</sup> De acordo com depoimentos de G. R. S. e C. da L. P. entrevistados em novembro de 2019 e J. P. P. e A. R. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

<sup>108</sup> Depoimento de M. N. S. P em entrevista realizada em janeiro de 2020.

Diamantina esteve de alguma forma, envolvidos com mineração. O garimpo compreendia um conjunto de modalidades de trabalho, desde a faisqueira, passando pelo garimpo de turma e de bomba até o emprego em mineradoras.

A faisqueira era a atividade garimpeira de menor escala, os faiscaidores, em sua maioria, trabalhavam sozinhos e em rios e córregos próximos de suas casas. O trabalhador faiscaidor, dentro de sua lida diária, mesclava as atividades agrícolas com o garimpo. Primeiro se dedicava ao trabalho na agricultura, algumas vezes destinando o período da manhã para atividades como chegar terra no milho, plantar algumas manafbas<sup>109</sup>, cuidar das galinhas, do roçado, eventualmente fazer alguma capina no quintal, fazer colheita e posteriormente seguia para a faisqueira<sup>110</sup>. Como era uma atividade individual, não se constituía de uma obrigação, sendo então uma atividade complementar, tendo, na maioria das vezes, a agricultura sua principal ocupação.

Na modalidade do “garimpo de turma” funcionava da seguinte forma, juntavam-se alguns trabalhadores “uma turma”, que faziam o trabalho em conjunto e dividiam por igual os lucros. Para essa garimpagem tinham épocas do ano adequadas. A época condizia com períodos que não eram de plantios de roças e nem épocas de chuvas. Na época de chuva não se compensava montar uma turma de garimpo, pois podia “vir a chuva e levar o serviço todo embora”<sup>111</sup>. Muitas vezes essa turma rumava para localidades mais afastadas de suas comunidades de origem, ficavam por vezes 15 dias sem ir até suas casas. Quando casados, a esposa ficava em casa cuidando dos filhos, da horta, da casa e eventualmente de alguns outros plantios.

O garimpo de bomba é mais uma das modalidades de garimpo em que os trabalhadores rurais estiveram envolvidos. O garimpo leva esse nome por fazer uso de uma bomba, que segundo Santiago (2010) era bomba de sucção, motores de caminhão que sugavam a areia do fundo do rio. O uso da bomba fez alterar algumas configurações no garimpo. De acordo com Martins (2014) somente nos anos de 1970 as catas de diamante passaram a empregar bombas hidráulicas movidas a motores, fosse para sugar o cascalho no leito dos rios, ou para fazer o desmonte de barrancos no garimpo de massa. (MARTINS, 2014).

---

<sup>109</sup> A manafba é o caule da mandioca que é plantado.

<sup>110</sup> De acordo com os depoimentos de G. R. S.; C da L. P. e T. M. M. em entrevistas realizadas em novembro de 2019.

<sup>111</sup> Depoimento de O. Q. B. entrevistado em novembro de 2019.

O garimpo de bombas seguia a mesma estrutura do garimpo de turma, porém, existia um dono do garimpo. O dono do garimpo, geralmente era dono da bomba, era também o que ficava com a maior parte dos lucros, em alguns casos fazendo jus a 75% do lucro do resultado obtido no garimpo. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012). O garimpo de bombas também apresentou aos trabalhadores novos ritmos de trabalho, inclusive mais intensos. Havia trabalho noturno, pois nesse ritmo, com o uso da bomba, se esperava uma produção maior. Além disso, o garimpo de bomba, tornava o garimpeiro um trabalhador subordinado, embora sem direitos trabalhistas e tendo direito apenas a uma porcentagem do resultado final do garimpo. Como havia um dono, equiparava-se a um formato de patrão e empregado.

Deve-se pontuar que o garimpo de bombas restringiu de certo modo o acesso a garimpos. Observa-se que, a introdução das bombas e o regime diferenciado dos garimpos, fez com que poucos sujeitos tivessem maiores lucros, ou seja, aqueles que eram os donos da bomba. Para se ter uma bomba era preciso dispor de algum dinheiro, que não era acessível a todos. Nesse sentido, os relatos de trabalhadores rurais indicam certa frustração com a introdução das bombas, informando que os “poderosos tomaram conta do garimpo”<sup>112</sup>. Restando aos demais se sujeitarem aquela nova configuração que estava posta<sup>113</sup>.

Porém, não foram só aspectos negativos que esse sistema de garimpagem introduziu. Havia certa estagnação nas formas tradicionais de garimpo, os próprios trabalhadores já não dispunham de alternativas eficazes para chegar até o ouro e o diamante, usando as formas manuais de trabalho. Nesse sentido, o serviço de bombas deu novo fôlego as explorações, conseguindo novas estratégias de atuação<sup>114</sup>. Diante disso, pode-se dizer que, de uma forma ou outra, houve transformações nos ritmos de trabalho dos trabalhadores rurais garimpeiros, para esse período, inseridos nessa dinâmica de trabalho.

Em condição semelhante eram os empregados em empresas mineradoras. Foram várias as companhias de mineração que atuaram nas proximidades de Diamantina e que

---

<sup>112</sup> Depoimento de G. R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>113</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>114</sup> De acordo com depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019 e A. R. P. e J. P. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

empregou grande número de trabalhadores rurais<sup>115</sup>. Essas empresas formalizavam com os empregados contratos de trabalho constituído de remuneração mensal, férias, assistência médica dentre outros benefícios. O trabalhador rural empregava nessas mineradoras assinando um contrato de trabalho, sendo nesse caso, formalmente empregado. Em seguida um depoimento de um ex-funcionário de uma das companhias instaladas na proximidade de Senador Mourão, sendo o caso da empresa Tejucana.

Pra gente foi à primeira vez que a gente trabalhou dessa forma. Todo mundo queria naquele tempo arrumar emprego nessas mineradoras. Tinha carteira assinada, recebia todo mês, férias recebendo. A gente era empregado dos outros, tirava muita coisa e sabia que era dos outros, mais a gente ficava feliz por saber que tinha um pagamento todo mês. Trabalhando na roça a gente às vezes trabalhava muito e no fim das contas não sobrava muita coisa, sabendo de ter um seguro todo mês, já ajudava bastante, não é?<sup>116</sup>

Muitas dessas empresas mineradoras acabaram por contribuir na transformação de trabalhadores rurais em empregados formais. Mesmo depois de findada a atuação dessas empresas, no desejo de manterem-se contemplados pelas garantias trabalhistas ofertadas por essas empresas, muitos trabalhadores fizeram a opção de buscar por postos de trabalhos formais, especialmente nas áreas urbanas<sup>117</sup>. O fato de garantir direitos trabalhistas, assistência médica e previdenciária tornou-se um atrativo. E eram fatores que acabavam por motivar as saídas de trabalhadores do meio rural, em direção as cidades. O que mostra uma divergência em relação à introdução da bomba, pois a bomba representou a exclusão da partilha igual dos lucros, a empresa mineradora também, mas deu aos trabalhadores em troca trabalhos formais, que foi encarado com algo positivo.

De acordo com os relatos de alguns trabalhadores, o garimpo foi muito importante para a manutenção das atividades rurais. Quando conseguiam bons resultados nos garimpos, empregavam lucros em compra de animais, como é o caso de gado bovino. Compravam também galinhas, porcos e mesmo a compra de terras. Alguns garimpeiros foram além nos investimentos, alguns deles compraram lotes ou casas em áreas urbanas, em Diamantina, por exemplo, contando até hoje com renda em aluguel de imóveis. Mesmo para aqueles que trabalhavam em garimpos de bomba

---

<sup>115</sup>Sobre essas companhias ver: Martins (2014, 2019).

<sup>116</sup>Depoimento de O. Q. B. entrevistado em novembro de 2019.

<sup>117</sup> De acordo com os depoimentos de O. Q. B.; G. R. S.; C. da L. P. em entrevistas realizadas em novembro de 2019 e O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

poderiam ocorrer ganhos significativos que na partilha conquistavam bons lucros. Nas empresas também, pois há relatos de trabalhadores que economizaram os salários e investiram em outros empreendimentos, como terras e animais.

### **1.3.10 - O extrativismo vegetal e a caça**

Outra modalidade de trabalho desenvolvida pelos trabalhadores rurais e que contribuía para a manutenção da família era o extrativismo vegetal e a caça. Freire (2001), Noronha (2003) e Galizoni (2005) ressaltaram a importância dos campos como áreas comuns, usados na extração de recursos e na criação de gado a solta. De fato, assim como verificado nos depoimentos dos trabalhadores, denota-se uma significativa importância dos campos. Esses campos localizam-se na transição grotá/chapada, entremeados entre serras e vasta extensão de terras planas. Existiam nesses campos, algumas áreas conhecidas como tabuleiros, áreas com predomínio de árvores como as de pequi, panã, mangaba e outras.

O trabalho extrativista realizado nesses campos dava-se como mais uma das ocupações dos trabalhadores rurais. Esse extrativismo era desenvolvido na maioria das vezes, em concomitância com o trabalho na agricultura, reservando um período para tais atividades. No caso da busca por frutos dos tabuleiros como o pequi, o panã, a mangaba, a fruta de leite, eram feitos em períodos específicos, naturalmente, em períodos em que aquelas frutas já estivessem prontas para colher. No caso do panã e do pequi era necessário colhe-los quando já estivessem caídos no chão, pois são frutos que só estão de fato bons para o consumo após caírem das árvores<sup>118</sup>.

A extração desses frutos era em sua maioria para consumo da casa, fazer conservas e óleos. Todos podiam pegar, afinal, era uma área comum. Podia ocorrer de irem aos tabuleiros apenas para apanha-los ou então em um momento em que estavam campeando (em busca das criações de gado), reservam um tempo para apanhar tais frutos<sup>119</sup>. Os tabuleiros eram entendidos pelos trabalhadores basicamente como as áreas que dispunham dessas plantas e eram em sua maioria localizadas nas margens dos

---

<sup>118</sup> De acordo com depoimento de G. R. S.; C. da L. P.; T. M. M. em entrevistas realizadas em novembro de 2019.

<sup>119</sup> De acordo com os depoimentos de J. P. P. e A. R. P. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020 e O. A. R. entrevistado em julho de 2020.

campos<sup>120</sup>. Havia também outro entendimento do que eram os tabuleiros, vistos como áreas que se destacava por possuírem uma vegetação mais seca, não sendo ideal para plantios. Contava com grande predomínio de árvores nativas e capins, ideais para criação de gado<sup>121</sup>.

Já em relação à extração de flores do campo, especialmente nas áreas assentadas das chapadas, com destaque para as sempre-vivas, foi significativa fonte de recursos para os trabalhadores rurais. O mercado de sempre-vivas teve início na primeira metade do século XX, tendo forte adesão entre os moradores de povoados rurais de Diamantina. (MARTINS, 2019). Entre os trabalhadores entrevistados, a grande maioria informou sobre o trabalho na extração de sempre-vivas realizado por eles ou pela família. Martins (2019) assinalou que nas décadas de 1970 e 1980 a extração da flor teve seu auge. De fato, havia muitos trabalhadores envolvidos nessa atividade. Vejamos um depoimento

[...] era um serviço que dava um dinheirinho bom. Com ele a gente comprava despesa pra casa e outras coisas mais. [...] Teve gente aqui de conseguir comprar animal e outras coisas valiosas mesmo e com dinheiro de sempre-viva. [...] Tinha muita procura, a venda era certa. Tinha dia de a gente acordar de madrugada e chegar em casa de noite, estando dia todo catando flor, era homem, mulher, velho, criança.<sup>122</sup>

Martins (2019) deu destaque para o trabalho de mulheres e crianças na extração das sempre-vivas. Com base nos depoimentos coletados dos entrevistados, nesse trabalho, reitera-se essa constatação. Ficavam as mulheres a cabo de irem aos campos juntos com pessoas mais velhas, filhos e filhas crianças e jovens para a panha das flores. É devido ressaltar que, embora seja majoritariamente um trabalho exercido pelas mulheres e crianças, a participação masculina não era excluída. A lucratividade do comércio de flores ocupou lugar de destaque na composição da renda familiar, o que fez com que homens também atuassem na atividade.

Ao retomar a questão dos campos comuns, áreas onde eram realizadas a extração de sempre-vivas, Martins (2019) assinalou que o fenômeno mercadológico entorno

---

<sup>120</sup> Veja-se que geograficamente tabuleiros são caracterizados de outra forma. Essa denominação é usualmente tratada pelos trabalhadores rurais para identificar essas áreas. Ressalta-se que essa caracterização tem bases nos conhecimentos regionais dos trabalhadores. Para uma abordagem geográfica e de outras localidades é necessário verificar sobre. No caso de caracterizações geográficas ver informações do site da Embrapa: <https://www.embrapa.br/tabuleiros-costeiros/apresentacao> acesso em 15/08/2020.

<sup>121</sup> De acordo com depoimento de A. R. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>122</sup> Depoimento de M. N. S. P entrevistada em janeiro de 2020.



dessa extração colaborou para a privatização de diversos campos. A alta procura pelas sempre-vivas e a adesão comercial que tinha adquirido fez com que muitos sujeitos, inclusive das próprias comunidades privatizassem campos e tornasse a atividade controlada. Entretanto, a atividade não perdeu a popularidade entre os trabalhadores, sendo vantajosa fonte de trabalho e renda, encontrados no meio rural diamantinense até os dias atuais.

Quanto à prática da caça, era uma atividade corrente no meio rural diamantinense e até entre moradores do meio urbano. A caça era também uma forma de complementação alimentar. A prática da caça foi proibida em Minas Gerais no ano de 1968<sup>123</sup>. No entanto, nos relatos de trabalhadores é possível verificarmos a continuidade da prática, realizada de forma clandestina. Ressaltam que ir aos campos e serras caçar era uma forma de levar alimentos diferentes pra casa.

O trabalhador rural também praticava a caça em períodos específicos, algumas vezes nas folgas dos fins de semana<sup>124</sup>. Era ideal dispor de uma espingarda e a companhia de um cachorro. As caças davam-se entre os campos e serras. Para o período aqui tratado, a prática da caça era importante complementação alimentar e era desenvolvida periodicamente. Além da caça com arma de fogo e ajuda de cachorros, eram também montadas armadilhas para pegar ratos de serras, por exemplo, usavam armadilhas a base de pedras com iscas de frutas, como banana. Arapucas de madeira também eram desenvolvidas, mas nesse caso era especialmente para pássaros. O paqueiro também era estruturas de madeira destinadas a pegar pacas.

Os animais comuns para caça eram mocós, coelhos, veados, tatus, pacas, quatis, ratos de serra, antas, capivaras entre outros. Os trabalhadores fazem questão de assinalar que a prática da caça consistia em uma atividade importante para a complementação alimentar, não especificamente para o comércio. Havia uma espécie de ética no processo da caça, pois não poderia matar fêmeas que estavam com filhotes pequenos e nem mesmo os filhotes, apenas animais grandes. Caso constatasse que a fêmea estivesse em gestação, também não poderia capturá-la. Isso, na visão dos trabalhadores, garantiria a reprodução e manutenção dos animais. De igual modo, não era adequado atingir um

---

<sup>123</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 62, n. 30, 26 maio 1968, 4p.

<sup>124</sup> De acordo com depoimentos de G. R. S.; C. da L. P. e T. M. M. em entrevistas realizadas em novembro de 2019.

determinado animal e não acabar de matá-lo, não era correto deixar animais em sofrimento<sup>125</sup>.

No entendimento dos trabalhadores, dois grandes fatores foram responsáveis pelo desaparecimento das espécies antes alvo de caças. A primeira foi as queimadas e desmatamento das áreas onde viviam esses animais, parte da responsabilidade disso recaí nos empreendimentos das mineradoras e do reflorestamento. Outra razão foi a introdução da lógica comercial, onde “tudo era pra vender [...] as pessoas passaram a ter uma ganância exagerada e matava muitos animais, não importava se era mãe com filhote ou se era novo [...] as pessoas passou a querer vender tudo<sup>126</sup>.” Nesse caso, um trabalhador denuncia que no desejo de tudo vender, a ambição tomou conta e contribuiu para acabar rapidamente com a abundância dessas espécies.

As áreas de campos e os tabuleiros, que eram áreas de extração vegetal e caças, foram sendo privadas gradativamente do acesso de trabalhadores rurais. Nas áreas mais atingidas pelo reflorestamento, os campos ficaram comprometidos. Porém, nas áreas rurais em que os empreendimentos dos eucaliptos não atingiram diretamente, outros elementos foram retirando os trabalhadores dos campos. Os parques estaduais foram um desses elementos que fez com que muitas famílias de trabalhadores rurais que até finais da década de 1990 e começo dos anos 2000, que ainda tinham criação de gados em áreas comuns, tivessem que retirar-los e deixar os campos livres para as áreas de parque. Menciona-se nesse caso, os parques estaduais do Biribiri e do Rio Preto, controlados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). De uma forma ou de outra, os trabalhadores tiveram que se adaptar cada vez mais desassociados dessas áreas.

### **1.3.11 Demais atividades econômicas**

Anteriormente foram pontuadas as principais atividades econômicas e ocupacionais executadas pelos trabalhadores rurais de Diamantina entre as décadas de 1970 e 1980. No entanto, ainda existiam outras ocupações exercidas por trabalhadores rurais que associavam a lida no trabalho na terra com atividades econômicas diversas. Essas demais atividades eram importantes no sentido de que correspondiam parte da diversidade ocupacional presente no campo. Ainda que o trabalho na terra fosse

---

<sup>125</sup> Ibid.

<sup>126</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

fundamental e exercido em algum momento pelo trabalhador, a existência de outras atividades era comum.

Uma delas era a ocupação de comerciante. Havia trabalhadores que possuíam pequenas vendas próximas às casas e que vendiam produtos básicos, como fumo, cachaça, querosene, óleo, velas, fosforo, sal, açúcar, sabão, utensílios domésticos e arreios e celas para animais<sup>127</sup>. Os bares também era um comércio e que estavam presentes na maioria das sedes dos distritos e povoados, sendo de propriedade de trabalhadores rurais que os abriam em fins de semana, feriados, ou mesmo durante a semana aos fins de tarde. Os bares tinham poucas diferenças das vendas, essas dispunham de mais variedades e eram locais de comércio frequentados tanto por homens quanto por mulheres. Já os bares vendiam bebidas como cachaças, conhaques, vinhos e eram lugares de divertimentos, frequentados predominantemente por homens<sup>128</sup>.

No comércio de carnes, verificou-se a existência de trabalhadores rurais que compravam animais como gados bovinos e porcos para o abate. O trabalhador que se dispunha a essa ocupação, geralmente possuía uma venda ou bar nas localidades e abatiam os animais para comércio local. No caso dos distritos maiores, tinham pequenos estabelecimentos comerciais com contínuo comércio de carnes. Para os povoados menores, o comércio era exercido periodicamente, em uma vez por semana ou uma quinzena. O comprador pagava ao proprietário o preço pelo peso dos animais, o valor definido em arrobas<sup>129</sup>. Os compradores, geralmente eram trabalhadores rurais, que além de exercerem a essas atividades, também trabalhavam a terra em seus terrenos, com plantios de roças e mesmo na criação de animais.

A execução de trabalho para terceiros também estava presente no rol de atividades, destacavam-se os empregados em fazendas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina a partir da década de 1970 começou a intermediar a relação de contratos de trabalhos firmados entre produtores rurais e trabalhadores rurais, como se verá posteriormente. O trabalho seguia a contratação mensal de trabalhadores pagos em espécie no início de cada mês<sup>130</sup>. Antes da regulamentação pelo Sindicato, alguns

---

<sup>127</sup> De acordo com o depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>128</sup> De acordo com os depoimentos de C. M. M. e E. M. S. em entrevistas realizadas em janeiro de 2020.

<sup>129</sup> De acordo com o depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>130</sup> De acordo com depoimento de G. R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

trabalhadores narraram que o pagamento era mensal, mas poderia vir pagos em alimentos (cesta básica) ou em outros formatos.

Outra modalidade de trabalho era o diarista, aquele que não possuía relação empregatícia e trabalhava para diferentes pessoas, sem ter um vínculo permanente<sup>131</sup>. O trabalhador diarista exercia o trabalho onde conseguia emprego, podendo ficar dias em uma propriedade e noutra. A forma de pagamento do diarista seguia a um acordo entre ele e o solicitante, de acordo com os depoimentos dos trabalhadores, as formas de pagamento variavam algumas vezes em dinheiro, outras em alimentos ou troca em bens materiais diversos.

O trabalhador por empreito era uma modalidade de trabalho semelhante a do trabalhador diarista. O empreito era onde o trabalhador firmava com o contratante um acordo de serviço que consistia em uma forma fixa de pagamento<sup>132</sup>. Era passado o serviço e em seguida era firmado um acordo entre o contratante e o trabalhador sob as formas de pagamentos para a conclusão daquele serviço. Não havia variações na remuneração e o trabalhador sabia tudo o que teria que cumprir independente de quantos dias gastos pela remuneração que já estava combinada.

Os trabalhadores que possuíam alguma ocupação específica, como os pedreiros e carpinteiros, também devem ser aqui mencionados. Incluem-se esses trabalhadores entre os trabalhadores rurais, pois ao longo da pesquisa observou-se que essas eram ocupações realizadas no meio rural no período estudado, dividindo espaço com atividades agrícolas. Tanto pedreiro como carpinteiro tinham ocupações definidas e alta procura pelos seus serviços. Entretanto, possuíam terrenos e desenvolviam trabalho na terra. A diferença dos demais trabalhadores é que a principal ocupação desses, não estava ligada com atividades agrícolas. Suas ocupações, sejam de pedreiros ou carpinteiros, eram principais. A atividade na terra existia, mas diferente dos demais trabalhadores era voltada para consumo da família e pequenas vendas.

#### **1.4 - Breve balanço sobre as formas de vida do trabalhador rural**

---

<sup>131</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>132</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

No espaço rural de Diamantina, a maioria dos trabalhadores possuíam pequenos terrenos e buscavam por formas de manutenção econômica da família, da casa e da terra de variados modos. Como os depoentes buscaram frisar nas entrevistas, “o dinheiro corria muito pouco, tudo que dava pra fazer a gente fazia<sup>133</sup>”. De fato, se verificarmos a questão econômica do trabalhador rural, que por mais que possuíam ritmo intenso de trabalho observam-se a existência de poucos recursos econômicos, advindo, inclusive, do “dinheiro que corria pouco<sup>134</sup>”.

Alguns deram sorte no garimpo, compraram terras, gado, investiu dinheiro. Essa era uma realidade existente, mas não contemplava a todos. O garimpo era uma fonte de esperança e que para alguns resultou em bons ganhos, para outros ficou só na esperança. Além disso, a introdução da bomba teve dois resultados distintos, de um lado o aumento de lucros para uns, aqueles que conseguiam ser donos do garimpo. Por outro lado, a exclusão de outros trabalhadores, que tiveram que se inserir em uma dinâmica semelhante a de um emprego, mesmo nas relações de garimpo informais, dinâmica essa, que para ser lucrativa precisava que o garimpo fosse lucrativo, para uma partilha aceitável, do contrário seria tempo desperdiçado.

O êxodo rural assumia anualmente números cada vez maiores. Devido à perda de terras por alguns trabalhadores em nome de um progresso e desenvolvimento multifacetado e a construção de uma imagem da cidade como meio de mudança de vida, fez com que o espaço rural perdesse população em números significativos. Foi formada ao longo dos anos uma estrutura agrária que se originou da exclusão e não fez esforço de mudar. Essa exclusão foi tomando outros contornos.

O cenário rural que foi posto em questão não se formou apenas da desigual apropriação de terras. Não foi só a expulsão de trabalhadores obedecendo uma legalidade direcionada a interesses particulares. Não foi somente a introdução da terra na noção mercantilista. Também não foi só os projetos de um pretense desenvolvimento e progresso que deu os contornos do rural para esse período. Foi todo esse conjunto de ações que determinou as características do rural que se está tratando aqui.

A princípio nos parece contraditório dizer que em comunidades rurais como essas, com plantação e atividades agrícolas variadas e formas de trabalho diversificadas, as condições econômicas e sociais não eram das melhores. Verificou-se que os modos

---

<sup>133</sup> Depoimento de G. R. S. entrevistado em novembro de 2019.

<sup>134</sup> Ibid.

de vida, apesar de constituídos de denso ritmo de trabalho, possuíam alguns níveis de precariedade. Por meio de um balanço realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina para a década de 1970, pode-se observar que havia muitos trabalhadores que viviam em situação precária, muitos sendo vítimas de doenças causadas, especialmente por verminoses, dentre outras.

Algumas famílias não tinham condições de ter uma dieta alimentar variada. Não conseguiam produzir em seus terrenos em condições de venda que resultassem em dinheiro suficiente para compra de roupas, calçados e remédios, quando fosse o caso. O dinheiro que conseguiam era suficiente para “o grosso”, ou seja, o indispensável<sup>135</sup>. Os relatórios elaborados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina descrevem a situação como calamitosa, informando que o índice de pobreza no meio rural diamantinense era elevado. As condições de vida da população eram “difíceis, nem todo mundo tinha condição de tratar da saúde, vestir bem, comer bem”<sup>136</sup>.

Degradante a condição de tantas famílias desse nosso rural. Mesmo com tanto suor, pouco tem, pouco consegue ter. Falta instrução de como cuidar da saúde. Mesmo que só instrução não resolve os problemas que causam essa doença [sic]. [...] Não corre dinheiro e não tem onde esse povo buscar ajuda. É então pra fugir dessa situação é que tem tantos procurando as cidades. Por viver na roça em situação calamitosa é que tem na cidade uma esperança. Pobres todos nós somos, mais aqui corre uma pobreza que agoniza [...] <sup>137</sup>.

Em muitos momentos as descrições das condições do espaço rural parecem pegar emprestados os discursos do “Vale da Miséria”. Fica bem explícito que existia uma pobreza que estava ligada à ausência de ações ou instituições que contribuísse para transformações no meio rural. Evidentemente que esse discurso também tinha finalidade, justificar a necessidade do Sindicato. Entretanto, deve ser pontuado aqui, que esse cenário também foi descrito pelos trabalhadores rurais.

Os trabalhadores a partir de seus depoimentos corroboram com os dados do Sindicato. Informam que mesmo com muito trabalho, a população convivia com precariedade nos modos de vida. É preciso, no entanto, tomar a atenção em não associar os indicadores do construído “Vale da Miséria” com o cenário rural, isso nos deixa em

---

<sup>135</sup> De acordo com o depoimento de A. R. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>136</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

<sup>137</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

prejuízo em relação a indicadores precisos. Porém, pela ótica do trabalhador, observa-se que de fato havia um rural que apresentava situações críticas. Onde o rural começava a se apresentar como um lugar passível de poucas opções para o trabalhador, cujas mudanças eram necessárias, mas aparentemente distantes.

O que se pode constatar é que o acesso a tratamentos de saúde era pouco, ou inexistente. A alimentação não era farta para todas as famílias, existiam famílias que passavam necessidades alimentícias, especialmente em períodos em que não tinha boa produção nos terrenos. A higiene era inadequada, o que resultava em problemas de saúde. A infraestrutura das casas de morada ofertavam poucas condições de conforto, além de contarem com a presença de barbeiros e outros animais<sup>138</sup>.

Alguns trabalhadores tinham melhores condições de vida, especialmente os que conseguiam bons rendimentos nos garimpos e assim, aplicavam em outros empreendimentos. Os trabalhadores como pedreiros e carpinteiros também poderiam dispor de melhor condição na medida em que trabalhassem muito, inclusive fora de seus lugares de morada<sup>139</sup>. Comerciantes também podiam ter um rendimento melhor. Porém, não era a realidade da maioria dos trabalhadores<sup>140</sup>.

Observou-se também que os trabalhadores contavam com o apoio dos filhos como uma forma de segurança na velhice. Aquelas famílias onde os membros ficavam idosos não tendo condição de trabalho contavam com o trabalho dos filhos. Não possuindo filhos e sem condição de trabalho, acabavam por entrarem na miséria. Salvo casos em que tivessem tido algum lucro e mantido algum empreendimento que pudessem beneficia-los na velhice, caso contrario passavam por dificuldades. Muitos ficando a mercê da caridade alheia ou de algum recurso econômico poupado.

Foi nesse cenário que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina se inseriu. Era pretendido fundar um Sindicato que pudesse assistir os trabalhadores, especialmente em relação à saúde<sup>141</sup>. Assim, poderiam continuar no meio rural com melhores condições. Abrir essa dissertação com esse capítulo, abordando como estava formado o espaço rural diamantinense vai além de apresentar o trabalhador rural, mas

---

<sup>138</sup> De acordo com depoimentos de G. R. S.; C. da L. P.; T. M. M. entrevistados em novembro de 2019, A. C. S.; M. N. S. P.; M. D. P.; J. P. P.; A. R. P. entrevistados em janeiro de 2020 e A. A. S e A. N. S. entrevistadas em julho de 2020.

<sup>139</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>140</sup> De acordo com depoimento de A. R. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>141</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

na abordagem sobre a sindicalização “os modos de vida” devem ser tratados. Foi a partir desses “modos de vida” dos trabalhadores rurais, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina fundamentou sua atuação.

Por “modos de vida” compreende todo um conjunto de ações relativas aos terrenos, dinâmicas familiares, econômicas e sociais vividas por trabalhadores rurais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina foi quem de fato categorizou a população como trabalhadores rurais e continuamente fez uso de “seus modos de vida” para se inserir entre a população. A ideia era que estava sendo criada uma instituição que “falava a mesma língua” dos trabalhadores rurais, assim, compreendia suas necessidades. Nesse sentido, é importante apresentar os modos de vida, para em seguida apresentar a sindicalização. É esse o processo que centraremos esforços em analisar até o fim desse trabalho, observando a ocorrência do processo de sindicalização para esses trabalhadores rurais de Diamantina.



## CAPÍTULO 2

### A SINDICALIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM DIAMANTINA



## 2. A SINDICALIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM DIAMANTINA

*[...] Oh, quem é que acreditava? Meu pai mesmo quando veio essa história de sindicato ele falava que era só depois que ele vesse<sup>142</sup>. O povo ficou com um “pé-atrás” com isso de Sindicato né? Ih tinha gente que ignorava isso. Sobre esse negócio de aposentadoria então, nossa, mais não acreditavam mesmo<sup>143</sup>!*

A sindicalização dos trabalhadores rurais em Diamantina ocorreu na década de 1970. Nesse período, o País vivia na conjuntura da ditadura civil militar, que havia alterado diversas esferas políticas e sociais brasileiras. O sindicalismo rural foi uma dessas áreas afetadas com o advento do golpe, que fez com que muitos sindicatos passassem a atuar no plano meramente assistencialista. No caso de Diamantina não foi diferente, o Sindicato já foi fundado com sua base assistencial. Nesse capítulo apresenta-se o percurso histórico do sindicalismo em nível nacional, estadual e o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais em Diamantina.

### 2.1 A sindicalização de trabalhadores rurais no Brasil

A trajetória até chegar a efetiva sindicalização rural no Brasil foi longa. A sindicalização para trabalhadores do segmento rural ocorreu de fato na década de 1960. Na primeira parte desse capítulo será apresentada essa trajetória histórica do sindicalismo rural no Brasil. Isso é importante, pois mostra a configuração com que muitos sindicatos de trabalhadores rurais foram sendo formados no País. Pode-se tomar aqui como o ponto de partida a década de 1930, período em que vários debates entram em cena no contexto social e da esfera do trabalho.

É preciso esclarecer que desde o começo do século XX já existia a possibilidade de abertura de associações e sindicatos no meio rural brasileiro. Entretanto, as primeiras organizações eram geridas pelo segmento patronal rural, ou seja, os grandes

---

<sup>142</sup> Depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>143</sup> Depoimento de C. M. M. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

proprietários<sup>144</sup>. Desde 1903 já era prevista pela legislação vigente a abertura de sindicatos agrícolas, isso fundamentado no Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903<sup>145</sup>. Esse Decreto foi regulamentado por um novo Decreto, o nº 6.532 de 20 de junho de 1907, que dispunha sobre a organização de sindicatos para os “profissionais da agricultura, para defesa de seus interesses”<sup>146</sup>. Com base nessas legislações deu-se a formação de varias agremiações dos segmentos patronais, inclusive estimulados pela Sociedade Nacional da Agricultura<sup>147</sup> (SNA), entidade criada em 1897 com os fins de representar os proprietários rurais. (COSTA, 1996), (RAMOS, 2011).

Diante dessas primeiras legislações, foram criadas algumas agremiações destinadas aos setores produtivos agrícolas no Brasil. Algumas delas sendo a Sociedade Mineira de Agricultura, a Sociedade Agrícola de Pernambuco, a Sociedade Agrícola Fluminense e a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. (RAMOS, 2011). Um dos principais interesses dessas agremiações, junto com a SNA, era suprir o vácuo existente pela extinção do Ministério da Agricultura, feito em 1892. Havia a concepção de uma desorganização no setor agrícola, provocada desde a abolição da escravidão e ainda mais desarticulado pela exclusão do referido Ministério. Nesse sentido, a formação dessas sociedades no seio da SNA, tinha objetivo de reajustar e melhorar a situação da agricultura no País, um princípio meramente produtivista que perdurou pelas décadas seguintes. (MEDEIROS, 1995), (RAMOS, 2011), (MEIRA, 2012).

Entre a década de 1930 e princípios da década de 1940, na atuação de Getúlio Dornelles Vargas na Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, ocorreu uma série de transformações nos campos sociais, econômicos e políticos do País. (PICOLOTTO, 2011). O operariado urbano, através de movimentos sindicais organizados, esteve envolto em diferentes embates, greves e reivindicações nas

---

<sup>144</sup> Aqui, sempre que usarmos o conceito de “patronal” estamos nos referindo ao segmento rural ligado aos fazendeiros, ou aos grandes produtores/empregadores rurais.

<sup>145</sup> BRASIL, Decreto nº 979 de 6 de janeiro de 1903. Disponível em <[<sup>146</sup> BRASIL, Decreto, nº 6.532 de 20 de junho de 1907. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/norma/410629/publicacao/15779563>> acesso em 15/04/2020.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-979-6-janeiro-1903-584238-publicacaooriginal-107004-pl.html#:~:text=Fa%C3%A7o%20saber%20que%20o%20Congresso,e%20defesa%20dos%20seus%20interesses.> acesso em 15/04/2020.</a></p></div><div data-bbox=)

<sup>147</sup> FGV/CPDOC, Sociedade Nacional da Agricultura. Verbete temático. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/sociedade-nacional-de-agricultura>> acesso em 15/04/2020.

primeiras décadas do século XX. Isso com demandas variadas de melhorias na esfera do trabalho. Quando Vargas assumiu o posto de presidente da República foram tomadas medidas para controlar os ânimos desses movimentos operários. (COSTA, 1996), (BATISTELLA, 2015).

Ocorreram ações que teve como marco inicial a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), com a implementação de direitos trabalhistas, que posteriormente veio a resultar na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>148</sup>. No campo sindical, como uma das medidas operadas pelo governo Vargas na tentativa de ter maior controle do movimento operário, baixou em 1931 o Decreto nº 19.770, sendo a Lei de Sindicalização<sup>149</sup>. O que a Lei previa era reconhecer e regulamentar os sindicatos a partir do poder público. Para além disso, a legislação acabou por atrelar os sindicatos ao Estado, com o objetivo de colaborar com o governo, fundamentado no princípio do corporativismo. (CAMPINHO, 2006), (JESUS, 2012). Não é nosso interesse aqui aprofundar nesse processo para o meio urbano, mas a breve introdução foi no sentido de situar sobre a conjuntura e buscar identificar o lugar dos trabalhadores do espaço rural nessas transformações.

Os trabalhadores do espaço rural não foram contemplados com as mudanças que estavam em curso nesse período, não que não estivesse nos planos do governo em inclui-los. O presidente Getúlio Vargas, desde o começo, tinha a intenção de estender a todos os trabalhadores os direitos inerentes a questões trabalhistas, sociais e mesmo sindicais. (WELCH, 2016)<sup>150</sup>. Ademais, Oliveira Vianna que foi consultor jurídico do

---

<sup>148</sup> Para um debate aprofundado sobre a ascensão de Getúlio Vargas e as questões trabalhistas urbanas na primeira metade do século XX, ver: Batalha (2000, 2003), Gomes (2005), Matos (2009) e Batistella (2015).

<sup>149</sup> BRASIL, Lei de sindicalização. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm)> acesso em 18/06/2020.

<sup>150</sup> O trabalho de Welch (2016) faz oposição a uma concepção que o autor aponta como “tese básica” que se refere a uma noção encontrada em diversos estudos relativo a extensão de direitos sociais ao espaço rural pelo governo de Getúlio Vargas. A tese básica considera que Vargas não se empenhou em levar tais direitos que estavam sendo implementados no espaço urbano para o rural, ou que havia um pacto entre Vargas e as oligarquias rurais para a não inclusão de trabalhadores do meio rural na legislação trabalhista. Welch (2016) contradiz isso, assinalando que desde o começo Getúlio Vargas tinha a intenção de levar os direitos sociais, trabalhistas e mesmo sindicais a todos os trabalhadores. Marcus Dezemone (2008, 2012) compartilha da mesma posição de Welch (2016), discutindo com novas fontes e argumentações o que o autor chama de uma historiografia tradicional que defendia a exclusão do espaço rural na legislação em formação no governo Vargas. O autor por outro lado mostra que não foi exatamente o que ocorreu, houve sim por parte do governo, tentativas de atender a todos os segmentos rural/urbano, além de haver interação rural com o governo, por parte até mesmo dos camponeses. No seu texto *Mundo Rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente*, o autor faz um diálogo por meio de uma “historiografia tradicional” e os debates acadêmicos recentes, mostrando essas contradições.

MTIC nesse período, defendia maior intervenção do Estado na agricultura, isso poderia, entre outras coisas, evitar a migração rural-urbana que estava em crescimento. (MORAES, 1997), (RAMOS, 2011). Desse modo, contemplar os trabalhadores do campo com as mesmas garantias dos trabalhadores urbanos seria a forma de ter também uma relação de controle com esses trabalhadores. Assim, desejava também estender o modelo sindical corporativista para o espaço rural.

Entretanto, não ocorreu nesse período a extensão direta dos benefícios aos trabalhadores do espaço rural. Havia um entrave que fazia com que qualquer tentativa de incluir trabalhadores agrícolas na legislação vigente caísse por terra. Tratava-se do segmento patronal da agricultura, oligarquias rurais que tinham peso político no País. (COLETTI, 1996). Destaca-se, inclusive, que a SNA e a Sociedade Rural Brasileira (SRB)<sup>151</sup>, essa última fundada em 1919, representantes dessas oligarquias, colocavam pressão para a não inclusão dos segmentos de trabalhadores agrícolas no bojo dessas transformações em curso, inclusive no que se refere a sindicalização. Isso, sob a alegação de que a natureza dos trabalhos agrícolas possuía especificidades, não podendo ser comparadas com o segmento urbano. (MEDEIROS, 1995), (RAMOS, 2011).

Em 1937 foi posto em discussão na Câmara Federal um projeto de Código Rural. Nesse Código, previa regulamentar as garantias, os direitos e obrigações dos envolvidos com atividades agrícolas. Proposta essa que não rendeu justamente pela pressão contrária do segmento patronal. (PICOLOTTO, 2011). A Constituição de 1937 também reforçou o interesse de Getúlio Vargas em levar o processo de sindicalização para o meio rural, observando os Artigos 57 a 63, que dispunham sobre organização sindical para o segmento agrícola<sup>152</sup>, o que novamente não passou de mera tentativa. Todo esse debate era barrado sob pressão dos segmentos patronais. Para estender os direitos trabalhistas ao espaço rural a sindicalização seria importante mecanismo desse processo, uma vez atrelado e em cooperação com o Estado. (SILVA, 2014b), (WELCH, 2016).

A justificativa para o impedimento da sindicalização rural ou qualquer inclusão na legislação varguista persistia com a mesma argumentação, de que o setor agrícola

---

<sup>151</sup>FGV/CPDOC. Sociedade Rural Brasileira. Verbete origem. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-rural-brasileira-srb>. > acesso em 29/10/2020.

<sup>152</sup>BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) > acesso em 10/08/2020.

contava com especificidades. Por isso, um processo de sindicalização não seria viável. A concepção partia do princípio de que nos centros urbanos as profissões possuíam categorias distintas, enquanto na agricultura não. O que prevalecia em defesa pelo segmento patronal, era que as relações de trabalho na agricultura contavam com uma uniformidade e que não permitia tal diferenciação. Além disso, pontuava que havia uma relação de harmonia nas tarefas agrícolas, onde o proprietário se identificava com o trabalhador, sendo, inclusive, em alguns casos o seu companheiro de trabalho. Nesse sentido, não era adequado a fragmentação em grupos profissionais. (MEDEIROS, 1995), (PICOLOTTO, 2011).

Segundo Carolina Ramos (2011, p. 33) o segmento patronal insistia de que não podia haver uma representação classista no espaço rural, lugar onde imperava “relações familiares”. (RAMOS, 2011, p. 33). Além disso, argumentavam que tinham interesses iguais, bem como desafios iguais, como a luta contra adversidades climáticas ou as oscilações de mercado. Essa justificativa vem na tentativa de maquiagem a violência da submissão exercida entre o patronado e os segmentos subalternos da sociedade rural, violência essa que se buscou por longos anos, esconder em um aspecto de relações familiares e compadrios. A postura da SNA e SRB em conjunto com o segmento dos proprietários rurais, nada mais era que uma forma de enfraquecer a possibilidade de um processo de sindicalização por categoria no meio rural que pudesse comprometer a hegemonia desses proprietários.

Com a continuidade dos debates sobre a sindicalização rural no contexto político, os representantes patronais acabaram por adotar ao processo de sindicalização, porém garantindo seus interesses. A SNA continuou com a argumentação sobre as especificidades nas atividades agrícolas. Com base nessa justificativa, montou uma proposta de sindicalização com desejo de formar uma legislação específica para a sindicalização rural. Essa proposta partia da concepção de que havendo interesses comuns dos trabalhadores do setor agrícola, poderiam abrir sindicatos mistos. Nesse caso, agregando em um mesmo sindicato patrões, empregados, pequenos proprietários, arrendatários, dentre outros. (MEDEIROS, 1995), (COLETTI, 1996), (PICOLOTTO, 2011), (RAMOS, 2011), (SILVA, 2014b).

No ano de 1939 os segmentos patronais ligados a SNA e mesmo a SRB, colocaram-se a planejar uma legislação que seria formulada pela Comissão Sindical da

Agricultura Brasileira. (RAMOS, 2011). Deve-se pontuar que atuava na gestão desse órgão, o presidente Arthur Torres Filho que também era vice-presidente da SNA, e Luiz Marques Poliano, que era secretário na Comissão e na SNA. Isso significa que a Comissão estava dominada por membros da SNA. A proposta era desenvolver um modelo de sindicalização corporativista para o espaço rural. Além da SNA, o Serviço de Economia Rural (SER) também esteve envolvido nos debates para a sindicalização rural na Comissão. (RAMOS, 2011), (WELCH, 2016).

Existiam no interior dessa Comissão duas propostas distintas. A primeira era defendida há mais tempo pela SNA, da organização de sindicatos mistos. Mas, havia outra proposta também sendo colocada em questão no interior da Comissão, essa tinha como intenção criar dois sindicatos paralelos entre patronais e trabalhadores, com configuração semelhante a urbana. Outra questão continuamente abordada era a possibilidade de levar para a Comissão, representantes de segmentos de trabalhadores do meio rural. Proposta rejeitada, pois alguns membros dos setores patronais estavam certos de poderem representar todo o rural. Do debate dessa Comissão resultou, mais tarde, uma legislação, que foi baixada em 10 de novembro de 1944, sendo a Lei nº 7.038<sup>153</sup>. (MEDEIROS, 1995), (COLETTI, 1996), (RAMOS, 2011), (SILVA, 2014b). (WELCH, 2016).

Anterior a esse Decreto de 1944, houve outros debates que não tiveram êxito, havendo amplas discordâncias entre os tipos de sindicatos para o meio rural. Entretanto, vale ressaltar que debates que iniciaram em 1939 ficaram se arrastando pelos anos seguintes. De acordo com Welch (2016, p.95) possivelmente isso se deve aos debates que estavam sendo feitos em relação à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quando em 1944 ocorreu nova tentativa de implementar a sindicalização rural, já por base no Decreto Lei nº 7.038. (MEDEIROS, 1995).

O referido Decreto Lei dispunha sobre o processo de sindicalização rural, possibilitando as representações divididas entre patrões e trabalhadores, podendo ser formadas em categorias diferentes, assim como já ocorria no meio urbano. (DEZEMONE, 2012). Segundo apontado por Ramos (2011, p. 33) a formulação e aceitação de uma legislação rural com a estrutura do Decreto 7.038 pela Comissão Sindical e em partes pela SNA se deve a forte pressão exercida pelo governo, naquele

---

<sup>153</sup> BRASIL, Lei da sindicalização rural, nº 7.038 de 10 de novembro de 1944. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del7038.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7038.htm) > acesso em 10/08/2020.

momento em regime ditatorial. Além disso, com o avanço da introdução do corporativismo e as políticas voltadas para a industrialização que estava em curso, decidiu-se por bem aceitar a criação de sindicatos para que não fossem “alijadas desta esfera de representação, podendo exercer alguma forma de controle sobre os sindicatos rurais, tanto patronais quanto de trabalhadores”. (RAMOS, 2011, p. 33).

O que ocorria era que havia uma aceitação parcial do setor patronal forçado no contexto político, mas com interesses particulares em vista, inclusive de manter sua hegemonia. Entretanto, boa parte dos integrantes da Comissão Sindical ainda não estava totalmente satisfeitos com essa legislação nº 7.038. Com o desgaste do governo de Getúlio Vargas, já em fins de 1944, outra proposta de organização rural foi posta em debate intermediada pela SNA. Voltou a tona os argumentos sobre as especificidades do setor agrícola. As “relações familiares” que diziam prevalecer no meio rural e a questão de lutarem com os mesmos interesses e contra adversidades climáticas, por exemplo, fez ressurgir o debate do sindicalismo misto. (RAMOS, 2011), (SILVA, 2014b).

Outra demanda originária dos setores patronais em relação a uma legislação sindical era incorpora-los ao Ministério da Agricultura, ao invés do Ministério do Trabalho. Isso já distanciaria o rural do formato de organização urbana, prestando serviços notadamente voltados ao social, ao técnico e assistencialista. (PICOLOTTO, 2011), (WELCH, 2016). Imperando a argumentação da especificidade da agricultura em relação a outro ramo de trabalho, uma nova proposta de organização rural foi colocada em questão em 9 de abril de 1945, sendo o Decreto Lei nº 7.449<sup>154</sup>. Essa legislação foi alterada, dando nova redação em 24 de outubro de 1945 a partir do Decreto Lei nº 8.127<sup>155</sup>. Essas legislações diziam respeito “a organização da vida rural”.

O formato de representação de que dispunha essa nova legislação não separava segmentos patronais de trabalhadores, e sim, agregava os profissionais rurais caracterizados como proprietários, parceiros ou arrendatários com a possibilidade de organizar em uma mesma entidade. Além disso, não foi um Decreto que estabelecia a sindicalização e sim a formação de associações, o que era bem diferente de sindicato. As associações eram vinculadas ao Ministério da Agricultura, não era exatamente um

---

<sup>154</sup> BRASIL, Decreto Lei nº 7.449 de 9 de abril de 1945. Organização da Vida Rural. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del7449.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del7449.htm) > acesso em 10/08/2020.

<sup>155</sup> BRASIL, Decreto Lei nº 8127 de 24 de outubro de 1945. Organização da Vida rural. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8127-24-outubro-1945-417195-publicacaooriginal-1-pe.html> > acesso em 10/08/2020.



órgão representativo de categoria, e tão pouco com as associações, os trabalhadores agrícolas poderiam ser contemplados com a legislação trabalhista do Ministério do trabalho, como os sindicatos.

Com base nessa legislação, também deveria ser criada uma Confederação que agregasse as organizações em nível nacional e as federações em nível estadual, sendo a Confederação Rural Brasileira (CRB) a de nível nacional, que só veio a ser reconhecida na década de 1950, essa agremiação ficaria subordinada ao Ministério da Agricultura. (RAMOS, 2011), (PICOLOTTO, 2011). Houve desentendimento dos representantes do segmento patronal, SNA e SRB quanto a aplicação da legislação. Na verdade, a primeira foi contemplada, enquanto a segunda se viu excluída do processo. De acordo com Welch (2016, p.99) o decreto praticamente ignorava a legitimidade da SRB, pois essa dava pouco apoio a Lei sindical e ainda fazia oposição à legislação sindical em andamento.

Ademais, Welch (2016, p. 99) pontuou que Getúlio Vargas queria diminuir o poder das oligarquias, barões do café e do gado que estavam a frente da SRB, nisso diminuído seu protagonismo na construção da Lei<sup>156</sup>. Em contrapartida favorecia a SNA, tendo duas vagas destinadas a essa entidade na diretoria da CRB. A SRB questionava a legitimidade do Decreto, solicitando a sua revogação. Welch (2016, p.100) assinalou que com base nesse Decreto algumas associações no Estado de São Paulo foram criadas, mesmo com as duras críticas da SRB. (WELCH, 2016).

O que se deve pontuar é que nesse processo houve a exclusão de trabalhadores do campo que eram assalariados ou com pouca renda, para comporem essas organizações. A CRB deveria ser financiada por subversões do governo e da contribuição dos associados. Os trabalhadores assalariados e em outras modalidades sem acesso facilitado ao dinheiro não podiam pagar, estando excluídos. Pode-se observar que a SNA conseguiu sustentar sua hegemonia, pois se manteve em destaque no processo, criou modelo de organização que não era propriamente sindical, o vinculou ao Ministério da Agricultura e ainda, sustentava um modelo que a bem dizer era misto. Além disso, muitos sujeitos do campo inevitavelmente ficaram excluídos.

Em síntese, o projeto sindical, até aquele momento, estava nas mãos do

---

<sup>156</sup> Segundo Ramos (2011) a SRB tinha um projeto de representação nacional do segmento patronal. No entanto, sua representação ficava centralizada no Estado de São Paulo, entre o baronato do café e da pecuária. (RAMOS, 2011).

segmento patronal da agricultura, sob a alegação de que podiam representar o espaço rural como um todo. Duas eram as entidades superiores que congregavam esse patronato, sendo a SNA e a SRB, entretanto, a SRB ao longo desse percurso, foi excluída, em partes, do debate sindical. A SNA continuou à frente, estando, inclusive, no interior da CRB, entidade máxima que congregaria todas as organizações em nível nacional. A CRB também tinha a incumbência de contribuir com os órgãos do Governo Federal para a formulação e aplicação de políticas agrícolas. (RAMOS, 2011), (PICOLOTTO, 2011).

O que estava ocorrendo, era que o patronato rural, representado pela SNA tinha garantido sua hegemonia, junto da CRB conseguiu manter seu poder, mantendo as organizações todas que fossem cridas em seu controle<sup>157</sup>. Ademais, o que emergiu do debate sobre a sindicalização, foi outra organização que não propriamente sindical. Apenas o Decreto 7.038, tratava de sindicalização, mas foi suprimido, pois o segmento patronal só havia aceitado o primeiro movimento de sindicalização por pressão do governo, mas que tão logo buscou saídas para criar uma organização que mantivessem sua hegemonia assegurada. O que ocorreu com os decretos de 1945, que criou associações e não sindicatos.

Assim como pontuado por Ramos (2011, p. 34) a CRB junto com a SNA “obtiveram êxito em formular uma modalidade específica de organização para o meio rural: o associativismo”. (RAMOS, 2011, p. 34). De certo modo, contemplaram os interesses de todos os segmentos patronais, sejam ligados a SNA ou SRB, pois barraram a formação de sindicatos rurais, uma vez que essas associações nada tinham de sindicatos e mesmo que até no interior dessas associações, predominava os segmentos financeiramente estáveis da agricultura.

### **2.1.1 As organizações dos trabalhadores**

Ainda na década de 1940, precisamente a partir de 1945 iniciou novo capítulo na história do movimento em favor da sindicalização e extensão de direitos sociais e

---

<sup>157</sup> Efetivamente a CRB só veio a ser oficializada em 1951, isso pelo fato de que a SRB fazia pressão, por já ter sido excluída de todo o processo anterior e está contra a vinculação da instituição com o Estado. A SBR entrou varias vezes com ações junto ao Congresso Nacional para impedir o reconhecimento da CRB. Quando do seu reconhecimento, ainda estava sob liderança da SNA. (RAMOS, 2011).

trabalhistas para o meio rural no Brasil. Trata-se da introdução de mediadores políticos, que entraram em cena com o objetivo de organizar os trabalhadores do campo, aqueles que foram, até aquele momento, excluídos do debate sobre seus direitos. Nesse primeiro momento, trata-se da mediação do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>158</sup>.

De acordo com Picolotto (2011, p. 69) os comunistas, ligados ao PCB, entraram na proposta de organização dos segmentos subordinados do campo justamente buscando quebrar a hegemonia dos grandes proprietários. Era preciso organizar os segmentos de trabalhadores do campo, os camponeses, na concepção do PCB<sup>159</sup>, sujeitos que se mantiveram excluídos, justamente em razão da supremacia oligárquica rural. A introdução do PCB na tentativa de organizar tais trabalhadores, permaneceu firme até pelo menos o golpe civil militar de 1964. Aqui vamos nos limitar a trajetória do PCB em favor da sindicalização, destacando apenas alguns aspectos de seu histórico que se fizer necessário para compreender o assunto em questão<sup>160</sup>.

O PCB ficou mais de duas décadas na clandestinidade, quando aos fins da Segunda Guerra Mundial ele conquistou uma efêmera legalidade. Foi nesse momento que o Partido, com ambições de expansão, inseriu suas políticas entre os camponeses. É nesse cenário que o Partido ganhou força política. De acordo com Costa (1996) o PCB ganhou expressivo número de militantes, possuiu cerca de 10% de votos na primeira eleição legislativa no pós-Estado Novo, e alcançou significativa bancada no Congresso Nacional. O PCB então, seguro de uma significativa inserção entre os trabalhadores do campo, em 1945 deu início a proposta de organizar os camponeses. (COSTA, 1996).

Deve-se destacar que o Partido Comunista do Brasil, poucos anos após sua criação em 1922 já havia tentado se inserir entre os setores não patronais do meio rural.

---

<sup>158</sup> FGV/CPDOC – Partido Comunista do Brasil. Verbete origens. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>> acesso em 10/08/2020. O PCB tornou-se Partido Comunista Brasileiro em 1961. (COSTA, 1996), (SILVA, 2014b).

<sup>159</sup> Aqui começamos a usar o conceito de camponês para identificar os trabalhadores do campo que não estavam ligados ao segmento patronal. Sendo trabalhadores assalariados, pequenos agricultores e outros sujeitos pobres do meio rural brasileiro. O uso está em conformidade com o Partido Comunista do Brasil, que fez uso do conceito para reunir os diferentes segmentos do rural, que posteriormente veio a ser agrupados no conceito de “trabalhador rural”. Propriamente sobre o uso do conceito de camponês no interior do PCB e o entendimento desse conceito para o Partido, ver artigo de Porphirio (2018).

<sup>160</sup> Para estudos sobre a trajetória do PCB ver: Medeiros (1995), Costa (1996), Cosenza (2012) e Oliveira (2017).

Criou em 1928 o Bloco Operário Camponês (BOC)<sup>161</sup>. A intenção da criação do BOC era justamente recrutar esses camponeses para a ação política com foco na luta por melhores condições de vida no espaço rural, acesso à saúde, saneamento básico e melhoria nas relações de trabalho. (MEDEIROS, 1995). Entretanto, esse primeiro projeto não surtiu efeitos, foi só a partir da década de 1940 que o PCB conseguiu inserir-se entre os camponeses. (COSTA, 1996), (PICOLOTTO, 2011), (RAMOS, 2011), (COSENZA, 2012).

O PCB tinha como foco, inicialmente, os assalariados rurais, era desejado organizá-los frente a melhores condições de trabalho. Porém, o forte poder do patronato rural fazia com que isso fosse um empreendimento difícil. Nesse sentido acabaram por agregar outros grupos de trabalhadores e suas demandas, como os posseiros, arrendatários, agregados e outros. (PICOLOTTO, 2011). O que se deve concordar é que a introdução do PCB em favor da organização de trabalhadores e no processo de sindicalização rural foi significativa para levar os trabalhadores para o debate político, que estava sendo dominado pelo segmento patronal.

A partir de 1945 o PCB atuou frente a criação e apoio de Ligas Camponesas, comissões de reivindicações, associações e outras organizações. (PICOLOTTO, 2011), (RAMOS, 2011). Segundo apontado por Ramos (2011) nesse primeiro momento houve certa proximidade com Irmandades Católicas, no sentido de aproximar de forma mais facilitada dos camponeses, pois essas Irmandades possuíam maior inserção entre os trabalhadores. Nesse sentido, o PCB teria um caminho mais facilitado para chegar até os trabalhadores.

Deve-se pontuar que essas organizações não eram propriamente organizações sindicais. Como visto anteriormente, era o segmento patronal que tinha vencido ao processo de sindicalização oficial, que na verdade, tornaram-se entidades associativas e não sindicatos. O PCB atuou estimulando organizações que fizessem oposição as agremiações patronais, ou fossem simplesmente paralelas a elas. Deve-se ainda assinalar, que as primeiras organizações lideradas pelo PCB não eram registradas oficialmente, apenas na década de 1950 é que começaram a registrar as organizações de

---

<sup>161</sup>FGV/CPDOC – Bloco operário Camponês. Verbetes origens. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/bloco-operario-campones-boc> > acesso em 10/08/2020.

camponeses que eram criadas<sup>162</sup>. De 1945 até 1950 o PCB buscou organizar os trabalhadores e leva-los a reivindicar melhorias em suas relações de vida e trabalho.

Foi na década de 1950, até princípio de 1960, que foram tomados novos fôlegos para a organização de trabalhadores no campo. Ao longo desses anos o espaço rural de vários Estados pelo Brasil vivenciou um vigoroso movimento de trabalhadores com diversas ocupações reivindicando melhores condições de vida e trabalho. (MEDEIROS, 1995). Segundo Coletti (1996) o que ocorreu a partir da década de 1950 foi uma “efervescência política, cujas características eram inéditas na história do Brasil”. (COLETTI, 1996, p. 27). O autor justificou sua argumentação assinalando que

não que o campesinato nunca tivesse antes e em conjunturas especiais, rompido as relações de dominação e dependência pessoal que os ligavam aos grandes proprietários rurais. [...] O messianismo e o cangaço foram as primeiras formas de resistência dos camponeses contra a dominação dos coronéis, indicando uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência no Sertão. O que ocorre é que nos anos 50 e início dos anos 60, esse processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal assumiu proporções tão significativas que os antagonismos de classe no mundo rural, até então mascarados de obrigação e lealdade dos trabalhadores para com os senhores de terra, explicitaram-se, resultando num intenso processo de luta de classes. (COLETTI, 1996, p. 27).

Uma das mais expressivas organizações camponesas para esse período foram as Ligas Camponesas do Nordeste. Em 1955 no Engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, moradores de mais de 500ha de terras foram ameaçados de expulsão, onde ficaria por volta de 140 famílias desabrigadas. (COLETTI, 1996). Diante disso, os camponeses que estavam reunidos na Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), começaram a luta pela permanência na terra.

A SAPPP originou-se, na realidade, com um fundo de mutualismo, cujo objetivo inicialmente era fornecer assistência médica e jurídica aos associados. (RAMOS, 2011). Francisco Julião, um advogado pernambucano, atuou prestando aparato jurídico para a SAPPP e posteriormente vindo a se tornar líder no movimento que se originou dessa

---

<sup>162</sup> Costa (1996) em seu livro traz um relato de Lyndolpho Silva, membro do PCB, onde ele assume esse descuido com o registro das entidades, segundo ele: “entendíamos que registra-las era fazer concessão ao patrão, às classes dominantes” (COSTA, 1996, p.17). Foi um dos elementos que fez com que o Partido caísse na ilegalidade novamente em 1947. Além disso, também em 1947 estava principiando a Guerra Fria e somado a perseguição do governo Dutra, sobre a alegação de que o Partido seria uma intervenção soviética, criou um ambiente vulnerável para os comunistas. Nisso, o PCB caiu novamente na ilegalidade por longo período, mas não impediu de continuarem nas organizações camponesas. (COSTA, 1996).

organização, as Ligas Camponesas. Julião em princípio, buscou defender essas famílias na esfera jurídica, com caráter legal e pacifista. Porém, em fins de 1950 e começo de 1960, adotou uma postura mais radical, partindo para uma reivindicação mais enérgica de melhorias de vida, acesso à terra, entre outras coisas. As Ligas se espalharam por diversos lugares, causando grande alvoroço no campo, com a bandeira de melhores condições de vida, trabalho e acesso à terra para os camponeses. (JULIÃO, 1962), (MEDEIROS, 1995), (PRIN, 2006), (RAMOS, 2011), (PORFIRIO, 2015).

Quanto ao PCB, entrou na década de 1950 fazendo uma leitura das realidades rurais e tomando as demandas dos camponeses como bandeira de luta. (MEDEIROS, 1995). Abriu essa década estimulando a criação de organizações como associações civis, mas nesse momento instruindo para o seu registro em cartórios. No começo da década de 50, houve importantes movimentos de debates sobre as ações do Partido no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1953, onde debateram sobre formatos de organização e como proceder junto aos camponeses. No ano de 1954 teve a II Conferência Nacional dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas que também discutiram sobre novas organizações que estavam em curso e a maior inserção entre os camponeses. (MEDEIROS, 1995), (COSTA, 1996), (WELCH, 2006), (PICOLOTTO, 2011).

Ainda em 1954 o PCB atuou na fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade que ficaria a cabo de congregar as organizações que fossem formadas em âmbito nacional. A ULTAB seria uma entidade maior, assim como a CRB, era para as organizações formadas através da legislação gerida pelos segmentos patronais, só que essa, por sua vez, sendo direcionada para as organizações camponesas. A intenção da criação da ULTAB era também para gerir as lutas que estavam emergindo no meio rural em todo o Brasil. (MEDEIROS, 1995), (COLETTI, 1996), (PICOLOTTO, 2011), (RAMOS, 2011).

No interior da atuação do PCB tinha a imprensa comunista, que foi um importante aparato para divulgação das ações do Partido. Destaca-se o jornal *Terra Livre*, que foi criado em 1949. Quando da fundação da ULTAB, houve intensificação dos jornais que passaram a dá notícias também da entidade. A imprensa comunista por meio das publicações, declarava oposição ferrenha ao latifúndio, que no entender do PCB, não representava apenas a grande propriedade, mas também dominação e

opressão. (THOMAZ JR., 1998). A imprensa veiculava informações dos feitos, das lutas e construindo aos poucos uma linguagem e identidade frente a estimular os camponeses contra os latifundiários. (MEDEIROS, 1995).

No campo sindical, o PCB, ainda na década de 1950 e começo de 1960, tentou organizar sindicatos reconhecidos pelo governo com base no Decreto nº 7.038 de 1944. Deve-se pontuar que as organizações feitas até aquele momento não eram propriamente sindicais. Poderiam abrir e até mesmo registrar organizações, mas não existia uma legislação específica e que fosse atrelada ao Ministério do Trabalho e que formalizasse sindicatos tal como os do meio urbano, para assim estender direitos aos trabalhadores como um todo. (PICOLOTTO, 2011).

Vale lembrar que o segmento patronal da agricultura para manter sua hegemonia tinha criado uma legislação de organização para o campo, que não era propriamente sindical. Além disso, havia dificuldades para essas organizações e eram também atreladas ao Ministério da Agricultura e não do Trabalho. Desse modo, não tinha sindicatos rurais ainda até aquele momento, e sim organizações associativas com demandas gerais, mas não reconhecidas como sindicatos.

Quanto à fundação de sindicatos ainda com base no decreto nº 7.038, encontrava um embargo. O Ministério do Trabalho recusava as tentativas de oficializar os sindicatos, sob alegação de que a categoria em solicitação, que no caso eram os trabalhadores agrícolas, não constava no quadro de profissões constantes na CLT. Encontrando dificuldades também através do Decreto nº 8.127 de 1945, pois cumpre ressaltar que não previa nem a sindicalização e nem a dupla representação no campo. Nesse sentido, eram tentativas em vão. (RAMOS, 2011).

É preciso pontuar brevemente aqui a relação entre as Ligas Camponesas do Nordeste, lideradas por Francisco Julião e o PCB. Deve-se pensar em dois tipos de frentes pró-organização camponesa, que eram distintas. O PCB não tinha controle das Ligas Camponesas e apesar de algumas aproximações de interesses nos primeiros anos da década de 1950, encabeçaram bandeiras distintas. Aqui não é nosso objetivo aprofundar na relação entre ambos, mas é bom dizer que tomaram percurso distinto em algumas reivindicações. É bom esclarecer também, para não cair no equívoco interpretativo de que fizeram uma aliança de interesses. Ambos tiveram seu peso significativo para o alcance dos direitos por parte dos camponeses, porém tinham alguns

princípios que não comungavam tanto por parte das Ligas quanto por parte do PCB.

Aos fins de 1950 e começo de 1960 o PCB defendia uma revolução democrático-burguesa, isso por vias legalizadas. Além disso, desejava uma aliança operário-camponesa, trazendo os trabalhadores urbanos também para o palco político e os incluindo nas pautas do Partido de modo mais amplo. Não descartando aproximações com a burguesia nacional para alcance dos objetivos. De outro lado estavam as Ligas Camponesas do Nordeste que pregavam a instauração imediata do socialismo. As Ligas também pregavam a importância primordial do campesinato frente à mobilização da revolução no campo. (COLETTI, 1996), (RAMOS, 2011). O que não se pode desconsiderar é o peso que ambos tiveram no alcance dos direitos dos camponeses nos anos posteriores.

As décadas de 1950 e princípios de 1960 também contaram com outros segmentos em favor da organização de camponeses e que contribuiu para a trajetória histórica do sindicalismo rural no Brasil. Trata-se da introdução de novos segmentos que disputaram a organização dos sujeitos do campo. Está se falando aqui da Igreja Católica e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A participação da Igreja Católica em favor dos trabalhadores do campo já era visto desde as primeiras décadas do século XX<sup>163</sup>. No entanto, pautava-se na questão social, perpassando pela educação e orientações ligadas à saúde. (RAMOS, 2011). Sua introdução na década de 1950 teve entre suas principais pautas, fazer oposição a “expansão comunista no campo”. (COLETTI, 1996).

Ainda que como destacado por Stein (2008, p. 175) na década de 1950 a Igreja não deixou de lado seu interesse em trabalhar com as questões sociais e mesmo criar, por um meio educacional, lideranças para o espaço rural. Porém, adentrou na cena política também por medo de perder a influência que exercia entre a população do campo. De acordo com Coletti (1996), a Igreja buscou atuar na década de 1950 firme no propósito de organizar os trabalhadores também em favor da sindicalização, especialmente nos Estados mais propensos ao avanço da influência das Ligas

---

<sup>163</sup> Quanto ao envolvimento da Igreja com as organizações de trabalhadores, nesse caso urbanos, remota ao fim do século XIX. Deve-se destacar aqui a encíclica papal *Rerum Novarum* baixada pelo Papa Leão XIII, que dizia respeito às organizações operárias e a introdução da Igreja contra uma ideologia de luta de classes. A posição defendida pela Igreja era de um movimento pró-direitos dos trabalhadores, mas pregando a harmonia entre as classes. O foco era um envolvimento social e mediador da Igreja na causa operária.



Camponesas e mesmo da ULTAB. (COLETTI, 1996, p. 37).

Já em relação ao PTB, esse também entrou no apoio a organização camponesa, atuando em vários Estados do Brasil. (STEIN, 2008). O PTB tinha algum grau de aproximação com o PCB, em alguns momentos até de colaboração. De acordo com Picolotto (2011, p. 68) ocorreu de membros do PCB, no momento em que o Partido foi cassado e posto na ilegalidade, usarem do PTB para concorrer em cargos eletivos. Ainda de acordo com o autor, a atuação mais efetiva do PTB foi em relação ao apoio prestado para a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul na década de 1960.

Como visto até então, houve a introdução de diferentes segmentos buscando estar à frente da organização dos camponeses, o PCB e o PTB que tinha em alguma medida aliança entre ambos, a Igreja Católica e as Ligas Camponesas. Cada qual tinham seus princípios. Já estavam organizando trabalhadores em associações, mas cabe novamente ressaltar que eram associações que por mais que registradas em cartórios, não eram sindicatos<sup>164</sup>. Não estavam vinculadas ao Ministério do Trabalho e não tinha legislação sindical específica para que fossem transformadas em sindicatos. Porém, para princípio da década de 1960, especificamente em 1962, a situação mudou e a sindicalização rural ocorreu.

### **2.1.2 A efetivação da sindicalização**

A partir de 1958, no campo político, houve um efetivo crescimento de partidos trabalhistas vitoriosos. Segundo Costa (1996, p.88) o PTB em 1962 conseguiu uma bancada política que era superior ao da União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD), que eram os maiores partidos no período em questão. Com isso, o PTB ganhou força, “ameaçando o equilíbrio político vigente com a crescente transformação das massas trabalhadoras em possíveis atores políticos. Essa tendência atuará positivamente na propagação do movimento sindical e dele também se alimentará”. (COSTA, 1996, p. 88).

A figura de João Goulart, que era vinculado ao PTB também deve ser aqui

---

<sup>164</sup> É preciso ressaltar que aqui o destaque é para o processo de sindicalização, que em alguma medida reunia todos os interesses dos trabalhadores, mas entre os segmentos que estavam envolvidos no campo, outro debate também era muito presente. Trata-se da questão da terra, no caso a reforma agrária. Mais detalhes desse assunto ver: Moreira (1998), Ramos (2011, p. 41-57), Norder (2014) e Peixoto (2017).

mencionada. Goulart foi vice-presidente e depois presidente da República, tinha uma aproximação digna de nota com os segmentos trabalhista. (BIANCO, 2015). De acordo com Costa (1996, p. 89) o PCB já estava em um esforço de aproximar dos segmentos trabalhistas getulistas e quando Getúlio Vargas morreu, com sinal verde de João Goulart, foi formando uma aliança sindical intermediada pelo PCB e PTB. Observa-se a formação de um cenário em que a sindicalização estava encontrando condições favoráveis.

No começo da década de 1960 em vários Estados pelo País, uma onda de greves e reivindicações agitavam o campo brasileiro. (COLETTI, 1996). As reivindicações pautavam principalmente, mas não exclusivamente, na extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores do campo<sup>165</sup>. Com boa soma de empenho dos grupos que se colocaram a organizar os trabalhadores reivindicavam uma legislação para oficializar a sindicalização rural. Esses movimentos reivindicatórios encontrou a base na posse de João Goulart na República brasileira em 1961. (COSTA, 1996), (STEIN, 2008), (DELGADO, 2010).

Não se pode dizer que até esse momento apenas a aliança PCB e PTB foi que chegou a criar os mecanismos favoráveis para instalar a sindicalização. Também não foi somente a introdução da Igreja Católica com interesses de organizar os trabalhadores, que em boa medida desejava também manter certa hegemonia. Não foram só as Ligas Camponesas do Nordeste, com a proporção que tomou e nem mesmo somente a agitação do campo pelos trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Todos esses movimentos foram significativos para deixar em evidência algo que não poderia mais ser adiado, ou que era necessidade política primordial para a conjuntura, sendo a sindicalização rural.

Em 1962 por meio da Portaria 209 A de 25 de junho de 1962 do Ministério do Trabalho, iniciou o reconhecimento dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do meio rural. Bem como também houve o reconhecimento da sindicalização rural. Prevvia também que era possível haver mais de um sindicato por município de diferentes conjuntos de trabalhadores, lavrador, posseiro, empregado, entre outros. O trabalhador deveria filiar-se à entidade que correspondesse a sua categoria profissional.

---

<sup>165</sup> De acordo com Medeiros (1995) em boa medida a CLT funcionava como um guia para as reivindicações no campo. E em torno dela que se constituíam as reivindicações. (MEDEIROS, 1995, p.86).

O PCB tinha conseguido o objetivo da sindicalização para os trabalhadores rurais, mas não estava inteiramente satisfeito com as diretrizes dadas na redação da Portaria 209 A. O PCB reivindicava uma sindicalização que não tivesse de ser desmembrada em diferentes categorias em um mesmo município, ou seja, defendiam a existência de apenas um sindicato por município e que abrangesse todos os trabalhadores. Isso, sob justificativa de que os trabalhadores do campo, muito deles, desempenhavam funções distintas concomitantemente, inclusive em uma mesma propriedade/terreno. (PICOLOTTO, 2011), (RAMOS, 2011).

Em 20 de novembro de 1962 foi criada nova Portaria, a 355 A. Nessa nova redação, tinha uma mudança que não seguia propriamente os interesses do PCB, mas definiu um número estabelecido de categorias para enquadramento sindical. Ficavam previstas as categorias dos trabalhadores na lavoura, os trabalhadores na pecuária, os trabalhadores extrativistas, os trabalhadores autônomos e os pequenos proprietários. (RAMOS, 2011). Era possível haver um sindicato para cada uma dessas categorias em uma mesma base municipal, bem como federações por Estado e uma confederação que congregaria essas organizações no contexto nacional.

Aqueles sindicatos que já tivessem sido abertos e reconhecidos nos meses anteriores deveria se reajustar. Para, além disso, criou-se também nessa mesma conjuntura, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA)<sup>166</sup>. Esse órgão deveria atender as demandas de reforma agrária e estimular e controlar a sindicalização rural. Dando também suporte técnico e material para a formação desses sindicatos. (RAMOS, 2011). Todas essas medidas foram consolidadas com a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 2 de março de 1963<sup>167</sup>.

O Estatuto do Trabalhador Rural reuniu as portarias normatizando a sindicalização rural e a extensão de direitos trabalhistas ao campo<sup>168</sup>. De acordo com Coletti (1996, p. 39) o ETR era quase uma cópia do Decreto nº 7.038 de 1944. Porém o primeiro pouco contribuiu na fundação de sindicatos. Já o ETR contribuiu para avanço

---

<sup>166</sup> FGV/CPDOC. Superintendência da Política Agrária – SUPRA. Verbete, origens. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra> > acesso em 10/08/2020.

<sup>167</sup> BRASIL, Estatuto do Trabalhador Rural. Lei nº 4214 de 2 de março de 1963. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm) > acesso em 10/08/2020.

<sup>168</sup> FGV/CPDOC. Estatuto do Trabalhador Rural. Lei nº 4214 de 2 de março de 1963. Verbete. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural#:~:text=Denomina%C3%A7%C3%A3o%20dada%20%C3%A0%20Lei%20n%C2%BA,organiza%C3%A7%C3%A3o%20sindical%20do%20campo%20brasileiro.> > acesso em 10/08/2020.

significativo na abertura de sindicatos. E tendo o aparato do Estatuto houve grande soma de sindicatos em todo o Brasil solicitando reconhecimento. (COLETTI, 1996), (SILVA, 2014b).

Antes de dá continuidade é bom ressaltar o lugar que o segmento patronal da agricultura ficou ocupando nessa conjuntura que estava em curso. Houve a quebra da hegemonia patronal que imperou por décadas. As lutas camponesas, as greves e todo o cenário que estava se constituindo criava um ambiente difícil de ser superado por esse segmento. Coletti (1996, p. 34) pontuou que estava em curso uma conjuntura em que as oligarquias rurais já estavam definindo, não se apresentava com a mesma força e vigor de outrora. Não era mais a única detentora do controle das massas rurais.

A CRB que durante anos se opôs a um modelo sindical rural, alegando não ser a melhor forma de organização, mudou de postura na década de 1960. Diante das pressões que vinham ocorrendo, justamente a partir das frentes de reivindicação no campo e os movimentos grevistas, achou por bem não mais fazer oposição a sindicalização. Embora a aceitação não indicasse que saíram de cena, muito pelo contrário, buscou inserirem-se naquela conjuntura pretendendo não perder de vez o controle das massas rurais.

De acordo com Ramos (2011, p. 62) a argumentação sobre as relações familiares foram revividas novamente, bem como a aproximação entre os segmentos rurais na luta contra as mesmas adversidades e em busca dos mesmos interesses. A CRB ainda trouxe para o centro dos debates a tese de que os sujeitos do campo eram naturalmente permeados por tabus e preconceitos, comodistas e desconfiados. Para deixar claro, o que a CRB dizia era que os sujeitos do campo eram dotados de um espírito ignorante. Por isso, era preciso educa-los para a sindicalização da forma que estava sendo posta. Nesse sentido, a própria CRB propunha-se a educa-los sindicalmente. (RAMOS, 2011).

O que se presta a interpretações é que era novamente o segmento patronal na tentativa para manterem-se no bloco do poder. A educação desenvolvida pela CRB estaria ligada ao órgão Serviço Social Rural (SSR) que estaria vinculado ao Ministério da Agricultura. Pode-se apontar pelo menos dois interesses desse órgão, o primeiro era manter controle das massas rurais. Por meio da educação sindical, criaria esse ideário de relações familiares e construindo um ambiente de fácil condução pelo segmento patronal. De outro lado, observa-se o que foi dito por Carolina Ramos (2011, p. 62) que

essa educação rural também tinha interesses produtivistas, de estimular a produção técnica na agricultura. Porém, a CRB não se manteve com o projeto do SSR, pois a SUPRA ocupou o lugar de aparato a sindicalização.

Quanto as forças que atuaram na organização de trabalhadores até chegar a efetiva sindicalização, essas continuaram em busca de manterem em destaque no lugar de representante dos camponeses após a implementação da legislação sindical. Para a formação de sindicatos a disputa maior girou em torno da ULTAB e da Igreja Católica. A Igreja Católica empenhou-se na fundação de sindicatos, mas “sindicatos cristãos” cujo ideal era fazer oposição aos “sindicatos comunistas”, aqueles ligados as orientações do PCB. Setores ligados à Igreja fundaram no nordeste do País, inclusive, Círculos Operários Cristãos, justamente buscando manterem-se frente da organização de trabalhadores e em contrapartida afastar as organizações do PCB. (COSTA, 1996), (STEIN, 2008), (RAMOS, 2011).

É preciso ainda mencionar que a representação ligada à Igreja Católica se subdividiu em duas, isso em 1962. Essa nova organização que emergia da Igreja Católica não necessariamente comungava dos ideais da Igreja conservadora até aquele momento, trata-se da Ação Popular (AP)<sup>169</sup>. A AP surgiu através da Juventude Universitária Católica (JUC) que tinha aproximação com a União Nacional dos Estudantes (UNE). A AP se tornou independente da Igreja Católica conservadora<sup>170</sup> e seu objetivo era atuar na educação popular. Buscavam organizar trabalhadores através de uma conscientização de sua situação social e por meio disso, os orientavam para a sindicalização.

A ULTAB por sua vez, após a oficialização da sindicalização rural, observou a tamanha adesão que a Igreja estava tomando frente à organização de trabalhadores. Buscando medir forças, intensificou a criação de sindicatos em vários Estados. Novamente a imprensa comunista, a dizer do jornal *Terra Livre*, contribuiu com a divulgação de campanhas de sindicalização e deslegitimar os “sindicatos cristãos”. Além disso, a ULTAB também amparava os sindicatos e os orientavam sobre como proceder com a sindicalização junto ao Ministério do Trabalho. (MEDEIROS, 1995),

<sup>169</sup>FGV/CPDOC – Ação Popular. Verbetes. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap> > acesso em 10/08/2020.

<sup>170</sup> Nesse caso não nos cabe destrinchar a questão da Igreja Católica conservadora, mas está se fazendo uso aqui para identificar o segmento da Igreja que permaneceu com seu ideal originário frente a organização sindical cristão e anticomunista. A AP se tornou um campo autônomo dentro da Igreja.

(RAMOS, 2011).

Essa disputa tomou ainda maior impulso quando da criação da Confederação que agregaria as organizações de trabalhadores rurais em nível nacional. As portarias baixadas em 1962 já previa a formação de uma Confederação, bem como das federações que atuaria em nível estadual, como dito. Com o Estatuto do Trabalhador Rural era preciso formar essa confederação, que no caso dos trabalhadores rurais veio a ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)<sup>171</sup>. Foi nesse objetivo que as disputas entre o PCB, a AP e a ala conservadora da Igreja Católica se intensificaram<sup>172</sup>.

Uma primeira tentativa para criar a CONTAG partiu da cúpula conservadora da Igreja Católica em julho de 1963, mas foi barrada, pois a ULTAB alegou falta de representatividade para a fundação, já que “várias federações não se fizeram presentes na reunião e justamente por não terem sido convocadas” (RAMOS, 2011, p.67). Houve uma segunda tentativa, que também partiu da Igreja Católica e dessa vez foi embasada no ETR, onde se dizia que: “era bastante haver três federações estaduais para se reunirem em votação” (RAMOS, 2011, p.68), porém mais uma vez a ULTAB exigiu a anulação frente ao Ministério do Trabalho, com a alegação de que muitas federações que tinham direito ao voto não participaram dessa assembleia “por desconhecer a realização desse encontro” (RAMOS, 2011, p.68).

Na tentativa de concretizar a abertura da CONTAG o próprio Ministério do Trabalho, juntamente com a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CNSR), organizaram a reunião, o que resultou na formação da CONTAG em 1963<sup>173</sup>. A chapa eleita nesse período estava ligada a AP e a ULTAB, que fizeram uma aliança para a concretização da Confederação. Quanto à cúpula da Igreja, condutora dos “sindicatos cristãos”, apesar de está ativa na tentativa de criar a CONTAG, foi derrotada. (RAMOS, 2011).

A composição da diretoria da CONTAG também resultou em derrota para a Igreja Católica. Com a aliança AP e ULTAB, facilitou o caminho para a composição da

---

<sup>171</sup> CONTAG – Revista 40 anos. Nessa edição especial da Revista CONTAG traz o contexto histórico da instituição e das primeiras lutas. O arquivo pode ser acessado em formato eletrônico no link; <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>.

<sup>172</sup> Na visão de Claudinei Coletti (1996) essas disputas eram meramente no intuito de manter a hegemonia como representantes dos trabalhadores rurais dentro do processo de sindicalização, não levando em conta os trabalhadores rurais.

<sup>173</sup> Reconhecida oficialmente pelo Decreto 53.517 de 31 de janeiro de 1964.

diretoria. Segundo Ramos (2011, p.68) nas eleições para a representação 23 federações se fizeram presentes, a maioria ligada a ULTAB. As eleições findaram com a vitória da ULTAB, levando seu líder Lyndolpho Silva para a presidência da Confederação. Os representantes da Igreja Católica, ligada aos “sindicatos cristãos”, ficaram apenas com cargos não eletivos nessa primeira chapa da CONTAG<sup>174</sup>. (COSTA, 1996), (RAMOS, 2011), (SILVA, 2014b).

Já estava criada a estrutura do sindicalismo rural. Havia a legislação própria, a representação em nível nacional, tudo resultado de um trajeto longo. O PCB tinha garantido seu lugar, as Ligas Camponesas continuavam firmes em seus propósitos. Porém, a conjuntura do País mudou. Em março de 1964 ocorreu o golpe civil miliar. Alterou-se uma estrutura que, de certo modo, levou muito tempo para se formar. Matos (2009, p. 78) ressaltou que a nova conjuntura desmantelou o trabalho de décadas.

As Ligas Camponesas foram praticamente eliminadas. Os sindicatos abertos pelo PCB sofreram intervenções, com líderes caçados e depostos. Já a Igreja Católica que tinha perdido batalhas anteriores, como o caso da CONTAG, apoiou aos militares e “pôde nomear um grande número de interventores, convertendo-se na única força atuante no interior do sindicalismo oficial rural”. (COLETTI, 1996, p. 47). A CONTAG que era dirigida por membros do PCB e da AP também sofreu intervenção após o golpe militar. (RAMOS, 2011).

### **2.1.3 O governo civil militar e a sindicalização rural**

Que o advento do golpe civil militar representou algumas rupturas com o processo sindical que estava em curso é inegável, porém, a estrutura sindical estava posta e foi remodelada, mas não excluída. O PCB também não deixou de atuar junto dos camponeses, nem muito menos as greves, as reivindicações e toda a agitação desapareceu do campo. Claro, em contexto de ditadura militar, todo o processo político e social tinha limitações, mas todo o percurso anterior foi significativo para dá os contornos, mesmo em período da ditadura.

Uma prova da continuidade desses movimentos que reivindicavam não apenas a

---

<sup>174</sup> De acordo com Medeiros (1995, p. 200) entre o planejamento de atuação da CONTAG estavam o estímulo a formação de sindicatos e federações, realizar cursos de capacitação para dirigentes sindicais e ajudando na elaboração de planos de atuação.

sindicalização, mas também acesso à terra, resultou na formação do Estatuto da Terra (ET)<sup>175</sup>. O que previa o ET era a realização de uma reforma agrária, motivo de muita agitação no meio rural. Não é nosso objetivo aprofundar na aplicação desse Estatuto, mas é importante destacar que ele foi criado justamente para tentar suprimir com as reivindicações sobre acesso à terra, solicitações de reforma agrária. Que a bem da verdade estava em pauta desde fins da década de 1940.

Porém, esse Estatuto foi só uma manobra do governo militar na tentativa de calar os movimentos rurais. Ademais, serviu para estimular a modernização do campo, por base na modernização agrícola conservadora<sup>176</sup>. Segundo Lopes (2018, p.42) esse instrumento se quer foi aplicado com o interesse que dizia possuir, da reforma agrária. Ainda segundo o autor, apenas na década de 1980 é que houve algumas desapropriações de terras com base no ET no intento de fazer reforma agrária. O que nos interessa aqui é o fato de que teve um mecanismo logo de início da ditadura e que levou em conta os movimentos de reivindicação no campo.

Na esfera da sindicalização rural uma alteração na legislação deu-se em 1965 com a Portaria nº 71. O que dispunha a referida Portaria é que não teria vários sindicatos com diferentes categorias profissionais, a intenção era uma unificação. No caso dos sindicatos de trabalhadores rurais agregaria diversos trabalhadores em um mesmo sindicato desde que não fossem ligados aos setores patronais. (SOARES, 2017). Se as portarias anteriores, do ano de 1962, previam varias categorias sindicais, a Portaria nº 71 buscava agrupar os segmentos do campo ou como produtores rurais (patronal) ou como trabalhadores rurais. Ambos teriam seus sindicatos, suas federações estaduais e ligada a uma Confederação nacional.

O que ficaria instituído como sindicatos de trabalhadores rurais deveria agregar os trabalhadores em um mesmo sindicato mesmo que fossem empregados rurais, posseiros, pequenos produtores ou outra categoria que não do ramo patronal. Sobre isso Thomaz Jr. (1998, s/p.) assinalou que faria os sindicatos serem como um “imenso guarda-chuva” tendo em alguns casos até pescadores compondo o quadro de sindicalizados. (THOMAZ JR., 1998). Esse enquadramento foi reformulado pelo Decreto Lei nº 1.166 de 15 de maio de 1971.

---

<sup>175</sup> Estatuto da Terra. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)> acesso em 23/10/2020.

<sup>176</sup> Para uma melhor análise sobre o assunto ver: Martins (1983), Bruno (1995) e Ramos (2011).



O novo enquadramento sindical obteve outra formulação, mas manteve duas esferas de representação. A diferença é que deixou mais evidente quem seriam os trabalhadores rurais e quem seria os produtores rurais, que eram reconhecidos na Lei como empresários ou empregadores rurais. Isso também não passava de uma manobra do governo militar para ter mais controle sobre os sindicatos, os diminuindo em número. Dessa forma a legislação dispunha sobre as seguintes categorizações:

I - trabalhador rural: a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros.

II - empresário ou empregador rural: a) a pessoa física ou jurídica que tendo empregado empreende, a qualquer título, atividade econômica rural; b) quem, proprietário ou não e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região; c) os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região.<sup>177</sup>

Ainda não era o enquadramento ideal. Porém, estava mais bem delineadas as categorias que deveriam ser enquadradas nos sindicatos rurais. Segundo Picolotto (2011, p.109) algumas federações foram contra esse enquadramento, pois diziam que era bom que houvesse uma liberdade onde o trabalhador pudesse agregar-se aos sindicatos que tivessem mais afinidade. Pelo que aponta o autor esse debate alcançou também a CONTAG que depois de anos com a mesma questão, em 1979, passou a usar o módulo fiscal para definir o enquadramento sindical. Passou a reconhecer trabalhador rural como aquele que tinha até dois módulos fiscais sem a presença de empregados permanentes. Produtores rurais seriam aqueles com maior proporção de terras, acima de três módulos fiscais e podendo contar com empregados. (PICOLOTTO, 2011).

#### **2.1.4 O assistencialismo no movimento sindical**

Outra grande transformação sindical no período da ditadura militar foi a mediação de benefícios assistenciais como atribuição dos sindicatos. É verdade que esse

<sup>177</sup> BRASIL, Decreto-lei nº 1.166 de 15 de abril de 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11166.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11166.htm). Acesso em 17/06/2020.

processo teve dois resultados distintos, um para os sindicatos e outro para os trabalhadores. Para os sindicatos, muitos se tornaram meras extensões do Estado na garantia de assistências médicas, jurídicas e previdenciária. Já para os trabalhadores rurais representaram ganhos significativos na garantia e manutenção de benefícios que era novo para o segmento, dizendo justamente dessas assistências.

No Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, estava previsto no Título IX os serviços sociais para os trabalhadores rurais. Criou-se por meio desse Estatuto o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Por meio desse fundo seria concedida aos trabalhadores rurais, assistência médica, previdenciária e social para os trabalhadores e seus dependentes. (BRASIL, 1963). Embora criado o FUNRURAL, não teve aplicação efetiva nos primeiros anos, apenas em 1971 que com nova legislação veio a ser regulamentado e aplicado.

Foi no governo do presidente Emílio Gaspar Médici, que foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), criado pela Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971<sup>178</sup>. Por meio do PRORURAL passaram os trabalhadores rurais a terem direito a aposentadoria por velhice e por invalidez, assistência médica e odontológica, auxílio doença, pensão por morte e auxílio funeral. O FUNRURAL recebeu personalidade jurídica de natureza autárquica e deveria executar as ações do PRORURAL. (BRUMER, 2002), (GARCIA, 2010), (PICOLOTTO, 2011).

Os trabalhadores a partir do PRORURAL teriam direitos, em caso de aposentarem, isso com idades acima de 65 anos, a meio salário mínimo corrente que seria destinado ao “chefe de família”, ou seja, aquele que se consolidasse como o provedor do lar. Em sua maioria, sendo os homens. (BRUMER, 2002). No caso de pensão por morte do cônjuge receberiam 30% do salário mínimo. As aposentadorias e as assistenciais médicas e funerárias seriam dadas a partir da comprovação da atividade rural do trabalhador, sem qualquer custo. A comprovação da condição de trabalhador rural, apto ao recebimento das assistências, poderia se dá junto de um escritório da representação do FUNRURAL, ou então por parecer dos sindicatos.

Nesse último caso, deve se pontuar o lugar que os sindicatos passaram a ocupar em meio ao serviço assistenciais do PRORURAL. O Decreto nº 69.919, de 11 de

---

<sup>178</sup> BRASIL, Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm) > acesso em 17/06/2020.

janeiro de 1972 que regulamentava o PRORURAL, também previa que as entidades sindicais, poderiam ser utilizadas em serviços de fiscalização e identificação daqueles que poderiam ser contemplados com os benefícios do Programa<sup>179</sup>. Além disso, previa convênio dos sindicatos com o FUNRURAL para a divulgação, implementação e execução do PRORURAL. (COLETTI, 1996), (PICOLOTTO, 2011).

Associar os sindicatos à política do FUNRURAL era uma forma do Estado em limitar as ações dos sindicatos, os tornando parte da estrutura governamental voltada para dá assistências. Dessa forma, despolitizaria os sindicatos e os deixaria em uma estrutura fácil de ser controlada. Segundo Coletti (1996, p. 55), o PRORURAL foi o “instrumento mais perverso” utilizado pelo governo ditador para evitar que os sindicatos rurais tornassem instrumentos de organização e luta dos trabalhadores. A intenção era criar sindicatos meramente “assistencialistas”. O próprio ministro do trabalho a época Júlio Barata, deixava claro que se tratava de um mecanismo usado para mudar os rumos dos sindicatos.

O PRORURAL é fortalecimento do sindicalismo autêntico, porque, à sombra desse programa estão surgindo os Sindicatos Rurais, já com o propósito de prestação de serviços e não apenas com propósitos reivindicatórios (Barata, 1973 *in*: CONTAG, 1973, p.159, *apud* PICOLOTTO, 2011, p. 111).

Nesse sentido, a intenção era que os sindicatos passassem a agregar as assistências previstas no Programa, como uma das suas áreas de atuação principais. Usa-se aqui, o conceito de “assistencialismo”, que era a prática assistencial desenvolvida nas instituições, cujo entendimento recebeu uma carga negativa no decorrer do tempo. Assistencialismo no campo sindical representou em partes, a limitação do movimento sindical. Digo em partes, pois boa parte do movimento sindical que defendia o sindicalismo livre e reivindicatório contestava o lugar de prestador de assistências sociais que muitos sindicatos foram transformados ou outros sendo criados. Nisso, compreendendo o “assistencialismo” como um fenômeno de limitação dos Sindicatos.

O movimento sindical, que mesmo em período ditatorial, criticava a postura que os sindicatos estavam tomando. Esvaziavam as lutas, sindicatos eram criados com a

---

<sup>179</sup> BRASIL. Regulamentação do PRORURAL. Decreto nº 69.919, de 11 de janeiro de 1972. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69919-11-janeiro-1972-418266-norma-pe.html> > acesso em 17/06/2020.

intenção de fornecer assistências. (COLETTI, 1996), (PICOLOTTO, 2011). Diante disso, no interior de algumas federações pelo País e mesmo no movimento sindical, criaram o entendimento do sindicato assistencialista. Esse entendimento tinha um aspecto negativo, que era o do sindicalismo limitado.

Em síntese, a prática da oferta das assistências sociais pelos sindicatos ficou conhecida como assistencialismo. Essa prática foi ganhando conotação negativa por tornar as instituições sindicais muito mais postos de acolhimento dos trabalhadores em termos sociais e paternalistas do que no acolhimento as suas demandas mais amplas.

Por outro lado, deve-se pontuar que com as intermediações das ações do PRORURAL, que veio a ser a prática do assistencialismo, houve crescimento no número de sindicatos em todo o País. Segundo Coletti (1996, p. 56) desde o reconhecimento dos sindicatos no ano de 1962 o número de sindicatos foi grande, mas a partir de 1970 o número de sindicatos abertos foi espantoso. Um das razões estava nas assistências. Picolotto (2011, p. 112) usando das observações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, admite que para a época o atrativo em relação a intermediação das assistências previstas no PRORURAL foi elevado. Ainda segundo o mesmo autor, houve estratégias de sindicatos para recrutar trabalhadores. Fazia uso do assistencialismo para cooptá-los.

Silva (2014b) também atestou que muitos sindicatos em Goiás foram fundados para atuar em favor da prática do assistencialismo. Seria um esforço maior para identificar, quanto do assistencialismo os sindicatos fizeram uso em todo o País, não sendo nosso objetivo aqui<sup>180</sup>. O que vale destacar é que o assistencialismo representou um marco político na trajetória dos sindicatos rurais, que deu novos contornos, seja de forma positiva ou negativa. Para esse ponto, todos os autores aqui citados convergem. O caso é que o assistencialismo nesse sentido teve um lugar de destaque nas instituições

---

<sup>180</sup> Apenas a título de complementação, no Estado de São Paulo, o movimento sindical representado pela Federação estadual desde os fins da década de 1970 estava em um movimento de questionar o assistencialismo. Inclusive a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) chegou a debater sobre a ruptura com a oferta de assistências dentro dos sindicatos. Assim, contrariando a prática do assistencialismo que estava instalado no movimento sindical. No entanto, de acordo com os estudos de Ferrante (1980), muitos dirigentes sindicais paulistas não participavam dos debates da FETAESP, demonstrando desinteresse por romper com o assistencialismo, que era prejudicial ao movimento sindical, mas não aos sindicatos propriamente ditos. Para o Estado do Rio de Janeiro, Barcellos (2008) observou que em razão da intermediação assistencial, houve elevado crescimento no número de sindicatos. O autor ainda informou que a Federação estadual inicialmente via a intermediação das assistências como algo positivo, mas depois começou a mudar a postura, observando que o entendimento dos trabalhadores em relação a função sindical estava limitada ao caráter assistencial.

sindicais.

Em muitos aspectos, o assistencialismo reforçou-se como algo ainda mais negativo no movimento sindical a partir das ações de grande número de sindicatos que não só usavam da prerrogativa como intermediador de assistências sociais do PRORURAL, como foram surgindo em algumas instituições práticas clientelistas. Muitas das instituições sindicais foram vistas como órgãos paternalistas, onde os próprios líderes sindicais usavam das estratégias do assistencialismo para se promover ou para se manter nos cargos de gestão ou concorrer a cargos políticos<sup>181</sup>. Isso, criando a concepção de que as assistências que a instituição intermediava tinha ligação com a existência daquela instituição e de seus gestores. O que reforçou o estigma negativo do assistencialismo para o movimento sindical.

De certo modo, o governo da ditadura militar obteve êxito, pois assim como destacado por Coletti (1996, p. 56), muitos sindicatos passaram a ter suas identidades mescladas com o assistencialismo. Aqui nesse trabalho também observamos que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, em muito, fez uso do assistencialismo justamente para recrutar trabalhadores. Sobre isso aprofundaremos mais adiante.

Pode-se dizer que para o movimento sindical, o PRORURAL representou uma ruptura. Os ideais das lutas, greves e reivindicações acabaram por serem em muito substituídas pelo assistencialismo. Além disso, a própria identidade sindical, para se usar a linha de raciocínio de Coletti (1996, p. 56), engendraram uma noção de sindicato como espaço assistencial e não voltado para as lutas e as reivindicações. A identidade dos sindicatos passou a assumir tons assistenciais e suprimindo os resquícios do ato reivindicatório.

Por outro lado, para os trabalhadores rurais houve um ganho. Como bem observou Ângela de Castro Gomes (2003, p. 160), mesmo que pareça contraditório, foi nos momentos de ditadura que os direitos sociais para trabalhadores mais avançaram no Brasil. Isso, pois na ditadura varguista os trabalhadores urbanos conseguiram a legislação trabalhista, já na década de 1970 foi a vez dos trabalhadores rurais alcançarem seus direitos assistenciais, feito através do PRORURAL. A conquista desses

---

<sup>181</sup> Situações como essas foram vistas por Piccolotto (2011) no Rio Grande do Sul, informando também que era algo que acontecia em outros lugares do País. Como de fato o era, Silva (2014b) também observou em Goiás esse tipo de prática paternalista e clientelista nos movimentos sindicais.

benefícios foi algo positivo para os trabalhadores rurais que até aquele momento não tinham, pelo menos com a configuração do Programa. A introdução de tais direitos ocasionou mudanças significativas para o meio rural, assim como trataremos em outros momentos ao longo desse trabalho.

### **2.1.5 As organizações dos trabalhadores em Minas Gerais**

A trajetória das organizações camponesas em Minas Gerais teve como marco inicial a década de 1940, precisamente a partir de 1945 que é quando o Partido Comunista do Brasil entrou na cena política com a intenção de organizar os trabalhadores do campo. Foram formadas em Minas Gerais, inicialmente, algumas ligas camponesas lideradas pelo PCB, assim como ocorreu em outros estados do País no mesmo período. De acordo com Camisasca (2009, p. 52), de 1945 até 1947, período em que o PCB retornou para a ilegalidade, foram criadas por volta de sete ligas em Minas Gerais. Com a cassação do Partido, as ligas tiveram efêmera duração. No entanto, assim como se verificou no plano nacional, a cassação do PCB não significou rompimento com as organizações camponesas, pelo contrário.

As organizações que foram sendo criadas no decorrer da década de 1950 e começo de 1960 no Estado, em sua maioria, contavam com o aparato das lideranças do PCB, tinham suas reivindicações que em tese não desassociava do plano nacional. Exigiam melhorias nas condições trabalhistas e acesso à terra. Levava em consideração a situação de miséria que imperava em muitas partes do Estado nas áreas rurais. Com isso, levantavam bandeiras de solução dessas demandas por meio do aparato governamental. Havia também em curso, um crescimento elevado de expropriação territorial, isso para dá lugar ao desenvolvimento da pecuária em Minas Gerais, o que fez com que muitos trabalhadores tivessem que migrar para os espaços urbanos. Para fins da década de 1950 e começo de 1960, essa situação da expropriação territorial tomou corpo junto das reivindicações de reforma agrária e permanência nas terras. (CAMISASCA, 2009), (ZANGELMI, *et al* 2013), (ZANGELMI, 2019).

Em novembro de 1961, Belo Horizonte sediou o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que foi coordenado pela ULTAB, órgão liderado

pelo PCB<sup>182</sup>. Esse evento foi um importante mobilizador das massas rurais em favor da organização em associações e luta pelos direitos dos camponeses. (RODRIGUES, 2013). De acordo com Camisasca (2009, p. 53) houve um crescimento significativo de associações no Estado. Se até fins da década de 1950 tinham formado 13 associações de trabalhadores, entre 1960 e 1961 esse número saltou para 22 associações. (CAMISASCA, 2009).

Algumas das associações formadas em Minas Gerais receberam o nome de Ligas Camponesas. Naquela altura, as ligas camponesas do Nordeste, lideradas por Julião tinha ganhado projeção nacional. No entendimento de Marina Camisasca (2009, p.54) essas ligas camponesas formadas em Minas Gerais assim foram denominadas por uma espécie de identificação com o movimento das ligas nordestinas. Conforme apontou a mesma autora, não era pela razão de terem vínculos entre elas, pois as ligas nordestinas não chegaram a atuar em Minas Gerais. Embora é preciso lembrar que as primeiras organizações no Estado também tinham o nome de ligas camponesas e era anterior ao movimento do Engenho da Galileia. Assim, poderia também ser uma tentativa de reviver essas organizações.

Com as mudanças no cenário nacional a partir do governo de João Goulart, que acabou oficializando a sindicalização rural, as associações que existiam em Minas Gerais foram quase todas transformadas em sindicatos. De acordo com Camisasca (2009, p. 60), das 22 associações, 21 tornaram-se sindicatos a partir de 1962. O número ainda recebeu acréscimo significativo, pois até 1964 o total de sindicatos já tinha avançado a casa dos 100. Mais de 98 municípios em todo o Estado já contavam com sindicatos de trabalhadores rurais. (CAMISACA, 2009). Ainda de acordo com a autora, a partir desse momento, os sindicatos tornaram-se a força predominante em termos de organização camponesa no Estado. Não havendo em nenhum outro momento outra organização que sobrepujasse a sindicalização.

Como se observou até então, o PCB foi o primeiro que liderou a organização camponesa no Estado. De início o Partido buscou organizar os trabalhadores e penetrando neles o ideal de uma organização firme e alheia aos seus interesses de solicitar a extensão de direitos trabalhistas ao campo e melhores condições de vida e permanência na terra. As primeiras associações formadas contaram com a ativa

---

<sup>182</sup>FETAEMG – arquivo – documentos históricos.

participação do PCB de certo modo dando diretrizes para seus funcionamentos. A partir de finais de 1950 e já o começo dos anos 1960, o PCB começou a organizar associações e posteriormente sindicatos com o suporte ativo da Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG). (BORGES, 1994), (CAMISASCA, 2009).

A ATAMG foi fundada em 1956 e era voltada a congregar os trabalhadores do campo e expandir a força do PCB no Estado. Quando de sua fundação a criação de associações passaram a ter melhor direcionamento do PCB na formação de organizações. (BORGES, 1994). Foi também a partir especialmente de 1962, com a efetiva sindicalização, que outros segmentos buscaram atuar no campo em favor de organizar e contribuir na sindicalização dos trabalhadores rurais em Minas Gerais. Nesse caso, destaca-se aqui a AP que se fez presente em Minas Gerais, tendo inclusive sedes administrativas em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Governador Valadares. (CAMISASCA, 2009).

Através do Movimento de Educação de Base (MEB) foi que a AP teve maior inserção entre os trabalhadores do campo no Estado. Sua intenção, como já destacado, era a de educar a população rural e os mobilizar sobre suas situações e contestar suas realidades. Através do MEB foram criados sindicatos em Minas Gerais com orientação da AP. Essa ala fundou quase uma dezena de sindicatos no Estado até fins de 1963. Em seguida, ainda no mesmo ano vinculou-se ao SUPRA e passou a atuar no processo sindical a partir das ações inerentes ao SUPRA, dando orientação técnica e suporte a sindicalização. Ainda é bom destacar que a AP e o PCB tinham ações independentes, mas não constituíam de uma oposição entre ambos, inclusive tendo tido ações conjuntas junto do SUPRA. (CAMISASCA, 2009), (RAMOS, 2011).

A ala conservadora da Igreja Católica esteve presente nos debates de reforma agrária no Estado de Minas Gerais, mas quanto na sindicalização Camisasca (2009, p. 131) observou que teve menos influência<sup>183</sup>. De acordo com a autora, o trabalho da Igreja foi pouco em termos de organização de trabalhadores, seu peso maior foi na questão social, que desde a década e 1950 já vinha sendo razão de debates. Além disso, a crítica ao comunismo não deixava de existir. No entanto, sobre a sindicalização “as ações dependeram dos párocos locais, com isso, poucos foram os sindicatos rurais fundados por esses religiosos”. (CAMISASCA, 2009, p. 131). Porém, quando do

---

<sup>183</sup> Sobre a participação da Igreja nos debates de reforma agrária em Minas Gerais ver: Camisasca (2009), Carvalho (2019).



advento do golpe civil militar, a Igreja Católica conservadora teve maior protagonismo<sup>184</sup>.

Quanto ao segmento patronal da agricultura mineira é preciso destacar que desde o começo desse capítulo já se falou sobre a existência de agremiação para esse setor. Trata-se na Sociedade Mineira de Agricultura (SMA). Esse segmento comungava com os demais segmentos patronais da ideologia de organização sindical e das especificidades no campo que inviabilizava a sindicalização, debate esse difundido no interior da SNA e CRB, órgãos patronais brasileiros. Porém, quando a sindicalização rural foi de fato regulamentada na década de 1960 o segmento patronal de Minas Gerais dizia dá apoio a sindicalização.

A argumentação do segmento patronal era de que apoiava a sindicalização, desde que conduzida pelas mãos dos camponeses e não por comunistas. Inclusive, fazia uso da ideologia anticomunista da Igreja Católica conservadora. Afirmavam ainda, que eram favoráveis a sindicatos com viés cristão. (CAMISASCA, 2009). Na prática, isso significava basicamente que o que eles queriam eram sindicatos que não fossem de fato reivindicatórios. Camisasca (2009, p. 125) informou que o apoio patronal ao sindicato nunca foi de fato concretizado no plano prático. Não houve nenhum documento que comprove o apoio desse segmento para a sindicalização de trabalhadores. Pelo contrário, a autora trabalha com alguns fatos em que trabalhadores eram expulsos de suas terras e mesmo perdiam o emprego caso vinculassem em sindicatos. (CAMISASCA, 2009, p. 125).

Ainda não se pode deixar de falar que integrantes do segmento patronal mineiro também estimularam a criação de organizações patronais que se posicionassem em relação às transformações que estavam em curso no campo, especialmente a SMA. Na década de 1960, inclusive, com os debates de reforma agrária, essas organizações eram formadas justamente com a intenção de proteger seus latifúndios contra expropriações para fins de reforma agrária como estava sendo reivindicado no plano das lutas camponesas. Nessas organizações criavam estratégias para propor ações de reforma agrária, buscando proteger suas propriedades. De acordo com Camisasca (2009, p. 14) as organizações desse segmento patronal tiveram rápida expansão, em 1964 contava mais de 200. (CAMISASCA, 2009).

---

<sup>184</sup> FETAEMG – arquivo – documentos históricos.

Com o advento do golpe civil militar os rumos dos sindicatos foram alterados. Não tendo um confronto nem ideológico e nem prático, nos anos seguintes em relação a questão da reforma agrária e nem em relação a sindicalização. Isso, pois como já tratado, o próprio governo militar se encarregou de limitar em muito os movimentos camponeses. Quanto à sindicalização, também em Minas Gerais, a Igreja Católica passou a ter maior controle nesse processo no período inicial da ditadura.

Como estava previsto desde as primeiras legislações sindicais, e conformado no ETR, era preciso criar uma confederação que agregasse as organizações sindicais em nível nacional e as federações atuantes em nível estadual, isso tanto para o segmento patronal como para os trabalhadores rurais, evidentemente com instituições separadas. Aqui já se tratou da CONTAG que foi a Confederação fundada para atuar no plano nacional, ligada as organizações de trabalhadores rurais. Cada Estado deveria fundar também a sua federação. Com a unificação sindical disposta na legislação de 1965, ficou acertada a criação de uma única federação na agricultura. No caso de Minas Gerais, foi fundada em 1968 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

A maioria dos sindicatos criados pela FETAEMG nesse período teve como propósito oferecer fins assistencialistas, especialmente a partir de convênio com o FUNRURAL. A própria Federação evitava envolvimento mais evidente com a reforma agrária. Buscando atuar dentro das disposições do Estatuto da Terra. Quando de sua fundação contava apenas com o número mínimo necessário de sindicatos legalmente reconhecidos<sup>185</sup>. Porém, adentrou no espaço rural contribuindo com a formação de sindicatos e a legalização de outros em diversas partes do Estado. Tornando-se “uma das FETAGs mais expressivas de todo o País”. (ZANGELMI, *et al* 2013). Para as décadas seguintes houve expansão na sindicalização em Minas Gerais, boa parte com estímulo da FETAEMG.

Já para o caso de Diamantina, como se verá adiante, a sindicalização de trabalhadores rurais ocorreu na década de 1970 e originou-se de três segmentos, a Igreja Católica, o segmento patronal rural e os trabalhadores rurais. O processo ocorreu com respaldo da política municipal. Até o fim desse capítulo será apresentado sobre esse Sindicato e sua formação em Diamantina.

---

<sup>185</sup> Os sindicatos que já estavam abertos estavam localizados em Poté, Araçuaí, Esmeraldas, Brumadinho e Três Pontas. FETAEMG, arquivos históricos, Belo Horizonte.

## 2.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina

A proposta de fundação de um sindicato para os trabalhadores rurais em Diamantina se deu no começo da década de 1970. Em outubro de 1971 o Sindicato foi fundado e em janeiro de 1972 recebeu sua carta sindical. O STRD<sup>186</sup> foi fundado em período quase concomitante com que entrou em vigor a legislação do PRORURAL, o que fez com que as ações do Sindicato associassem com as garantias assistenciais previstas pelo referido Programa. Antes de tratar sobre o percurso até sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina, faz-se breve contextualização dos antecedentes históricos da organização de trabalhadores no município.

### 2.2.1 A organização de trabalhadores em Diamantina: antecedentes

Sindicato não foi a primeira forma de organização de trabalhadores em Diamantina. Uma das primeiras organizações no referido município remota aos fins do século XIX, trata-se da União Operária Beneficente (UOB), fundada em 1891. A missão da UOB era congregar os trabalhadores da cidade em caráter especialmente mutualista<sup>187</sup>. Sobre a fundação da instituição, assim disse Soter Couto (2002, p. 248)

Sentido os operários de Diamantina a necessidade de uma união para fazer valer os direitos da classe sempre espezinhada, resolveram congregar-se, sem distinção de sexos, em sociedade de amparo e defesa. Estreitaram os laços de amizade entre a grande família, como também prestariam assistência material e moral aos consócios enfermos, aos filhos e viúvas que sempre ficavam ao Deus dará. (COUTO, 2000, p.248).

A UOB tinha a participação ativa da Igreja Católica. Não foi propriamente uma organização operária com fins de lutas e reivindicações. É preciso destacar que a fundação da instituição coincide com a encíclica papal do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum*, que ressaltava a importância da Igreja se envolver com as ações sociais e da caridade, com destaque, inclusive, para as lutas operárias que se faziam presente em varias partes do mundo. A *Rerum Novarum* era uma orientação católica para atuação nas organizações operárias, com a atenção para evitar confrontos e sim estimular o

<sup>186</sup> Usaremos aqui a abreviação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina (STRD). Essa abreviação era usada pelo Sindicato no período em que esse estudo se refere.

<sup>187</sup> Eram filiados a UOB os alfaiates, sapateiros, músicos, ferreiros e outros profissionais urbanos. (MARTINS, 2008).

cooperativismo, a caridade e a harmonia entre diferentes segmentos da sociedade. Além disso, tinha uma orientação anticomunista. (AMARAL, 2015).

Goodwin Jr. (2007, p. 255) evidenciou em seu estudo que não houve efetivamente um movimento operário organizado em Diamantina para as primeiras décadas do século XX. O autor ressaltou que isso se deve primeiro ao fato de que Diamantina contava com poucas fabricas, quase todas têxteis. Além disso, o entendimento da sociedade diamantinense frente aos problemas de ordem trabalhistas era tratado meramente em caráter paternalista. Ademais, destaca-se o contexto da sociedade, formada nos moldes tradicionais sob influência religiosa. Diante disso, as primeiras organizações eram voltadas ao assistencial. (GOODWIN JR, 2007).

Outros tipos de organizações foram fundadas nas primeiras décadas do século XX em Diamantina, mas com fins mutualistas<sup>188</sup>. Destaca-se, por exemplo, a Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fundada em 1912. De acordo com Couto (2002, p. 254) essa organização foi fundada com o interesse de congregar os segmentos menos favorecidos da cidade, podendo ampara-los em momentos de doença e morte<sup>189</sup>. A questão da caridade era algo bastante presente na sociedade da época. As primeiras organizações levavam isso em conta.

Além da União Operária Beneficente, outra organização voltada aos trabalhadores em Diamantina foi a União dos Empregados no Comércio, fundada em 1925. (COUTO, 2002). Inicialmente a referida União tinha um viés assistencialista. Posteriormente, na década de 1950, essa União transformou-se em Sindicato, sendo o Sindicato dos Empregados no Comércio em Diamantina, um dos primeiros a ser oficialmente reconhecido como sindicato no município. Seu objetivo era representar os funcionários do comércio local<sup>190</sup>. Contudo, o que se pode dizer é que até meados do século XX, os tipos de organizações em Diamantina tinham uma configuração majoritariamente assistencialista e mutualista.

Em relação ao meio rural, as primeiras organizações foram na modalidade de sindicato e cooperativa, ambos da década de 1960. Primeiro foi o Sindicato Rural de

---

<sup>188</sup> Para um debate historiográfico do mutualismo ver: Batalha (1999), Viscardi (2010) e Cruz (2015).

<sup>189</sup> Para saber mais sobre essa organização ver: TIBÃES, Maria da Conceição Duarte. Blog Caminhos para Saúde Feliz. Disponível em < <http://conceioduarte.blogspot.com/2014/04/fatos-historicos-de-diamantina-ii.html> > acesso em 02/11/2020.

<sup>190</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

Diamantina (SRD), aberto em 1966 e representante do segmento patronal<sup>191</sup>. O Sindicato foi fundado e estruturado conforme a portaria nº 71 de 1965, configurando-se em sindicato patronal, ou “empregadores rurais”. Agregando o segmento dos produtores rurais, aqueles que possuíam maiores terras e na maioria das vezes contando com mão de obra externa. Eram esses os “fazendeiros”<sup>192</sup>.

Era também possível sindicalizar moradores da cidade que dispunha de uma propriedade rural, desde que configurasse em uma espécie de fazenda<sup>193</sup>. Observa-se que o médico Dr. João Antunes de Oliveira, do qual se tratará mais adiante, residente na área urbana era vinculado ao Sindicato sem ser produtor rural, assim como outros profissionais urbanos como contadores e advogados que tinham propriedades rurais, poderiam vincular ao Sindicato<sup>194</sup>. Esse Sindicato tinha a influência religiosa de Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina e que ajudou e orientou para a abertura do SRD. Acreditando esse arcebispo que “um sindicato naquela altura era importante para reunir os homens rurais com os mesmos interesses, de progredir na fé e na cooperação”<sup>195</sup>.

Vale ressaltar que no começo da década de 1960 foram colocadas em circulação as encíclicas papais que orientavam as ações da Igreja, dessa vez trazendo também orientações para mediação nas relações rurais. Tratavam-se das encíclicas *Mater et Magistra*, de maio de 1961 e a *Pacem in Terris* de abril de 1963, ambas baixadas pelo Papa João XXIII. Essas encíclicas tinham, entre outras coisas, a recomendação de

---

<sup>191</sup> Utiliza-se aqui a sigla do referido Sindicato em conformidade com a documentação consultada no decorrer dessa pesquisa. Até antes da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo o único Sindicato o patronal, era assim identificado “Sindicato Rural de Diamantina”. Depois, ao longo da década de 1970 foi sendo readaptado o seu nome tornando mais claro o segmento que representava, denominando-se “Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina”, mas ainda permaneceu usando a sigla SRD, pelo menos foi visto na documentação até 1985. Os trabalhadores rurais também conhecem o sindicato patronal como “Sindicato dos Fazendeiros”.

<sup>192</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972. O documento em questão não oferece muitas informações sobre o referido sindicato, apenas que era destinado ao segmento dos produtores rurais, identificado nos documentos como “os fazendeiros”.

<sup>193</sup> Observa-se que o critério para a sindicalização desses indivíduos não era muito exato. Observou que alguns desses trabalhadores urbanos possuíam algumas terras que contavam com caseiros e geralmente produziam algum tipo de monocultura, café, cana, pomar e outros. Essas propriedades rurais para esses moradores urbanos era como se fosse uma aplicação financeira externa. Só por possuir tal propriedade poderia agregar ao SRD.

<sup>194</sup> STRD – Documentos administrativos da sede. Pasta: documentos históricos do ano de 1972/1974.

<sup>195</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973. Não constam informações sobre o documento. Ao que parece, trata-se de uma mensagem do arcebispo em comemoração ao dia do trabalhador realizado no STRD em maio de 1972.

solucionar as demandas dos agricultores de forma imediata, resolvendo seus problemas mais urgentes. Ficaria a Igreja encarregada de estimular o cooperativismo e o sindicalismo. (CAMISASCA, 2009), (PICOLOTTO, 2011).

É preciso retomar alguns pontos tratados anteriormente para compreender como chegou a ocorrer a sindicalização rural no município de Diamantina, que de certa forma, estava prevista como uma missão da Igreja. O começo da década de 1960 estava em curso um amplo debate sobre as questões sindicais, onde, inclusive a Igreja Católica estava envolvida. Para além da questão sindical, a reforma agrária era outra bandeira de reivindicação. O arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud estava inserido nesses debates em nível nacional, mas como um forte crítico.

Dom Geraldo Sigaud foi um dos autores mais proeminente de um famoso livro, o *Reforma Agrária – questão de consciência*. Onde o arcebispo praticamente se declarava contra a questão da reforma agrária, defendendo a propriedade privada. Diante desse livro o arcebispo de Diamantina, que já tinha sido o “primeiro bispo brasileiro a pronunciar-se contra a reforma agrária em um artigo publicado em 1953”, reforçou a sua posição no livro na década de 1960. (COSTA, 1996, p.91). Esse livro, inclusive, foi usado pelo segmento patronal da agricultura do Estado de Minas Gerais como argumento contra a reforma agrária. (CAMISASCA, 2009).

Dom Sigaud foi contra o próprio discurso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que estava, na década de 1960, defendendo a possibilidade de uma reforma agrária que pudesse ser feita a partir de alterações na Constituição do País. (CAMISASCA, 2009). Não nos interessa propriamente tratar sobre a reforma agrária, mas o que carece explicar é que o arcebispo era um defensor da propriedade privada e consequentemente dos proprietários<sup>196</sup>. No campo da sindicalização, Dom Sigaud era arduamente difusor da ideologia anticomunista, acreditando que a organização rural estava em sua maioria em mãos erradas. (COSTA, 1996).

Com golpe militar, a participação da Igreja Católica obteve maior espaço no

---

<sup>196</sup> É bom destacar que Dom Geraldo de Proença Sigaud era membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) era uma associação civil de caráter nacional, que foi fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira e apoiado pelos líderes religiosos Dom Antônio de Castro Mayer que era Bispo de Campos em Rio de Janeiro e por Dom Sigaud. A organização objetivava combater o socialismo e o comunismo. Defendiam os valores morais e tradicionais, tendo como base a tradição, a família e a propriedade. Sobre a TFP pode ser visto o verbete temático da Fundação Getúlio Vargas (FGV) disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>> acesso em 25/03/2020.

processo de sindicalização rural. Foi diante disso que o arcebispo de Diamantina se envolveu com a proposta de abrir um sindicato. Porém, através da leitura das fontes com que se está trabalhando nessa pesquisa, percebe-se que a ideia de um Sindicato para Dom Geraldo Sigaud tinha muito mais proximidade com uma cooperativa. Além disso, o religioso pensava que fundar um sindicato que focasse no segmento dos produtores rurais “os empregadores rurais”, contemplaria a todos, pois estimularia a produtividade e conseqüentemente ofertava postos de trabalhos para os demais sujeitos rurais. A sua concepção de solução para o meio rural partia de produzir, vender, criar postos de trabalho e preservar a propriedade privada.

Pode-se dizer que o arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud diferiu-se da linguagem da caridade de seus antecessores que representaram a Igreja em Diamantina. Aparentemente o arcebispo foi um religioso muito mais da produtividade do que da caridade<sup>197</sup>. Pela fala de Dom Geraldo Sigaud, anteriormente destacada, sobre o apoio ao Sindicato Rural (patronal), aparentemente ele visualizava o Sindicato como uma unidade cooperativa, onde os princípios eram voltados ao cooperativismo e aos interesses econômicos. Porém, o Sindicato não foi efetivamente transformado em uma cooperativa, pois criaram uma segunda unidade. Essa foi de fato uma cooperativa.

O segundo formato de organização rural em Diamantina foi com a fundação da Cooperativa dos Produtores Rurais<sup>198</sup>. Se o Sindicato foi destinado ao segmento patronal com a Cooperativa também não foi diferente<sup>199</sup>. A começar pelo fato de que ela

---

<sup>197</sup> Defende-se aqui essa ideia a partir da leitura das fontes aqui trabalhadas, quais sejam os anúncios dos jornais *Voz de Diamantina* sobre os feitos da Igreja Católica no município e algumas fontes documentais do arquivo do STRD. Além disso, podemos observar os feitos de Dom Geraldo de Proença sigaud no trabalho de Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010). Diante dessas análises, foi possível observar que o arcebispo envolveu-se em muitos empreendimentos na cidade e todos voltados para a produtividade naturalmente justificada como um progresso necessário para romper com uma estagnação política e social a qual considerava existir. Nesse último caso, ressalta-se que o arcebispo foi um ativo apoiador da concepção do “Vale da Miséria”.

<sup>198</sup> Na década de 1950, especificamente nos anos de 1955 e 1956 ocorreram em Diamantina a I e II Semana Ruralista, lideradas pelo arcebispo na época Dom José Newton de Almeida Baptista, resultando dos debates dessas semanas a concepção de que seria adequado estimular o cooperativismo no espaço rural diamantinense. Desse modo, fosse para reavivar os debates que já tinham sido feitos nessa ocasião ou por orientação das encíclicas papais da década de 1960, Dom Sigaud projetou a ideia de uma Cooperativa em Diamantina aos fins da década de 1960. Sobre as semanas ruralistas em Diamantina ver trabalho de Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010).

<sup>199</sup> Embora em alguns anúncios da Cooperativa no *Jornal Voz de Diamantina* dê a entender que incluía os trabalhadores rurais e produtores rurais de forma geral, fica evidente que o foco era naqueles sujeitos que já eram sindicalizados ou nos produtores rurais que dispunham de uma colheita maior. Havia certa preocupação com a lucratividade.

originou-se da união do arcebispo com o SRD<sup>200</sup>. Nas palavras de Dom Sigaud “desse nosso trabalho (realizado no SRD) surgiu a muito necessária Cooperativa, que tem amparado a todos que quiser da terra tirar bom proveito”<sup>201</sup>. O arcebispo ainda pontuou que aquele era um tipo de organização que mirava o progresso rural<sup>202</sup>.

A abertura da Cooperativa se deu em setembro de 1969<sup>203</sup>. Foi inaugurado junto um posto de revenda dos produtos rurais que fossem produzidos pelos cooperados. Essa iniciativa de Dom Geraldo Sigaud para com a Cooperativa era destinada aos produtores, aqueles que tivessem produções de gêneros em que pudesse comercializar. Duas coisas é preciso destacar até aqui, a primeira é o envolvimento do segmento patronal rural com a Igreja por intermédio do arcebispo Dom Sigaud. Era pretendido, por meio do estímulo à produtividade, resolver os problemas de todo o rural, nesse caso concretizar a missão social da Igreja. A segunda questão é que as duas formas de organização na década de 1960 foram destinadas primordialmente ao segmento patronal, produtores rurais, o que evidencia a proximidade do religioso com esse segmento. Os trabalhadores rurais não estavam incluídos, a não ser indiretamente beneficiados com empregos ou com pequenas vendas para a Cooperativa<sup>204</sup>. Foi somente na década de 1970 que a proposta de sindicato para os trabalhadores rurais foi colocada em pauta. Parte disso originário do segmento patronal.

### **2.2.2A fundação de um sindicato para os trabalhadores rurais**

A proposta de um sindicato para os trabalhadores rurais de Diamantina foi colocada efetivamente em debate no ano de 1970. Nesse ano estava ocorrendo a campanha política para a Prefeitura Municipal de Diamantina, quem estava concorrendo ao cargo de prefeito era o médico doutor João Antunes de Oliveira. Além de médico esteve envolvido em diversas causas que envolviam a área da saúde, educação e

---

<sup>200</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 7, 17 novembro 1968, 4p.

<sup>201</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>202</sup> Ibid s/p.

<sup>203</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 64, n. 2, 12 outubro 1969, 4p.

<sup>204</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 64, n. 16, 15 fevereiro 1970, 4p.



política. Dr. João Antunes já tinha sido vice-prefeito e prefeito de Diamantina na primeira metade da década de 1960<sup>205</sup>. Além disso, assumiu cargo de professor assistente e também atuou em cargos diretivos na Faculdade de Odontologia de Diamantina e foi durante muitos anos o provedor da Santa Casa de Caridade.

Nos dias 29 e 30 de junho de 1968 em uma cerimônia especial a Câmara Municipal de Diamantina, outorgou ao Dr. João Antunes o diploma de Cidadão Diamantinense<sup>206</sup>. O diploma reconhecia o protagonismo que o médico vinha exercendo no município em diferentes esferas sociais. Destacando seu envolvimento com os mais diversos setores. No que se refere à questão rural o Dr. João Antunes estava vinculado ao Sindicato Rural de Diamantina, possuía terreno nas proximidades da cidade e por isso mantinha um vínculo sindical com o SRD, com o qual também colaborou para sua fundação juntamente com o arcebispo Dom Geraldo Sigaud em 1966<sup>207</sup>.

Do ativo envolvimento que o Dr. João Antunes possuía com o arcebispo, contribuiu com a fundação da Cooperativa dos Produtores Rurais de Diamantina, na qual passou a ocupar um cargo diretivo junto com Dom Sigaud em 1971<sup>208</sup>. A proposta de Dr. João era que a Cooperativa tivesse um ponto comercial que vendesse produtos agrícolas e agropecuários como insumos para produtores rurais de Diamantina, além de medicamentos veterinários e assistências técnicas. Partilhava da concepção de Dom Sigaud em promover a produtividade da terra como solução das carências rurais.

Deve-se destacar aqui o envolvimento do arcebispo Dom Sigaud, do segmento patronal rural e Dr. João Antunes de Oliveira, que de certo modo estava integrado dentro do grupo patronal. Estes fundaram o SRD e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Diamantina. Como se pode observar constituiu um círculo onde o trabalhador rural ainda não estava diretamente incluso. Além disso, entende-se que no interior desse círculo comungavam da mesma concepção da produtividade como solução das demandas rurais. O arcebispo deixava claro que desde a fundação do Sindicato Rural para o segmento patronal, a intenção era também resolver os problemas sociais dos

---

<sup>205</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 58, n. 16, 19 janeiro 1964, 4p.

<sup>206</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 62, n. 35, 30 junho 1968, 4p.

<sup>207</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>208</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 65, n. 35, 27 junho 1971, 4p.

trabalhadores rurais. A produtividade indicaria manutenção de mão de obra, alimentos em maior quantidade e com preços mais baixos, e assim por diante<sup>209</sup>.

A concepção de Dom Sigaud e dos demais não era um pensamento isolado. Nos basta lembrar o que foi tratado em capítulo anterior, que a ditadura militar tinha dentro de seus propósitos a modernização da agricultura, tendo discurso muito parecido com o dos sujeitos anteriormente mencionados. É bem provável que aderiram aos discursos do governo militar. Percebe-se através do entendimento de Sigaud que o desenvolvimento não era exatamente para todos, não diretamente. Era defensor da propriedade privada, nesse sentido ele queria manter as coisas como estavam, ou seja, mais terras nas mãos de poucos. Mas, era com esses poucos que ele primeiro se preocupava, de certa forma, se eles alcançassem a produtividade nas suas terras, como consequência abrangeria os trabalhadores rurais, isso com postos de trabalho.

Ainda aos fins da década de 1960 começou outro debate junto dessas lideranças. Dessa vez, sobre as saídas de trabalhadores rurais de Diamantina rumo às “cidades grandes” na procura de postos de trabalho nas indústrias<sup>210</sup>. Essas saídas estavam trazendo impactos para os produtores rurais de ordem econômica. As saídas dos trabalhadores estavam fazendo com que muitos dos produtores rurais perdessem mão de obra, ou mesmo reclamavam do impacto que isso poderia gerar em algum espaço de tempo para o meio rural.

No começo da década de 1970 as saídas de trabalhadores rurais intensificaram. Além da migração urbana, os chamados “paus-de-arara”, que eram um automóvel de tipo caminhão, estavam frequentemente a recrutar trabalhadores para trabalhar nas fazendas em São Paulo<sup>211</sup>. Levavam trabalhadores em grandes somas, os “ludibriando” com ofertas de melhores condições de trabalho e mesmo carteira assinada. O SRD já tinha se posicionado contra isso, debatendo soluções imediatas, já o arcebispo preocupava-se no sentido de que não estava resolvendo o problema rural na perspectiva social, pelo contrário, as saídas do meio rural inflavam as cidades, levavam trabalhadores para situações penosas em favelas ou sujeitos a extorsão de fazendeiros.

---

<sup>209</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>210</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

<sup>211</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

Dom Geraldo Sigaud em documento direcionado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina em maio de 1972, falou sobre a fundação do STRD e comentou sobre essas saídas do espaço rural. “Unidos, como era nosso propósito, fomos contra e ainda somos contra que o homem deixe a terra, que dela tira o sustento, para mendigar nas cidades grandes, que é o que está acontecendo até hoje”<sup>212</sup>. Em momento algum ele assumiu sua preocupação com os problemas que afetavam o segmento patronal com a perda de mão de obra, porém deixou em evidência. No mesmo documento o arcebispo ressaltou que os produtores rurais tinham postos de trabalho e que “como cristãos”, sabiam das necessidades daquele povo. O contrário seria com os fazendeiros que não os conheciam e nada sabiam sobre aqueles trabalhadores, não compreendiam suas necessidades. Além disso, pontuou que os trabalhos urbanos era uma “ilusão passageira”<sup>213</sup>.

Pode-se traduzir a fala de Sigaud como se os produtores rurais de Diamantina fossem conhecedores da realidade rural e naturalmente bondosos. Enquanto que os fazendeiros de outros estados não conheciam esses trabalhadores e deles queriam apenas seu trabalho. É interessante notar que quando falava em “produtores rurais” estava querendo dizer do segmento patronal de Diamantina, mas quando falava em “fazendeiros”, representavam os proprietários de outros estados. Aparentemente, a opção por uso de fazendeiro e produtor rural é que falar em fazendeiro remete a uma relação de exploração e submissão. Já falar em produtores rurais dá uma ideia de proximidade, que de certo modo, era o que o arcebispo queria incutir nos trabalhadores rurais.

A fala que menciona os bondosos produtores rurais veio acompanhada de algumas outras sobre a importância do STRD em formalizar contratos de trabalho com trabalhadores rurais, como veremos melhor posteriormente. Ainda deixou implícito que a função do Sindicato para trabalhadores veio para segura-los em suas localidades. Ademais, teceu alguns parágrafos informando sobre o assistencialismo como algo fundamental do Sindicato e que era urgente para aquela população que viviam em “agrura”, mas que já tinham, naquela altura, meios de se manterem nas terras, pois

---

<sup>212</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>213</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

tempos muito piores já tinham passado<sup>214</sup>.

Nesse sentido, observa-se que o STRD havia sido pensado como uma forma de manter a população rural em suas terras. Verifica-se que o segmento patronal da agricultura e mesmo o arcebispo, tinham certo de que abrir um Sindicato para trabalhadores rurais em Diamantina, formalizando contratos de trabalho e ofertando assistência médica e odontológica faria com que os trabalhadores permanecessem em suas terras. A base desse pensamento pode também ser vista em um discurso do senhor Antônio Dias Neves, que era membro do SRD e foi um dos que esteve à frente da fundação do STRD, que proferiu tal discurso em uma reunião logo após recebimento da carta sindical<sup>215</sup>.

O que o Antônio Dias Neves disse é que, havia naquele momento muitas pessoas saindo de suas terras por ofertas de trabalho formais. Isso o Sindicato buscava resolver com contratos de serviços. Ao que consta o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi pensado também, tendo em vista as ofertas de trabalho formal oriundas das cidades e observando as formas de trabalho em companhias mineradoras ou outras empresas, até mesmo as fábricas de tecidos. Nesse sentido, apostaram em um conjunto de ações que poderia ser reunidas em um sindicato. Com a garantia de serviços assistenciais e a formalização de contratos de trabalho a migração para as cidades poderia ser gradualmente diminuída<sup>216</sup>. Antônio Neves, em alguns momentos também externou a preocupação com as saídas do meio rural e o “desequilíbrio” que representava.

Entretanto, não foram somente os produtores rurais, o arcebispo e Dr. João Antunes que atuaram em favor da fundação de um sindicato para os trabalhadores rurais de Diamantina. Alguns trabalhadores rurais também já estavam solicitando um sindicato que os atendessem. Esse processo de solicitar um sindicato voltado para os trabalhadores rurais foi informado pela entrevistada *Maria do Sindicato*<sup>217</sup>. Maria do

---

<sup>214</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>215</sup> Quando o STRD foi fundado Antônio Dias Neves era presidente do SRD. É interessante notar também que ele não era precisamente um produtor rural. O caso dele e do Dr. João Antunes é semelhante, porém o senhor Antônio Neves era contador na cidade de Diamantina e por possuir uma propriedade rural enquadrava-se como produtor rural. Também é importante dizer que ele assumiu, porém em período posterior ao do nosso estudo, a presidência do STRD, pois havia trocado de configuração a sua propriedade, tornando-se trabalhador rural.

<sup>216</sup> STRD – Antônio Dias Neves, reconhecimento do STRD. Fevereiro de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>217</sup> Usaremos aqui a nomeação da entrevistada como “Maria do Sindicato” em razão de sua participação ativa no processo de abertura do STRD. O fato de ela ter ficado conhecida como *Maria do Sindicato*, tem

Sindicato esteve desde o começo dos debates acerca da sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina e ressaltou que “já tinham muitos lugares que tinham Sindicato aqui por perto e aqui mesmo ainda não tinha, então a gente começou a pedir pra ter”<sup>218</sup>.

*Maria do Sindicato* atuou no STRD assim que foi fundado, inicialmente como enfermeira<sup>219</sup>. Ela era trabalhadora rural, moradora do distrito de Desembargador Otoni e teve atividades relevantes dentro do Sindicato. Era conhecida pelo seu carisma diante dos sindicalizados e do cuidado com os enfermos atendidos na instituição<sup>220</sup>. *Maria do Sindicato* também foi a primeira mulher eleita vereadora na Câmara Municipal de Diamantina, o que demonstra o entusiasmo e envolvimento dela com diferentes questões, inclusive enveredando-se pela política.

De igual modo era o marido de *Maria do Sindicato*, o senhor Edson Soares da Silva, que era conhecido por “*seu Edson*”. Esse merece destaque entre os demais envolvidos na fundação desse sindicato, não somente pelo seu protagonismo junto do movimento de fundação, mas também por ser considerado o presidente que deu os contornos da sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina<sup>221</sup>. Edson Soares da Silva era trabalhador rural, possuía suas terras em Desembargador Otoni e exercia também a função de escrivão, mudou para Diamantina em 1971 para atuar junto do referido sindicato<sup>222</sup>.

Ao que informou *Maria do Sindicato*, vários trabalhadores rurais já estavam conversando sobre fundar um sindicato, com destaque para seu marido Edson da Silva. De acordo com a entrevistada, a conversa partia de trabalhadores de diferentes distritos, inclusive encontrando em Diamantina. Presume-se também que em algum momento houve um diálogo entre o grupo ligado aos produtores rurais com os trabalhadores rurais, onde explicitaram o interesse de um sindicato. Ainda de acordo com *Maria do Sindicato* uma conversa mais abrangente e em caráter político, sobre a implementação

---

muito a dizer de sua importante participação na instituição. O uso da nomeação também está em conformidade com a documentação encontrada e com as demais entrevistas. A justificativa foi explicitada nos documentos relativos aos procedimentos éticos.

<sup>218</sup> Depoimento de *Maria do Sindicato*, em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>219</sup> Assim como pontuou a entrevistada, o STRD custeou para ela logo que foi fundado, um curso de curta duração sobre procedimentos e cuidados da saúde, realizado em Belo Horizonte. Ao seu retorno atuou como enfermeira do Sindicato.

<sup>220</sup> De acordo com o que foi reproduzido em vários depoimentos de trabalhadores rurais, coletados no decorrer dessa pesquisa.

<sup>221</sup> De acordo com os depoimentos de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020 e W. B. entrevistado em agosto de 2020.

<sup>222</sup> De acordo com o depoimento de *Maria do Sindicato* em novembro de 2019.

de um sindicato para e com os trabalhadores rurais de Diamantina, teve início em uma campanha eleitoral de Dr. João Antunes de Oliveira, no distrito de Desembargador Otoni no ano de 1970.

Em 21 de setembro de 1970 houve uma convenção do partido Arena que lançou para compor a chapa para prefeito municipal e vice-prefeito de Diamantina, respectivamente, o médico João Antunes de Oliveira e João Costa, que era advogado<sup>223</sup>. Diante disso, os candidatos começaram suas campanhas eleitorais para aquele ano. Segundo informado por *Maria do Sindicato*, foi em uma dessas campanhas que seu marido e outros homens de Desembargador Otoni começaram a ampliar os debates sobre a proposta de um sindicato para o segmento de trabalhadores. Ainda como afirmou *Maria do Sindicato*, essa era uma ideia que já vinha sendo constituída e a iniciativa de solicitar o apoio político do candidato em momento de campanha era uma atitude oportuna<sup>224</sup>.

O desejo dos trabalhadores rurais era fundar um sindicato como já havia em outros lugares e que oferecesse condições de acesso à assistência médica e odontológica com mais facilidade<sup>225</sup>. No dia 18 de outubro de 1970, houve uma visita de Dr. João Antunes de Oliveira em Desembargador Otoni, essa visita foi registrada no jornal *Voz de Diamantina*, do dia 25 de outubro de 1970 com a reprodução de um discurso que foi realizado na ocasião da visita do candidato a localidade. Não dá para saber se foi nessa ocasião que se deu a primeira conversa sobre a fundação do Sindicato com trabalhadores rurais, mas é muito provável que seja nesse dia que ocorreu o que nos relatou *Maria do Sindicato*. É provável, pois, o tempo para realizar a campanha política para as eleições seguintes era pouco. Diante disso, talvez fosse mais difícil ter havido dois eventos em um mesmo lugar.

Houve, na data, um discurso de apoio ao candidato Dr. João Antunes de Oliveira que foi realizado por *Raimunda Gregória Fonseca*, que segundo consta na reportagem do jornal, era a representante do povo de Desembargador Otoni. Esse discurso também foi publicado no jornal *Voz de Diamantina*. No discurso houve uma exaltação a escolha da Arena para os ocupantes da Prefeitura e também da Câmara municipal. O discurso

---

<sup>223</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 64, n. 48, 27 setembro 1970, 4p.

<sup>224</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>225</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

ainda remetia ao povo de Desembargador Otoni, dizendo “confiem de corpo e alma no nosso candidato a prefeito e tendo a certeza de que não se decepcionarão”. O discurso ainda é mais profundo, evocando as mazelas que “a pobreza” era sujeita, dizendo;

Este é o medico da pobreza, desta pobreza que clama por um conforto, desta pobreza que pede um pouco de piedade, que implora por um trapo de agasalho e na maioria das vezes, esta pobreza que grita a plenos pulmões por um pouco de saúde, por um dentista que lhe dê alívio ao dente que tanto dói, por um pouco de remédio que lhe cure a verminose e lhe dê de novo o brilho no olhar e lhe faça voltar o sorriso para a vida e para este mundo que apesar dos pesares, não é tão ruim assim!<sup>226</sup>

Novamente é preciso ressaltar que não é possível que confirmemos se tivera sido exatamente nessa ocasião que houve os primeiros debates em torno da sindicalização de trabalhadores rurais no município de Diamantina a partir dos trabalhadores, mas o que é provável é que houve essa conversa em algum momento antes que ocorressem as eleições de 1970. Se tomar por base o próprio discurso proferido pela representante da comunidade de Desembargador Otoni pode indicar algo na direção do que debatiam para o sindicato. Uma instituição voltada a prestar assistências médicas e odontológicas, que era até aquele momento, os principais desejos dos trabalhadores. Pode ser que o discurso anteriormente citado cruzasse com o debate sobre a sindicalização.

As eleições de 1970 indicaram a vitória de Dr. João Antunes de Oliveira para prefeito municipal. Era um resultado aparentemente aguardado, isso devida influência que o médico exercia na cidade. O novo prefeito foi eleito com um total de 4.746 votos contra o seu adversário Alcides Freire do partido MDB, que conseguiu um total de 1792 votos<sup>227</sup>. O que se percebe é que o jornal *Voz de Diamantina*, com a gestão da época, era favorável a candidatura de João Antunes de Oliveira. Em edições posteriores a vitória do novo prefeito, comemorou, e continuamente publicavam os seus feitos. O que também é possível perceber é que logo que iniciou seu mandato, de fato iniciou varias obras na cidade. O Semanário *Voz de Diamantina*, diante de tais obras emergentes qualificou João Antunes como um “prefeito em ritmo de Brasil grande”<sup>228</sup>.

A sindicalização de trabalhadores rurais esteve entre esses feitos logo de sua

---

<sup>226</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 65, n. 4, 25 outubro 1970, 4p.

<sup>227</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 65, n. 9, 29 novembro 1970, 4p.

<sup>228</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 65, n. 48, 26 setembro 1971, 4p.

posse. Vale ressaltar que a proposta da sindicalização de trabalhadores rurais estava encontrando aporte político. Dr. João Antunes de Oliveira, membro do SRD, de certo modo representante do segmento patronal, com significativa proximidade com o arcebispo Dom Sigaud e que compartilhava dos debates acerca da sindicalização de trabalhadores como uma solução imediata dos problemas sociais rurais, estava adentrando na esfera política e levando consigo tal demanda. Ademais, surgiu também a reivindicação por parte dos trabalhadores rurais. Todos os interesses convergiam para o processo de sindicalização de trabalhadores rurais de Diamantina.

De acordo com *Maria do Sindicato*, assim que Dr. João Antunes foi eleito o seu marido Edson Soares da Silva e outros homens, entre eles Genésio Inácio Lélis<sup>229</sup>, que foi o primeiro presidente do STRD, também procuraram o prefeito para cobrar a fundação do sindicato. Foram informados de que abriria o referido sindicato ainda naquele primeiro ano de seu mandato<sup>230</sup>, assim como de fato foi. O prefeito municipal junto com lideranças do SRD, inclusive Antônio Dias Neves e o arcebispo Geraldo Sigaud, enviou solicitação de apoio ao governador do Estado, Rodon Pacheco. A justificativa, que certamente foi a mesma levada ao governador, era que fundar um sindicato naquele momento significava resolver muitas demandas dos trabalhadores rurais, especialmente no quesito trabalho e saúde. Além disso, reuni-los em sindicato era uma forma de conseguir com melhor facilidade, atender as suas necessidades mais urgentes<sup>231</sup>.

É interessante destacar que todo o discurso feito em relação a fundação do STRD passou a se justificar como um ato de solução das demandas dos trabalhadores rurais. O segmento patronal mascarou seus interesses como se o sindicato fosse contemplar apenas os trabalhadores. O envolvimento de representantes de produtores rurais e mesmo a intermediação de Dom Sigaud eram imersos em interesses, mas que estava camuflando em um ato de bondade. Quanto ao arcebispo Dom Sigaud, presume-se que seu interesse partia tanto em defesa aos produtores rurais, quanto também para

---

<sup>229</sup> Não conseguimos localizar maiores informações sobre o Genésio Inácio Lélis, ao que consta esse trabalhador deixou o Sindicato em algum momento em razões pessoais e seus registros na Instituição são escassos. Quanto aos demais trabalhadores que estiveram a frente do processo de sindicalização, também não foi possível localizar maiores informações. Pelos depoimentos coletados não ficaram claro quem seriam. Porém, os principais envolvidos representando os trabalhadores rurais foram Genésio Lélis e Edson da Silva.

<sup>230</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato, em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>231</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.



efetivar ações da preocupação social da Igreja com o meio rural.

A justificativa da sindicalização para os trabalhadores rurais basicamente partia de um serviço de levar assistência médica, odontológica e regulamentar contratos de trabalho para trabalhadores rurais. Através de um sindicato poderia inserir mudanças no meio rural diamantinense, que segundo constavam nas justificativas, até aquele momento conviviam em situações de vida penosa<sup>232</sup>. Conviviam com doenças das mais diversas, sem acesso facilitado a tratamentos médicos. Abrir um sindicato era uma forma de recolher esses trabalhadores na assistência médica. E com a introdução do PRORURAL isso teve ainda mais base.

Além disso, as saídas do campo, muitas delas imersas em “falsas propostas” de melhoria de vida, poderiam ser diminuídas com um sindicato que formalizaria contratos de trabalho e assistências<sup>233</sup>. O sindicato também representaria um lugar onde os trabalhadores pudessem de forma conjunta, se propor a resolver as suas principais demandas, sem que fosse necessário sair de suas terras<sup>234</sup>. Todas essas justificativas eram compartilhadas entre os segmentos envolvidos no interesse de fundação de um sindicato para trabalhadores rurais.

A fundação do sindicato para trabalhadores rurais foi acelerada a partir de maio de 1971. Isso, em razão do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). Já existiam interesses anteriores para a abertura de um sindicato, com a introdução do PRORURAL esse interesse foi ampliado. Os sindicatos forneceriam parecer de trabalhador rural junto do FUNRURAL para que o trabalhador recebesse os benefícios do PRORURAL, como tratado anteriormente. Nesse sentido, os envolvidos com a proposta de fundação do sindicato de trabalhadores incorporaram o PRORURAL como justificativa imediata para a sindicalização<sup>235</sup>.

Em outubro de 1971, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, isso contando com a iniciativa dos segmentos envolvidos. O primeiro presidente atuante nos primeiros meses de abertura do Sindicato foi Genésio Inácio

---

<sup>232</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

<sup>233</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>234</sup> De acordo com depoimento de Maria do Sindicato entrevistada em novembro de 2019.

<sup>235</sup> De acordo com depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

Lélis<sup>236</sup>. Nos primeiros meses houve um esforço de tratar da instalação da sede, providenciar a documentação para que o Sindicato fosse reconhecido legalmente e fazer a solicitação da carta sindical junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Isso seria fundamental para que o Sindicato passasse também a reconhecer trabalhadores rurais para a conquista de benefícios através do PRORURAL<sup>237</sup>.

O mandato de Genésio Lélis durou alguns meses, quase um ano. Obedecendo ao Estatuto que previa que o primeiro presidente deveria ficar no espaço tempo de um ano na primeira gestão do Sindicato<sup>238</sup>. Após o mandato de Genésio Lélis, quem tomou posse em 1972 foi Edson Soares da Silva<sup>239</sup>. Para tomar posse no cargo de presidente do Sindicato exigia-se como requisito, que fosse trabalhador rural. A forma de eleição era por maioria de votos dos sindicalizados que estivessem quites com as obrigações sindicais<sup>240</sup>. Edson Soares da Silva foi presidente do STRD por três mandatos, o que mostra o protagonismo que exercia na instituição.

Além de Genésio Lélis, que foi o primeiro presidente, outro trabalhador a ocupar o cargo de presidente do STRD no período que aqui se buscou pesquisar, além de Edson da Silva, foi Alexandrino Pio da Cruz Silva. Não localizamos informações muito precisas sobre esse presidente, mas ele contou com o apoio ativo de Edson da Silva no decorrer de seu mandato. O que se pode constar é que o maior protagonismo nos primeiros 15 anos de atuação do STRD é originário de Edson da Silva, não por menos ocupou o cargo três vezes, como mostra tabela seguinte. Edson da Silva ajudou a popularizar o Sindicato e em seus mandatos conseguiu a aquisição de bens e novos aparatos administrativos para o Sindicato, inclusive a compra da sede própria. Era um trabalhador rural bem relacionado politicamente, o que facilitou sua gestão no STRD<sup>241</sup>.

**TABELA 1: Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, por período de mandato – 1971/1987.**

<sup>236</sup>STRD – arquivo institucional. Pasta: documentos diversos 1971/1973.

<sup>237</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>238</sup> É interessante destacar que o Estatuto que o STRD usou nos seus primeiros anos foi uma cópia integral enviada pela FETAEMG, sem considerar nenhuma especificidade local, ou institucional.

<sup>239</sup> STRD- Atas de registros de posse de gestão administrativa.

<sup>240</sup> STRD – Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, 1974. Pasta: documentos diversos, 1971-1974.

<sup>241</sup> De acordo com depoimento de W. B. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<b>Presidente</b>	<b>Início do mandato</b>	<b>Fim do mandato</b>
Genésio Inácio Lélis	1971	1972
Edson Soares da Silva	1972	1975
Alexandrino Pio da Cruz Silva	1975	1978
Edson Soares da Silva	1978	1984
Edson Soares da Silva	1984	1987

Fonte: Atas de registros de posse de gestão administrativa. Arquivo STRD.

Como ver-se na tabela 1, Edson Soares da Silva ocupou por três vezes a presidência do STRD entre 1972 até 1987. “Seu Edson”, como era conhecido, teve sua figura muito associada ao Sindicato. Mesmo no período em que não estava à frente da presidência ele ainda respondia indiretamente pelo Sindicato<sup>242</sup>. Ele afastava da presidência, mas continuava orientando os presidentes sobre a forma de condução da instituição. Ao que consta ele tinha um entendimento significativo sobre a liderança sindical, sabia ler e escrever bem, o que era um diferencial significativo para a época<sup>243</sup>. Diante disso, era cotado até mesmo pelos órgãos superiores para responder pelo Sindicato, pois “tinha fácil entendimento da lei e das regras”<sup>244</sup>.

Os trabalhadores rurais também tinham consciência disso, de que estavam bem conduzidos por “seu Edson”. Criou-se na memória de muitos trabalhadores de que outro sujeito não teria a mesma facilidade de conduzir da forma com que Edson Soares da Silva conduziu o Sindicato, pois ele era visto como alguém portador de inteligência e “conhecedor do que era certo”<sup>245</sup>. Diante disso, nas campanhas eleitorais em que Edson Soares da Silva empenhava em pleitear tinha a vitória praticamente garantida, pois ele tinha competências para conduzir a instituição e tinha também a simpatia dos sindicalizados. Ademais, é preciso dizer que Edson Soares da Silva foi um dos gestores que também ganharam as memórias dos trabalhadores rurais como o responsável pela sindicalização, conseqüentemente ele era visto como responsável por muitos sujeitos

<sup>242</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato, em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>243</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato, em entrevista em novembro de 2019.

<sup>244</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>245</sup> Ibid.

adquirirem aposentadorias e tratamentos de saúde. Diante disso, tinha a gratidão dos trabalhadores rurais.

Quanto à instalação do STRD quando de sua fundação, deu-se junto com o SRD. Na mesma sede que funcionava o SRD também funcionava o STRD<sup>246</sup>. Isso mostra uma institucionalização na relação entre os dois segmentos rurais. Além de dividirem o espaço físico tinham um envolvimento misto na gestão. Antônio Dias Neves que em 1972 era presidente do SRD foi assessor e contador do STRD, além de ter assumido uma série de outras funções em conjunto. O SRD tinha a atribuição de representar o segmento dos produtores rurais com assistência à saúde, estímulo a produtividade e outras demandas. Já o STRD era voltado a ofertar as assistências previstas no PRORURAL e formalizar contratos de trabalho de trabalhadores rurais.

É preciso destacar que ambos os sindicatos atuavam com recursos do FUNRURAL, com os mesmos fundos tanto sindicalizados do STRD quanto do SRD podiam ter acesso a tratamentos médicos, odontológicos dentre outros, isso ofertado dentro da estrutura unida STRD e SRD. Entretanto, o benefício da aposentadoria era exclusiva para o segmento de trabalhadores rurais. O SRD poderia pegar carona no que fosse ofertado ao STRD no aspecto saúde, mas não em termos previdenciários. O PRORURAL não dizia respeito aos empregadores rurais. Não havia legislação dentro do FUNRURAL que assegurasse os empregadores rurais com aposentadorias. Foi somente em 1975, que a partir da Lei nº 6.260, de 06 de novembro de 1975 é que os empregadores rurais passaram a serem assegurados junto da previdência social<sup>247</sup>.

Desde a fundação do STRD, alugaram juntos SRD e STRD, uma sede para o funcionamento de suas atividades, situada na Rua Vieira Couto, 259, na cidade de Diamantina<sup>248</sup>. Essa união entre sindicatos mostra que não havia uma concepção de divergência de interesses partindo de qualquer dos dois segmentos. Ademais, desde o começo do processo sindical, havia a intermediação do segmento patronal com seus

---

<sup>246</sup> Essa união foi formalizada em documento como “acordo particular de propriedade” que previa a colaboração entre as duas instituições. STRD – acordo particular de propriedade. Pasta: documentos avulsos, 1971/1973.

<sup>247</sup>BRASIL, Lei nº 6.260, de 06 de novembro de 1975. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6260-6-novembro-1975-357098-publicacaooriginal-36899-pl.html#:~:text=Institui%20benef%C3%ADcios%20de%20previd%C3%AAncia%20e,dependentes%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20e%20text=%C2%A7%202%C2%BA%20N%C3%A3o%20ser%C3%A1%20considerada,8%20de%20julho%20de%201973.>> acesso em 06/08/2020.

<sup>248</sup>STRD – Cópia do contrato de locação de sede. Pasta: documentos avulsos 1971/1973.

interesses em jogo. Essa união das instituições tornou clara uma espécie de apadrinhamento do sindicato patronal com o de trabalhadores rurais. Há nisso um elemento peculiar na relação entre sindicatos em Diamantina, pois se observa que a formação de sindicatos de trabalhadores em vários estados no País formava-se com certo grau, às vezes elevado, de oposição. Vários sindicatos foram criados justamente para se oporem ao poder patronal, ou de outro lado os sindicatos patronais para oporem-se as reivindicações de trabalhadores. (CAMISACA, 2009), (PICOLOTTO, 2011), (RAMOS, 2011), (SILVA, 2014b).

Em relação ao reconhecimento do STRD, ocorreu em alguns meses depois de sua fundação, em 28 de janeiro de 1972, depois de organizados todos os documentos e com o aparato do prefeito municipal de Diamantina, o STRD conseguiu a Carta Sindical<sup>249</sup>. A Carta Sindical foi conseguida por meio de um envolvimento político do prefeito Dr. João Antunes de oliveira e com o arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud. Houve também um envolvimento político de Dr. João Antunes com o Deputado Geraldo Renault e com o Governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco, solicitando que esses os auxiliassem no processo de conquista da Carta Sindical e fosse reconhecido no Ministério do Trabalho e Previdência Social. O resultado dessa solicitação ver-se no telegrama enviado ao Dr. João Antunes no início daquele ano e que foi publicado no Jornal *Voz de Diamantina*;

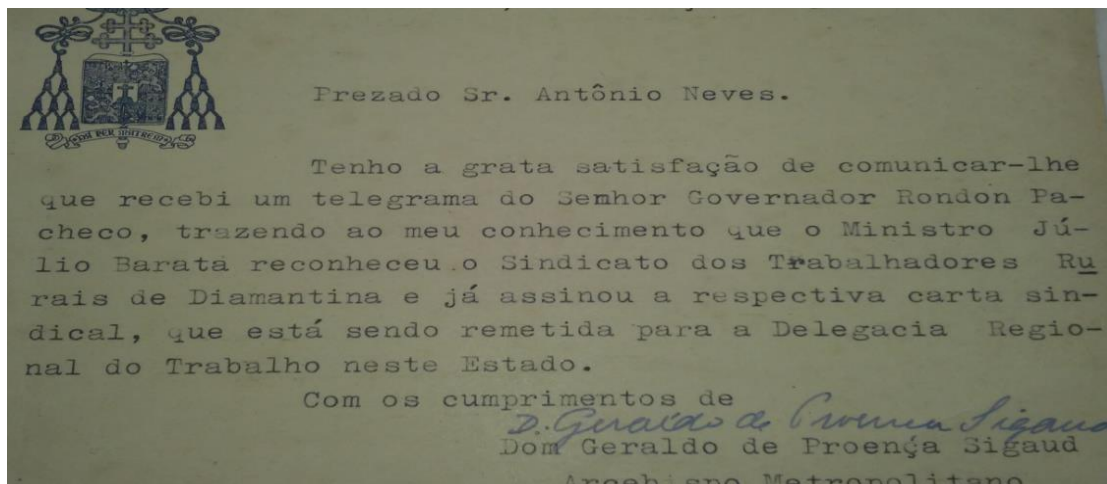
Ilmº Senhor  
 Dr. João Antunes  
 DD. Prefeito Municipal  
 Caro amigo:  
 Em atenção ao pedido que me foi formulado, transcrevo, abaixo, cópia do telegrama que recebi do Governador Rondon Pacheco:  
 "Transcrevo telex recebido do ministro Júlio Barata, [...] comunico prezado governador reconheci por despacho desta data sindicato de trabalhadores rurais de Diamantina e assinei respectiva carta sindical que está sendo remetida a Delegacia Regional do Trabalho nesse estado para entrega interessado [...] saudações cordiais Rondon Pacheco"  
 Deputado Gerardo Renault<sup>250</sup>.

O arcebispo Dom Geraldo Sigaud também foi notificado do reconhecimento do STRD com a expedição da Carta Sindical e enviou telegrama a Antônio Dias Neves tratando sobre o assunto.

<sup>249</sup>STRD – Arquivo – Carta Sindical. Disponível exposta na sala de recepção do STRD.

<sup>250</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 66, n. 19, 05 março 1972, 4p.

**FIGURA 21 – Telegrama de Dom Geraldo de Proença Sigaud ao STRD, tratando sobre o reconhecimento do Sindicato. Março de 1972**



Fonte: Carta de Geraldo de Proença Sigaud a Antônio Dias Neves (SRD) arquivo. Pasta: Correspondências não protocoladas, 1972/1973.

Após o reconhecimento do STRD, a missão seria levar ao máximo de trabalhadores a informação sobre aquela instituição e como esse Sindicato poderia auxiliar os trabalhadores em suas diversas necessidades. Os envolvidos na abertura do Sindicato, entre eles o presidente do SRD, Antônio Dias Neves, os trabalhadores Edson Soares da Silva e Genésio Inácio Lélis, montaram um grupo para irem a todos os povoados rurais no entorno de Diamantina para falar do Sindicato e de sua proposta para os trabalhadores. Dr. João Antunes de Oliveira e sua esposa Tereza Antunes de Oliveira, também acompanhavam em algumas dessas idas aos povoados, distritos e sítios, incentivando os trabalhadores a associarem no STRD. Nesse movimento de busca por trabalhadores usaram do argumento dos benefícios do PRORURAL, com destaque na assistência previdenciária para persuadir os trabalhadores a sindicalizarem<sup>251</sup>.

O argumento principal do STRD para chegar até os trabalhadores partiu da possibilidade de levar aposentadoria para o trabalhador rural. Esse foi o argumento de “ouro”, identificado tanto nos relatórios de visitas do STRD, quanto nos depoimentos dos trabalhadores. A aposentadoria era na verdade uma concessão do FUNRURAL, mas que também foi a grande oportunidade do Sindicato se tornar popular entre os trabalhadores rurais, com a intermediação. Foi também pelo aparato desse “assistencialismo” que emergiu nesse período um “projeto sindical” para Diamantina,

<sup>251</sup> De acordo com depoimento de Maria do Sindicato realizado em novembro de 2019.

do qual se tratará mais adiante.

Tomando como base a produção historiográfica e sociológica sobre o sindicalismo rural em período da ditadura militar é difícil pensar um sindicato que não fosse fundado desejando ser reconhecido nos moldes com que o STRD foi fundado, isso em relação a sua base destinada a ofertar assistências sociais. O STRD ainda teve outros fatores como a mediação da Igreja Católica diamantinense e do segmento patronal que também reforçou a qualidade assistencial do Sindicato<sup>252</sup>. Além do que já seria previsto devido a essas intermediações, pontua-se que o STRD, fosse por um instinto de sobrevivência e ser mais bem visto, ou mesmo por conveniência, agregou no interior da instituição, a “filosofia da ordem e da renovação do País” em acordo com o governo civil militar, instalado em 1964. O que mostra o alinhamento com as ações dos militares.

Vários documentos elaborados pelo STRD vinham com o texto inicial fazendo referência ao golpe da seguinte maneira “ação renovadora de março de 1964”. E em seguida fazendo um debate, dizendo “dessa revolução que moralizou e devolveu a ordem para nossa nação”. Os documentos enviados para os escritórios do FUNRURAL, do Ministério do Trabalho e até mesmo ofícios para autoridades políticas em geral, sempre vinham com um discurso de apoio e de exaltação ao regime. Poderia ser até um intento de sobrevivência, mas era uma exaltação demasiada, comemorada inclusive em reuniões internas da instituição.

Poucos dias depois de oficializado o STRD com a Carta Sindical, comemorou-se em conjunto o STRD e o SRD, o nono aniversário da “Revolução de março”. Ou ainda, assim como solicitado anunciar nos jornais locais, “9º aniversário da Revolução Democrática de março de 1964”<sup>253</sup>. Na ocasião das festividades cívicas, os sindicatos atuaram ativamente na elaboração e organização do evento comemorativo. Em colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Antônio Dias Neves, presidente do Sindicato Rural de Diamantina, proferiu um discurso demasiadamente elogioso a dita Revolução. Empenhado em afirmar que foi a tal Revolução que garantiu aquele Sindicato para os trabalhadores rurais de Diamantina sob a orientação da “ordem e do

---

<sup>252</sup> Heller da Silva (2006) informou que as intermediações da Igreja Católica nos movimentos sindicais reforçavam o caráter assistencialista e paternalista na medida em que orientavam as ações dessas instituições.

<sup>253</sup> STRD – arquivo – pasta; coluna sindical. 1972.

espírito patriótico”<sup>254</sup>.

O discurso feito pelas lideranças dos sindicatos direcionava-se aos trabalhadores rurais e dizia que aquele regime teria colocado ordem no País e estava dando aos trabalhadores, por meio da sindicalização, esperança de um Brasil melhor. Reforçou ainda, que outros governos teriam passado por aqui, mas apenas o da Revolução, “quisto por Deus, não trazia apenas promessas, mas concretizações”. O discurso finalizou com uma exaltação aos trabalhadores rurais e ao STRD, informando dos préstimos que esse traria para a “classe trabalhadora” e o quanto aquele governo militar estava alheio e junto ao desejo de progredir o rural<sup>255</sup>.

Diante do exposto, percebe-se a base com que o STRD foi fundado e sua orientação. Pelas atas de reuniões regionais do STRD é possível observar que não houve demanda ou discurso por parte do STRD sobre reforma agrária, ou qualquer outra relacionada a terras ou reivindicações diferentes nos primeiros anos. Veja-se a integração não somente com as ideologias do governo militar, mas a intromissão do arcebispo Sigaud que se alinhava com um ideal social do STRD e não contestatório. Toda a base orientava o STRD para uma configuração meramente assistencial.

O discurso previdenciário era a linha de frente no STRD e era atraente. Foi um meio de sindicalizar trabalhadores. Porém, isso acabou associando o Sindicato a configuração do assistencialismo, que não é uma característica particular de Diamantina para o período em questão. No entanto, ocorreu em Diamantina um alarde em torno das garantias assistenciais que acabou por emergir, ainda nos primeiros anos, uma espécie de projeto sindical. A popularidade sindical em relação a intermediação dos benefícios instituídos através do PRORURAL foi grande, assim, desejou-se agregar a maior quantidade de trabalhadores possível. Isso fortaleceria a instituição e a consolidaria mais rapidamente<sup>256</sup>.

### **2.2.3 Um projeto de expansão sindical**

---

<sup>254</sup> STRD – Discurso de Antônio Dias Neves para o 9º aniversário da Revolução de março de 1964. Pasta: Coluna Sindical. 1972.

<sup>255</sup> STRD – Discurso de Antônio Dias Neves para o 9º aniversário da Revolução de março de 1964. Pasta: Coluna Sindical. 1972.

<sup>256</sup> STRD – Ofícios para as prefeituras municipais de municípios vizinhos. Pasta: correspondências não protocoladas, 1971/1973.



Fala-se aqui em um projeto de expansão sindical que foi colocado em prática em Diamantina, partindo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato Rural de Diamantina (patronal), a partir de 1972. Os propósitos das lideranças envolvidas com destaque para Antônio Dias Neves do SRD e Edson Soares da Silva do STRD era expandir o STRD, tornar aquela uma instituição conhecida. Nesse sentido, usa-se aqui a concepção de um projeto de expansão sindical, buscando evidenciar as ações dessas lideranças sindicais na época.

É interessante destacar que mesmo com o envolvimento do Sindicato patronal, a ideia era promover e expandir o Sindicato de trabalhadores rurais e não patronal. A justificativa para tal fato era que existiam muitos trabalhadores rurais que podiam ser contemplados no segmento de trabalhadores rurais e que não tinham nenhum órgão de representação. Diferente era o segmento patronal, que representava uma menor parcela e já contavam com outros tipos de organizações há mais tempo<sup>257</sup>. Além disso, era o segmento de trabalhadores rurais que podiam aposentar. Era a aposentadoria que em grande parte motivava esse interesse em uma expansão sindical. Além disso, apostavam que o STRD seria uma instituição que teria boa inserção entre os trabalhadores, prevendo o êxito de sua atuação no meio rural diamantinense<sup>258</sup>.

Vale ressaltar que nosso interesse aqui é tratar sobre a atuação do STRD, mas no que se refere a sua gestão, nos primeiros anos de funcionamento, possuía ligação com a gestão do SRD, era uma “relação colaborativa”<sup>259</sup>, praticamente todas as ações do STRD tinha ativo envolvimento do SRD. As solicitações, as petições, os ofícios, as cartas e os processos internos eram desenvolvidos em comum parceria, geralmente contando com a assinatura dos presidentes representantes de ambos os segmentos rurais. Era como se de fato ocorresse um apadrinhamento do SRD com o STRD. Entretanto, o STRD se colocou de frente na maioria das questões relativa à gestão e o SRD, dava apoio. No caso da expansão do STRD, o SRD atuou constantemente em prol de tal objetivo.

Quando dos primeiros debates sobre a fundação do STRD já era previsto que a instituição atuasse com assistências médicas e odontológicas aos trabalhadores, mas

---

<sup>257</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

<sup>258</sup> Ibid. s/p.

<sup>259</sup> STRD – Discurso (ou carta) de Dom Geraldo de Proença Sigaud para o STRD em maio de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

com a possibilidade de intermediação dos benefícios assistenciais do PRORURAL, por intermédio do FUNRURAL, o Sindicato visualizou a possibilidade de expandir-se, tanto institucionalmente quanto territorialmente. Pode-se dizer que o interesse dos líderes sindicais era fazer com que o STRD tornasse um Sindicato amplo, que estaria “renovando, introduzindo mudanças no espaço rural que até aquele momento não tinha acesso a tais benefícios de forma facilitada”<sup>260</sup>. Essa era a justificativa da expansão.

De acordo com a trabalhadora rural *Maria do Sindicato*, em relação a estrutura projetada para o STRD, a intenção era criar uma instituição que pudesse ofertar tratamentos de saúde como curativos, aplicação de medicamentos e remédios e até mesmo internação em suas dependências. Além disso, possuir espaços distintos para reuniões e eventos, dormitórios e espaços voltados para um atendimento externo amplo. Pode-se observar, por meio do depoimento da trabalhadora rural, que a proposta do STRD nesse momento era quase a criação de uma unidade hospitalar. Esse processo de expansão sindical pode ser pensado em duas etapas. A primeira é do empenho em ampliar a área de atuação do STRD. A segunda, que era criar uma unidade de atendimento expandida, foi imersa em uma proposta de um “conjunto sindical”, idealizado pelo prefeito municipal Dr. João Antunes de Oliveira.

Em 1972, iniciado por Genésio Inácio Lélis e dado continuidade por Edson Soares da Silva, foram enviados vários ofícios às prefeituras de municípios vizinhos como Datas, Felício dos Santos, Couto Magalhães de Minas, Senador Modestino Gonçalves e Monjolos<sup>261</sup>. A proposta era que o STRD atendesse os trabalhadores rurais de todos esses municípios. Diante disso, a expansão do STRD teria um caminho facilitado. De fato o STRD inicialmente atendeu aos municípios, recebendo trabalhadores desses lugares, razão de um elevado número de entrada de trabalhadores nos primeiros anos. Como se verá na figura a seguir, (Fig. 22) essa foi a proposta de abrangência do STRD entre os municípios, planejada nesse período.

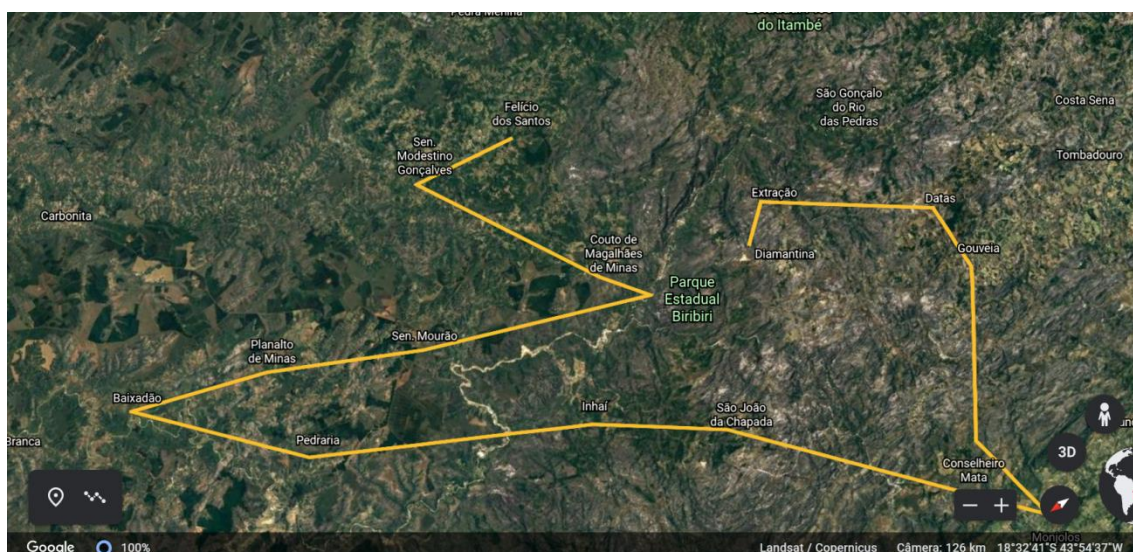
**FIGURA 22: Área de abrangência do STRD com destaque para os municípios incluídos na proposta de sindicalização, 1972**

---

<sup>260</sup> De acordo com depoimento de Maria do Sindicato, entrevistada em novembro de 2019.

<sup>261</sup> STRD – Ofícios para as prefeituras municipais. Pasta: correspondências não protocoladas, 1971/1973.





**Legenda:** — área incluída

Fonte: Google Earth. Acesso em 10/11/2020.

Nota: Editado por Túlio Pinheiro em 10/11/2020.

Aos fins da década de 1970 e principalmente no decorrer da década de 1980 e 1990, foram sendo criados outros sindicatos nos demais municípios. Apenas Datas e Monjolos foram os últimos a criarem seus próprios sindicatos, mantendo até após os anos 2000 sindicalizados desses municípios no STRD. Essas foram uma das razões de diminuição no número de entradas no STRD ao longo dos anos. Atualmente a instituição atende apenas o município de Diamantina.

Como dito, além da expansão da atuação territorial, era desejo do STRD atuar em uma instituição maior, que pudesse ter mais possibilidades de ação, ofertando serviços médicos e odontológicos de maneira mais ampla. Esse objetivo mesclou com a proposta do prefeito Dr. João Antunes de Oliveira em criar um conjunto sindical em Diamantina. A proposta de um conjunto sindical surgiu justamente da solicitação do STRD junto ao prefeito municipal de apoio para conseguir um espaço em Diamantina para o funcionamento do Sindicato, um espaço que comportasse um atendimento amplo aos trabalhadores. Como o planejamento era expandir cada vez mais a atuação do STRD e agregar mais trabalhadores, era preciso uma estrutura grande, além disso, a própria estrutura ampliada facilitaria a adesão dos trabalhadores aos serviços prestados<sup>264</sup>.

A solicitação do STRD para apoio da prefeitura municipal, no período representado por Dr. João Antunes, entrou em outra proposta, que seria criar um conjunto sindical. Dr. João Antunes, provavelmente planejou esse conjunto sindical

<sup>264</sup> STRD – Ofícios para as prefeituras municipais. Pasta: correspondências não protocoladas, 1971/1973.

para que pudesse contemplar a todos os sindicatos, não dando exclusividade aos rurais. É preciso destacar que todo esse projeto de expansão institucional também contemplava o SRD, lembremos que funcionavam juntos e o desejo de ampliação do STRD era assinado tanto pelo presidente representante do segmento de trabalhadores rurais, quanto dos produtores rurais.

Na concepção do prefeito Dr. João Antunes de Oliveira, era necessário a criação de um espaço que fosse somente dos sindicatos, que reunissem em conjunto as instituições, não só rurais, mas todos os sindicatos existentes na cidade, a exemplo do Sindicato do Comércio que também poderia conseguir parte nesse conjunto sindical, para que construísse sua sede. A proposta de Dr. João Antunes seria doar um terreno em Diamantina e nesse terreno os sindicatos ficassem encarregados de criar suas sedes<sup>265</sup>. Essa proposta foi levada pra Câmara Municipal de Diamantina, cujo terreno em que pretendia doar se situava na área da antiga Grupiara<sup>266</sup>.

Dentro da proposta de um conjunto sindical, o STRD enviou um novo ofício ao prefeito municipal. O objetivo desse ofício era solicitar para o prefeito que esse concedesse ao STRD o maior espaço dentro do conjunto sindical que estava em proposta. Informava ainda já ter comunicado aos demais presidentes e que todos estavam de acordo que o STRD recebesse o maior espaço no conjunto, visto seu projeto de expansão. Além disso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais projetou e tinha o desejo de construir na mesma propriedade em que se daria o conjunto, uma ampla garagem e um anfiteatro para que pudessem receber festas e assembleias<sup>267</sup>.

De acordo com a planta encaminhada em anexo ao ofício, previa a doação de uma área para o STRD de 600,00 metros quadrados, enquanto previa para os outros sindicatos uma área média entorno de 250,00 metros quadrados. Não houve desacordos em relação ao tamanho, pelo menos, o que fica constatado é que houve concordância com o projeto do STRD. Assim a proposta foi encaminhada para a Câmara Municipal de Diamantina para apreciação aos fins de outubro de 1972<sup>268</sup>.

O impasse da proposta do conjunto sindical se deu na Câmara. Alguns vereadores fizeram oposição ao projeto, pois por mais que diziam serem a favor da

---

<sup>265</sup>STRD – arquivo –Anexo conjunto sindical. Pasta: documentos avulsos, 1972.

<sup>266</sup>Ibid. s/p.

<sup>267</sup>STRD – arquivo – Ofício nº 68, de 16 de setembro de 1972.

<sup>268</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 67, n. 5, 29 outubro 1972, 4p.

realização de um conjunto sindical, colocavam-se contra a existência desse conjunto na Grupiara<sup>269</sup>. Aquele era considerado um lugar histórico e representativo para a cidade, de modo que deveria ser preservado, não permitir construções de qualquer natureza naquele espaço. Os opositores diziam que era necessário procurar outro lugar para que se doassem os terrenos, razão da qual, a proposta foi barrada em primeira discussão.

O STRD não aceitou esse posicionamento. Os líderes do STRD e do SRD sobre isso argumentaram dizendo que o espaço que tinha sido pensado para o conjunto sindical era o mais adequado. Ainda afirmavam que aquele espaço era um “deposito de lixo, privada pública” e que aceitando aquele conjunto, seria projetado um “belo jardim e restauraria aquele lugar”<sup>270</sup>. Argumentos evidentemente não ouvidos, o debate continuava entre grupos opositores e defensores do conjunto sindical.

Uma coluna do jornal *Voz de Diamantina*, “*Semanoscope*” dividia espaço no jornal onde na Coluna Sindical, traziam argumentos favoráveis a concessão daquele espaço e na *Semanoscope* havia argumentos contrários. Apegando-se na ideia de que ceder aquele espaço para os sindicatos seria destruir uma beleza natural importante na cidade<sup>271</sup>. Propunham ainda, na mesma coluna, que a Grupiara tornasse um parque municipal, não um “conjunto de cimento e tijolos”<sup>272</sup>.

Os redatores do Jornal *Voz de Diamantina* influenciaram para que não fosse aceita a criação do conjunto sindical no lugar planejado. É interessante que traziam os posicionamentos e as críticas dos sindicatos rurais a partir da Coluna Sindical. Isso, pois havia um convênio que deveria ser cumprido entre o Jornal e o STRD. No entanto, em momento em que trazia os argumentos do STRD, era colocado outro argumento contrário, explicitando a opinião do Jornal. As reportagens vinham praticamente confrontando o posicionamento do STRD, colocando em questão outros argumentos. Se

---

<sup>269</sup> Presume-se que a área da antiga Grupiara ficava situada onde atualmente compreende-se como Largo Dom João. Pela planta criada pelo STRD não ficou muito visível, mas é possível que seja na área onde atualmente ficam instalados o grupo escolar Joaquim Felício dos Santos e o Conservatório Estadual Lobo de Mesquita. Goodwin Jr. (2007, p.163) embora com pouca precisão do lugar, trata em sua tese de uma reportagem que fala sobre a Rua da Grupiara, informando ser a parte alta da cidade de Diamantina, comentando também ser instada nessa parte alta a estação ferroviária de Diamantina. Diante disso, presume-se que a Grupiara ficava nessas proximidades.

<sup>270</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 67, n. 12, 17 dezembro 1972, 4p.

<sup>271</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 67, n. 13, 24 dezembro 1972, 4p.

<sup>272</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 67, n. 14, 31 dezembro 1972, 4p.

não na mesma edição em que o STRD publicava seus comentários, na edição seguinte já constava a publicação do Jornal, emitindo opiniões e críticas ao uso da Grupiara. O *Voz de Diamantina* foi um grande influenciador de tais decisões na Câmara, isso fica evidente pela semelhança dos argumentos apresentado pelos políticos e pelo Jornal.

Houve uma segunda votação, onde novamente o projeto não passou<sup>273</sup>. Era recusado justificando o desejo de preservar a Grupiara e fazer dela um parque natural. O projeto foi votado pela terceira vez já em 1973, depois da saída de Dr. João Antunes da Prefeitura, e dessa vez aprovado. Entretanto, houve grande comoção por parte da população, movida com os antigos opositores que fez com que o projeto fosse vetado pelo novo prefeito empossado, que ofertou um novo lugar para se projetar o conjunto sindical.

O novo lugar seria um espaço conhecido como matadouro, o local era bem valorizado, porém estava fora da cidade. O STRD ainda não satisfeito com o veto enviou uma carta para que fosse publicada nos jornais de Diamantina falando sobre a votação e questionando o espaço que havia perdido e o distanciamento que teria da cidade o espaço doado. Na carta o STRD reiterou ainda que;

A Velha Grupiara, bela e abandonada, é há muitos anos o que há de pior em Diamantina, em matéria de logradouro público. Também como terreno, convenhamos, é uma porcaria! Mas, está bem situada e teria alguma finalidade, que não ser somente cantada em verso e prosa. Quando a pedimos, foi justamente porque julgávamos que, de tão ruim; como deposito de lixo, privada publica e etc... não haveria nenhum protesto ou interesse contrário, pelo menos válido<sup>274</sup>.

O STRD se colocou novamente insatisfeito com o novo endereço que havia sido proposto para doação. O presidente do STRD, Edson da Silva, então, tentou um acordo com o arcebispo Dom Geraldo Sigaud para que fossem trocados com alguns terrenos de posse da Mitra próximos ao centro da cidade pelo matadouro, porém esse acordo não vingou, aparentemente não interessou o arcebispo<sup>275</sup>. Diante da situação, ainda em 1973, o próprio STRD teve a iniciativa de abandonar a proposta do conjunto sindical, e

---

<sup>273</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 68, n. 17, 25 fevereiro 1973, 4p.

<sup>274</sup> STRD – arquivo – pasta; coluna sindical. A matéria também foi publicada em: VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 68, n. 24, 15 abril 1973, 4p.

<sup>275</sup>STRD – Ofício do arcebispo Geraldo de Proença Sigaud ao STRD. Pasta: documentos avulsos, 1971/1973.

juntamente com o SRD, continuaram alugando espaço em Diamantina. Rejeitaram o terreno que houveram conquistado em doação e mantiveram seus espaços em locais mais acessíveis, mas em aluguel.

É preciso destacar aqui, que com a desistência do projeto do conjunto sindical, aparentemente ocorreu também uma desistência parcial ao projeto de expansão institucional. Ainda desejavam uma instituição ampla que pudesse comportar vários tipos de atendimentos, porém esse interesse de expansão com vistas a transformar o STRD em algo próximo de uma unidade hospitalar, foi posta em segundo plano. Nas atas de reuniões passaram a defender com mais vigor outra proposta em relação à sede institucional. Dessa vez, a justificativa era conseguir comprar no centro da cidade um lote, ou casa, para adquirir a sede própria. Assim, economizariam não tendo que pagar aluguel e era importante para o STRD contar uma sede própria. Em curto período recuperaria o gasto na compra e teria margem de lucro. Ver-se então que a justificativa mudou.

Com a aprovação dos associados, foi tomada a iniciativa de arrecadar fundos para a compra de uma sede própria. No ano de 1975 o presidente em exercício enviou requerimento de empréstimo junto a Caixa Econômica, solicitando um valor para que fosse comprada a sede própria do STRD. O empréstimo também não foi efetivado, pois não houve concessão de créditos suficientes para a compra<sup>276</sup>. Em abril de 1976 Otto Lamartine Ribas, que era proprietário do imóvel que sediara os sindicatos, desejou vendê-lo, enviou carta a Alexandrino Pio da Cruz, presidente em exercício do STRD, informando do desejo de vender o imóvel, informando que daria preferência aos sindicatos SRD e STRD.

O STRD não tinha fundos suficientes para aquisição daquele imóvel, essa foi a justificativa apresentada. Porém, aparentemente não era o desejo do STRD em adquirir aquele imóvel. Ficou evidente esse desinteresse, pois, retomaram com o desejo de expandir a funcionalidade do STRD. Para isso precisaria de um ambiente maior e que comportasse uma estrutura assistencial, administrativa, hospitalar, jurídica e odontológica que tivessem espaços separados, e além de contar com espaços de reuniões e festividades, também manter um local para recepção de trabalhadores para que se precisassem pernoitar na cidade.

---

<sup>276</sup>STRD – arquivo – escritório Caixa Econômica; solicitação de empréstimo. Pasta; correspondências não protocoladas. 1975/1976.



Não havendo acordo de compra, o proprietário que residia em Belo Horizonte enviou nova carta para o STRD comunicando ter efetuado a venda<sup>277</sup>. O novo proprietário era José do Socorro Guieiro. No dia 20 de setembro de 1976 o senhor Guieiro enviou carta ao STRD informando que desejava receber o imóvel e que não renovaria com ambos os sindicatos<sup>278</sup>. Tiveram que iniciar a busca por outro imóvel. Na nova busca, o STRD desejou encontrar um que suprisse os desejos de ampliar a instituição. Foi locado, ainda em conjunto SRD e STRD, uma residência à Rua das Mercês no centro da cidade. Esse imóvel possuía amplo espaço e contava com 13 instalações que comportavam áreas administrativas dos dois sindicatos, áreas comuns para atendimentos médicos, odontológicos, salas de curativos e vacinas, cantina e instalações sanitárias<sup>279</sup>.

Tinha resolvido em partes a intenção de uma instituição maior, mas o objetivo de comprar uma sede própria permaneceu em debate. O Dr. João Antunes de Oliveira, que tinha sido prefeito e naquele momento continuava atuante dentro do STRD, como médico, e além de estar filiado ao SRD, propôs uma venda de um terreno de sua propriedade, que contava com uma casa velha. Em 1980, em acordo com os sindicatos, realizou a venda do terreno para que montassem suas sedes. A venda foi feita separadamente, e como já houvessem aprovado a economia para compra da sede, o assunto só precisou ser retomado em assembleia no STRD e confirmando a realização da compra. Essa conformação foi feita em assembleia com o Conselho Fiscal do STRD e em assembleia aberta aos sindicalizados, realizada em meados de 1980<sup>280</sup>.

A compra foi efetivada em 11 de agosto de 1980. Vendeu-se “uma casa velha, em mau estado de conservação, situada a Praça padre Belchior, número 9”. A área possuía a extensão de 277, 20m<sup>2</sup> em um lote constituído de 543,28m<sup>2</sup>. A casa precisava de reformas, e sendo de propriedade do STRD, foi criada uma estrutura da qual desejava o Sindicato há muitos anos<sup>281</sup>. Nos meses seguintes foi montada uma estrutura própria do STRD, com dependências médicas, salas de espera, gabinete odontológico, salas de

---

<sup>277</sup>STRD – arquivo – pasta; correspondências não protocoladas. Carta de Otto Lamartine Ribas para Alexandrino Pio da Cruz Silva (presidente do STRD em exercício), 1976.

<sup>278</sup>STRD – arquivo – pasta; correspondências não protocoladas. Carta de José do Socorro Guieiro para Alexandrino Pio da Cruz Silva, 1976.

<sup>279</sup>STRD – arquivo – pasta; documentos diversos. Relatório de inspeção do Serviço Público do Estado de Minas Gerais, 1976.

<sup>280</sup>STRD – arquivo – Atas de reuniões de assembleias do ano de 1980.

<sup>281</sup>STRD – arquivo – Escritura de compra e venda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, 1980.

curativos, copa, áreas administrativas e um espaço para receber sindicalizados que precisassem dormir na cidade.

A sede foi reformada e em alguns anos seguintes adquiriu um salão próprio para realização de assembleias e outros eventos. O SRD também adquiriu sua propriedade bem ao lado da sede do STRD e até hoje, embora sem nenhuma relação oficial, possuem um muro que os separam, dividindo a mesma rua, mas não mais as mesmas dependências. A separação dos dois sindicatos não ocorreu logo que houve a compra, nos anos seguintes ainda houve relações de proximidades, não só dividiam médicos, mas continuaram unidos em relação às ações que realizavam juntos. Com o passar dos anos foi havendo uma gradual separação entre as duas instituições.

Destaca-se aqui a intenção de expansão do STRD nos primeiros anos e que depois agregou-se na ideia de comprar uma instalação própria. O próprio objetivo assistencial se mostrou ainda mais visível. A ideia de um espaço sindical associava-se a uma unidade hospitalar. Isso mostra a própria intenção do STRD, o formato de sua atuação e a própria concepção que os gestores tinham. O que se deve pontuar é que nesse processo o STRD, com a mediação também do SRD foi o que esteve mais envolvido com esse processo de solicitação de uma sede própria. Até nas reportagens do *Voz de Diamantina*, quando da defesa do conjunto sindical, em momento algum houve outros sindicatos posicionando, apenas o STRD. Tudo isso também aponta para certo vigor das ações do Sindicato e do desejo de se manter, de se destacar.

Ainda no interesse de expandir-se, e agregando os benefícios do PRORURAL como uma forma de garantir essa expansão de forma mais abrangente, o STRD também desejou aproximar do escritório de representação do FUNRURAL. Propondo, inclusive agrega-lo em suas dependências. Inicialmente houve uma série de divergências em razão do fato de que o escritório do FUNRURAL que atendia Diamantina foi instalado em Gouveia e não no município de Diamantina, o que gerou outra reivindicação para trazê-lo para Diamantina.

#### **2.2.4 O STRD e a representação local do FUNRURAL**

O escritório do FUNRURAL foi aberto inicialmente na cidade de Gouveia. Era a partir desse escritório que era gerida a administração regional do PRORURAL. Seria

função dos sindicatos de trabalhadores e patronal atestarem a atividade rural dos sujeitos que fossem até o escritório do FUNRURAL necessitando de atendimento. Geralmente, o atendimento médico básico era realizado na sede dos Sindicatos. Alguns tratamentos específicos que não poderia ser atendido pela instituição pela falta de profissionais da área, ausência de infraestrutura ou atendimentos especializados, eram enviadas ao escritório solicitações dos sindicatos para que os pacientes fossem encaminhados para hospitais ou tivessem a cobertura de custos em outras unidades de saúde.

O pagamento das aposentadorias era realizado no escritório do FUNRURAL, situado em Gouveia. Os trabalhadores rurais deveriam sair de suas residências e ir até o escritório para receber o meio salário que lhes eram de direito. O FUNRURAL em Diamantina teve seus primeiros anos envolvido em algumas polêmicas das quais o STRD esteve à frente. A primeira delas foi quanto à localização do escritório de representação. Tanto o STRD e o SRD não aceitavam que o escritório permanecesse em Gouveia, alegando que era um endereço deslocado para que muitos os trabalhadores fossem até essa cidade.

Os sindicatos afirmavam que Diamantina era um centro no qual o escritório devesse permanecer, pois era mais bem localizado e que a maioria dos trabalhadores estavam nessa cidade a vender mercadorias ou realizando compras. Sendo assim, era muito mais viável a existência do escritório nessa localidade<sup>282</sup>. O STRD enviou diversos documentos para vários órgãos, Prefeitura Municipal de Diamantina, FETAEMG, Ministério do Trabalho e Previdência Social, todos visando mudar o escritório para Diamantina. A maioria dos documentos eram assinados tanto pelo presidente do STRD quanto do SRD. Essas solicitações também incluíam aproximar a gestão do FUNRURAL ao STRD, propondo até que fosse gerido na mesma instituição.

Como era previsto no Decreto nº 69.919, de 11 de janeiro de 1972, competia aos sindicatos fiscalizarem e atuarem em cooperação com o FUNRURAL para a concessão dos benefícios do PRORURAL. Aparentemente o STRD via nisso uma possibilidade de se legitimar, mostrando que de fato fiscalizava o FUNRURAL, o que gerou certos atritos entre ambos. Por outro lado, presume-se que as ações do STRD em questionar o lugar de funcionamento do escritório do FUNRURAL nem era somente trazê-lo para mais perto, mas era tentar coloca-lo dentro do próprio STRD. A gestão do FUNRURAL

---

<sup>282</sup>STRD – arquivo – pasta: documentos diversos; ofícios enviados ao escritório do FUNRURAL em Gouveia, falando sobre a importância de transferir aquele escritório para Diamantina.

dentro do STRD favoreceria o relacionamento Sindicato/trabalhador/FUNRURAL. Se o STRD já tinha conseguido se popularizar sendo um intermediador de concessões do PRORURAL, com o escritório dentro de suas dependências, a imagem do Sindicato poderia ficar ainda mais centralizada em relação a concessão de benefícios.

A maioria dos documentos que questionavam a presença do escritório do FUNRURAL fora da cidade constava de justificativas da dificuldade dos trabalhadores para chegar até o escritório. Quando muitos desses eram idosos e teriam que andar longa distância até chegar em Diamantina e arrumar condução para chegar até Gouveia e repetir o mesmo processo para retorno para suas casas. Nas palavras de alguns trabalhadores, era de fato um fator de dificuldade, pois muitos deles tinham que caminhar até Diamantina e de lá tomar condução até Gouveia e ao regressarem, em não raras vezes, teriam que dormir em lapas de serras em meio ao trajeto, devido à distância.

Outros trabalhadores relatam irem sorrindo e contentes, pois apesar da distância sabiam que iam buscar um dinheiro que segundo eles “nós não tinha trabalhado por ele”. As reclamações eram continuas sobre a localização daquele escritório e teve início desde o primeiro presidente do STRD, as respostas, geralmente não vinham. Os primeiros ofícios foram registrados sem respostas e os que obtiveram retorno, informava que havia sido feito um levantamento prévio com dados de censos, inclusive do IBGE, e que indicou que era a melhor localização para o escritório. O que deixava ainda mais indignados os dirigentes dos sindicatos rurais de Diamantina<sup>283</sup>.

O STRD enviou outros vários ofícios dizendo que a exceção de Datas, todos os distritos de Diamantina e Municípios vizinhos integrados no Convênio do FUNRURAL em Diamantina (Monjolos, Couto de Magalhães de Minas, Senador Modestino Gonçalves e Felício dos Santos) teriam de passar por Diamantina, para atingir Gouveia<sup>284</sup>. Contestando, assim, o levantamento de informações que tinham feito e informando tratar-se de uma atitude tendenciosa. O STRD, com apoio do SRD, recorreu a todas as instâncias administrativas, inclusive ao próprio Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme consta na figura seguinte<sup>285</sup>.

---

<sup>283</sup> STRD – Informativo FETAEMG sobre escritório local do FUNRURAL em Diamantina – pasta: correspondências não protocoladas 1972/1973.

<sup>284</sup> STRD – arquivo – ofício nº 10 de 17 de março de 1972, enviado ao s.r. Avelar Alves Maia, assessor do FUNRURAL em Minas Gerais. Pasta: documentos diversos.

<sup>285</sup> O maior empenho era do STRD, pois era o representante do segmento que poderia aposentar. Ainda que o SRD sempre estivesse assinando os pedidos dando apoio as reivindicações do STRD.

**FIGURA 24: Ofício do STRD e SRD contestando a localização do escritório do FUNRURAL na cidade de Gouveia, enviado ao ministro do MTPS em Brasília/DF, em setembro de 1972.**

Of. Nº 064/STR  
Diamantina, em 28 de setembro de 1972

Do: Presidentes dos Sindicatos Rurais - dos Trabalhadores e Produtores Rurais - de Diamantina

Ao: Exmo. Sr. Julio Barata - DD, Ministro do Trabalho e Previdência Social.

BRASÍLIA DF

Senhor Ministro:

Submetendo à superior consideração de V. Exa. os documentos anexos, queremos trazer ao conhecimento desse Ministério as providências que vimos tomando, até aqui, no sentido de defender "nos moldes estatutários" os direitos da classe trabalhadora Rural do Município de Diamantina e, também, do Alto Vale do Jequitinhonha, agora, representados pelos Sindi - catos que este subscrevem.

2. É lamentável, que ao contrário do que consta do "doc. 1", anexo, a instalação do SECRETARIO DO FUNRURAL nesta Região, esteja sendo um negócio, ao invés de um serviço!

3. Sim, excelência, um órgão do M.T.P.S., não segue o lema de seu Governo. Pois somente a Empresa Santo Antônio Ltda, que faz a linha rodoviária "Diamantina a Belo Horizonte", é que está se servindo dessa localização, que se não compreende. Nossos ideos trabalhadores, depois de viajarem, às vezes, mais de cem quilômetros no vasto Município de Diamantina, têm duas ou três e até mais vezes de fazer o percurso "Diamantina a Gouveia", para pedir a sua aposentadoria, quando nos parece que o objetivo do atual Governo, ao invés de impor grandes sacrifícios aos lavradores, pobres, paupérrimos mesmo, desta região, quer é os compensar com um benefício a sua vida já de sacrifício e luta!

4. Seríamos omissos, e indignos dos cargos que ocupamos, se, vendo a penúria de nossos velhos, geralmente mal informados e documentados, irem e virem para fazer um trabalho que necessariamente, criteriosamente, aqui o deveriam ser feitos.

( segue )

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA  
End: Diamantina - Minas

Of. Nº 064/STR - continuação - 2 -

5. Diamantina, é centenária Sede da Co - marca que abrange todos os Municípios do Alto Vale do Jequitinhonha. É cidade pólo dessa Região. Pelo amárido do I.B.C.E., é a micro zona 163 - Mineradora Diamantina, alcançando até parte do Médio Jequitinhonha; possui convênio com o FUNRURAL através da Associação Médica de Minas Gerais ( Seccional de Diamantina ) com duas casas de saúde, com 10 (dez) médicos contratados. Possui agência Regional do I.N.P.S. e rede Bancária particular oficial.

6. E se tudo isso não bastasse, deveriam os dirigentes do FUNRURAL, saber, que até poucos anos atrás, a localidade de Gouveia era distrito desta cidade.

7. Todavia, nada disso os importa, procurados em Belo Horizonte, pessoalmente, pelos Presidentes dos Sindicatos que este subscrevem, alegaram-nos tão somente que a escolha foi baseada em informações (?) do I.B.C.E., e pelo Conselho Diretor no Rio de Janeiro-GR.

Confiamos, Senhor Ministro, que, se tais Diretores são tão inéptos e omissos, saberá V. Exa. levar até ao FUNRURAL a ação benéfica e moralizadora da Revolução de Março de 1964.

Atenciosas Saudações

*Rosely Soares da Silva*  
ROSELY SOARES DA SILVA  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

*Antônio Dias Neves*  
ANTÔNIO DIAS NEVES  
Presidente do Sindicato Rural de Diamantina.

AN/.

Fonte: STRD – Ofício nº 64 do STRD para MTPS. Pasta: documentos avulsos, 1972/1973.

Os sindicatos acusavam a colocação do escritório do FUNRURAL em Gouveia como uma estratégia política, realizada por meio de acordos internos visando garantir lucros a particulares. Segundo informavam os dirigentes sindicais, a postura individualista e direcionada para a manutenção de interesses particulares, não condiziam com o regime político da época e teria que ir contra essas más condutas. Não evidenciou os interesses que movia a permanência do escritório do FUNRURAL em Gouveia, mas ressaltavam que era para privilegiar um segmento específico, de que outra razão não teria para que aquele escritório permanecesse fora de Diamantina.

Estimava que o número de pessoas atendidas em Diamantina pelos benefícios do FUNRURAL somava 12 vezes mais da população atendida em Gouveia. Assim, a lógica era que aquele escritório permanecesse onde tinha maior número de beneficiários<sup>286</sup>. Os debates em favor da transferência do escritório local do FUNRURAL para Diamantina perpassou o ano de 1972 e 1973 sem retorno satisfatório por parte dos órgãos gestores do FUNRURAL, que não pretendia resolver tal situação. Algo que se deve chamar a atenção é que as justificativas dessa transferência sempre reforçava que se tratava de uma melhoria na mobilidade dos trabalhadores, porém em uma reunião de instalação de delegacia do STRD de 1973 foi dito que estavam esforçando para conseguir levar o escritório do FUNRURAL para dentro da gestão do STRD. Provavelmente isso ainda era parte de uma estratégia para, ao vincular tal escritório, tornar o STRD ainda mais integrado ao FUNRURAL, como se fosse um só.

Entretanto, todos os esforços para mudar o escritório do FUNRURAL de 1972 até começo de 1974 foram em vão. Em junho de 1974 é que começou a ser dada a transferência do escritório do FUNRURAL para Diamantina. Apesar das constantes petições anteriormente envidas, somente em 1974 é que essa demanda foi atendida. Verificaram-se as dificuldades de chegar até Gouveia por parte de muitos trabalhadores, além disso, diante das evidências apontadas, cada vez mais reforçadas pelo STRD, mostrava que Diamantina deveria sediar o escritório, pois seria ali o lugar mais bem localizado e com maior quantidade de beneficiários próximos à zona urbana<sup>287</sup>.

Em 2 de julho de 1974 foi inaugurado o novo escritório local do

---

<sup>286</sup>STRD – arquivo – ofício nº 25 de 3 de abril de 1972. Pasta: documentos diversos. 1971/1974.

<sup>287</sup>STRD – arquivo – ata de reuniões do ano de 1974 – informação sobre a transferência do escritório do FUNRURAL para Diamantina.

FUNRURAL<sup>288</sup>. Porém, o escritório não foi alocado no STRD. O novo escritório foi instalado em salas na estação ferroviária da cidade, salas que foram cedidas pela prefeitura de Diamantina<sup>289</sup>. Aquele novo endereço facilitaria o alcance da população rural. O STRD se mostrou favorável ao novo endereço. Indicando que seria mais fácil o contato entre o escritório e o STRD e que seria também mais fácil o atendimento aos trabalhadores rurais. O interesse de levar o escritório para o STRD não foi mais mencionado.

Carece dizer que o relacionamento do STRD com o escritório do FUNRURAL teve outras divergências além de sua instalação fora de Diamantina. Como era atribuição do STRD fiscalizar as ações do FUNRURAL, assim fazia, causando alguns pequenos atritos. Toda a reclamação que chegasse até o STRD, ou mesmo até o SRD, pelos beneficiários do FUNRURAL era formalizada uma queixa e encaminhada a FETAEMG. Em especial, o presidente do STRD assinava vários ofícios reclamando das ações do FUNRURAL.

A partir de qualquer crítica que chegava ao Sindicato tão logo o STRD montava a sua reclamação. Duas coisas podem ser observadas diante disso. A primeira é que o STRD estava cumprindo com a missão de fiscalizar as ações do escritório do FUNRURAL e formalizar as reclamações seria uma forma de mostrar que estava fazendo isso. Um segundo ponto a destacar é que essas reclamações, especialmente nos primeiros dois anos de funcionamento do STRD e do escritório local da FUNRURAL, poderia ser também uma estratégia do STRD em mostrar as falhas do escritório e que estando mais próximo poderia ser mais bem fiscalizado. Nesse último caso, em algumas petições do STRD para levar o escritório do FUNRURAL para Diamantina, reforçava que teria uma melhor colaboração, melhor contribuição do STRD com o FUNRURAL. Coisas que de certo modo, também deixam em entender que se o escritório tivesse próximo poderia fiscalizá-lo melhor.

Uma das reclamações que mais gerou conflito entre o STRD e o escritório do FUNRURAL, foi alguns trabalhadores que foram internados em alas de indigentes ou “outros desqualificados” na Santa Casa de Caridade de Diamantina e no Hospital. Isso

---

<sup>288</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 69, n. 37, 07 julho 1974, 4p.

<sup>289</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 69, n. 38, 14 julho 1974, 4p.

chegou ao conhecimento do STRD que logo começou a suas reclamações. A primeira reclamação foi feita junto a FETAEMG. Os documentos que tratam desse assunto mostram que denunciavam a pouca fiscalização do escritório do FUNRURAL e questionava as ações da Santa Casa de Caridade de Diamantina e o Hospital, solicitando ainda, por meio do referido ofício, que fossem tomadas providencias quanto ao caso<sup>290</sup>. A resposta obtida do FUNRURAL é que não seria essa a medida esperada para atendimento dos beneficiários, informando que daria solução quanto aos casos.

Outra grande questão era a concessão de aposentadorias, essa se tornou um elemento de atritos contínuos ente o escritório do FUNRURAL e o STRD. Era função do Sindicato enviar os trabalhadores rurais aptos a serem aposentados pelo FUNRURAL. Para isso, seria dever do Sindicato atestar que o sujeito era trabalhador rural. Para que fosse atestada essa informação, era, no momento de entrada no STRD, feita uma sindicância com o trabalhador, onde um membro do Sindicato ia até a propriedade do trabalhador, atestando que esse, era de fato um trabalhador rural, que possuía propriedade, residindo no meio rural, ou empregado rural.

Dessa vez, houve uma inversão de reclamações, o representante local do escritório do FUNRURAL, informou aos fins de 1972, que muitos dos candidatos à aposentadoria, não eram de fato trabalhadores rurais, assim, não fazia jus a aposentadoria. Desse modo, havia uma ineficiente fiscalização por parte do Sindicato, fazendo com que muitas pessoas fossem contempladas com aposentadorias sem de fato as merecer. Em meados de 1973 houve grande número de aposentadorias barradas e canceladas<sup>291</sup>.

Em decorrência disso, a diretoria do STRD esteve nas comunidades que tiveram maior número de aposentadorias barradas, sendo Inhaí, Guinda e Sopa. Inhaí foi o local onde ocorreu “o maior número dessas injustiças”<sup>292</sup>. O STRD tratava essa situação como injustiça, não assumindo em momento algum a existência de alguma responsabilidade sobre esse fato. O próprio STRD alegou, após o entrave e o cancelamento das aposentadorias, ter percorrido diversos povoados constatando a

---

<sup>290</sup>STRD – arquivo – ofício nº 28 de 13 de abril de 1972. Pasta: documentos diversos. 1971/1974.

<sup>291</sup>STRD – arquivo – revisão de aposentadorias ano 1972/1973.

<sup>292</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 69, n. 1, 30 setembro 1973, 4p.



atividade rural dos trabalhadores<sup>293</sup>.

O caso é que o representante legal no escritório do FUNRURAL informou que havia uma espécie de equívoco em conceder algumas aposentadorias, alegando que o STRD, no desejo de recrutar pessoas para sindicalizar, afrouxava nas fiscalizações. O que ocorreu é que no mês de agosto de 1972, metade das aposentadorias concedidas foram colocadas em revisão<sup>294</sup>. O STRD indignado com tal situação, não deixou de assinalar isso na Coluna Sindical do Jornal *Voz de Diamantina*, fez uma crítica dizendo que “em Diamantina era diferente, ao invés de favorecerem aposentadorias, exigem muito para a qualificar”. No caso, tecia uma crítica a questão do cancelamento das aposentadorias e essa dificuldade em qualificar um trabalhador rural aos modos exigidos pelo FUNRURAL<sup>295</sup>. Provavelmente o escritório do FUNRURAL estava medindo forças com o STRD, era uma brecha para contestar a ação também do Sindicato e desqualifica-lo, uma maneira de “dar o troco”.

É interessante destacar que após a transferência do escritório do STRD para Diamantina esses conflitos diminuíram. Houve umas ou outras revisões de aposentadorias, mas não foram encontrados outros documentos com reclamações que fossem levadas a um confronto. Pelo que se verificou nos ofícios e documentos trocados entre o escritório do FUNRURAL e o STRD, observa-se que iniciou uma relação mais colaborativa entre ambos. Sem que ocorresse por parte tanto do STRD quanto dos integrantes do escritório do FUNRURAL contestações nas atuações um dos outros. Talvez o que justifica isso seja a concretização da mudança do escritório do FUNRURAL para Diamantina, que era o desejado pelo STRD.

### **2.3 O trabalhador rural sindicalizado**

Até então se falou na atuação dos dois sindicatos em relação à gestão do STRD nos primeiros anos, isso em relação ao interesse de expansão do STRD movido tanto pelos representantes do segmento de trabalhadores rurais, quanto do segmento patronal

---

<sup>293</sup> STRD – arquivo – cancelamento de aposentadorias – Resposta para publicar em jornal *Voz de Diamantina*. Pasta: Coluna Sindical, 1972.

<sup>294</sup> Não foram apontados o montante dessas aposentadorias, mas estima-se pelo que informa nos documentos dos processos de revisão de aposentadorias é que foram entorno de quarenta benefícios barrados.

<sup>295</sup> VOZ DE DIAMANTINA. *Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio*, ano 68, n. 44, 02 setembro 1973, 4p.

e o relacionamento institucional com o FUNRURAL. Na sequência será abordado especificamente sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina e o processo de sindicalização de trabalhadores rurais no período que compreende o recorte temporal desse estudo.

### **2.3.1 A categorização do trabalhador rural no STRD**

Para efeitos de enquadramento como trabalhador rural, a principal orientação do STRD era o que a Lei do PRORURAL definia enquanto trabalhador rural. É verdade que existia o enquadramento sindical dado pelo Decreto Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que foi tratado anteriormente. Porém, a orientação para agregar os trabalhadores rurais ao STRD partia do PRORURAL. Ainda que as duas legislações definissem trabalhadores rurais da mesma forma, a orientação do STRD era com base na legislação do PRORURAL. É possível que se constate isso, pois os ofícios enviados para as prefeituras de municípios vizinhos ou mesmo outros documentos produzidos pelo Sindicato reproduziam a definição de trabalhador rural dada pela referida legislação do PRORURAL e fazendo menção a ela.

Esse enquadramento obedecendo à legislação do PRORURAL, mostra que o benefício assistencial previsto pelo Programa, especialmente no quesito previdenciário, era algo que orientava as ações do STRD, um lugar que todo sindicalizado devesse chegar. Ao que ficou constatado a partir das entrevistas é que todos que sindicalizavam tinham como mira os benefícios previdenciários. Mesmo que as demais ofertas assistências fossem significativas, o próprio STRD considerava que todos os trabalhadores rurais deveriam ter como norte a conquista da aposentadoria. Assim, eram agregados pelo Sindicato os sujeitos que se enquadravam no que dispunha a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.

Já foi tratado anteriormente sobre a referida legislação, mas é bom lembrar que era considerado como trabalhador rural a pessoa física que prestasse serviços de natureza rural a empregador mediante remuneração. O produtor, proprietário, ou não, que sem empregado, trabalhasse na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar. (BRASIL, 1971). Foi a partir dessa orientação que o STRD categorizou o trabalhador rural em Diamantina.

Entretanto, como já tratado no primeiro capítulo dessa dissertação, o trabalhador

rural diamantinense estava envolvido em atividades diversas. O próprio STRD observava imprecisão na forma de enquadrar o trabalhador sindicalmente, justamente em razão da existência de outras formas de trabalho no meio rural. O Sindicato não estava seguro sobre a possibilidade de sindicalizar trabalhadores que mesmo morando no meio rural desenvolvesse outras atividades que não necessariamente tendo na agricultura a principal função, ou a única.

Os primeiros envolvimento com sindicalização de trabalhadores rurais no STRD estavam respeitando o que dispunha o PRORURAL a fim de que os trabalhadores tivessem condição de aposentarem ou serem contemplados com as garantias desse Programa. Vinculavam ao Sindicato aqueles trabalhadores que residiam no meio rural, possuindo suas terras ou trabalhando para outrem. Porém, havia alguns questionamentos quanto à essa categorização de trabalhador rural. Alguns moradores do meio rural não conseguiam ser enquadrados no STRD pelo fato de possuírem empregados, ainda que não oficiais, e mesmo com pequena quantidade de terras. Os primeiros questionamentos usaram o tamanho do terreno como elemento de contestação.

Os próprios moradores das áreas rurais, que às vezes contavam com uma mão de obra auxiliar no terreno, questionavam que tinham poucas terras e que havia trabalhadores rurais que dispunha de várias “cabeças de gado” e ainda assim era trabalhador rural apenas pelo fato de não possuírem empregados. Outro questionamento era sobre aqueles trabalhadores que não necessariamente estavam ligados à atividade agrícola. Esse último, sendo questionamento do próprio STRD. Havia como visto anteriormente, trabalhadores que residiam no meio rural, mas não desenvolviam a agricultura como atividade única, algumas vezes nem sendo a mais exercida. Todos esses questionamentos foram reunidos em um ofício e enviados ao Ministério do Trabalho em meados de 1972, na seção FUNRURAL, obtendo o seguinte retorno:

Senhor Presidente,

Em resposta ao vosso of. nº 24, de 25 do corrente, esclareço-vos que, em face do art. 2º, inciso I, alínea b, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 69.919, de 11 de janeiro de 1972, todo produtor, desde que não tenha empregado, e trabalhe em atividade de natureza rural, individualmente, ou em regime de economia familiar, é trabalhador rural, com direito, portanto, a todos os benefícios do PRO-RURAL, inclusive à assistência médico-social, pouco importando o tamanho da propriedade em que exerça tais atividades, ou o fato de possuir bens. O que lhe dá a condição de trabalhador rural é a

natureza de suas atividades (rurais) e a circunstância de não ter empregados, vivendo precipuamente, na dependência do meio rural, de onde tire os meios necessários á própria subsistência.

Na oportunidade, apresento-vos meus protestos de estima e consideração.  
Francisco Vianna Furquim Werneck<sup>296</sup>.

A função assistencial do STRD, com a possibilidade de intermediar aposentadorias pelo PRORURAL, sobressaiu de tal maneira, que era impensável um trabalhador que fosse sindicalizar sem não pretender fazer jus aos benefícios advindos do que garantia esse Programa. Desse modo, a categorização de trabalhador rural para fins de sindicalização esteve basicamente imersa no que previa como trabalhador rural, o PRORURAL. Apesar dos questionamentos, o STRD em nada poderia alterar tal disposição da Lei. Restou-lhe agir orientado por ela.

Como tratado no primeiro capítulo, as atividades ocupacionais desenvolvidas no espaço rural diamantinense no período em que o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Diamantina foi fundado, eram diversas. Havia trabalhadores ligados ao comércio, a construção civil, ao garimpo e atividades extrativistas em geral. Como terá sido agrupar esses trabalhadores nesse Sindicato? Aqueles trabalhadores que possuíam empregados, anteriormente tratados, poderiam ser contemplados pelo Sindicato Patronal, como empregadores rurais, ainda que questionassem, existia o enquadramento possível. E quanto aos garimpeiros, pedreiros, carpinteiros e comerciantes como incorpora-los nesse Sindicato? Nem a legislação de enquadramento sindical e nem o PRORURAL dispunha sobre essas atividades ocupacionais, mas elas estavam presentes no meio rural.

Para Diamantina o STRD acabou por incorporar todos os ocupantes dessas atividades na categoria de trabalhador rural. Assim como tratado em capítulo anterior, a maioria dos trabalhadores, mesmo em atividades ocupacionais não agrícolas, tinham seus terrenos e, em maior ou menor escala, desenvolviam algum tipo de plantio, mesmo que uma pequena roça de subsistência ou uma horta no quintal. Os pedreiros, carpinteiros e garimpeiros, a maioria deles possuíam terrenos, ainda que de familiares, dispunha de alguma plantação. Esse fator favoreceu o trabalho do STRD em categorizá-los como trabalhadores rurais.

Diante do STRD o garimpeiro passou a ser parte da categoria trabalhador rural.

---

<sup>296</sup> STRD – arquivo – F/MGGD Ofício nº 121 em resposta ao ofício nº 24 do STRD. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Representação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural em Minas Gerais, 1972. Pasta: documentos diversos, 1971/1974. As linhas sublinhadas estão em acordo com o documento original.

Assim como também aconteceu com o pedreiro, o carpinteiro, o comerciante. Porém, não foi simplesmente um agrupamento, esses trabalhadores que exerciam tais atividades mencionadas não poderiam se declarar praticante de tais atividades. Ao categorizar o garimpeiro, o pedreiro, o carpinteiro e o comerciante como trabalhador rural, esses poderiam continuar praticando tais trabalhos, porém, para efeito de permanência no Sindicato, essas atividades não deveriam ser declaradas. O mesmo ocorreu com mulheres que trabalhavam em casas de terceiros, mesmo que na área rural e não sendo formalmente empregadas, para que fossem sindicalizadas, em momento algum poderiam declarar seu real trabalho.

Ainda que o principal meio de sobrevivência desses trabalhadores partisse de tais ocupações, essas não podiam ser declaradas. O próprio STRD reforçava sempre com os trabalhadores que cancelariam aqueles que não estivessem enquadrados na regra. Ao que se pode observar nos depoimentos é que os presidentes sabiam que outras ocupações eram continuamente exercidas, mas faziam “vista grossa”<sup>297</sup>. Relataram ainda, que eles apenas aconselhavam que mantivessem em seus terrenos alguma produção, por menor que fosse. Aconselhavam também que não deixasse muito em evidência as demais ocupações, pois acaso ocorresse alguma denúncia eles eram obrigados a cancelar o sindicalizado.

Para esses trabalhadores enquadrarem-se como trabalhadores rurais não seria uma ação dificultosa, pelo fato de que ao adentrarem no STRD a comprovação da atividade rural era feita com base no terreno que possuía, residia ou desenvolvia seu trabalho. Quando enviavam a proposta de sindicalização já constavam as atividades desenvolvidas na agricultura, o funcionário do Sindicato deveria ir até aquela propriedade e atestar a atividade rural daquele trabalhador por meio de uma sindicância. O caso é que para agregar-se ao STRD o trabalhador poderia formalizar sua sindicância a partir de uma gleba de terra da família, mais cedida para a sindicalização. Era possível também que mesmo em suas terras, apenas o fato de ter a roça de subsistência ou uma horta, algumas poucas galinhas, já se oficializavam como trabalhadores rurais.

De acordo com os depoimentos coletados ao longo dessa pesquisa, alguns entrevistados relataram que no dia da sindicância, mesmo que fosse garimpeiro,

---

<sup>297</sup> De acordo com o depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019. “Vista grossa” expressão popular que indica que o sujeito sabia de tal ação, mas fingia não saber ou propositalmente ignorava os fatos.

pedreiro, carpinteiro, doméstica, comerciante ou outra ocupação, não era declarada o trabalhador aguardava a sindicância guardando todos os vestígios, quando fosse o caso, de que desenvolvia outra ocupação. Um dos casos narrados foi de um pedreiro que guardou no mato todas as suas ferramentas de trabalho no dia que os funcionários do STRD iam até seu terreno. Isso mostra também que os próprios trabalhadores tinham iniciativas de esconder suas demais ocupações do STRD.

Esse processo de categorização não gerou conflitos de trabalhadores com o Sindicato. Foi concebido como uma norma e fez com que os trabalhadores se adequassem para permanecerem no Sindicato. No princípio, apenas alguns sujeitos que tinham mão de obra empregada contestavam, mas quanto aos pedreiros, comerciantes, garimpeiros entre os demais, não questionaram o enquadramento de trabalhador rural, que bem da verdade tinha pouco significado para o trabalhador. Era apenas uma mera formalidade, pouco importava o enquadramento em termos práticos, não tinha uma consciência política em relação ao conceito e encarava apenas como norma. Ao que tudo indica não houve contestação quanto a essa categorização por parte dos trabalhadores. Segundo o depoimento de T. M. M.:

Era coisa que era norma, a gente não podia fazer nada. Então a gente continuava com nosso serviço, mas não falava nada. Não dava problema porque a gente tinha nossa terra, tinha nossa plantação, então a gente tinha como provar que era trabalhador rural<sup>298</sup>.

No entanto, essa categorização apresentava alguns impasses para o trabalhador, que ia desde a interferência nos modos de trabalho de alguns sujeitos, até a causa do cancelamento da sindicalização de outros. No caso da interferência, vejamos dois relatos abaixo sobre o garimpo. T. M. M. que por muito tempo teve no garimpo sua principal atividade, não podia adquirir uma bomba própria para tocar seus garimpos. Outro depoimento é de J. P. P. que também tratou sobre o ato de esconder a prática do garimpo.

[...] É por esse sentido que eu estou falando que eu nunca tive bomba própria. Quando eu garimpava eu não declarava que estava no garimpo, ter uma bomba própria podia dá algum problema pra gente. [...] Mais também era assim, tinha o tempo da planta, no tempo da chuva, já no tempo da seca já

---

<sup>298</sup> Depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

não fazia parte, podia garimpar, faiscar, essas coisas, mas não podia ser abertamente não<sup>299</sup>.

A gente pra arrumar um dinheirinho pra pagar o Sindicato não podia falar que a gente trabalhou no garimpo não. Não podia misturar garimpo com Sindicato não, mais você era obrigado a trabalhar. Trabalhava pra arrumar algum dinheirinho até mesmo para arcar com a despesa do Sindicato mesmo. Muita gente garimpava era escondido, não podia falar não, “há que eu estou garimpando”! Podia falar não. Trabalhar pros outros, capinando, roçando podia, falar que estava no garimpo podia não, mais pra pagar Sindicato e arcar com as despesas o trem era apertado demais e o garimpo era a saída melhorzinha<sup>300</sup>.

Nesse caso era uma interferência negativa, pois uma vez que o trabalhador possuía sua bomba conseguia rendimento maior. O receio de alguns em ter bomba é que isso poderia torna-lo oficialmente um dono de garimpo, o que poderia causar seu cancelamento. Além disso, o garimpo era importante modalidade de trabalho e que, para muitos, era esperança de melhoria de vida, fazia parte de seu cotidiano, seu trajeto. De certo modo, havia em Diamantina uma identidade de garimpeiro que era como muitos sujeitos da roça eram conhecidos e que teve que ser transformada.

No caso de pedreiros e carpinteiros, alguns desses se recusavam a aceitarem trabalhos nas áreas urbanas, mesmo que temporários, pois temiam que perdessem seus direitos sindicais por tornarem explícitos seus trabalhos. No caso de comerciantes não alterava muito, pois a maioria deles possuíam vendas que abriam periodicamente, ou eram atreladas as casas. Muitos desses comerciantes estavam na agricultura até com maior frequência do que os mencionados anteriormente. Quanto aos que passavam a dedicar o comercio integralmente, incorria do risco de ter seu registro cancelado no STRD. Os trabalhadores que lidavam nos cargueiros não constavam nesse impasse, pois eram vendas do que era colhido ou produzido no terreno.

E quanto ao jovem que não possuía terras próprias e exercia atividades que não era de natureza rural? Na maioria dos depoimentos verificou-se que a sindicalização dos jovens e que não necessariamente possuía terras próprias ou desenvolviam diferentes atividades, se deu a partir de um processo em acordo com a família, na maioria das vezes. Esse acordo se dava por duas vias principais. A primeira era pela concessão de terras, ou seja, os pais concediam para os filhos um pequeno pedaço de terra no interior do próprio terreno para que o filho ou filha sindicalizassem. Outra via e que não

---

<sup>299</sup> Depoimento de T. M. M em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>300</sup> Depoimento de J. P. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

exatamente a compra de terras, se dava na declaração do filho ou filha trabalhar no terreno dos pais. Nesse caso, era feito o registro de sindicalização declarando que o/a jovem ajudava a família em um mesmo terreno.

Existiam razões para o receio dos trabalhadores em demonstrar outras ocupações que não fossem consideradas rurais. As denúncias eram recorrentes no STRD, quando um trabalhador exercia outra função que não a de trabalhador rural e chegasse ao conhecimento do Sindicato por vias de denúncia ele tinha seu registro de sindicalização cancelado. Algumas denúncias partiam, inclusive, dos delegados sindicais<sup>301</sup>. Foi feito um levantamento sobre as razões de cancelamento de sindicalizados pelo STRD, por meio desse levantamento pode-se ter melhor noção de como funcionava essa categorização<sup>302</sup>.

**TABELA 2: Motivos de cancelamentos de sindicalizados no STRD com a justificativa de não estarem na categoria de trabalhador rural, 1972 a 1985.**

Justificativas do cancelamento	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Alteração de domicílio - cidade	1		11	1	22		22	4		7		8	26	12
Alteração de domicílio - Estado			1	1	7	3							10	
Mudou-se (não especificado p/onde)		1				25			2		6			5
Mudança de profissão	9	2	27	12	20	38	15	2	2		3	2	40	10
Trabalha na Tejucana						1		1					14	4
Paga INPS					1	2	2		7	5	5	3	32	12
Doméstica					2								2	
Do comércio			1										1	1
Trabalha na Prefeitura													5	1
Trabalha no DER													1	1
Policial													1	
Professora														1
Transferência de sindicato - patronal	1		12		7	26			1		1	23	3	1

Fonte: Registros de cancelamentos. Livros de registros de sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, 1972-1985.

<sup>301</sup> Os delegados sindicais eram trabalhadores rurais que representavam o Sindicato em seus distritos e povoados. Tratar-se-á melhor sobre os delegados no capítulo 3.

<sup>302</sup> Foi tratado apenas dos motivos de cancelamentos que diz respeito a categorização do trabalhador rural. A tabela completa com todos os motivos de cancelamentos consta no Apêndice B desse trabalho, inclusive com os totais.



De acordo com a tabela 2, têm-se as informações dos cancelamentos que diz respeito à categorização do trabalhador rural. Verifica-se a questão da “alteração de domicílio” para a cidade e de Estado e “mudou-se”<sup>303</sup>. Esses três elementos estão presentes nessa tabela, pois o trabalhador rural deveria estar no meio rural, uma vez que não estando nessa área, não poderia, evidentemente, sindicalizar-se. Muitos desses trabalhadores mudavam para serviços no meio urbano e tinham seus registros sindicais cancelados. Muitas vezes eram serviços temporários e eram surpreendidos ao irem até o Sindicato e descobrirem-se cancelados. Alguns desses tinham que solicitar a readmissão, que seria aprovada em assembleia geral por meio de votos dos sindicalizados presentes<sup>304</sup>.

“Mudou de profissão” é a principal justificativa de cancelamentos no STRD. É sob essa justificativa que o Sindicato cancelava os trabalhadores que se encontravam em outras ocupações que não aquelas consideradas rurais. Nesse caso, estavam os sujeitos que mesmo morando no meio rural não eram considerados trabalhadores rurais. Foi o caso de um sujeito que o delegado sindical de sua comunidade enviou carta para o STRD informando que aquele determinado sindicalizado deveria ser cancelado, pois não exercia atividade rural, era um sujeito que nas palavras do delegado “nada faz” ainda solicitou que não divulgasse que ele tivera feito a denuncia, pois “o sujeito é mau elemento”<sup>305</sup>.

Outros vários cancelamentos que vinham com a justificativa “mudou de profissão” constavam que o sindicalizado havia se tornado pedreiro, comerciante etc. Era muito comum as denúncias quanto ao exercício de outras atividades, especialmente em relação ao trabalho nas cidades. Em relação ao garimpo, os cancelamentos não eram tantos, a menos que pertencessem a empresas mineradoras, como é o caso da Tejucana. Nota-se também que era feito uma flexibilização com relação aos garimpos, a orientação é que não fosse declarado garimpeiro, mas evidentemente os gestores do STRD sabiam que era uma atividade muito exercida.

Ainda de acordo com a tabela 2, alguns cancelamentos vinham com a

---

<sup>303</sup> Algumas justificativas do cancelamento apenas aponta que “mudou-se” não informando qual a situação da mudança, mas é possível que seja para a área urbana, pois alguns registros que mostram o retorno de alguns desses cancelados demonstra que estivera exercido trabalhos urbanos.

<sup>304</sup> STRD – Pedidos de readmissão ano de 1979-1980 – pastas: pedidos de readmissão dos anos correspondentes.

<sup>305</sup> STRD – Carta para o presidente Edson Soares da Silva de delegado sindical regional. Pasta: Correspondências não protocoladas do ano de 1972.

justificativa de que estavam empregados na Tejucana. Essa era uma empresa que vinculava o trabalhador a um contrato de trabalho celetista, então mesmo que residindo no meio rural e desenvolvendo trabalho agrícola em algum momento, esse trabalhador não podia permanecer no STRD, pois pagava INPS. Portanto não fazia sentido ser contemplado com as ações do STRD. Além disso, o sujeito ao estar empregado nessas mineradoras deixava de ser oficialmente trabalhador rural.

Com relação aos outros cancelamentos com registro de INPS, nesse caso eram vários deles, trabalhadores que viviam no espaço rural, que mesmo sendo empregados rurais, mas com carteira assinada ao invés de contrato de trabalho, não poderiam permanecer no Sindicato. Caso o trabalhador rural formalizasse contrato com o empregador contratante, teria a sindicalização assegurada, por outro lado, se trabalhasse em emprego rural, mas com carteira assinada, teria outra configuração, junto ao INPS e não faria jus a benefícios previdenciários do PRORURAL e assim não carecendo vincular-se ao STRD. Isso demonstra que as ações do Sindicato eram bastante orientadas para fins previdenciários, uma vez que se o sujeito não tivesse a possibilidade de aposentadoria por estar em outro regime, qual seria o motivo de se sindicalizar? Esse parece ser o questionamento aplicado a esses casos, pois as próprias justificativas de cancelamento deixam isso explícito.

Todos os sindicalizados no STRD, na visão da instituição, estavam lá por orientarem-se a uma futura aposentadoria. Nesse sentido, todos aqueles que tinham regimes empregatícios diferentes não eram agregados no Sindicato. O próprio STRD orientava que a sindicalização tinha como marco a alcançar a assistência previdenciária. Além disso, como a maioria dos empregos de carteira assinada ofertavam assistências médicas, acabavam que muitos trabalhadores não ficariam mesmo no Sindicato. O que também evidencia que o STRD não era visto exatamente como um órgão de representação. Não havia essa relação de organização em defesa de outros interesses no STRD.

As domésticas, apesar de aparecerem poucas nos registros cuja justificativa apresentou a razão de cancelamento por serem domésticas, aparentemente outras mulheres também foram canceladas por começarem trabalhos em casas de família<sup>306</sup>. A razão do cancelamento é devido ao mesmo fator. Uma vez que em trabalho com vínculo

---

<sup>306</sup> STRD – Pedidos de readmissão ano de 1979-1980 – pastas: pedidos de readmissão dos anos correspondentes.

celetista, não interessava se essas trabalhadoras estivessem em ambiente rural, para fins de sindicalização, era desinteressante. Muitos que estavam em casos dessa natureza não contestavam, pois tinha no Sindicato, de certo modo, esse posto de previdência social.

As justificativas de cancelamento informando “do comércio” diz respeito aqueles trabalhadores que tinham na atividade comercial seu principal sustento. Visto nos registros de cancelamentos que pertenciam a distritos maiores. Nesse caso é provável que abriam vendas, pequenos armazéns onde vendiam produtos em tempo integral. Um dos cancelamentos verificado foi feito a pedido de um delegado sindical, onde o delegado justificava que o sujeito não era trabalhador rural “é comerciante forte, colocou armazém aqui tem um tempo”<sup>307</sup>. Diante disso, acaso houvesse a denúncia de que não se enquadrava como trabalhador rural, o sujeito era rapidamente cancelado como sindicalizado.

Os empregos na Prefeitura, no DER, o policial e a professora também segue a mesma configuração. Os primeiros, geralmente continuavam no meio rural, alguns desses em razão de vincularem a Prefeitura permaneciam no meio rural, na manutenção de estradas, ou prestador de serviço de outra natureza, mas não estava na categorização de trabalhador rural diante do STRD. Os registros de professora e policial só constam um para cada e não foi possível obter maiores informações a respeito dos mesmos.

A principal razão de questionamentos encontra-se nos cancelamentos com a justificativa de que “mudou para patronal” ou “empregador rural”. Os reuni na tabela 2 como “transferência de sindicato - patronal” constando sujeitos que deixavam de serem vistos como trabalhador rural para ser do segmento patronal. Esses cancelamentos, entre os demais descritos acima, são os que apresentavam maior número de contestações. Verificou-se entre a documentação no STRD que esses cancelamentos se davam por meio de denúncias de delegados sindicais, por meio de denúncias de vizinhos ou mesmo do envolvimento do Sindicato Rural de Diamantina (patronal) com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Diamantina, que transferia o sindicalizado entre sindicatos. Nesse último caso, se considerasse que o trabalhador rural tivesse mão de obra empregada, adquirido novas terras fora de seus terrenos, os próprios sindicatos transferiam entre eles os sindicalizados.

Não foi possível identificar todas as causas dessa mudança de segmento. Entre

---

<sup>307</sup> STRD – Correspondência para o presidente do Sindicato – pasta: correspondências não protocoladas, ano de 1974.

as que foram possível identificar, foi observado que alguns delegados enviavam correspondências informando que determinado trabalhador estava com mão de obra empregada na propriedade. O interessante nesse processo é que, não raro a mão de obra era temporária e não possuía contrato formal. Ainda assim, manter um trabalhador em uma determinada propriedade abria precedente para denúncias e troca de segmento. Alguns registros de cancelamento trazia a informação “foi informado que esse tem empregado”. De acordo com o depoimento de O. A. R. até alguns vizinhos por algum tipo de desentendimento “entregava o sujeito ia até o Sindicato e informava sobre a atividade daquele trabalhador”<sup>308</sup>. Algumas vezes esse trabalhador era informado sobre esse cancelamento ou transferência, outras isso simplesmente ocorria e o trabalhador só ia saber quando procurava o Sindicato para algum tipo de atendimento.

Foi enviada uma carta em junho de 1976 para o presidente do STRD em exercício na época, Alexandrino Pio da Cruz Silva, essa carta era um trabalhador contestando o seu cancelamento. Na carta o trabalhador dizia que a pessoa que estava em sua propriedade não era empregada, estava o ajudando por uns dias e que era parente de sua esposa. Na carta ainda dizia que se tratava de “conversa fiada” dos outros<sup>309</sup>. Esse mesmo trabalhador foi readmitido no Sindicato alguns meses depois, conforme consta em sua ficha sindical.

Foram feitos outros pedidos de readmissão no STRD e com o relato do delegado fazendo esclarecimentos e solicitando que fosse reconsiderado o cancelamento. Algumas contestações que inclusive, constavam de provas e testemunhos alegando que os cancelamentos eram indevidos, pois pertenciam a categoria de trabalhador rural. Muitos sujeitos poderiam entrar para o SRD em casos que coubesse, porém vários desses trabalhadores não aceitavam essa transferência, primeiro pelo fato de que o Sindicato patronal cobrava taxas diferenciadas, depois que era um agrupamento diferente dos demais em uma mesma localidade e depois o pior, se fosse transferido para o SRD não podia fazer jus a aposentadoria.

Esse último fator foi razão dos principais pedidos de revisão de enquadramento e que fazia com que alguns sujeitos tomassem o STRD de inimigo, caso não resolvesse tal situação. A aposentadoria, antes de qualquer coisa era o que a maioria deles miravam,

---

<sup>308</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>309</sup> STRD – Carta enviada ao presidente do Sindicato Alexandrino Pio da Cruz Silva. Pasta: correspondências não protocoladas de 1976.

então, mesmo que tivessem empregados nas terras logo davam jeito de dispensar, ainda mais se estivesse perto da época de aposentar<sup>310</sup>. Muitos se negavam a agregarem-se no Sindicato patronal, alguns se readequando, outros prestando esclarecimentos e retornando ao STRD<sup>311</sup>. No caso de alguns sujeitos que tinham sido transferidos entre sindicatos, contestavam o cancelamento e acabavam não filiando a nenhum outro e ainda tornando-se inimigos do STRD<sup>312</sup>.

Esse tipo de enquadramento pelo STRD mostram duas questões. A primeira é que o Sindicato preocupava-se em sindicalizar aqueles que teriam direito a aposentarem, isso é confirmado em alguns depoimentos, pois havia a concepção de que não seria interessante a sindicalização de alguém que não fosse ter direito a esses benefícios. O segundo ponto, que não foge ao primeiro, trata-se do caráter representativo de uma classe, que no caso não era um princípio do STRD. Se o empregado rural é celetista, bem como a empregada doméstica, o comerciante, o funcionário de mineradora, mesmo morando no meio rural não tinham direito de representação por aquele sindicato.

Isso evidencia que o Sindicato não tinha um viés classista que predominava sob qualquer outro interesse. Não era a representação do sujeito do campo o foco, mas aqueles que podiam ser sindicalizados a partir da legislação do PRORURAL. Essa importância da assistência previdenciária não é um diferencial para Diamantina. Aliás, como tratou Coletti (1996, p. 55), era um projeto do governo militar em transformar o assistencialismo em um dos principais papéis dos sindicatos de trabalhadores rurais. E nesse caso, pode-se empregar o conceito do que ficou conhecido como assistencialismo para o movimento sindical.

Em relação à categorização do trabalhador rural pelo STRD, não se constituiu de um problema em encaixá-los em uma categoria pelo fato de que a maioria dos moradores dos espaços rurais dispunha de terra. Porém, essa categorização fez com que alguns trabalhadores fizessem readaptações em suas dinâmicas de trabalho e os privaram, de certo modo, de exercerem abertamente outras ocupações. Além disso, havia rigor com relação ao cumprimento do que dispunha a legislação, uma vez que um trabalhador contratasse mão de obra ele passava a patronal, o que também era uma

---

<sup>310</sup> É possível deduzir isso, pois um próprio delegado ao fazer uma das denúncias deixou isso claro, de que alguns ao chegar próximo a idade de aposentadoria dispensava empregados e procurava enquadrá-los em trabalhador rural.

<sup>311</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>312</sup> Idem.

limitação imposta. Essa categorização também é capaz de oferecer um panorama do perfil de trabalhador rural predominante no STRD no período estudado.

### **2.3.2 A sindicalização**

Como referido anteriormente, um grupo formado pelo presidente do SRD Antônio Dias Neves, o prefeito e a primeira dama, João Antunes de Oliveira e Tereza Antunes de Oliveira, os trabalhadores rurais Genésio Inácio Lélis, e Edson Soares da Silva iam as localidades rurais para falar do Sindicato que estava sendo fundado e a importância da sindicalização. De acordo com o depoimento dos trabalhadores rurais, geralmente era marcado uma reunião com todos, quase sempre realizada na sede do distrito e convidando aos moradores dos povoados e sítios, e lá eram todos informados sobre o STRD e convidados a sindicalizarem.

No ano de 1972 com a Carta Sindical o STRD ampliou os esforços para a sindicalização rural em Diamantina. Durante todo esse ano foram realizadas 75 reuniões ordinárias, sendo que quase todas para aprovação de propostas de filiar-se, houve 25 reuniões extraordinárias, das quais 13 foram em distritos e municípios vizinhos com a finalidade de filiação<sup>313</sup>. Os registros de associados foram feitos em livros enviados pela FETAEMG em 1972. Os associados que foram vinculados ao STRD em 1971 só foram registrados em livro no ano de 1972, quando houve o reconhecimento do Sindicato. Também foram criadas as fichas sindicais para cada membro, informando os dependentes (filhos e esposa) e sua localização.

Os primeiros cinco anos de funcionamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina teve um grande número de cadastros de sindicalizados, sendo em sua maioria do sexo masculino, desde jovens trabalhadores até maiores de 80 anos. Os associados mais velhos, com mais de 60 anos, entravam para o Sindicato e com o passar de poucos meses já conquistavam as aposentadorias. O número de entradas de mulheres era baixo e opunham-se as entradas de homens no que se refere à idade. A maioria das entradas de mulheres eram mais velhas.

Foi feita a opção por apresentar inicialmente os primeiros anos do STRD, 1972 a 1975, isso para ter um panorama dos primeiros anos dessa sindicalização em

---

<sup>313</sup>STRD – arquivo – Relatório da secretaria – ano de 1972. Pasta: documentos diversos, 1971/1974.

Diamantina. Ademais nos anos de 1976 até 1985, ocorreram mudanças em alguns aspectos da sindicalização no STRD, isso será mostrado em momento oportuno. Retomando sobre os primeiros anos da sindicalização, veja-se a tabela 3.

**TABELA 3: Quantitativo dos primeiros sindicalizados, por sexo, no STRD, 1972 - 1975.**

-	Homem		Mulher		-
	N.	%	N.	%	
1972	1.243	83	257	17	1.500
1973/1974	1.705	88	230	12	1.935
1975	657	83	134	17	791

Fonte: Livros de registros de sindicalizados, 1972-1975.

Nota: Os registros de 1973 e 1974 foram realizados juntos em 1974, no livro 2 e 3, pois assim que acabou o livro 1, demorou alguns meses até que o novo livro chegasse, enquanto isso, estavam registrando nas fichas e atualizando nos livros em 1974.

O número de entradas de sindicalizados nesse período foi grande, tendendo a diminuição nos anos seguintes. O elevado número de entradas de homens em relação às entradas de mulheres se deve ao fato de que os homens eram considerados os provedores do lar. O STRD considerava que o responsável pela manutenção da família eram os homens. Nesse sentido, era entendido que eram eles que trabalhavam, uma vez que mesmo que as mulheres fossem consideradas trabalhadoras rurais, seus trabalhos eram vistos como complementares, ou como responsável pelo cuidado com as tarefas da casa, não sendo serviços que gerasse renda<sup>314</sup>. O que não correspondia a realidade, pois como tratado em capítulo anterior, muitas mulheres tinham um envolvimento significativo com diversas ocupações, com destaque para os quintais e a produção ligado a ele.

No entanto, os homens eram preferencialmente sindicalizados, pois na concepção do STRD, seria quem possuía o dinheiro para pagar o custo do Sindicato<sup>315</sup>. Ademais, por uma visão predominantemente patriarcal, os homens eram encarados como os responsáveis, chefes de família, assim, esses deveriam estar à frente no Sindicato. Não era uma regra do STRD, também não havia impedimentos que as

<sup>314</sup>De acordo com os depoimentos de Maria do Sindicato, entrevistada em novembro de 2019 e O. A. R. entrevistado em julho de 2020.

<sup>315</sup>De acordo com depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

mulheres representassem aos maridos, mas não ocorria, o STRD naturalizava que o correto era os homens assumirem o Sindicato, e não as mulheres<sup>316</sup>.

Quando casadas, as mulheres eram dependentes dos homens no processo de sindicalização, assim como os filhos, ou seja, com o mesmo registro do homem, a mulher teria direito aos serviços prestados pelo Sindicato, bem como aos auxílios em caso de viuvez, isso era considerado como “dependente”. Apenas era necessário que um deles tivesse a carteira de sindicalizado e que contemplaria todos os membros da família, no caso esposa e filhos menores dependentes<sup>317</sup>. De acordo com o depoimento de *Maria do Sindicato*, nos primeiros anos da atuação do STRD a baixa nas entradas de mulheres jovens deve-se ao fato de que muitas mulheres não preocupavam em sindicalizar, pois pretendiam casarem e assim, passariam a dependente de seus maridos<sup>318</sup>.

Era permitido que a mulher solteira sindicalizasse, isso para que fosse contemplada com os direitos assistenciais. Os critérios eram os mesmos para os homens, bastando ser enquadrada no que definia o PRORURAL, enquanto trabalhadora rural. O STRD muitas das vezes cancelava o registro de sindicalizadas mulheres quando se casavam, até mesmo sem ter anunciado a sindicalizada, mas colocando a justificativa “casou”<sup>319</sup>. O que mostra a naturalização dessa concepção de dependência da mulher em relação ao marido pelo STRD. Outro caso eram alguns abandonos de mulheres ao STRD que vinham com algumas justificativas de cancelamento por abandono “deve ter casado”, que depois se confirmava o abandono em razão do casamento. O que também aponta para uma construção que não partia só do STRD, mas as próprias mulheres deixavam o Sindicato quando se casavam.

Como a maioria das mulheres se casavam na mesma localidade de origem, ou seja, rural, assim tendo os maridos a condição de sindicalizar, permanecia dependente do marido. Caso essas mulheres mudassem de local de moradia quando casadas, passando a morar na cidade ou exercer alguma ocupação que não fosse considerada rural, perderia por completo direito de sindicalização. Caso os homens não exercesse

---

<sup>316</sup> Confirma-se essa postura nas atas de reuniões de posses de delegacias e reuniões internas, onde o STRD informava que em casos de casamento o mais certo era que o homem passasse a representar a família, isso por ser entendido como o provedor.

<sup>317</sup> STRD – Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, 1974. Pasta: documentos diversos, 1971-1974.

<sup>318</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato, em entrevista realizada em novembro de 2019.

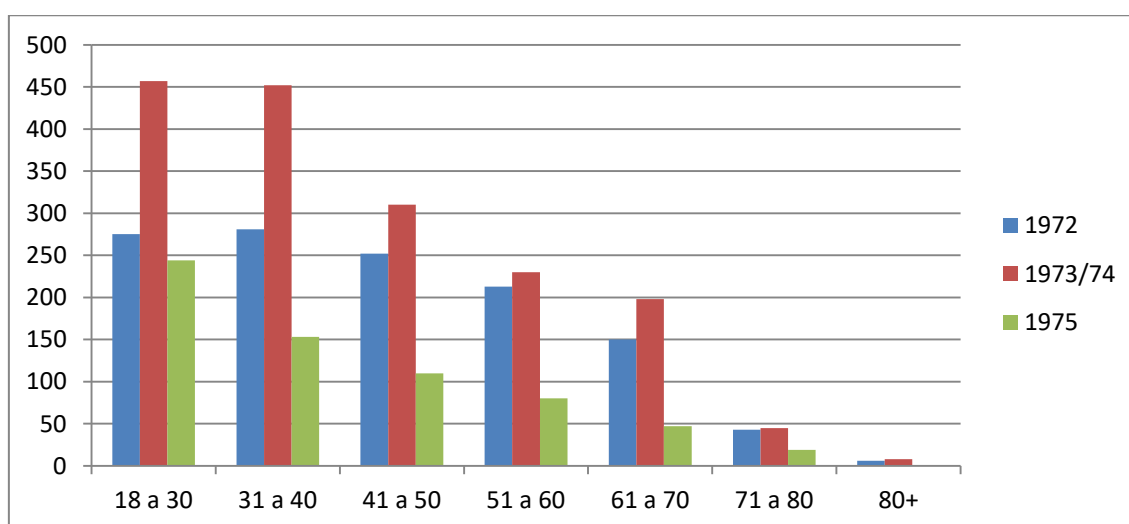
<sup>319</sup> Ver tabela completa sobre cancelamentos no apêndice B.



ocupação considerada rural, o caso da mulher seria verificado pelo Sindicato, podendo essa permanecer com seu registro ativo ou sendo desligada do quadro de sindicalização.

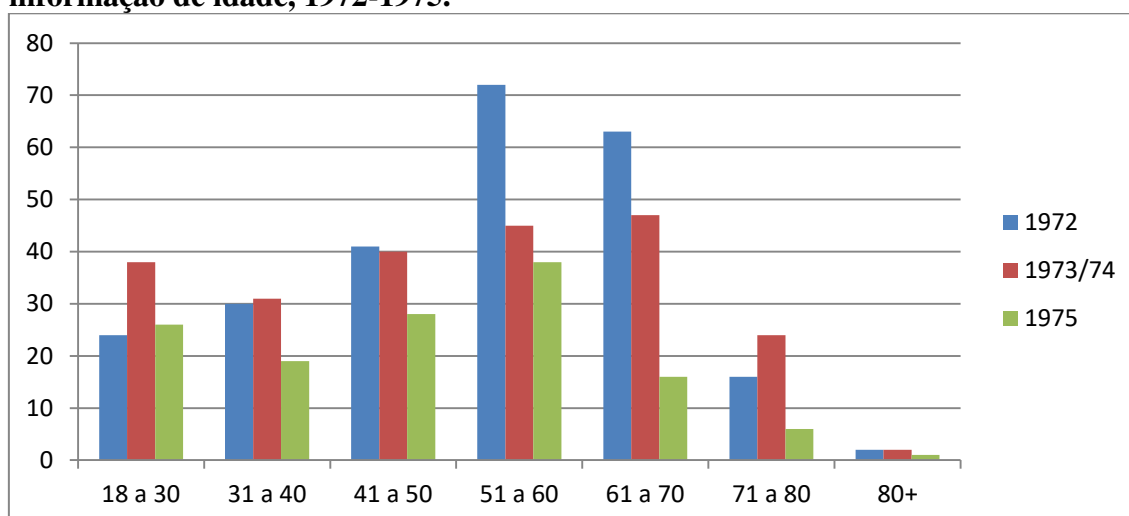
Observou-se também que, entre os anos de 1972 e 1975, os homens sindicalizavam-se com idade mais jovem, entre 18 e 40 anos, enquanto as mulheres sindicalizavam mais velhas, com idades entre 51 a 70 anos. Para um comparativo de idade de sindicalização de homens e mulheres e a faixa etária predominante de sindicalização de cada um podem-se observar os gráficos 1 e 2.

**GRÁFICO 1: Faixa etária dos sindicalizados homens, registrados no STRD com informação de idade, 1972-1975.**



Fonte: Tabela 8. Apêndice A.

**GRÁFICO 2: Faixa etária das sindicalizadas mulheres, registradas no STRD com informação de idade, 1972-1975.**



Fonte: Tabela 8. Apêndice A.

Até os 18 anos, tanto homens ou mulheres em que seus pais fossem sindicalizados, eram considerados dependentes. Porém, em casos em que o jovem não tinha relação de dependência com seus pais, antes mesmo de completos os 18 anos, solicitavam admissão no STRD, com idades acima dos 15 anos. Entre 1972 e 1975 apareceram nos registros de sindicalizados que possuíam informação de idade, apenas 3 registros de menores de 18 anos. Sendo que menores poderiam estar no STRD, mas só poderiam concorrer a algum cargo eletivo após alcançar os 18 anos<sup>320</sup>. Em casos em que os filhos de sindicalizados tivessem alguma deficiência, permaneciam como dependentes de seus pais, mesmo atingida a maioridade.

A sindicalização de homens foi composta por trabalhadores de várias idades nesses primeiros anos, mas como se pode observar nos gráficos 1 e 2, os homens eram sindicalizados mais jovens que as mulheres. As mulheres sindicalizavam mais velhas e em sua maioria, constavam a informação de que eram viúvas. As mulheres viúvas foram se sindicalizando com a intenção de conseguir aposentadoria e outros auxílios. Como seus maridos não tinham deixado, em sua maioria, nenhuma fonte de renda, muitas delas passavam por dificuldades financeiras, assim, vinculavam-se ao STRD. Os registros de mulheres sindicalizadas com idades entre 18/30 anos estava geralmente ligada às mulheres solteiras, em alguns casos estando algumas já em situação de viuvez.

Entre 1976 e 1985 houve diferenciais na sindicalização de trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, a começar pela gradual diminuição de novos sindicalizados. Os homens continuaram sendo a maioria no Sindicato, também mais jovens, o que ocorreu foi uma mudança significativa nas idades das mulheres, que passaram a ter mais mulheres jovens. Vejam-se os dados seguintes:

**TABELA 4: Quantitativo de sindicalizados, por sexo, no STRD, 1976 -1985.**

-	Homem		Mulher		-
Ano	N.	%	N.	%	Total
1976	559	84	103	16	662
1977	412	80	100	20	512
1978	340	82	76	18	416

<sup>320</sup> STRD – Estatuto social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 1974. Pasta: documentos diversos 1971/1974.

1979	288	81	67	19	355
1980	324	77	99	23	423
1981	276	74	96	26	372
1982	281	74	98	26	379
1983	165	67	81	33	246
1984	198	77	60	23	258
1985	178	76	57	24	235

Fonte: Livros de registros de sindicalizados, 1976-1985.

Houve uma diminuição geral no número de sindicalizados no STRD. É válido mencionar que as primeiras levas de sindicalizados se deram com os constantes movimentos realizados pelo STRD. Houve uma ampla campanha de sindicalização e que contemplou elevado número inicialmente. Para os anos seguintes, a integração de trabalhadores no STRD, se deu com campanhas de sindicalização menores, muitas vezes empreendidas pelos próprios trabalhadores em suas localidades, conscientizando outros trabalhadores a integrarem na instituição.

A diminuição das entradas era visível ano a ano. Em 1984 os dirigentes sindicais do STRD, representado no período pelo presidente Edson Soares da Silva, mostraram preocupação quanto às saídas do sindicato e a baixa nas entradas, levando em consideração os números dos anos anteriores. Informaram aos delegados da necessidade de conscientizar a população rural para entrar para a instituição. Foi feito um movimento contínuo nas reuniões realizadas na instituição e com os delegados regionais do Sindicato, para a captação de novos trabalhadores<sup>321</sup>.

A gradual baixa na sindicalização de trabalhadores rurais estava sendo encarada pelo STRD como um aumento no interesse dos jovens pelas cidades em detrimento do rural. Os dirigentes do STRD entendiam que os jovens não estavam interessando na sindicalização como antes tivera ocorrido, pois aqueles que ainda não tinham ido para as áreas urbanas, pensavam que em algum momento iria. Nesse sentido, a sindicalização não era visto como algo viável para tais jovens<sup>322</sup>. É preciso lembrar a questão da terra no processo de modernização conservadora, que para algumas localidades no Alto

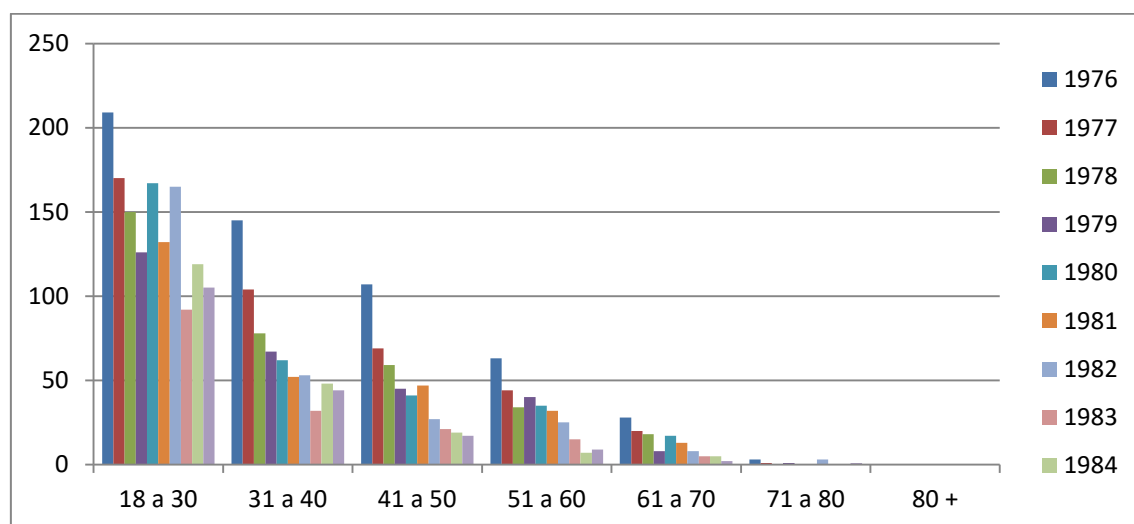
<sup>321</sup> STRD – Atas de reuniões do ano de 1984.

<sup>322</sup> STRD – Carta aberta de Edson Soares da Silva no começo de sua nova gestão como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. 1984. Pasta: documentos diversos 1982/1985.

Jequitinhonha impulsionou a migração. Embora esse último caso nunca foi usado como justificativa pelo STRD.

Havia uma maior procura dos jovens por empregos formais, com direito a férias, pagamentos mensais e outros benefícios do contrato de trabalho. A única forma do STRD fornecer isso aos jovens eram por meio dos empregadores rurais, que naquela altura não tinham muitos em parceria com o Sindicato<sup>323</sup>. De outro lado é interessante notar que mesmo com baixa nas entradas e que o STRD justificava que eram os jovens que estavam saindo das áreas rurais, os números de sindicalizados ao longo do ano de 1976 até 1985, eram de maioria de homens mais jovens. No caso dos homens, isso já ocorria, o maior número de sindicalizados homens, eram mais jovens. No caso das mulheres apresentou um diferencial que foi aumento de sindicalização de mulheres jovens. Para uma melhor visualização da faixa etária da sindicalização ocorrida no STRD de 1976 até 1985 e a faixa etária predominante dos sindicalizados, vejam-se os gráficos 3 e 4.

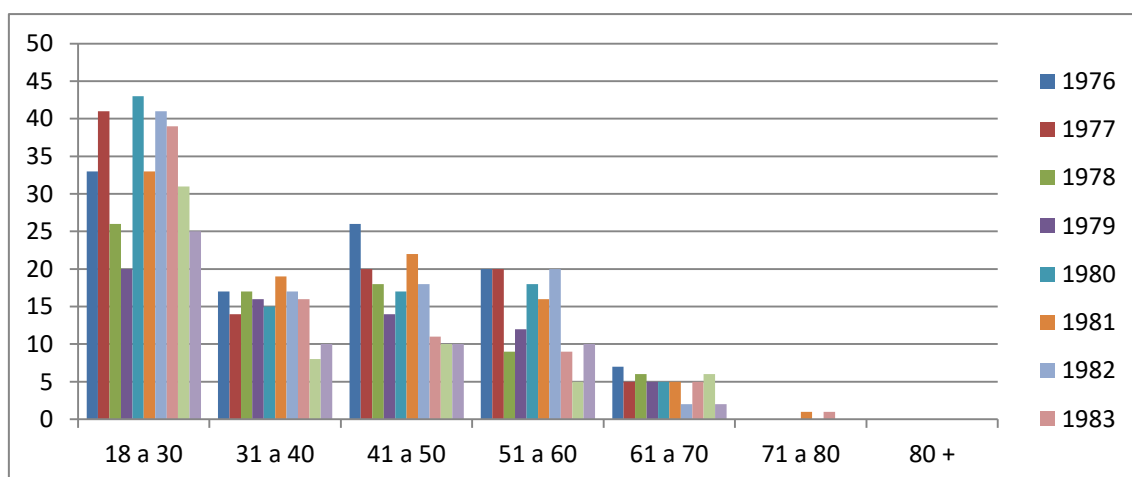
**GRÁFICO 3: Faixa etária dos sindicalizados homens, registrados no STRD com informação de idade, 1976-1985.**



Fonte: Tabela 9. Apêndice A.

**GRÁFICO 4: Faixa etária das sindicalizadas mulheres, registradas no STRD com informação de idade, 1976-1985.**

<sup>323</sup> STRD – Carta aberta de Edson Soares da Silva no começo de sua nova gestão como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. 1984. Pasta: documentos diversos 1982/1985.



Fonte: Tabela 9. Apêndice A.

Por mais que tenha ocorrido baixa no número de sindicalização no STRD, como se pode observar nos dados anteriores, as entradas ainda era maioria de pessoas entre 18 e 30 anos. Até nos caso das mulheres, que anteriormente a faixa etária de sindicalização era com mulheres mais velhas, a partir dos 40 anos, para 1976 começou a ter uma alteração, onde havia crescimento de sindicalização de mulheres jovens. De 1976 até 1985 não ocorreu sindicalização de pessoas maiores de 80 anos.

Quanto à participação feminina no Sindicato, como vimos anteriormente, era baixa, continuou baixa, porém o número de sindicalização de mulheres jovens, foram aumentando. Entretanto, essas mulheres eram pouco atuantes no Sindicato, pouco participavam de assembleias, não assumiam cargos em nenhuma modalidade<sup>324</sup>. A primeira a compor o Conselho Fiscal do STRD foi aos fins da década de 1990<sup>325</sup>. Não foram localizados registros dessas mulheres em qualquer reivindicação ou colocação de pauta em reuniões.

O que se pode observar que o STRD de 1971 até pelo menos 1990, era formado majoritariamente por homens, no que se refere a gestão. É interessante destacar que as mulheres estavam frequentemente no STRD, como se verá no capítulo seguinte, mas fazendo uso dos serviços assistenciais e acompanhando os filhos para a mesma finalidade. Sua frequência no STRD era muito superior a dos homens, mas no que se referia ao uso de serviços assistenciais. Quem estava nas reuniões, votava e concorriam a cargos eletivos eram os homens, que eram os portadores da carteira de sindicalizado. Até mesmo as mulheres sindicalizadas tinham escassa participação em assembleias.

<sup>324</sup> STRD – arquivo – Livro de presença em assembleias

<sup>325</sup> A primeira mulher a compor uma chapa eleitoral no STRD foi Rita Francisca Mendes, e se deu no ano de 1996. Livro de atas de assembleias de 1996, relatório do conselho fiscal.

Foi após a promulgação da Constituição de 1988 que tanto o marido quanto a esposa, se fosse o caso, passaram a poder ter seus próprios registros de sindicalizados, não precisando ser dependentes. Apenas os filhos menores ou se por razão de alguma deficiência, mantinham como dependentes. Com as alterações nas legislações previdenciárias, a mulher poderia e deveria ter sua própria carteira de contribuição sindical, podendo aposentar, não somente tendo direito a pensão por morte dos maridos, mas mesmo enquanto casadas poderiam aposentar. Aquelas que haviam cancelado seus registros com a justificativa de “casou” voltaram para o Sindicato, tendo direito as suas aposentadorias. Aquelas que não tiveram sido casadas e vinculadas aos sindicatos poderiam aposentar livremente mesmo antes das mudanças da década de 1980<sup>326</sup>.

A intenção desse capítulo foi apresentar o processo de sindicalização de trabalhadores rurais, com destaque para os trabalhadores rurais de Diamantina. Foi observado o percurso e o processo de sindicalização, os segmentos envolvidos e o perfil desses trabalhadores sindicalizados. No capítulo seguinte abordar-se-á sobre a relação sindicato/trabalhador rural, nos aspectos garantias assistencial e relacionamento do trabalhador com o Sindicato.

---

<sup>326</sup> Para uma melhor análise nessas transformações para esse período ver estudos de: Brumer (2002), Kreter (2005) e Borba e Fabrini (2016).

## CAPÍTULO 3

### UM SINDICATO PARA OS TRABALHADORES RURAIS



### 3 UM SINDICATO PARA OS TRABALHADORES RURAIS

*“Eu defendo o Sindicato hoje, porque eu conheci um tempo antes dele.”<sup>327</sup>”*  
*“Deus dê o Céu a Doutor João Antunes, ai de nós se não fosse esse Sindicato!”<sup>328</sup>”*  
*“Esse Sindicato foi pra nós uma benção! Mal de nós se nós se não tivesse ele!”<sup>329</sup>”*

Nesse capítulo abordar-se sobre a relação dos trabalhadores rurais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, sob o aspecto da sindicalização e das garantias assistenciais. Observa-se a atuação desse Sindicato na esfera da garantia de assistências sociais e como os trabalhadores deram significado a isso. Destaca-se a intermediação do Sindicato as garantias previstas no PRORURAL, onde o Estado instituiu o Programa, mas quem efetivamente chegou até os trabalhadores rurais e os forneceu condições para usufruir dos benefícios foi o Sindicato, o que acabou gerando uma relação entre trabalhadores e Sindicato.

#### 3.1 Narrativas de tempos difíceis

Verificou-se ao longo desse estudo que o conceito de pobreza é encarado de diferentes formas pelos trabalhadores rurais. Dificilmente um trabalhador ao compartilhar sua memória fala de pobreza. O termo pobreza em si, é muito forte e visivelmente impactante, então, é usualmente substituído por tempos difíceis, vida difícil, vida dura. Alguns trabalhadores conseguem narrar a pobreza quando se trata de avaliar a situação da sociedade, mas poucos deles ao falar de suas vidas usam a pobreza aplicada a si e sempre atribuem os momentos vividos como tempos difíceis.

O entendimento de pobreza perpassa por diferentes lógicas, mas a mais usual para os trabalhadores rurais entrevistados ao longo desse estudo é que pobreza era um elemento que identificava a total falta de recursos básicos para a sobrevivência, especialmente alimentar. Caracterizar-se como pobre indicaria uma situação de completa penúria. Nesse caso, não tratar de pobreza evidência que nunca tivera passado fome, mas tratar dos tempos difíceis indica que o contexto de vida na época era

---

<sup>327</sup> Depoimento de W. B. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>328</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>329</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.



precário, viviam com pouco, mas tinham o de comer.

Iniciar esse capítulo com essa abordagem se justifica no sentido de que os trabalhadores rurais buscaram avaliar suas vidas, enquanto crianças ou jovens, falando sobre tempos difíceis, sinalizando justamente as questões sociais, os modos de vida modesta em que viveu ou que foram vividos pelos pais ou avós. Esse tópico antecede o assunto sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, justamente em razão de que ao buscar avaliar sobre as condições de vida em período anterior a essa instituição, depara-se com as declarações dos trabalhadores sobre tempos difíceis.

Ao falar em como era a vida do trabalhador rural anterior a qualquer tipo de garantias de natureza assistencial e previdenciária, partimos do princípio de identificar a partir da ótica do trabalhador rural duas experiências. A primeira é anterior ao surgimento do Sindicato e a segunda é após o surgimento dessa instituição. Com isso, por meio do que colocam os trabalhadores podemos avaliar se o surgimento desse Sindicato ocasionou alguma mudança para eles.

É certo de que a fonte que pode nos trazer melhor essa dimensão é a fonte oral, pois se constitui de um aparato metodológico que faz uso das próprias memórias dos trabalhadores. Além disso, já foi dito, que a fonte oral é privilegiada para se compreender a história de vida, e da história de vida avaliamos os processos de mudanças na sociedade. (POLLAK, 1992). Carece ainda explicitar que ao nos propormos a estudar o meio rural é preciso ter a noção de que as fontes disponíveis são relativamente escassas. E a história oral surgiu justamente como uma ferramenta privilegiada para adentrar nesses espaços.

Ao buscarmos pelas memórias dos tempos difíceis, queremos basicamente avaliar um possível impacto ocasionado pela introdução de uma instituição sindical. Para alcançar esse objetivo, o caminho escolhido não partiu de uma simples interrogação ao trabalhador rural de como eram suas vidas antes do Sindicato. Aposto na ideia de que se partíssemos desse ponto de busca, por respostas através de questionamentos como “como era sua vida antes do Sindicato?” teríamos um movimento de comparação e que poderia cair em uma avaliação que é com base na existência e na relação com o Sindicato.

Quando se trabalha com entrevista deve ter esses cuidados. Ao fazermos esses

vagos questionamentos, estamos pedindo para o entrevistado avaliar diretamente a existência de uma mudança. Nesse sentido, o entrevistado pode ser conduzido a um movimento de prestar seu depoimento, com base no que formula de opinião sobre a instituição. Poderia nesse caso, falar que a vida era ruim e que quando o Sindicato chegou, a vida melhorou, ou talvez, piorou. Isso precisa ser cuidadosamente trabalhado, pois pode fazer com que ao longo de toda a entrevista, o entrevistado para não cometer contradições, traga elementos que enaltece ou descaracteriza a instituição.

Foi preciso um esforço maior para chegar até as narrativas dos tempos difíceis. Partiu-se das narrativas sobre a infância, vida de criança, formas de diversão, relação com a família, forma de ganhar dinheiro, formas de alimentar, formas de vestir, questões de saúde e outros. Essas informações foram fundamentais para a construção da história de vida desses trabalhadores. Ao longo das entrevistas, o diálogo sobre o surgimento do Sindicato foi entrando na entrevista e assim chegamos a um movimento de tratar especificamente do significado daquela instituição para o trabalhador.

Retornando aos tempos difíceis, os trabalhadores narraram sobre uma época em que trabalhavam muito, mas não tinham boas condições de vida. Começavam desde criança no trabalho com a família, alguns iniciando aos dez anos de idade. O dinheiro era pouco, assim como avaliam. Eram muitos dias de trabalho, muitas vezes o resultado da colheita pouco dava para os custos da despesa da família, que geralmente era numerosa. A forma de ganho de dinheiro que poderia ter resultados mais significativos era o garimpo, mas era um serviço incerto. Além disso, as condições de higiene eram precárias, o que acabava por resultar na existência de variadas doenças.

Dadas às questões com que conviviam, avaliavam que eram tempos difíceis com os quais tinham que lidar. Pode-se adiantar a afirmação de que, ao chegarmos na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, apontaram a existência de uma mudança. O que ocorreu com a introdução do Sindicalismo para esses trabalhadores foi um movimento que começou a amenizar os ditos tempos difíceis. Por meio de um conjunto de aparatos e a partir de um processo gradual, que sem dúvidas, teve impacto com a sindicalização, foi ocorrendo mudanças em diversas esferas da vida do trabalhador rural, o que acabou gerando uma imagem do Sindicato ligado à essas transformações.

## 3.2 PRIMEIRAS AÇÕES

Apontou-se a existência de um projeto sindical em Diamantina. Um projeto que previa atender o trabalhador em diferentes demandas. De fato essa proposta foi sendo cumprida no decorrer das ações sindicais. Nos tópicos seguintes serão tratados sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina na concepção dos trabalhadores rurais.

### 3.2.1 Os trabalhadores rurais e a fundação do Sindicato

Quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina deu início as suas atividades, uma parcela pequena da população rural contava com direitos assistenciais e previdenciários. Os trabalhadores contemplados com algum auxílio dessa natureza estavam geralmente empregados em empresas mineradoras, sendo em sua maioria homens. As fábricas de tecidos, uma na Vila do Biribiri e outra em Diamantina, que era a fábrica Antônina Duarte<sup>330</sup>, também contavam com trabalhadores pertencentes a famílias rurais, em especial mulheres, que além de gerar um ganho financeiro, era também em si um formato de proteção social, especialmente para mulheres de famílias pobres. (BORGES, 2019).

Outros trabalhadores rurais que haviam experimentado serviços que ofertavam um regime assalariado, e contavam com algum benefício assistencial, eram aqueles que rumavam para as cidades e conseguiam empregos em diferentes postos de trabalho. Além desses trabalhadores, estava uma grande parcela da população rural que não se encontravam em nenhum desses setores de serviço. Trabalhadores que viviam entre o garimpo manual ou de bomba, envolvidos na agricultura, e trabalhadores com outras ocupações, que continuavam no meio rural sem garantia de direitos assistenciais ou previdenciários, valendo lembrar tais trabalhadores tratados no primeiro capítulo. A fundação do STRD apresentou “uma novidade”, sendo as garantias assistenciais para trabalhadores rurais<sup>331</sup>.

---

<sup>330</sup> Além das fábricas no município de Diamantina, alguns trabalhadores também se empregavam em uma terceira fábrica a “São Roberto”, instalada no município de Gouveia.

<sup>331</sup> Alguns trabalhadores narraram o processo de sindicalização na época como sendo “uma novidade”.

A fundação do Sindicato causou certa desconfiança de início. Alguns trabalhadores que se lembram de como foi esse processo narraram

Oh, quem é que acreditava? Meu pai mesmo quando veio essa história de sindicato ele falava que era só depois que ele vesse. Da onde que gente que nunca tinha trabalhado com nenhuma firma podia ter sindicato assim, que tinha direito de médico, de dentista. Ele e muita gente aqui falavam que isso era mentira, não acreditava mesmo, ignorava aquilo. E aposentar então? Os mais velhos aqui ria dessa história, como que vai aposentar gente que nunca trabalhou fichado? Era conversa de boi dormir. Tinha gente aqui que não sabia nem por onde tinha passado um sindicato, nunca tinha nem ouvido falar o que que era um sindicato<sup>332</sup>.

Aqui as pessoas não ficaram muito acreditando nesse Sindicato no começo não. Mais veio, os mais velhos foi aposentando, os mais novos foram entrando. A gente foi sabendo de existência de médico, de advogado, de dentista. A gente sabia que precisava pagar, não era fácil não, mas a gente pagava porque sabia que tinha onde a gente procurar caso a gente precisasse<sup>333</sup>.

O povo ficou com um “pé atrás” [desconfiado] com isso de Sindicato né? Ih tinha gente que ignorava isso. Sobre esse negócio de aposentadoria então, nossa, mais não acreditavam mesmo! Tinha aqui um tal de Daniel que era conserva de estrada e teve um dia que ele falou com o pai dele que vinha um tempo de que as pessoas que moravam na roça ia aposentar. Aí Alexandre [pai dele] falou com ele assim, “oh meu filho, nunca!” eu lembro que tia Antônia contava isso. De que ele falou “- Nunca, vai ter isso não, pois nunca teve, agora que vai ter?” [fala atribuída ao Alexandre] “-Vai vir umas pessoas para entrevistar aqui vocês e vocês vai ter que falar a verdade” [fala atribuída ao Daniel] há mais que não falava mesmo, dizia Alexandre que isso era para saber das coisas da gente. Nisso ficou, daí a pouco veio essa história do povo pagar o sindicato para o povo ter direito de aposentar<sup>334</sup>.

As garantias assistenciais do Sindicato surgiram em um momento em que para os trabalhadores esse formato para pessoas que não estavam ligados a empresas, era improvável. A introdução das ações do Sindicato inicialmente causou desconfiança, mas não foi difícil de ganhar a adesão dos trabalhadores. Se por um lado falava-se em pagar uma mensalidade, por outro havia os benefícios que eram significativos e que tê-los era uma forma de possuir segurança. A desconfiança foi somente antes das primeiras reuniões que objetivava mostrar as funções do Sindicato. Na verdade, a desconfiança era mais uma descrença na existência de uma instituição dessa natureza do que desconfiança de um possível golpe.

No caso do depoimento de C. M. M podemos observar que o conserva de estrada

<sup>332</sup> Depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>333</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>334</sup> Depoimento de C. M. M em entrevista realizada em janeiro de 2020.

já tinha tido algum contato anterior com as informações sobre a sindicalização. Por certo teria sido informado através de outras localidades que teria recebido os envolvidos com a abertura do Sindicato. É uma hipótese, pois a informação sobre a questão da aposentadoria de forma mais ampla era uma informação recente para todo o município, aliás, para todo o País. É também possível que esse trabalhador tenha em algum momento participado dos debates em relação à sindicalização que estava sendo feita por parte de alguns trabalhadores, ou tivesse de alguma maneira tido notícia. Tão logo o processo de sindicalização chegou a grande quantidade de trabalhadores.

[...] O povo não ficava acreditando não, logo que vieram aqui o Doutor João, Dona Tereza, o próprio Antônio Neves e conversou com o povo aqui, muita gente quis entrar. Era um negócio o seguinte, estava oferecendo uma coisa que era benefício pra nós mesmo. Se fosse oferecendo alguma coisa que fosse prejudicar nós, claro que a gente não ia aceitar, mais era coisa que era pro nosso bem, aí o povo foi aceitando.<sup>335</sup>

Quando falou nesse negócio de médico e de aposentadoria o pessoal logo aceitou. Eles ficaram sem acreditar antes que tinha esse Sindicato, né? Mais depois que veio o povo foi entrando, porque era uma forma de ter uma garantia naquela época né? [...] Antigamente não tinha muito isso do povo ser desconfiado com tudo não, nesses negócios de assinar papel sem ler, de aceitar as coisas sem nem saber direito, bastava oferecer alguma coisa e o povo já estava aceitando. A vida era tão difícil que bastava oferecer alguma coisa e o povo nem punha muita dúvida não<sup>336</sup>.

As ações assistenciais do STRD chegaram em um momento em que as pessoas não empregadas não tinham esses tipos de benefícios. Vale relembrar que, desde a fundação do Sindicato, a principal forma de cooptar os trabalhadores foi os atraindo para os direitos assistenciais do PRORURAL. O próprio STRD chegava até o trabalhador com a informação “das aposentadorias” na linha de frente da argumentação do Sindicato para com o trabalhador.

As garantias sociais de acesso à saúde estavam previstas e foi também um elemento importante para o funcionamento do Sindicato nos primeiros anos. Ajudou a combater alguns males que matava crianças, jovens e adultos por falta de orientação, ou mesmo de um tratamento que muitas vezes era simples<sup>337</sup>. Além disso, até aquele momento o acesso a médicos e dentistas se mantinha, em partes, restrito, pois era

<sup>335</sup> Depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>336</sup> Depoimento de C. da. L. P. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>337</sup> STRD – Livro de atendimentos médicos de 1972.

necessário que se custeasse os tratamentos. Internações era quase impensável para muitos trabalhadores dado haver um custo considerado elevado.

Durante esse capítulo será abordado sobre as garantias assistenciais para o trabalhador rural com a intermediação do Sindicato. Por meio das histórias de vida compreenderemos como a garantia desses benefícios contribuiu para os trabalhadores, bem como a formação da imagem do STRD. Na sequência, será abordado sobre as primeiras ações práticas adotadas nos primeiros anos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

### 3.2.2 Os empregados rurais

Formalizar contratos de trabalho para trabalhadores rurais era uma das intenções primordiais do STRD, sendo uma das primeiras frentes de atuação desse Sindicato. Os produtores rurais estavam preocupados com a constante saída de trabalhadores rurais no município de Diamantina, recrutados para as consideradas cidades grandes<sup>338</sup>. É bem verdade que não era só a área rural diamantinense que sofria com esse problema, era uma realidade vista em todo o País. Saíam muitos trabalhadores rurais de suas terras para se instalarem em postos de trabalho em fazendas, em São Paulo e outros Estados.

No caso dos trabalhos em mineradoras ou fábricas locais, havia um fenômeno migratório que retirava o trabalhador do serviço rural, porém o impacto era menor em razão de que o fluxo de migração para esses serviços era pequeno. Não eram muitos os trabalhadores que eram recrutados para essas empresas. E mesmo os trabalhadores das fábricas e das mineradoras não perdiam por completo o vínculo com a terra, a família permanecia mantendo a dinâmica do terreno. A grande preocupação era com as saídas para outras cidades e Estados, geralmente ocasionadas em grandes somas e levando tanto homens, quanto mulheres. Essas migrações constituíram-se de uma preocupação para produtores rurais (segmento patronal agrícola) em todo o Vale do Jequitinhonha. Começou a ser um problema de ordem econômica e que impactava tais produtores rurais que perdiam mão de obra<sup>339</sup>.

---

<sup>338</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>339</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 65, n. 44, 29 agosto 1971, 4p. Nessa edição do jornal tem uma matéria que trata justamente dessa

No capítulo dois tratou-se dos chamados “paus-de-arara”, vale retomar a abordagem. Tais “sujeitos” conhecidos como “gatos” vinham de outros Estados para buscar trabalhadores na região de todo o Vale do Jequitinhonha por meio dos “paus-de-arara”<sup>340</sup>. Eram levados tantos homens e mulheres, “utilizando as mulheres no plantio de verduras e entregando a grandes somas, os homens nas fazendas de São Paulo e Paraná<sup>341</sup>.” Esses “paus-de-arara” eram geralmente ônibus velhos que passaram a serem observados e reprimidos pelas autoridades policiais, evitando que viessem no município para levar trabalhadores. A fiscalização policial não conseguiu suprimir com a ação dos “paus-de-arara”, que sempre conseguiam chegar às áreas rurais de modo clandestino e disfarçado. Ao invés de ônibus, muitas vezes faziam uso de *kombis* para disfarçar a ação dos ditos cujos<sup>342</sup>.

Como forma de controle dessa ação, produtores rurais e políticos faziam pressão para uma fiscalização mais rigorosa, inclusive em Diamantina<sup>343</sup>. Vários foram os “paus-de-arara” que foram barrados e repreendidos na década de 1970 por policiais que não deixavam que avançassem na localidade, para recrutar os trabalhadores rurais<sup>344</sup>. Ainda assim, não deixaram de existir, pois apesar de mantida fiscalização e mesmo forte campanha contra esse tipo de ocorrência, muitos passavam pela barreira da fiscalização e conseguiam “ludibriar” os trabalhadores rurais com ofertas de emprego e promessas de melhoria de vida<sup>345</sup>.

É nesse sentido que o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Diamantina, que como tratado anteriormente, colocou entre suas propostas formalizar contratos de trabalho com trabalhadores rurais<sup>346</sup>. Sendo uma estratégia para a manutenção de trabalhadores nos espaços rurais. Deve-se relembrar que todo o processo para chegar até

preocupação com o êxodo rural, mencionando, inclusive a preocupação dos fazendeiros pelas saídas de trabalhadores rurais de suas terras e a falta de mão-de-obra.

<sup>340</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>341</sup> Ibid. p. 2-3

<sup>342</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>343</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>344</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 66, n. 33, 18 junho 1972, 4p.

<sup>345</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 66, n. 41, 23 julho 1972, 4p.

<sup>346</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

a sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina teve forte ação dos produtores rurais, que aqui estamos compreendendo como o segmento patronal da agricultura. Vale ainda destacar que, desde as primeiras propostas da sindicalização, os interesses de tais produtores imperavam em razão justamente da contenção das migrações rurais. Desse modo, projetavam no STRD uma frente capaz de suprimir com esses movimentos de migração.

Antônio Dias Neves, representante do segmento patronal, na primeira reunião após reconhecimento do STRD, reconheceu que um dos principais interesses do Sindicato naquele momento era formalizar contratos de trabalho, justamente observando as saídas de trabalhadores rurais e que isso seria um problema irreparável no futuro, necessário de soluções imediatas. Essa intenção somou com a de “levar direitos sociais ao trabalhador”<sup>347</sup>. É preciso também pontuar que apesar de ter predominado os interesses patronais nesse momento, todo o conjunto de ações acabou sendo justificado em detrimento dos trabalhadores. As justificativas mascaravam os interesses do segmento patronal, como se aquelas demandas tivessem sendo pensadas como uma solução para problemas dos trabalhadores rurais.

Diante disso, o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina era responsabilizar-se por estimular e firmar contratos de trabalho entre produtores rurais, empresas e outros empregadores e trabalhadores rurais. Para que se cumprisse com esse objetivo, o STRD também atuava fazendo esforço para que fossem firmados contratos de serviço<sup>348</sup>. O que percebe é que o STRD compactuou com a ideia dos produtores rurais e a aplicou. Um questionamento que deve ser feito é por qual razão os produtores rurais não registravam os trabalhadores rurais em caráter celetista, mesmo antes do STRD? Isso não teria o mesmo efeito? A documentação consultada ao longo dessa pesquisa não trouxe uma resposta para isso, mas o depoimento de um trabalhador rural ofereceu-nos algumas reflexões.

[...] eu vi pouca gente que trabalhava na roça aqui assinar carteira. Muito pouca gente mesmo. [...] Era uma coisa que era assim, aqui se eles quisessem mandar embora a hora que quisesse mandava e se não quisesse cumprir certo com o acordo também não cumpria. Acontecia de ter fazendeiro aí que não

---

<sup>347</sup> STRD – Antônio Dias Neves, reconhecimento do STRD. Fevereiro de 1972. Pasta: documentos diversos 1972/1973.

<sup>348</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.



cumpria certo com os acordos que fazia não. Se a pessoa trabalhava lá o mês todo, às vezes pagava era com despesa, isso quando não enrolava o sujeito todo e não pagava nada que presta. Se fosse de carteira assinada à coisa mudava, tinha outra forma, tinha que cumprir certo com aquilo, “andar na linha” e sem carteira assinada fazia o que queria. Alguns aqui ainda falava que carteira assinada era coisa era de gente preguiçosa, isso na época, porque tinha esse negócio de férias, então muita gente não gostava de assinar carteira não. E até que também não era uma coisa muito fácil não, pra assinar carteira até pro fazendeiro não era fácil não<sup>349</sup>.

De acordo com o depoimento acima tratado, aparentemente havia certo desinteresse do “fazendeiro” em assinar carteira do trabalhador rural. Isso por haver certa resistência em formalizar uma relação de trabalho, onde romperia, de certo modo, com uma autonomia do empregador. Além disso, as relações de trabalho guardavam algumas especificidades, especialmente a liberdade de negociar pagamentos. De outra forma, a conservação de uma submissão que poderia ser rompida com um vínculo empregatício oficial, do mesmo modo que alterações nas relações de trabalho. Ademais, o formalismo e a burocracia para tal contratação parecia ser algo mais distante para aquela época.

Pode até ser que com os contratos firmados através do STRD, tinham a concepção de que fugiam desse formalismo da CLT. No entanto, os contratos de serviços no STRD foram orientados pela FETAEMG e não distanciava muito do padrão celetista. Garantia férias, remuneração mensal em espécie, jornadas fixas de trabalho, entre outros. De outro lado, é preciso dizer que havia certa flexibilidade nesses contratos. Havia a possibilidade de um rápido desligamento do trabalhador, entre outras coisas. Bastava apenas que o empregador enviasse uma correspondência ao STRD informando o fim do vínculo empregatício. De outro modo, o contrato também poderia conter demandas específicas, tanto por parte do trabalhador, quanto do empregador, isso firmado no momento de assinar o contrato. O que pode ser que se fosse o caso de adotarem outra jornada de trabalho ou talvez uma forma diferente de pagamento, isso poderia ser incluído como uma forma de comum acordo entre as partes solicitantes<sup>350</sup>. Apesar de que isso não foi visto nos poucos contratos localizados.

Os contratos de serviços firmados nos primeiros anos de atuação do STRD eram feitos com base em cláusulas contratuais de pagamentos mensais. O trabalhador rural

---

<sup>349</sup> Depoimento de O. Q. B. em entrevista em julho de 2020.

<sup>350</sup> STRD – Relação de documentação de empregados. Pasta: Declarações de dispensa de empregados. 1972/1975.

não era vinculado ao Instituto Nacional de Previdência Social, uma vez que como trabalhador rural sua forma previdenciária se daria por meio do PRORURAL, sendo assim ele podia manter o Sindicato e teria os benefícios resultantes disso<sup>351</sup>. Muitos acordos trabalhistas também previa que o empregador pagaria os custos do Sindicato para o trabalhador<sup>352</sup>.

Muitos eram os trabalhadores que procuravam pelo Sindicato em casos que precisavam de trabalho. O próprio Sindicato entrava em contato com empresas, ou empregadores, na intenção de alocar aquele trabalhador a um posto de serviço. O STRD mantinha vários empregadores que firmavam contratos com trabalhadores rurais na década de 1970, entre eles, encontravam empregadores que pertenciam ao SRD<sup>353</sup>. Quando o vínculo empregatício era finalizado, cabia ao empregador comunicar o Sindicato o fim daquele acordo de trabalho. O Sindicato agregava o trabalhador como sindicalizado, se fosse o desejo do mesmo. Nesse caso, o trabalhador passava a ter as obrigações com a manutenção de suas tarifas no Sindicato.

Além de firmar contratos de trabalho, auxiliar o trabalhador a conseguir empregos, o Sindicato também intermediava o processo de contratação garantindo os direitos dos quais o empregado fazia jus. No caso de quebra de contratos, dispensa ou outro tipo de rompimento de vínculo o Sindicato intermediava o processo garantindo legalidade e amigável acordo entre ambas as partes. O Sindicato fazia uma campanha para que os trabalhadores não aceitassem trabalhos não formais<sup>354</sup>. Ainda que ocorresse relações empregatícias não perpassadas pelo STRD, havia um esforço de conscientizar o trabalhador sobre seus direitos se mantivessem contratos formais<sup>355</sup>.

Havia também esforço do SRD, dada a relação que mantinha as duas instituições, em formalizar a maioria das relações de trabalho. O que é possível saber, mediante os registros localizados no período estudado é que houve muitos contratos de

---

<sup>351</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>352</sup> STRD – Contratos de prestação de serviços. Pasta: Contratos de serviço – empregados. Observação: Não foi localizado a maioria dos contratos de trabalho, o que se encontra nessa pasta são as declarações dos empregadores informando fim do vínculo empregatício do trabalhador rural. Foram encontrados também, poucos contratos assinados. É possível que ao término do vínculo empregatício os contratos eram descartados.

<sup>353</sup> STRD – Cartas informes de vínculo empregatício de trabalhadores rurais e registros de dispensa. Pasta: Contratos de serviços. 1972-1975.

<sup>354</sup> STRD – Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

<sup>355</sup> Ibid. p.2.

trabalho que passaram pelo Sindicato. É possível que saibamos da existência de grande número de contratos de trabalho intermediado pelo STRD não pela existência desses contratos, pois poucos deles foram localizados. Porém, as cartas enviadas pelos empregadores confirmando a atividade do trabalhador rural em suas propriedades, as cartas informando fim do vínculo empregatício de determinado trabalhador e as rescisões contratuais, nos oferece a informação de que de fato houve elevado número de relações empregatícias, especialmente na década de 1970, realizado com mediação desse Sindicato<sup>356</sup>.

Esses contratos de serviço foi uma coisa boa que esse Sindicato inventou aqui. [...] Tinha muito isso de ter esses desacordos com gente que fazia um acordo mensal de trabalho e no fim das contas pagava era o que queria e quando queria. Com o Sindicato isso era melhor, era o Sindicato que resolvia os problemas para o trabalhador caso ele tivesse. Se não tivesse o contrato de trabalho também o Sindicato ajudava, mais custava mais [demorava mais] e era pela justiça. [...]. Quem tinha contrato de trabalho podia trabalhar tranquilo que além do contrato assinado e o pagamento certinho do Sindicato não precisava ter esse medo de no final não ser pago. [...] Por isso que muita gente aqui gostava era de serviço por dia ou empreito, empreito ainda sendo melhor ainda. Mais muita gente ainda mesmo com empreito ficava no prejuízo, mas empreito era um negócio que às vezes até adiantado dava pra receber. No contrato era a melhor forma, pois era um negócio escriturado e tinha mais do que uma palavra. O trabalho fixo com contrato assinado era também muito bom, a gente tinha um trabalho fixo todo mês e era um dinheiro certo, mas era isso, com o Sindicato com o contrato com o Sindicato era mais seguro.<sup>357</sup>

Na visão dos trabalhadores, ter uma relação de emprego dessa natureza era uma opção favorável. O trabalhador tinha direito a remuneração mensal e outras vantagens estabelecidas que se não fosse por meio de um trabalho formal não teriam direito. Além disso, apontam que a relação de trabalho formal intermediada pelo Sindicato evitava conflitos e injustiças que muitas vezes eram sujeitados. Como em casos em que trabalhavam e não eram remunerados, ou em casos de ocorrência de descumprimento de contratos de serviço. Nesse último caso, verificou-se que havia a existência de trabalhadores que entravam em conflito com contratantes por esses não quererem pagar um valor acordado antes de iniciado os trabalhos<sup>358</sup>. Com a formalização dos contratos de trabalho isso não ocorria, pois ficava o Sindicato responsável por mediar essa

---

<sup>356</sup> Nenhum desses documentos está completo no arquivo. Isso, pois, foram encontrados em diferentes pastas e com datas diferentes. Desse modo não é possível que tenhamos um número preciso de contratos firmados nesse período.

<sup>357</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>358</sup> Com base nos depoimentos de O. A. R. e W. B. em entrevistas realizadas respectivamente em julho e agosto de 2020.

relação<sup>359</sup>.

O Sindicato também mantinha um diálogo com o Sindicato patronal e que direcionava trabalhadores para determinados empregos. Nesse caso, o Sindicato não só intermediava a relação empregatícia, como também contribuía para que os trabalhadores encontrassem postos de serviço. No apêndice B, há uma lista de empresas que firmavam contratos de trabalho com trabalhadores por meio do Sindicato, ou eram empresas continuamente sondadas sobre postos de trabalho para trabalhadores rurais. Não podemos dimensionar qual o real impacto que a garantia desses contratos de trabalho teve no que se refere à migração contínua. O que se pode perceber é que houve vários contratos firmados, então de certo modo, foi uma inserção positiva entre os trabalhadores rurais. Não só o fato de intermediar as relações empregatícias, mas também a ajuda ao trabalhador a fim de que fosse alocado em um emprego. Na ótica do trabalhador, essa relação também contribuiu intermediando as relações trabalhistas, diminuindo ocorrências de desentendimentos.

### **3.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL RURAL**

No capítulo anterior abordou-se sobre o assistencialismo, isso em face do movimento sindical brasileiro. Aqui, cumpre-se da necessidade de uma breve contextualização da questão assistencial no Brasil. O que se está chamando de assistencialismo diz respeito a um conjunto de ações desempenhadas em âmbito social. Trata-se de garantias de acesso à educação, saúde e outros instrumentos primordiais ao ser humano. O conceito de assistencialismo foi muito disseminado no interior das ações sindicais, isso, no âmbito da implementação e execução do PRORURAL. Sobre o conceito, em face da assistência social, cabem algumas considerações preliminares.

Se para o movimento sindical o conceito de assistencialismo recebeu uma conotação negativa, seu entendimento no plano das políticas sociais e da assistência social não é muito diferente. Há alguma proximidade entre o entendimento negativo do conceito de assistencialismo para ambos. Como já dito, no movimento sindical o assistencialismo representou a limitação de grande soma de sindicatos em postos de assistências sociais e previdenciárias, tornando essas instituições vistas, em grande

---

<sup>359</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

maioria, como meramente assistencialistas e paternalistas. (PICOLOTTO, 2011), (SILVA, 2014b).

Já no campo da assistência social, o assistencialismo é entendido como uma espécie de barreira que fez com que o entendimento sobre as assistências sociais fosse construído como um favor, uma concessão benevolente e não como um direito. Nesse caso, gerando o entendimento das garantias sociais por uma ideia de caridade. O conceito de assistencialismo para esse campo indica a limitação da ideia da concessão de assistências como se essas estivessem externas ao direito. (YAZBEK, 2008), (COUTO, 2015).

Os estudiosos da área do serviço social se destacam em termos de questionar o conceito de assistencialismo, que não somente limita o entendimento do real sentido da assistência social, como coloca o assistido na qualidade de necessitado. É também através da configuração do assistencialismo em que emergem, sejam no segmento político ou institucional, (nesse último caso pode-se dizer dos sindicatos), ações populistas, clientelistas e paternalistas. A ideia da assistência como favor e como benesse não como um direito adquirido, privilegia segmentos institucionais e políticos na medida em que se destacam como agentes mediadores desse processo. (BOSCHETTI, 2004), (YAZBEK, 2008).

Esse entendimento da assistência social enquanto favor e caridade, prática que está no centro do entendimento do que é o assistencialismo, emergiu do que Yazbek (2008) compreende como uma vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário. Ainda de acordo com a autora, a assistência social possui uma herança assistencialista pautada na matriz do favor, que está enrizada na cultura política do País. Especialmente no que se refere às ações com os segmentos subalternos da sociedade, em que a questão da pobreza era encarada como um fenômeno a ser tratado pela caridade. (YAZBEK, 2008).

Em síntese, o assistencialismo, apesar de muito difundido no que se refere a trajetória do movimento sindical, isso em razão da intermediação das assistências previstas no PRORURAL, ganhou um sentido negativo. Isso, pois, não favoreceu o entendimento das assistências como um direito, permaneceu na esfera do favor. O campo sindical o que fez foi favorecer o estigma que o conceito de assistencialismo carrega, pois como se verifica na literatura em nível nacional, não foram poucos os

sindicatos que se autopromoveram com o uso das assistências sociais e que pouco fizeram em termos de associar tais assistências a qualidade de direito. (COLETTI, 1996, 2019), (PICOLOTTO, 2011), (SILVA, 2014b).

O conceito de “proteção social” por sua vez, era usado muito antes do PRORURAL. Desde as origens da preocupação com o social, “proteção social” era o conceito empregado, inclusive sendo uma das pautas de reivindicações usadas pelas frentes de organizações de trabalhadores em relação a levar os benefícios trabalhistas e previdenciários ao meio rural<sup>360</sup>. O conceito de proteção social também sendo usado em paralelo ao assistencialismo. Já “seguridade social”, segundo Matijascic (2015, p. 8), começou a ser empregado com mais frequência a partir da Constituição de 1988, que é quando houve com maior expressão o rompimento com a ideia de favor ligado as garantias sociais e entendendo a proteção social como um direito adquirido. (YAZBEK, 2008), (LEITE, 2011), (SILVA, 2012).

Com relação à trajetória história da assistência social, essa teve início a partir da desigualdade que se verificou com o desenvolvimento do capitalismo. A proteção social foi implantada em alguns países justamente buscando solucionar a problemática social crescente desde o advento do capitalismo. Nesse sentido, com o aumento da pobreza ocasionada pela desigual concentração de renda, ou exclusão nos mecanismos sociais e econômicos, passou a ser colocado em prática, inicialmente na Europa, um conjunto de serviços em caráter político, cuja função era melhorar a condição social dos indivíduos. (MARQUES, 2015), (STOCCO; PANDOLFI; LEITE 2018), (MATTEI, 2019).

De acordo com Mattei (2019, p. 58) o marco inicial para a constituição de sistemas de proteção social foi com a criação de estratégias de enfrentamento à pobreza, uma vez que, entre os séculos XVII e XIX, ser pobre era vergonhoso. Porém, segundo o autor a ampliação dos serviços de proteção social deu-se de forma mais abrangente somente no pós-guerra, com vistas a universalizar os serviços sociais. O que também passou a configurar a proteção social não em uma esfera de caridade, mas como direitos dos cidadãos. Em tese, todos que necessitassem deveriam ser atendidos por serviços públicos, assim manteria um equilíbrio que, de certo modo, distanciaria os sujeitos de

---

<sup>360</sup> Isso é visto nas primeiras edições do Jornal da CONTAG *O trabalhador Rural*, que traziam em praticamente todas as suas edições dizendo da necessidade de levar a “proteção social” para o meio rural. E mesmo no contexto da introdução do PRORURAL, várias edições do Jornal, traziam como frase de efeito “A proteção social para o homem do campo é um dos passos para a justiça social”.

uma pobreza absoluta. (MARQUES, 2015), (MATTEI, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial, com as novas configurações do capitalismo, especialmente com a produção e consumo de massa, consagrado pelos modelos fordista e teylorista, houve alterações substanciais nos “mundos do trabalho”. (PINTO, 2013). Foi também nesse contexto que em vários países houve intervenção estatal tanto na esfera de atuação do progresso econômico, quanto “ao reconhecimento e a garantia de direitos sociais dos trabalhadores, conformando o que se chamou de Estado de Bem-Estar Social”. (STOCCO; PANDOLFI; LEITE 2018, p. 29). Havendo, com isso, um maior desenvolvimento nas políticas de proteção social. (MARQUES, 2015).

Feita breve contextualização dos conceitos e origem das ações de cunho social, interessa-nos, agora, compreender como se deu a introdução da proteção social no Brasil e mais precisamente o trajeto até os trabalhadores rurais. Assim como destacado por Stocco, Pandolfi e Leite (2018, p. 29), nos países que constituem a periferia do capitalismo não atingiu o mesmo padrão de proteção social, bem como o progresso econômico que ocorreu nos países onde o capitalismo teve maior desenvolvimento. Em relação ao Brasil, a proteção social como atribuição do Estado teve um caminho longo e em etapas, onde alguns segmentos foram contemplados e outros não. Foi somente a partir da Constituição de 1988 é que de fato houve uma remodelação na proteção social, dando cobertura a um maior número de pessoas.

A Lei Eloy Chaves, em termos de ação social para trabalhadores, foi a que foi posta primeiro em circulação no decorrer do século XX. No ano de 1923 o deputado paulista Eloy Chaves apresentou um projeto que previa a obrigatoriedade de formação de fundos para aposentadorias e pensões para os empregados em companhias ferroviárias. Aprovou-se então a Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923<sup>361</sup>. Eram fornecidos no interior desses fundos quatro benefícios básicos, quais sejam; o amparo médico, direito à aposentadoria, auxílios funerários e pensões para dependentes. Essa legislação era destinada a um determinado setor, desse modo teve uma aplicação reduzida e bastante restrita. O que se deve ressaltar é que essa legislação inaugurou um sistema de proteção social no Brasil. (SEGURA, 2017), (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

---

<sup>361</sup> BRASIL, Lei nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm) > acesso em 10/04/2020.

Como destacado em capítulo anterior, com a subida de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930, o País passou por uma série de transformações. Foi também nesse período que a questão da proteção social ganhou um relevante espaço na agenda política. O acesso à educação, saúde, previdência e outras questões inerentes às configurações sociais, entraram para as ações do Estado. No entanto, as políticas sociais foram aplicadas levando em consideração as configurações trabalhistas. Além disso, a “disponibilidade de serviços era função da categoria socioprofissional a qual se integrava o trabalhador”. (MATIJASCIC, 2015, p. 9).

O reconhecimento dos direitos sociais era um ato de iniciativa exclusiva do poder executivo federal. Essas categorias socioprofissionais poderiam contar com institutos de aposentadoria e pensões, que também ofertavam assistências médica, farmacêuticas e outros benefícios. No entanto, os tipos de benefícios sociais e sua aplicação “dependiam do poder de barganha das categorias profissionais” (MATIJASCIC, 2015, p. 9). Em relação a isso, Santos (1981 *apud* MATIJASCIC, 2015, p. 9) chamou de “cidadania regulada”, onde;

o Estado se antecipou às demandas populares e as categorias socio-profissionais, em vez de buscarem conquistas sociais e trabalhistas de forma solidária, competiam entre si pelo acesso a serviços e pelo que foi considerada uma prerrogativa concedida a cada uma delas, não assumindo o formato de uma luta coletiva por direitos sociais, de forma similar à observada, por exemplo, na Europa Ocidental. (SANTOS, 1981 *apud* MATIJASCIC, 2015, p. 9).

A aplicação da proteção social não era direcionada a todos. Como também já tratado anteriormente, os trabalhadores rurais não faziam parte de uma categoria socioprofissional reconhecida e regulamentada pelo Estado, ficando nesse momento excluída das garantias sociais. Embora seja preciso destacar que os profissionais urbanos liberais ou domésticos também foram deixados de fora. Somente na década de 1950 é que os ramos de trabalho urbanos, outrora excluídos, começaram a fazer parte de institutos sociais. Enquanto os trabalhadores rurais foi apenas na década de 1970 que foram contemplados.

Nos anos de 1960 e 1970 alguns elementos fizeram com que houvesse a expansão dos direitos sociais, onde contemplou os trabalhadores rurais. O Brasil em conjuntura da ditadura civil militar estava conduzindo um projeto de modernização, com um viés produtivista onde o espaço rural estava sendo invadido pelas máquinas,



químicos e a iniciativa de integrar o rural em um pretense desenvolvimento com vistas a um processo de produção de *commodities* destinado à exportação. (SOUZA, 2011). Esse projeto tornava claro a exclusão que se abatia em relação aos trabalhadores rurais e que fez com que o governo visse nas políticas sociais uma solução encontrada tanto para os problemas da época, quanto para os futuros.

Um primeiro ponto a destacar era o receio de agitações de movimentos organizados no campo, as lutas pela terra e outras reivindicações, isso frente ao processo de modernização em curso. Desse modo, estender ao campo a proteção social poderia evitar tais agitações. Além disso, a proteção social também poderia, além de silenciar os movimentos reivindicatórios no campo, atrelar os movimentos de trabalhadores, com destaque aos sindicatos, na esfera de atuação do governo. Que é o que Coletti (1996) destacou sobre a limitação dos sindicatos ao mecanismo do assistencialismo que, nesse último caso, ocorreu justamente com a implementação do PRORURAL e tornando os sindicatos seus fiscalizadores e “aliados” na execução dos benefícios ofertados pelo Programa.

Outro fator era a tentativa de, por meio das políticas sociais, evitar a migração rural-urbana, presente em praticamente todo o País. Assim, com a extensão de assistências médicas e mesmo previdenciária para o trabalhador, poderia fazer com que permanecessem no espaço rural. (SCHWARZER, 2000). Outro elemento é tratado por Schwarzer (2000) e que vai de encontro a todo esse processo. No interior da “doutrina de segurança nacional do governo militar” que “intencionava, com um programa de integração do setor rural ao projeto de desenvolvimento nacional, manter a paz social com a criação de justiça social”. (SCHWARZER, 2000, p. 75).

Foi diante dessas bases que se deu a aceitação de uma legislação voltada a dar proteção social aos trabalhadores rurais, conformada no PRORURAL. Vale lembrar as garantias que foram instituídas por meio desse Programa, sendo a aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio funeral, serviço de saúde e serviço de social. (BRASIL, 1971). A aposentadoria era destinada ao chefe de família, que geralmente era o homem, com idade superior a 65 anos. O valor pago pela aposentadoria correspondia a meio salário mínimo corrente. No caso de aposentadoria por invalidez era pago 30% do valor do salário. O auxílio funerário era pago em uma só vez no valor de um salário mínimo. Os serviços de saúde seriam ofertados em regime

total ou parcial de gratuidade, a depender da renda familiar do trabalhador, levando em conta os recursos orçamentários do FUNRURAL. (BRASIL, 1971).

O financiamento do PRORURAL originava da contribuição de 2% devida pelo produtor rural (trabalhador rural) sobre o valor comercial dos produtos, podendo ser recolhido pelo adquirente do produto, consignatário ou cooperativa que tenham essa finalidade, ou pelo próprio produtor, em casos de comercializar seus produtos no varejo. Havia alguns escritórios locais de representação do FUNRURAL, aonde os trabalhadores poderiam ir para conseguir guias hospitalares e mesmo para receber os pagamentos dos benefícios devidos. Com o atrelamento dos sindicatos ao serviço assistencial, havia uma colaboração entre as duas instituições onde os sindicatos davam prova de que o sujeito era trabalhador rural, podendo receber os benefícios correspondentes.

No caso de Diamantina como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais já tinha a intenção, mesmo antes de sua fundação oficial, ofertar serviços de saúde, estava em suas propostas ofertar na instituição algumas modalidades de atendimentos médicos. Quando fundado e com os auxílios do FUNRURAL executava atendimentos médicos nas dependências do próprio sindicato, como curativos, consultas, injeções, aplicação de medicamentos, pré-natais e outros. Apenas em casos especiais e de internação o trabalhador recebia uma guia hospitalar para atendimento externo.

Na sequência será abordado sobre as garantias assistenciais, a partir da intermediação sindical e como os trabalhadores rurais deram significado a essas garantias e ao próprio Sindicato a partir da prestação desse serviço. Inicialmente abordar-se sobre a assistência educacional, que não estava prevista entre os benefícios do PRORURAL, mas os sindicatos poderiam receber bolsas de estudos para filhos e dependentes de sindicalizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, assim podendo ofertar condições educacionais. Além disso, o STRD também criou escolas primárias em sua área de abrangência.

### **3.3.1 A assistência educacional**

Uma das medidas assistenciais adotadas desde os primeiros meses da fundação do STRD foi referente à educação rural. Essa demanda possuiu duas bases, a primeira

foi com a possibilidade de receber bolsas de estudo pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE). A segunda base dessa iniciativa partiu de solicitações dos próprios trabalhadores rurais, que sentindo a necessidade de escolas que contemplassem seus filhos, levou tal demanda. Pode-se dizer que o STRD avançou nessa modalidade de assistência, pois o mais comum entre a execução de ações em relação à educação, previstas nas ações sindicais, era a intermediação de bolsas de estudos conveniadas com o MTPS. Entretanto, o STRD, além das bolsas, atuou na criação de escolas.

No início do ano de 1972 o STRD enviou solicitação para o MTPS, especificamente para a Seção de Assistência ao Bolsista, do Programa Especial de Bolsas de Estudo<sup>362</sup>. Tratava-se de uma solicitação para que o Sindicato passasse a fazer parte do PEBE<sup>363</sup>. Em Diamantina, já existiam beneficiários dessas bolsas, a exemplo de filhos de associados ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Diamantina.

A proposta de inclusão do STRD no PEBE foi avaliada e aceita. A partir disso, o Sindicato passou a fazer jus a bolsas de estudos para filhos de sindicalizados<sup>364</sup>. O Programa Especial de Bolsas de Estudo, tinha como objetivo dar condição de acesso ao ensino ginasial, modalidade educacional que vinha após o primário, a estudantes que fossem carentes de recursos financeiros. (MATOS, 2017). O Programa ofertava bolsa para filhos e dependentes de trabalhadores que fossem sindicalizados, podendo ser para curso normal, ensino agrícola, secundário e profissionalizante.

O PEBE contribuía para que ocorresse acesso à educação por grande quantidade de alunos que tinham baixas condições socioeconômicas. (RAMALHO, 2013), (MATOS, 2017). As modalidades de bolsas foram se alterando ao longo dos anos, contemplando números significativos de jovens e adultos. De acordo com Matos (2017) o valor que era repassado para os estudantes deveria ser gasto nas despesas básicas da educação, cobrindo a compra de material escolar, vestuário, transporte e assistência médica e odontológica do aluno. (MATOS, 2017).

Cabia aos sindicatos divulgar as bolsas entre os sindicalizados, oficializar os pedidos e verificar a real situação do candidato, se atendia às condições básicas exigidas e conceder a referida bolsa. (MATOS, 2017). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

---

<sup>362</sup>Instituída por meio do Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966.

<sup>363</sup> STRD – arquivo – Ofício PEBE/SAB/Nº 020/666/72 de 30 de agosto de 1972. Pasta: Documentos diversos.

<sup>364</sup>STRD – arquivo – Carta de aprovação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina no PEBE – Pasta: correspondências não protocoladas 1972/1973.

Diamantina conseguiu, por meio desse Programa, alcançar vários jovens, filhos de trabalhadores rurais. No ano de 1974 o STRD contava com 80 bolsistas do PEBE<sup>365</sup>. Os dirigentes do STRD anunciavam a existência das bolsas na instituição, por meio de reuniões, delegados sindicais, e mesmo indo até as residências de trabalhadores, conversando com os seus filhos e os dando incentivo ao estudo<sup>366</sup>.

Havia também alguns pais que se faziam interessados e pediam por uma bolsa de estudo para seus filhos, o fazendo por meio de cartas enviadas aos dirigentes, solicitando que os auxiliasse com bolsa para o ano seguinte, especialmente aos alunos que terminavam o primário e desejavam dar continuidade aos estudos. Existem algumas cartas no STRD solicitando aos presidentes que estavam em exercício que contemplasse aos filhos com bolsas de estudos, que na possibilidade eram atendidos.

**FIGURA 25 – Carta enviada por trabalhadora rural para o STRD solicitando Bolsa de Estudos do PEBE, dezembro de 1976.**

56

Intraí, 14 de dezembro de 1976  
Boudoux Tandico,

Para voce, Margarida e os meus  
nos o meu abraço.  
Espero que esta para lembrar-me  
da bolsa de estudo para Nilton.  
já conversamos muito assunto,  
mas, voce mexe com muito coisa  
e pode se esquecer.  
O Nilton já saiu este ano do  
primário, e quero matricula-lo  
no ginásio, mas, sem a bolsa  
não posso fazer-lo.  
Voce conhece minha filha dizível  
sinalção.  
Esperando seu pronto atendi-  
mento subscreve sua amiga  
agradecida

Fonte: STRD – correspondências não protocoladas de 1976. Pasta: correspondências não protocoladas,

<sup>365</sup>VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 69, n. 22, 24 março 1974, 4p.

<sup>366</sup>De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

1975/1976.

Nota: “Xandico” refere-se ao presidente na época, Alexandrino Pio da Cruz.

As bolsas de estudos foram de muita valia para alguns filhos de sindicalizados no STRD. Assim como tratado na figura 25, grande soma dos pais não tinham condições financeiras de manter os filhos estudando<sup>367</sup>. Havia um crescimento na taxa de alfabetização entre a década de 1970 e começo de 1980. Inclusive, no plano político, estava em crescimento a fundação de escolas e ampliação de atendimentos educacionais<sup>368</sup>. Porém, ainda era um processo que estava engatinhando, especialmente nas áreas rurais e mesmo a concepção do fenômeno educacional ainda apresentava limitações.

O que se verificou é que a própria intermediação do STRD na garantia de assistências educacionais contribuiu para uma mudança de concepção acerca do processo educativo. Pode-se dizer que o estudo para alguns trabalhadores rurais naquela época se encontrava relegado a um segundo plano, os filhos eram criados, para, desde muito cedo, trabalharem<sup>369</sup>. Quando criança os pais viam a importância dos filhos em receber a educação escolar, isso para aprender a ler, porém já atingindo certa idade, entre 13 e 14 anos, levá-los para o trabalho era o mais adequado, isso no entendimento de algumas famílias<sup>370</sup>.

Uma escola que ensinassem as crianças a ler já era encarada como o bastante. Devido as condições sociais e econômicas com que conviviam, muitas famílias empenhavam que seus filhos fossem a escola apenas até determinada idade, aprendendo a ler, geralmente o primário que tinha também uma maior oferta<sup>371</sup>. Além disso, eram crianças que menores dos 12, 13 anos “não tinha mais nada pra fazer do que estudar, ainda não aguentava trabalhar, então aprendia a ler e isso era o que importava, escola

---

<sup>367</sup> Isso também foi reafirmado em diversas entrevistas, a exemplo do depoimento de Maria do Sindicato, que informou que muitos pais não tinham condições financeiras de comprar caderno ou lápis para os filhos. Algumas vezes ocorrendo das crianças irem as escolas, apenas assistindo aulas. Maria do Sindicato também pontuou que em algumas vezes quando as professoras pediam para “fazer contas” usavam pedaços de carvão e escrevia em papelões ou em tábuas.

<sup>368</sup> IBGE – Estatísticas do século XX. Disponível em < <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf> > acesso em 20/10/2020.

<sup>369</sup> De acordo com o depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>370</sup> De acordo com o depoimento de A. N. S. entrevistada em julho de 2020. Outros depoimentos também convergem nesse ponto, de que os filhos teriam que deixar a escola ao atingir certa idade (12 a 14 anos) para ajudar os pais na lida do terreno ou para trabalhar para terceiros. Uma parcela relativamente pequena entre os trabalhadores rurais passavam do ensino primário.

<sup>371</sup> De acordo com o depoimento de M. A. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

era pra aprender a ler e fazer umas continhas”<sup>372</sup>. Acima dos 12, 13 anos os filhos acompanhavam seus pais em suas ocupações ou buscavam por garimpos, visando ajudar no sustento da família<sup>373</sup>.

Com as bolsas do PEBE e com a intermediação do STRD, algumas concepções em relação à educação escolar foram sofrendo alterações. Segundo o que destacou a entrevistada *Maria do Sindicato*, dois são os fatores que trouxeram mudanças no entendimento da questão educacional a partir das bolsas de estudo, “o empenho do Sindicato em falar com os trabalhadores da importância da educação, de aprender. Outra coisa era que tinha as bolsas e os pais não precisava preocupar mais com os gastos”<sup>374</sup>. No entendimento da entrevistada, a união desses dois fatores fez com que alguns pais iniciassem em um empenho de educar os filhos ao invés de coloca-los cedo no trabalho.

A campanha que o STRD fez em relação ao movimento educacional vinha conscientizando os sindicalizados de que a educação “era uma forma de conquistar a liberdade e de progredir com sabedoria”, que nesse caso era uma apropriação dos informativos e correspondências enviados ao Sindicato pela CONTAG e FETAEMG. Tais informativos dizia respeito sobre a importância de estimular a educação no meio rural. Assim, o STRD agiu no sentido de conscientizar os trabalhadores rurais, que parece ter tido algum efeito, a exemplo das correspondências dos trabalhadores pedindo bolsas de estudos do PEBE. Ademais, nas assembleias anuais, o assunto educação aparecia e justamente apropriando-se de um discurso dos órgãos superiores diziam aos trabalhadores que a educação era algo que devia ser priorizado, mas não só pelo Sindicato, mas teria que ser uma iniciativa que partia também da família.

Com relação aos gastos, *Maria do Sindicato* afirmou que se antes os pais não deixavam os filhos irem para as escolas por não terem condições de mantê-los, com a bolsa de estudo, essa preocupação era diminuída, pois tinham o recurso. O valor da bolsa de estudos PEBE no início da década de 1970 era de cento e cinquenta cruzeiros<sup>375</sup>, no ano de 1976 o valor havia passado para duzentos e cinquenta

---

<sup>372</sup> Depoimento de C. M. M. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>373</sup> De acordo com o depoimento de A. R. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>374</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>375</sup> STRD – Relatório emitido pelo MTPS sobre bolsas distribuídas pelo PEBE entre 1966 a 1973. Arquivo do Sindicato. Pasta: Relação de Bolsistas PEBE no STRD.

cruzeiros<sup>376</sup>, no ano de 1978 a bolsa era trezentos cruzeiros, subindo em 1979 para quatrocentos cruzeiros<sup>377</sup>.

É preciso refletir sobre alguns aspectos nesse último ponto abordado no depoimento de *Maria do Sindicato*. Os valores das bolsas eram destinados ao custeio dos estudos, isso representou sim um avanço no acesso à educação por filhos de trabalhadores rurais. Porém, a interrupção do acesso à escola após o primário, também era motivado pelo fato dos pais levarem esses filhos para o trabalho, para ajudar na renda da família. Será que o valor da bolsa era suficiente para que os trabalhadores pudessem optar por manter os filhos na escola, ao invés de preferir colocá-los no trabalho? Era visto como o mais adequado para a família? Ou o mais lucrativo? Se é que podemos aqui pensar pela lógica do lucro.

O que se verificou é que mesmo com a disponibilização das bolsas, não significou a imediata escolarização em nível ginásial para todos. Chegou a sobrar cota de bolsas de estudo em alguns anos. Ademais, para acessar o ensino ginásial, na maioria das vezes, os alunos teriam que se transferirem para outras localidades, especialmente para o meio urbano, em Diamantina, pois era onde tinha maior quantidade de escolas ginásiais. Essa migração, entretanto, não era uma questão facilitada. Em alguns casos ocorria dos filhos instalarem em casas de parentes nos locais onde havia as escolas, mas nem todos tinham a mesma condição.

O que se observou por meio de alguns depoimentos de trabalhadores rurais era que essa modalidade de estudo era improvável diante da realidade de vários jovens, pois a saída dos terrenos da família não era uma alternativa facilitada. Além disso, nem todos os pais faziam esforço para a educação dos filhos, optavam por os colocarem para trabalhar. Ainda que não se deva desconsiderar o avanço no acesso ginásial por filhos de trabalhadores rurais, também não se pode considerar que tenha sido uma aplicação efetiva para todos.

Além das bolsas de estudos, o STRD criou e manteve escolas em algumas localidades atendidas pelo Sindicato. Em variadas localidades rurais existia grande quantidade de crianças sem acesso a escolas primárias. Por mais que tenha ocorrido,

---

<sup>376</sup> STRD – Recibos das escolas conveniadas. Arquivo do Sindicato. Pasta: Relação de bolsistas PEBE no STRD.

<sup>377</sup> STRD – Ofício Circular nº 0033 de 18 de abril de 1979, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais informando sobre aumento das bolsas PEBE. Pasta: Relação de bolsistas PEBE no STRD.

entre a década de 1960 e 1970 a fundação de várias escolas rurais primárias nas áreas rurais ao redor de Diamantina, ainda existia muitas crianças sem acesso à educação escolar<sup>378</sup>. Existiam muitos povoados afastados de onde estavam instaladas as escolas, o que dificultava o acesso das crianças, fazendo com que muitos pais não empenhassem em enviar seus filhos<sup>379</sup>.

Faz-se necessário relembrar a divisão dos espaços rurais apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação. Geralmente as escolas ficavam instaladas nas sedes dos distritos, pois era onde encontravam um fluxo maior de moradores agrupados. Além disso, as sedes eram o ponto de referência dos distritos. Alguns povoados também contavam com umas poucas escolas, mas não eram todos. Desse modo, moradores de alguns povoados e sítios não tinham escolas e para as crianças terem acesso à educação escolar, teriam que sair de suas localidades, e por vezes, percorrendo longas distâncias até uma escola.

De acordo com uma professora rural entrevistada, pela ausência de escolas em muitas localidades ou pela distância das existentes, muitos pais sindicalizados usando da campanha favorável à educação promovida pelo STRD, levaram ao Sindicato solicitações para que fossem auxiliados com a criação de escolas primárias em áreas próximas, o pedido foi atendido. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina entrou em acordo com a Prefeitura Municipal de Diamantina, onde manteria as escolas em sua estrutura, pagamento de professoras e distribuição de materiais escolares aos alunos e professores. Cabia a Prefeitura Municipal, por meio de sua Secretaria de Educação, oferecer treinamentos e cursos as professoras rurais<sup>380</sup>. Essa informação também foi fornecida na entrevista

Sempre, sempre tinha reunião e sempre, sempre eles iam reivindicar isso [os pais do povoado da professora levavam essa demanda, de necessidade de escolas para as reuniões]. Depois disso, o Sindicato me contratou e era carteira assinada mesmo, aí me pagavam para dá aula aqui. E de lá eu fiquei sete anos, sete anos, trabalhando e recebendo por lá e as orientações pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura. E depois de uns quatro, três

---

<sup>378</sup> Foram abertas diversas escolas entre essas duas décadas, geralmente localizadas em pontos estratégicos dos distritos e povoados, onde tinha maior concentração de pessoas. Para obter uma ideia da abertura dessas escolas, foi verificado nos anúncios no jornal *Voz de Diamantina*, que noticiava sobre a fundação de escolas rurais, bem como era publicado constantemente a aquisição de materiais para essas escolas.

<sup>379</sup> Informações coletadas a partir da entrevista com M. A. S, professora rural que trabalhou em escola fundada e mantida pelo STRD. Entrevista concedida em janeiro de 2020.

<sup>380</sup> STRD – arquivo – documentos de gestão educacional. Pasta: Relação de Bolsistas PEBE no STRD.



anos, também, veio à merenda da Secretaria de Educação, porque a merenda... não tinha merenda. Depois de sete anos trabalhando no Sindicato é que eu fui contratada pela Prefeitura. Foi uma mudança de caráter... porque o Sindicato, assim, ele poderia ter continuado até muito mais, mas tinha mais vantagem eu mudar para a Prefeitura, mais vantagem assim, de quinquênio essas coisas assim<sup>381</sup>.

A fundação dessas escolas proporcionou a muitos alunos a oportunidade de completar o primário. Mesmo as crianças que não eram filhos de sindicalizados podiam entrar para as escolas e mesmo receberem materiais escolares do STRD. Desde o ano de 1973 já começaram a fundação dessas escolas, com as orientações da Prefeitura e a doação de materiais para as salas de aula, como carteiras, quadros e outros objetos, doados também pela FETAEMG. Já na primeira metade do ano de 1973 havia várias escolas rurais em Diamantina, conforme mostra tabela 5, várias delas mantidas pelo convênio entre a Prefeitura e o STRD.

**TABELA 5 - Relação de escolas rurais por comunidades e por quantitativo de alunos – Diamantina – 1973.**

<b>Comunidade</b>	<b>Nº de alunos</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Nº de alunos</b>
Água Limpa	25	Angu Duro	30
Atoleiro	40	Batatal	56
Buriti do Cláudio	31	Baixadão	71
Barreirão	22	Barro Vermelho	58
Bela Vista	38	Capão Grosso	59
Capoeirão	45	Calumbis	42
Córrego Fundo	33	Campo Alegre	25
Guarda-mór	28	Jatobá	34
Lavra do Mato	35	Maria Nunes	52
Mão Torta	44	Pedraria	66
Padre Romano	29	Praia	39
Merten			
Pinheiro	66	Quartel do Indaiá	59
Quebra-pé	22	Retiro	41
Riacho da Porta	32	Santa Cruz	56

<sup>381</sup>Entrevista com M. A. S. Em janeiro de 2020.

Vargem	37	-	-
--------	----	---	---

Fonte: STRD – arquivo – Relação das escolas rurais no Município de Diamantina. Pasta: documentos diversos. 1973/74.

Entre 1974 e 1977 abriram-se em torno de oito novas escolas mantidas pelo convênio STRD e Prefeitura Municipal de Diamantina. Foram localizadas diversas correspondências de alunos matriculados nessas escolas e que, ao fim do ano, enviavam cartas de felicitações de Natal e ano novo, aos membros da diretoria do STRD. Geralmente essas “cartinhas” vinham agradecendo o presidente do STRD e falando de como era importante aquela escola e como tinham aprendido durante o ano. Foram localizadas também, cartas de professoras rurais demonstrando agradecimentos pelos materiais escolares recebidos durante o ano e pelo amparo aquela escola. As cartas tinham um teor de agradecimento e exaltação aquelas escolas. Algumas cartas vinham relatando atividades realizadas durante o ano, tendo algumas constando poemas e dedicatórias aos dirigentes e funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

**FIGURA 26 - Cartas de alunos de escolas rurais ao STRD agradecendo a mediação do Sindicato ao longo do ano, dezembro de 1976.**

Quarta-feira Dezembro 1976 5'  
 Ex. Sr. Thelena

Comprimeto-lhe respeitosa-  
 mente desejando a boa felicidade  
 des. um feliz Natal e um pros-  
 pero ano novo. A senhora  
 sabe quanto nos a quem  
 nossa escola ha considerado  
 a quem também de outros  
 grandes homens como do Sr.  
 Presidente do S.T.R. e todas as  
 diretores da nossa escola  
 pais e parentes dela que estamos  
 aprendendo a seguir um bom camin  
 Então a agradecer a voçs todos  
 os esforços que tem nos feito espe-  
 ro. Que esteja sempre a guisa  
 Consideramos como deus e  
 a agradecer com um abraço

Maria Apareci da Mendes

Quarta-feira 3 Dezembro 1976  
 Ex. Sr. Thelena

Comprimeto-lhe respeitosa-  
 mente desejando a boa felicidade  
 des. um feliz Natal e um pros-  
 pero ano novo. A senhora  
 sabe quanto nos a quem  
 nossa escola ha considerado  
 a quem também de outros  
 grandes homens como do Sr.  
 Presidente do S.T.R. e todas as  
 diretores da nossa escola  
 pais e parentes dela que estamos  
 aprendendo a seguir um bom camin  
 Então a agradecer a voçs todos  
 os esforços que tem nos feito espe-  
 ro. Que esteja sempre a guisa  
 Consideramos como deus e  
 a agradecer com um abraço

Maria Apareci da Mendes

Comprimeto-lhe respeitosa-  
 mente desejando a boa felicidade  
 des. um feliz Natal e um pros-  
 pero ano novo. A senhora  
 sabe quanto nos a quem  
 nossa escola ha considerado  
 a quem também de outros  
 grandes homens como do Sr.  
 Presidente do S.T.R. e todas as  
 diretores da nossa escola  
 pais e parentes dela que estamos  
 aprendendo a seguir um bom camin  
 Então a agradecer a voçs todos  
 os esforços que tem nos feito espe-  
 ro. Que esteja sempre a guisa  
 Consideramos como deus e  
 a agradecer com um abraço

Maria Apareci da Mendes

Fonte: Correspondências de escolas rurais para diretoria do STRD. Pasta: correspondências não protocoladas, 1975/1976.

Por meio das correspondências, e mesmo dos depoimentos dos entrevistados, observou-se que a atuação na fundação dessas escolas e sua manutenção fez com que uma parcela significativa de alunos fosse alfabetizada. Por meio de um levantamento realizado pelo STRD, de 1974 até fins de 1977 mais de 1.450 crianças e jovens rurais tinham sido contemplados pelas ações educacionais do Sindicato<sup>382</sup>.

Ainda no que se refere à educação, no ano de 1976 a supervisora municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) enviou ofício ao STRD solicitando que o Sindicato ajudasse ao MOBRAL na infraestrutura de algumas escolas rurais. O MOBRAL foi criado na década de 1970 e tinha como objetivo reduzir o número de

<sup>382</sup> STRD – Relatório de escolas rurais mantidas pelo STRD – pasta: documentos diversos, 1977/1979.

analfabetos no Brasil. Diamantina tinha a atuação do Programa e devidas às dificuldades em montar infraestrutura, especialmente por se tratar de aulas noturnas, solicitou apoio do STRD para manter o MOBRAL no espaço rural.

A representação local do MOBRAL solicitava que o STRD ajudasse, especialmente com a doação de lampiões para iluminar as salas de aulas nas áreas rurais<sup>383</sup>. A solicitação do MOBRAL foi atendida e o Sindicato doou lampiões e outros materiais de amparo para que as áreas rurais pudessem receber o Programa com maior comodidade<sup>384</sup>. O STRD também firmou parceria com o MOBRAL para expandir suas atividades no meio rural.

Dentro do que estamos chamando aqui de “projeto sindical” como foi tratado em capítulo anterior, a educação rural passou a ser usada como uma das áreas de atuação que justificava a expansão da instituição. Notou-se também que a criação de escolas tinha o interesse dos gestores em dar maior visibilidade ao STRD. Isso se confirma nos ofícios trocados com a FETAEMG, ou com outros órgãos, onde se observa o entusiasmo com a ação educacional, se fazendo mostrar que o STRD estava integrado a um movimento pró-educação e se mostrando alheio as demandas dos trabalhadores.

Já em relação a concepção dos trabalhadores rurais, alguns que foram ex-alunos de escolas mantidas pelo STRD, esclareceram que se não fosse tais escolas, não teriam aprendido a ler. Assim como também pontuou a professora rural entrevistada, “se não fosse essas escolas muitos aqui não sabiam nem ler, nem escrever o nome até hoje, só se tivesse aprendido depois, mas naquela época ficava difícil”<sup>385</sup>. Observou-se que na visão dos trabalhadores rurais as ações educacionais foram um grande ganho, entendido por eles como uma transformação ligada ao processo de sindicalização. A atuação e amparo à educação foi dada continuidade ao longo de toda a década de 1970, até que já na década de 1980, a maioria das escolas que tinham sido abertas pelo STRD passou a responsabilidade total da Prefeitura Municipal de Diamantina.

### **3.3.2 O trabalhador rural e o acesso à saúde**

---

<sup>383</sup>STRD – arquivo – ofício nº 28/76, de 31 de março de 1976, solicitação de ajuda da Supervisora Municipal do MOBRAL ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

<sup>384</sup>STRD – arquivo – documentos diversos – doações ao MOBRAL Diamantina.

<sup>385</sup> Depoimento de M. A. S em entrevista realizada em janeiro de 2020.

O acesso a tratamentos de saúde pelos trabalhadores rurais teve considerável avanço a partir da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o PRORURAL em 1971. Antes disso, o acesso desses trabalhadores a tratamentos de saúde era bastante limitado, pois dependia de pagamentos de taxas médico-hospitalares. Com a introdução do PRORURAL houve maior abertura no acesso a atendimentos médicos. Os sindicatos rurais tiveram papel importante na garantia desse acesso à saúde, onde não apenas intermediou o processo burocrático de reconhecimento de quem era o trabalhador rural, como também, alguns deles, atuaram ofertando os serviços assistenciais em suas dependências, que foi o caso que ocorreu em Diamantina.

Aliada aos benefícios previdenciários a oferta de serviços de assistência à saúde foi um dos grandes fatores que levou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina a se destacar para os sujeitos do campo, ajudou a criar a imagem positiva do STRD ao longo dos anos. Vale ressaltar que, desde os primeiros debates sobre a fundação de um sindicato destinado a trabalhadores rurais, a oferta de serviços de saúde estava nos planos. O desejo de incluir tratamentos médicos e odontológicos, ao que consta, foi uma demanda defendida pelos trabalhadores rurais envolvidos na fundação do Sindicato, mas que acabou mesclando com os interesses dos demais segmentos, pois a concepção era que se fundasse um sindicato para os trabalhadores que ofertassem benefícios assistenciais básicos, evitaria as saídas do meio rural.

Como a fundação do STRD se deu já no contexto da aplicabilidade do PRORURAL, houve uma integração das assistências previstas pelo Programa as ações do Sindicato. O STRD foi fundado com princípios basicamente assistencialista e fez uso desse assistencialismo nas suas ações para chegar até os trabalhadores e sindicaliza-los. Além disso, foi através do convênio com o FUNRURAL para ofertar às assistências do PRORURAL, que foi gestada a ideia de expandir as ações do STRD em Diamantina. Pode-se pensar que os líderes sindicais envolvidos na gestão sindical nos primeiros anos, almejavam a criação de um sindicato com estrutura hospitalar e parte disso incentivado pela possibilidade de recebimento dos auxílios do convênio<sup>386</sup>.

Deve-se ressaltar também que o PRORURAL era uma iniciativa governamental, mas o STRD teve um papel fundamental no processo de garantir aos trabalhadores rurais de Diamantina o acesso às assistências previstas nesse Programa. Não foi só

---

<sup>386</sup> De acordo com o depoimento de Maria do Sindicato, em entrevista realizada em novembro de 2019.

atestar a atividade rural, o STRD montou uma estrutura para atender esses trabalhadores. Ademais é preciso dizer que a intermediação sindical conseguiu levar as ações do Estado onde o próprio Estado não chegava, com uma linguagem que o Estado não dominava. O STRD foi uma significativa mediação que levou até o trabalhador rural o conhecimento de tais garantias assistenciais.

Diante desse percurso acabou por resultar em uma construção na concepção dos trabalhadores rurais de que essas garantias assistenciais estavam atreladas ao Sindicato e não ao Estado. Ao que se percebe é que o STRD também não se esforçou em criar outra concepção. Associar as assistências previstas na legislação vigente às ações do STRD, contribuía na popularização da instituição. Porém, o que ocorreu no primeiro momento da sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina pode ser considerado uma relação de troca. Os trabalhadores vinculavam ao STRD o fortalecendo, o mantendo e disseminando suas ações. Por outro lado o STRD buscava atender os trabalhadores rurais, inclusive indo até aqueles povoados ou sítios longínquos e os informando de suas garantias. Por meio dos depoimentos dos trabalhadores, nota-se que o Sindicato não só informava a esses trabalhadores sobre seus direitos, mas também, por meio dos delegados sindicais, assistiam esses trabalhadores e os orientavam em variadas situações.

O STRD chegou até os trabalhadores, os trazendo até o conhecimento das garantias em curso. Esse conjunto de ações gerou uma imagem e uma memória do Sindicato para os trabalhadores, de transformador de um determinado momento. Em relação a saúde, observou-se que na memória dos trabalhadores rurais gestou uma concepção de transformação. Os trabalhadores diziam que médicos não faziam parte de seus cotidianos, apontando para uma transformação ocorrida mediante a sindicalização. Assim disseram alguns trabalhadores:

Ninguém aqui mexia com vida de médico não. Como? Quem é que tinha condição de pagar médico? Era muito caro. [...] teve gente aqui de morrer sem nunca ter ido em um médico. [...] médico era coisa de gente rica, nós aqui, pelo menos eu mesmo, só foi vim mexer com médico foi depois que veio pra cá esse Sindicato<sup>387</sup>.

A gente foi conhecer médico, foi nessa época, nessa área aí de Sindicato, que a gente começou a pagar, [...] nisso que a gente foi conhecer médico, aqui na roça. [...] Antes disso, era muito difícil, os pais da gente mesmo nunca falava de médico com a gente antes, era mesmo coisa impossível<sup>388</sup>.

---

<sup>387</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>388</sup> Depoimento de C. M. M. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

Médicos não existiam aqui pra nós nessa época. Muitos aqui ficaram velhos sem conhecer, mãe mesmo ela foi a médico foi poucas vezes. E quantos que morriam sem tratamento? Eu mesmo conheço gente demais daquela época que morreu sem tratamento porque não tinha médico, era sem recurso... ficavam tratando era assim, com remédio de raizeiro, e remédio mesmo né? Morreu muitas pessoas sem terem recursos<sup>389</sup>.

Quando os trabalhadores entrevistados ressaltam que não conheciam o médico antes do Sindicato, não se trata de nunca terem ouvido falar em médico, sim nunca terem sido atendidos por um médico. De fato muitos trabalhadores narram essa mesma questão de que nunca tiveram sido atendidos por um médico. Relembrou de suas famílias, ou dos moradores mais velhos de suas localidades, e narraram momentos de doenças onde tais sujeitos não podiam nada fazer além de chás, curandeiros ou farmacêuticos, pois o acesso a médicos era praticamente impensável.

A restrição ao acesso à saúde estava ligada a uma questão financeira. Pelo depoimento de A. C. S. pode-se observar que médicos não eram uma opção viável, pois havia custos elevados.

Pra você ir ao médico lá na cidade (Diamantina) era uma coisa mais difícil que tinha. Médico era preciso pagar e a gente pagava como? Aqui teve gente que teve com parente doente e que fazia de um tudo e a pessoa não sarava, ia em farmacêutico e nada. Deu então que levou no médico, ficou internado por lá, mais também foi assim, teve que vender uma junta de boi pra pagar depois à custa<sup>390</sup>.

A. C. S. ainda pontuou que nesse caso narrado o sujeito que vendeu a junta de bois, ainda era alguém que tinha algum recurso, pois pôde arcar com os custos hospitalares. O que não era o caso de todos. O entrevistado ainda continuou seu argumento dizendo que outro caso que tinha presenciado era de um determinado morador de seu povoado, que também teve internado, e que a família se colocou em desespero, pois teve que vender a mula de levar cargueiros em Diamantina e ainda assim, não conseguiu custear todas as dívidas e teve que fazer empréstimo com agiota. Ao fim das contas o paciente faleceu e a família teve que passar por situações penosas para quitar as dívidas que ficaram.

O entrevistado O. A. R., também tratou sobre casos de tratamentos de saúde onde a família do paciente tinha que sair em vários povoados pedindo esmolas para conseguir arcar com os custos do tratamento de saúde. Era a chamada “lista” onde a

<sup>389</sup> Depoimento de A. N. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>390</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

família do doente saía de casa em casa pedindo aos moradores doações em dinheiro para pagar os hospitais. Diante disso, havia uma resistência por parte dos próprios trabalhadores a procurar por atendimentos de saúde. Se a doença em si já era um fenômeno traumático, todo esse processo que envolvia seu tratamento em nada facilitava.

Alguns trabalhadores fizeram uso de suas trajetórias familiares para contar sobre essa ausência de serviços médicos. Alguns deles informaram que os pais morreram por vezes sob muito sofrimento e que o único atendimento a saúde que tinham estava ligado aos farmacêuticos.

Meu pai mesmo não teve como tratar não, meu pai arrumou uma doença aí e ia era no farmacêutico, ir ao médico não ia não, ir de que jeito, pagar com que? Ele arrumou um negócio no braço aqui assim ó, que ele ficava dia e noite gritando, com um negócio no braço lá ele, nisso, levava no farmacêutico e lá o farmacêutico dava um remédio lá. Médico naquela época para nós, era estranho, médico era pra rico, não tinha isso. E dessa doença ele foi [o pai dele]. Morreu disso aí, [...]. Ele adoeceu cismado que tinha sido um cabeludo [lagarta] que tinha mordido ele no braço, mais nunca teve condição de saber direito o que que foi.<sup>391</sup>

A questão do farmacêutico é interessante em se referir aqui. De acordo com o que se verificou ao longo dos diversos depoimentos dos trabalhadores rurais, farmacêuticos eram uma forma de acesso a tratamentos de saúde. Quando ocorria um adoecimento nos seus distritos, povoados ou sítios em que residiam, era feito uma “informação” por escrito e levada até o farmacêutico que, com base nas características presentes na “informação”, vendia um remédio que era levado ao doente.

De acordo com o que se verificou a “informação” tratava-se de uma folha escrita com os sintomas que o doente apresentava. Geralmente a família do doente, ou o próprio doente, solicitava a uma professora da comunidade para ir até a casa do doente e ver como ele estava e diante disso, ela escrevia um papel informando aqueles sintomas. Com a “informação” em mãos, alguém da família ou da localidade, ia até Diamantina e apresentava ao farmacêutico o papel com as características observadas no doente e ele vendia o medicamento e instruía sobre a sua aplicação.

Esse processo de ida ao farmacêutico em busca de remédio era conforme apontado por M. N. S. P. “um negócio que era pelos cocôs”, ou seja, aplicava um remédio sem nem ter visto o paciente, apenas com base na “informação”.<sup>392</sup> O acesso à

<sup>391</sup> Depoimento de G. R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>392</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020. A expressão pelos cocos que dizer feito de qualquer jeito, sem muito critério.



medicação era mais fácil do que uma consulta médica, desse modo o farmacêutico era a solução imediata. Conforme relato de trabalhador, “João Gabriel era um médico em Diamantina, era farmacêutico, mais era como se fosse um médico aqui pra gente.”<sup>393</sup> De fato, em muitos depoimentos foi tratado sobre João Gabriel Ribas, ele e Gustavo Botelho que possuíam farmácias em Diamantina e era uma referência para os trabalhadores rurais em momentos de doenças.

Era um farmacêutico que ajudava o pobre, que era o João Gabriel, que ele via a condição do povo. Mas os “médicos” do povo da roça era João Gabriel e Gustavo Botelho. Eles eram o braço direito do povo da roça, os farmacêuticos. [...] podia que às vezes até dava um remédio que não era o mais certo, mais que eles eram entendidos eles eram. Não tenho dúvida que eles salvaram gente aqui<sup>394</sup>.

Além dos farmacêuticos, os trabalhadores apontam em seus depoimentos que a maioria dos tratamentos era a partir de chás de ervas, chás caseiros, rezas e curandeiros. Os raizeiros eram geralmente pessoas mais velhas nas localidades e que possuíam conhecimento em raízes e ervas e eram procurados para receitar um determinado chá. As principais doenças curadas por esses chás estavam ligados às verminoses ou febres fortes. Outros chás eram mais comuns e não precisavam de conhecedores, encontravam nos quintais nos terrenos dos trabalhadores e podiam ser feitos em caso de gripes, diarreias, dores de barriga, asma, entre outras coisas. Tratava-se de chás de boldo, macilíca, hortelã, poejo, folha de mamão, flores de laranja, alecrim, manjerona.

Além dos conhecedores de ervas havia os benzedeiros, que eram aqueles que tinham conhecimento em rezas. Nesse caso, curavam mau olhados, espinhela caída (dor forte no peito), carne-quebrada (dores fortes nos músculos) e cobreiros. Outra forma de tratamento eram os curandeiros. Muitas pessoas acreditavam que a maioria dos males estavam ligados a questões espirituais. Alguns trabalhadores narraram que na concepção dos mais velhos naquela época, tudo era encarado como feitiço. Como não tinha conhecimento de questões de saúde e nem suporte médico, qualquer tipo de sintoma que fosse diferente dos que conheciam como vermes, febres de gripe ou dores simples no corpo, eram entendidos como feitiço.

É possível observar, pelo depoimento de diversos trabalhadores rurais, que a crença nos feitiços era algo com que conviviam. Qualquer doença estranha ao comum, era procurado por um curandeiro para que quebrassem os feitiços. O que os próprios

---

<sup>393</sup> Depoimento de M. D. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>394</sup> Depoimento de G. R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

trabalhadores disseram se tratar de um baixo conhecimento de questões relativas à saúde, que foi se transformando com o acesso a médicos. Os mesmos sintomas e doenças que antes eram encarados como obra de feitiçaria, ou “serviço feito” como se costuma mencionar, passaram a ser vistos de fato como doenças a partir do contato com médicos.

Os principais males da saúde no meio rural diamantinense estavam ligados a vermes, doenças de chagas, malária, bronquite, anemia e outras<sup>395</sup>. De acordo com os relatos dos trabalhadores havia muitas crianças que morriam com vermes, anemia e outras doenças dessa natureza. Segundo o relato de T. M. M. muita gente que trabalhava em faisqueiras em beiras de rio pegavam uma febre que era difícil de controlar.

Antigamente aqui tinha isso, tinha gente que ficava faiscando aí pelas beiradas do rio e pegava uma febre que era difícil de “tomar pé” (sobreviver/melhorar). Era um negócio bravo, não sei bem porque, se era bicho que mordida ou se era alguma coisa na água, sei não. Só sei que aqui tinha muita gente que tinha essas coisas e ficava em casa muitas vezes de cama agonizando. Tomava chá, remédio de tudo quanto é tipo e alguns não voltava no que era, ou nem sobrevivia. Depois de um tempo veio um povo aí que combatia essas coisas né? Era esse povo que vinha que era pra combater endemia, depois disso a gente já passou a não ver isso mais não, não essas febres como eram antes não<sup>396</sup>.

A Igreja Católica de Diamantina buscou atuar no combate as endemias rurais, desde umas semanas ruralistas, que promoveu na década de 1950, e que tinha o objetivo de fazer um levantamento das principais necessidades do meio rural diamantinense<sup>397</sup>. A Arquidiocese de Diamantina criou um órgão que era voltado a assistir o meio rural, inclusive no aspecto saúde, era o Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência (SEARA), criado após a I Semana Ruralista de 1955. (FIGUEIREDO; FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2010). A partir do SEARA ocorreram instruções e mesmo campanhas para combate das endemias rurais e outras campanhas para assistência rural.

O governo federal também criou o Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), em 1956 no governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse órgão deveria atuar em torno de pesquisas e estudos referentes às endemias, visando ampliação do conhecimento dessas doenças endêmicas e com isso, criar mecanismos para proceder o combate delas. (SILVEIRA; PIMENTA JÚNIOR, 2011). Em 1956

<sup>395</sup> STRD – Relatório de combate às endemias rurais. Pasta: estatísticas médicas de 1975/1976.

<sup>396</sup> Depoimento de T. M. M em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>397</sup> Sobre as semanas ruralistas em Diamantina ver trabalho de Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010).

também foi criado o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), ficou a cargo desse órgão a organização e execução dos serviços de investigação e promoção de ações de combate “à malária, leishmaniose, doença de chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariose, hidatidose, bócio endêmico, boubá, tracoma” (SILVEIRA; PIMENTA JÚNIOR, 2011, p.21). Esse Departamento ficaria a cargo dessas endemias e de outras que viesse a surgir no País.

Segundo Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010) Diamantina foi escolhida para sediar um Setor Piloto do DNERu, logo após os debates promovido pelas semanas ruralistas organizadas pela Igreja Católica diamantinense. Partia da cidade um amplo esforço de prevenção e combate das endemias do meio rural das proximidades da cidade. Ainda de acordo com os autores, o principal alvo de combate era a malária, a doença de chagas, boubá, leishmaniose, esquistossomose, ancilostomose, brucelose e bócio endêmico. As ações do DNERu no município de Diamantina, também se preocupou com a conscientização da higienização, procura do barbeiro causador da doença de chagas e nas ações preventivas conscientizavam a população sobre a importância da alimentação adequada, do uso da água, entre outros. (FIGUEIREDO, FERNANDES, CONCEIÇÃO, 2010).

Os depoimentos dos trabalhadores rurais mencionam a presença desses órgãos que contribuíram para que algumas doenças sumissem ou amenizassem. Porém, nos relatos, ainda é possível verificarmos que a verminose continuou sendo um problema bastante recorrente. As doenças de chagas, malária e outras doenças foram diminuindo a partir de visitas de equipes que os trabalhadores mencionam como “o povo da malária”. Quando o STRD começou os atendimentos médicos, aparentemente, o problema com malária e chagas estava controlado, pois nos registros de diagnóstico de consultas aparecem muito poucos registros ligados a essas doenças.

Em relação aos demais atendimentos à saúde, o acesso facilitado do trabalhador ficou por conta do Sindicato. Assim como a própria fundação do Sindicato, o acesso a médico também causou desconfiança para alguns trabalhadores. Era sem dúvida uma novidade, ter acesso a médicos foi um aparato significativo para o trabalhador rural.

Logo que eles vieram eles falaram né que o povo ia ter direito a médico, aposentadoria e essas coisas. A gente ficou um pouco descrente naquilo porque ir ao médico era uma coisa assim...que a gente não ia. A gente pensava que ir ao médico não era assim não, tinha que gastar [dinheiro] e não

era pouco. E a descrença ainda continuou por algum tempo pra muita gente. Eu lembro que tinha uma velha lá [no povoado onde o entrevistado morava] que logo depois que veio esse sindicato pra cá essa mulher estava numa ruindade, estava doente mesmo, estava descorada e com uma febre que todo mundo acreditava que ela fosse morrer. Aí eu que já era delegado nessa época, o povo do Sindicato tinha ouvido falar dela, da situação que estava, e ela já até tinha arrumado sindicato também, a filha dela tinha arrumado pra ela e já estava até esperando pra receber, né? [receber aposentadoria] aí o Sindicato mandou falar comigo que era para ir falar com o pessoal dela pra da um jeito de levar ela que eles ia dá jeito de até internar. Daí eu fui lá, chegando lá eu falei com ela, mais quem disse que queria ir? Estava morrendo mais não queria ir porque pensava que ia ter que pagar e não queria ir. Foi quando eu falei com ela que não ia precisar, com muito custo ela aceitou ir. Foi, chegando lá internou e ficou um tempo lá, pois você acredita que ela ainda tomou pé? (melhorou/sobreviveu). [...] Ainda ficou uns anos boa<sup>398</sup>.

O depoimento mostra dois movimentos interessantes. O primeiro é que a descrença permanecia, mesmo para uma sindicalizada. A mentalidade sobre o acesso a médico para essa senhora ainda permanecia com relação à necessidade de pagamento. Nesse caso, ainda que dada a questão do problema de saúde relutava em procurar um médico com base no que precisaria dispor para pagar. O segundo ponto afirma o argumento que venho defendendo nesse trabalho, de que o Sindicato também ia até o trabalhador em diferentes momentos e não só para sindicaliza-lo. Esse movimento, certamente impulsionou a imagem criada do Sindicato, pois se trata de uma preocupação da instituição para com o sindicalizado.

Em momento algum se pode perder de vista que o Sindicato tinha seus interesses institucionais e que essas ações também contribuía para dá visibilidade a instituição. Por outro lado, é um ponto positivo o fato de alcançar o trabalhador o informando de seus direitos. Era uma instituição que definitivamente se inseria no meio da população rural como outro órgão não tinha condição de fazê-lo. Com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina houve uma significativa adesão dos trabalhadores rurais e suas famílias aos serviços médicos. Segundo consta os depoimentos seguintes, ocorreu com a fundação do Sindicato, um movimento de popularização de acesso a serviços médicos e hospitalares.

A gente via muita gente vindo no Sindicato e falando que aquilo era que era coisa boa, até uma gripe quando era forte podia procurar o médico. [...] E era assim mesmo, eu trabalhava fazendo curativo nas pessoas lá né? Cuidava de quem chegava, dava os primeiros atendimentos e tudo mais. O povo viu naquilo uma novidade muito boa e sempre falavam que a vida na roça estava

---

<sup>398</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

melhorando. Mais é claro que estava! A gente podia ir ao médico quando precisasse e ainda tinha essa aposentadoria que foi uma benção pra nós!<sup>399</sup>

Nossa a gente via, esse negócio de médico mudou muito, a gente via fulano falar assim que no dia seguinte ia procurar uma consulta no Sindicato para tal coisa. A gente até assustava quando ouvia a pessoa falar aquilo, pois a gente não via isso, via quando a pessoa já estava pra morrer e olha lá. Era um tanto de gente consultando, que às vezes era difícil arrumar ficha. Era até uma coisa interessante. Coisa que a gente não via era o povo falando que ia no médico. Quando veio o Sindicato, era o que a gente mais via era isso. Você quer saber que o povo falava até satisfeito [feliz] que ia no médico, depois que tinha ele aí<sup>400</sup>.

O povo ficou de um modo que não podia ter uma tosse que procurava médico. Foi uma coisa que era estranha aqui à gente ouvindo o povo falar que ia ao médico. Pra gente aquilo ainda era uma coisa nova. Pelo menos gente falando que ia no médico quando não estava em situação já de... últimas mesmo. Vou falar com você, esse Sindicato deu pra gente aqui com esse negócio de médico, mais segurança. [...] E era, eles [os gestores do STRD] mandavam os delegados sair falando com o povo que se precisasse de médico, dentista e outras coisas mais, bastava procurar o Sindicato. Pois, o povo começou a ir, que não era nem preciso falar mais, quase que era preciso falar com o povo para começar a ir menos. [risos].<sup>401</sup>

Você sabe que hoje a gente fala e acha graça, mais naquela época falar que ia no médico era luxo. A gente falava em médico era “cestrando”. Pois, médico era coisa de rico, né? E aí veio que a gente que era trabalhadora rural podia ir, então a gente ficava mesmo se achando com aquilo, porque a gente podia. Ficamos nos achando até mais importante. Por que que aquilo tinha vindo pra nós que era da roça? Era porque a gente era importante<sup>402</sup>.

De acordo com o depoimento de *Maria do Sindicato* a procura por médico era grande. Nas palavras dela “o povo parece que estava esperando por aquilo, a gente via muita gente indo todo dia”.<sup>403</sup> Ainda conforme relato de *Maria do Sindicato*, a popularização foi tamanha que em toda parte se ouvia pessoas falando que iam ao médico. Eram limitados os atendimentos diários, muitas pessoas acabavam ficando sem fichas para consultas em um determinado dia. Foram localizadas algumas cartas que eram enviadas para o Sindicato solicitando que guardassem fichas para determinado dia da semana, pois algumas vezes tinham que deslocar a pé até Diamantina e não encontravam fichas.

Vejam na sequência alguns dados de atendimentos médicos no STRD de 1974. A escolha em demonstrar os números de atendimentos desse ano se deve ao fato de que os registros de atendimentos médicos de 1972 e 1973 não foram localizados

<sup>399</sup> Depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>400</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>401</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

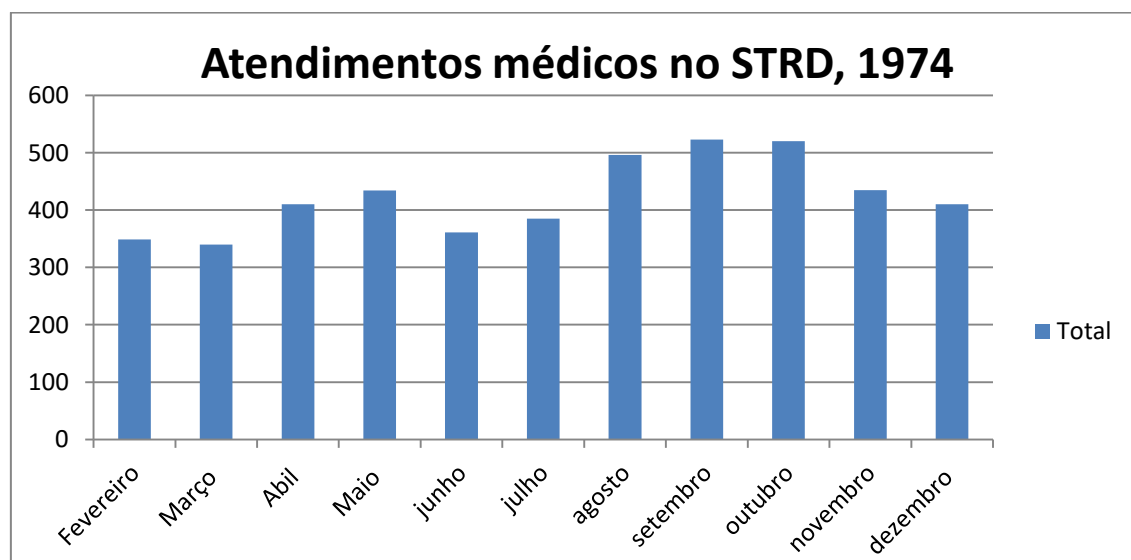
<sup>402</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>403</sup> Depoimento de Dona Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

completos no arquivo do STRD, alguns apresentavam números ausentes para determinado mês do ano<sup>404</sup>. A título de demonstração, pode-se tomar de base os números de atendimentos anuais de 1974, para os anos seguintes não há uma oscilação muito elevada nos atendimentos mensais, os números permaneceram em uma média comum. Como havia uma taxa de atendimento estabelecida pelo número de fichas diárias, não havia oscilação muito demasiada nos atendimentos.

Deve-se ressaltar que em agosto de 1974 houve contratação de mais um médico para o STRD devido à demanda em maiores atendimentos, por isso o número foi se elevando ao longo dos meses de agosto a outubro<sup>405</sup>. O contrato de um dos médicos, que já atuava anteriormente, foi interrompido no começo de novembro por questões pessoais do profissional, retornando no ano seguinte, por isso nova queda nos números de atendimentos em novembro e dezembro. Entretanto, o número de atendimento dos anos seguintes permaneceu semelhante, com um quantitativo médio de 420 atendimentos mensais.

**GRÁFICO 5 – Atendimentos médicos mensais no STRD, Diamantina, 1974.**



Fonte: Tabela 10. Apêndice A.

<sup>404</sup> Um das principais dificuldades foi obter informações completas sobre atendimentos anuais. Foi possível observar dados para atendimentos semanais e mensais, mas não anuais. Praticamente todos os anos apresentavam dados incompletos nos registros. Desse modo, optou-se por apresentar o primeiro ano após fundação do STRD que tivessem os registros completos e fazer um levantamento médio dos atendimentos dos anos seguintes.

<sup>405</sup> STRD – Contratos de prestação de serviços médicos de 1974/75. Pasta: contratos de trabalho 1974/1975.

Quanto à oscilação nos números de atendimentos mensais, deve-se ao fato de que alguns dias da semana havia falta de médicos e suspensão de atendimentos, alguns meses ocorrendo com maior frequência<sup>406</sup>. Os números permaneceram em uma média de atendimentos semelhante nos anos posteriores. Apenas em 1985 que houve diminuição no número de médicos contratados e o atendimento deu uma pequena reduzida. Porém, a baixa de atendimentos médicos pelo STRD de fato só ocorreu com a criação de sistemas públicos de saúde após 1988.

Quanto aos principais diagnósticos, também foi possível observar que algumas doenças eram as mais comuns nos atendimentos. Ver-se no quadro seguinte, também para o ano de 1974, os principais diagnósticos dos atendimentos no STRD.

**QUADRO 1: Principais diagnósticos nos atendimentos médicos do STRD, por mês, Diamantina, 1974.**

<b>Mês</b>	<b>Principais diagnósticos</b>
<b>Fevereiro</b>	Verminose, bronquite, gastrite, anemia, neurose, desnutrição, gripe.
<b>Março</b>	Verminose, anemia, hepatite, neurose, cardiopatia, bronquite.
<b>Abril</b>	Neurose, verminose, bronquite, hipertensão, desnutrição, anemia, gripe, pneumonia.
<b>Mai</b>	Gripe, anemia, hipertensão, verminose, neurose, gastrite, bronquite, cardiopatia, hepatite, pneumonia.
<b>Junho</b>	Bronquite, hipertensão, verminose, gripe, pneumonia, reumatismo.
<b>Julho</b>	Verminose, bronquite, hipertensão, gripe, pneumonia.
<b>Agosto</b>	Verminose, hipertensão, anemia, bronquite, gripe, reumatismo, diarreia.
<b>Setembro</b>	Verminose, gastrite, bronquite, reumatismo, gripe, hipertensão, anemia, Chagas, bócio.
<b>Outubro</b>	Gripe, verminose, pneumonia, anemia, reumatismo, hipertensão, constipação, gastrite, desnutrição.
<b>Novembro</b>	Hipertensão, reumatismo, gripe, bronquite, neurose, verminose, amebíase, gastrite.
<b>Dezembro</b>	Gripe, anemia, verminose, amebíase, hipertensão, Chagas, coqueluche, gastrite, bronquite.

Fonte: Livro de Controle médico-ambulatorial do SRD e STRD/ 1974/1975.

<sup>406</sup> O que se percebeu é que havia com frequência ausência de médicos em alguns dias da semana. Essas ausências algumas vezes possuía menos impacto, pois outro médico que já estava na instituição cobria os atendimentos do médico que havia faltado, mas não ocorrendo sempre, o que aponta para uma oscilação dos números de atendimentos semanais e mensais.

Os tipos de diagnósticos também não mudaram muito nos anos seguintes. Entre os principais diagnósticos encontrados no STRD indicavam principalmente a presença de verminose. Outras doenças bastante vistas nos diagnósticos, mesmo dos anos posteriores, são hipertensão, anemia, epilepsia, abscesso, tuberculose, amebíase, estomatite, gastrite, bronquite, neurose, reumatismo, gripe e diarreias.<sup>407</sup> Outros diagnósticos que exigiam tratamentos contínuos e com maior atenção, ou casos de internação eram encaminhadas para consultas externas a partir de guias hospitalares que eram expedidas pelo Sindicato, para que o trabalhador pudesse ser atendido gratuitamente em outras instituições, mesmo em outra cidade. Além do atendimento médico, também ocorriam no próprio Sindicato, atendimentos de curativos, injeções e limpeza de ouvido<sup>408</sup>.

Aos trabalhadores que apresentavam quadros de atendimentos médicos cuja especialidade não tinha em Diamantina, esse era conduzido para Belo Horizonte com as despesas hospitalares custeadas pelo Sindicato com recursos do seu fundo ou do FUNRURAL<sup>409</sup>. Além disso, foi adquirida, no começo da década de 1980, uma ambulância pela instituição e que era usada sempre que necessitasse de rápida condução ou mesmo buscar trabalhadores em povoados longínquos e que estivesse com algum problema de saúde que comprometesse sua locomoção por outra via<sup>410</sup>.

Entre os serviços ofertados pelo STRD no que diz respeito à saúde, destaca-se o acompanhamento pré-natal. Esse serviço foi muito importante para várias mulheres, contribuindo para, além de atendimentos médicos, com instruções para a gestante. Assim destacou *Maria do Sindicato*

[...] o acompanhamento das grávidas era um negócio muito importante que o Sindicato começou a ter. Muitas mães já falaram comigo que se não tivesse sido doutora Zilmar lá no Sindicato, naquela época, que podia até ter perdido o menino. Era um acompanhamento mais certo né? Os médicos orientavam as mulheres de todo jeito. Eu acho que muitas crianças não morreram por causa disso, porque já tinha o atendimento até nascer, falava da questão da prevenção, alimentação e tudo mais. Isso tudo era bom para as mães porque se elas tinham algum problema ali enquanto estivessem grávidas ainda dava para resolver em tempo né? Depois que a

<sup>407</sup> STRD – Estatísticas de atendimentos médicos no STRD. Livros de estatísticas médicas dos anos correspondentes.

<sup>408</sup> STRD – Estatísticas de atendimentos médicos no STRD. Livros de estatísticas médicas dos anos correspondentes.

<sup>409</sup> STRD – Guias hospitalares e de internação. 1976/1978.

<sup>410</sup> STRD – Registros de pedidos de ambulância. 1982. Pasta: estatísticas médicas de 1982.



criança nascia também, os médicos sempre acompanhando, evitava que a criança pegasse uma doença que não tivesse jeito<sup>411</sup>.

Os atendimentos de pré-natais no STRD também se tornaram contínuos. Para o período estudado o número de consultas pré-natais correspondiam a uma média de vinte e cinco atendimentos mensais até fins da década de 1970. Para os primeiros anos da década de 1980 esse número deu uma elevada, tendo uma média mensal de 40 atendimentos de pré-natal. Verificando algumas descrições de diagnósticos, era feito um acompanhamento detalhado com a gestante, até mesmo depois da criança nascida<sup>412</sup>.

Na visão da profissional de saúde que atendia na instituição, a senhora *Maria do Sindicato*, os atendimentos para as gestantes contribuíram no sentido não só de acompanhar a gestação das grávidas, mas também de orientá-las. Na avaliação da entrevistada, esse movimento contribuiu para que fossem evitados problemas na gravidez e no parto, bem como no que se refere à prevenção da mortalidade infantil. Não se pode perder de vista que a fala é originária de uma servidora da instituição, muito de seus argumentos acabavam por dá significado ao trabalho em relação a atendimentos de saúde executado pelo STRD, inclusive sendo ela uma representante desse setor.

Todavia seu depoimento em relação ao serviço de saúde não diverge de outros depoimentos de mulheres trabalhadoras rurais ou dependentes atendidas pelo setor. Tais mulheres assinalaram que os atendimentos de pré-natais foi uma ação positiva em termos de amparo a mulher. O pudor em relação a seus corpos, os constrangimentos em falar de sua saúde ou de qualquer problema que as afetavam, impediam que muitas delas comunicassem até mesmo aos seus maridos sobre alguma ocorrência não natural durante a gestação, como sangramentos ou dores anormais. Era comum que procurassem outras mulheres, sendo recomendadas por curas a partir de remédios caseiros e que por vezes não eram eficazes.

O acesso a tratamentos de saúde não fez com que imediatamente ocorresse a adesão das mulheres e mesmo perdessem tal pudor em falar de seus corpos, porém de acordo com que pontuam foi um processo gradual. Eram a partir dos atendimentos

---

<sup>411</sup> Depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>412</sup> STRD – Livro de Controle médico-ambulatorial do SR e STRD/ 1974/1975.

médicos que as mulheres eram orientadas e por meio de um diálogo conseguiam deixar que fossem acompanhadas por médicos. Assim destacou *Maria do Sindicato*

[...] as mulheres foram perdendo até a vergonha de falar da saúde. E era essa vergonha que fazia com que muitas delas até perdessem meninos sem conseguir tratamento. Chegava no Sindicato e nós íamos conversando e falando com ela que tinha que tratar e que tinha que olhar e que tinha que contar tudo que estava acontecendo. Assim foi ocorrendo das mulheres começarem a perder um pouco da vergonha de falar das coisas que estava acontecendo. Muitas delas falaram comigo depois que sentia segura era de falar era com nós porque a gente estava ali era pra isso mesmo. E era<sup>413</sup>.

Pelos registros de atendimentos médicos do STRD é possível verificarmos que os principais atendimentos eram realizados para mulheres. Pelo Livro de controle médico-ambulatorial da instituição, percebe-se que a maioria das procuras por assistência médica era por parte das mulheres com idades acima de 20 anos. Os registros também mostram que a maioria dos homens que procuravam o Sindicato eram mais velhos, com idades acima de 50 anos. Outra característica vista ao longo do período estudado é quanto aos acompanhamentos de crianças para atendimentos médicos, eram majoritariamente as mães que levavam os filhos para as consultas. Apenas dois registros apontam para o acompanhamento do pai nas consultas, isso ao longo de todo o período que compreende essa pesquisa.

Os médicos que atenderam no STRD na primeira década de seu funcionamento foram João Antunes de Oliveira, Manuel Macrino Pimenta, Paulo Célio de Almeida Hugo, José Eulálio de Souza, Antônio de Pádua Júnior, Antônio Leonardo Lopes e Maria Zilmar de Medeiros<sup>414</sup>. Observa-se nos testemunhos que os trabalhadores tratam alguns desses médicos com uma memória de gratidão. Destaca-se aqui Dr. João Antunes de Oliveira, que além de médico, é evocado em várias memórias por ser quem “trouxe o Sindicato para Diamantina”. Além disso, nota-se que os relatos sobre a atuação dos médicos versam sobre sua atenção para com o trabalhador. Nesse caso destaca-se o Dr. João Antunes de Oliveira, novamente;

Doutor João era o médico dos pobres, porque ele às vezes te atendia e ele mesmo já te dava os remédios, que eram amostra grátis, aí não era preciso comprar né? E ficava difícil também pra comprar né? E às vezes assim como

<sup>413</sup> Depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>414</sup> STRD – Contratos de trabalho assinados. Pasta: Relações trabalhistas STRD, 1975/1980.

ele era muito entrosado com o farmacêutico [não compreendi o nome] ele já mandava a gente ir à farmácia dele, porque ele já sabia que ele dava um desconto para gente, né? É tanto que uma vez eu tive um problema de uma dor de barriga que eu não esqueço, esse médico me deu um remédio que chamava acho que era “Troveram” e eu tomei e nunca mais eu tive, foi um ótimo remédio, nunca mais eu tive, parece que tirou aquilo que não tive mais nada<sup>415</sup>.

Tinha uns médicos lá que tratava a gente bem demais, tinha atenção com a gente. Doutor João mesmo, que Deus dê a ele o céu, era bom demais. Tinha também o Antônio de Pádua né? Ele tinha atenção para olhar a gente, a gente via que ele cuidava da gente. [...] mais pra gente todos eles eram bons né? Só de saber que a gente estava tendo aquilo ali, aquele cuidado, já era bom. A gente gostava de agradar os médicos porque eles agradava a gente muito com os cuidados deles com a gente<sup>416</sup>.

Os atendimentos médicos foram uma novidade importante para os trabalhadores rurais. A introdução dos serviços médico-hospitalar fez com que o Sindicato fosse fundamental para o trabalhador rural. Alguns trabalhadores rurais assinalaram que a assistência médica fez com que muitas pessoas “vivessem por mais alguns anos”, pois muitos morriam com doenças consideradas simples, mas a falta de acompanhamento e orientação levava o estado de saúde a se agravar mais. Com a assistência médica, assinalam que ocorreu melhora nas condições de vida. Se não por meio dos próprios tratamentos, contavam com a orientação.

Certamente que sim, quando começamos a ter acesso a médico aqui, parece que as pessoas passaram a até viver mais. Tinha gente antigamente que um resfriado, uma pneumonia e não escapava [não sobrevivia], isso porque não tinha orientação das coisas, às vezes nem sabia direito o que que tinha e ficava tomando remédio achando que era uma coisa que não era. Esse Sindicato ajudou demais nisso, era gente mais velha que consultava e melhorava, era gente que chegava lá muito ruim de saúde e eles logo encaminhava para o hospital e por lá internava e saía de lá bem. Foi uma coisa que assim, até uma gripe a gente ia lá no Sindicato né? E a gente sempre ouvia os delegados aqui falar que o Sindicato era nosso e que nós tínhamos direito de ir lá por qualquer razão e o povo ia mesmo, médico então, o povo ia sim<sup>417</sup>.

Esse Sindicato ajudou muita gente a continuar vivo por mais alguns anos. Essas mulheres mesmo que ia ao Sindicato para fazer pré-natal, tinha vezes de estarem com anemia, ou sofrerem de algum problema respiratório, coisa que a gente via que era difícil para uma mulher naquele estado. Então com acompanhamento médico as coisas davam certo. Chegava ao final à mãe tinha o filho e com saúde. [...] Sabe que antigamente as pessoas não tinham muita instrução de nada não né? Às vezes as pessoas nem podia fazer certas coisas e faziam, com as orientações médica mesmo muita gente começou a aprender muitas coisas e já não caíam tanto em problemas maiores. [...] Um caso é das próprias mulheres grávidas, tinha muitas que não tinha

<sup>415</sup> Depoimento de M. D. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>416</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>417</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

conhecimento das coisas, algumas que tinham problemas de saúde e ia tendo um filho após o outro, com as orientações médicas até isso foi mudando<sup>418</sup>.

Muita gente foi amparada pelo Sindicato no sentido da saúde. Muita gente procurava o Sindicato em momentos de desespero, porque precisava de arrumar médico para um filho ou para um parente e não tinha condições de pagar. Ou às vezes estava com parente internado lá na Santa Casa e dava logo jeito de procurar filiar ao Sindicato, né? Porque aí conseguia o benefício e tinha à custa daquele tratamento assumida pelo Sindicato. Não era pouca gente que no momento de desespero em relação à saúde procurava o Sindicato não, muita gente mesmo<sup>419</sup>.

No que se refere à imagem positiva do Sindicato, a saúde foi um desses elementos que contribuiu com a construção dessa imagem. Pode-se considerar, por meio das análises dos depoimentos, que há uma formação dessa imagem que corresponde a superação de momentos considerados difíceis. No caso da saúde, pensamos não somente nas consultas ambulatoriais, mas naqueles socorros que levaram a internação. No caso de alguns depoentes que falaram que estiveram com filhos internados em estado de saúde delicado e que o Sindicato os amparou, esse processo fixa na memória daqueles que viveu o acontecimento.

A memória é seletiva, isso já foi dito. Um dos mecanismos que facilitam o trabalho da memória é por meio de ações atípicas ou de impacto. No que se refere à saúde, o fato de estar com um parente doente em estado delicado e em internação, essa é uma ocorrência que deixa marcas na memória, mais ainda é como a situação foi resolvida. Há dois movimentos que contribuíram para a formação da imagem do Sindicato em relação à saúde. Basicamente podemos considerar o impacto com a garantia das assistências médicas em um período onde não estava no alcance de todos. Outra questão é sobre a garantia desses direitos nas circunstâncias de doença em que os trabalhadores foram recebidos e atendidos pelo Sindicato.

Eu lembro de uma vez que aquela Maria [...] lá de [...] trouxe o filho dela aqui novinho, hoje ele já é até casado, mais eu lembro dele no Sindicato menino novo. Essa Maria chegou com esse menino no Sindicato em um estado de ruindade que todos nós achamos que não ia ter jeito não. E ela estava num estado de nervoso também que a gente não sabia como que ia controlar não, pois ela já tinha ido no hospital mais não conseguiu entrar porque falaram com ela que tinha que pagar uma taxa de alguma coisa lá, ou então ia ter que esperar. Ela sem recurso, não tinha mesmo, e pensou no Sindicato. O menino estava pondo verme e já estava sem cor e a coisa estava feia. Chegando lá no Sindicato, logo o menino que trabalhava lá com a gente na tesouraria pegou o carro a guia e levou esse menino para o hospital. Ele

---

<sup>418</sup> Depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>419</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

viveu, é homem feito hoje, mais há pouco tempo eu estive com a mãe dele, está velhinha já, ela lembra até hoje e tem angustia dessa lembrança. Mais ela fala que foi a melhor coisa que surgiu naquela época pra ela foi o Sindicato que resolveu as coisas pra ela. Ela disse que mesmo aposentada continuou a pagar o Sindicato e que só para quando morrer<sup>420</sup>.

Outros relatos de trabalhadores rurais apontam para a mesma questão. Com os atendimentos de saúde em casos em que estavam muito doentes e conseguiram melhorar, atribuíam a melhora ao Sindicato como sendo ele o responsável ao acesso ao tratamento hospitalar e conseqüentemente a cura. No sentido da saúde, observou-se também que o STRD se tornou referência no acesso à saúde para moradores das áreas rurais, mesmo trabalhadores rurais não sindicalizados buscavam por atendimentos no Sindicato. Muitos trabalhadores buscavam sindicalizar quando ficavam doentes e assim poder ter acesso aos tratamentos.

Há algumas cartas arquivadas no STRD, várias delas foram escritas por delegados sindicais que solicitavam ajuda em atendimento médico para determinado sujeito. As cartas vinham expondo a situação crítica com que estava vivendo, informando que um parente encontrava-se internado e que estava sem recursos, solicitando o amparo do Sindicato. Na mesma carta ainda enviava os dados informando que desejaria se filiar àquela instituição, o que era atendido.

Ainda no que se refere aos atendimentos de saúde e as cartas, havia também solicitações de não sindicalizados para que o Sindicato os ajudasse em relação a atendimentos médicos, por não possuírem condições financeiras de também se tornarem sindicalizados. De igual modo, a maioria das cartas partia dos próprios delegados sindicais das comunidades. A carta enviada por um delegado sindical atestaria verdade nas informações prestadas, não sendo necessário que o Sindicato se ocupasse em verificar a situação do trabalhador. O Sindicato atendia, em sua maioria, trabalhadores rurais sindicalizados, mas não desamparava os trabalhadores rurais não sindicalizados, até em razão dos recursos do FUNRURAL que era destinado aos trabalhadores em geral. As cartas contavam a situação do trabalhador e informava que aqueles não tinham condições de filiarem-se, assim como pode ser visto na figura seguinte.

**FIGURA 27 – Carta de solicitação a atendimento para trabalhador não sindicalizado - SRTD, Diamantina, 1985**

---

<sup>420</sup> Depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

Caro amigo Edson Soares da Silva  
 D.D. Presidente do STR de Lacomantina  
 Sr. Presidente, fui procurado <sup>por</sup> ~~um~~ ~~homem~~ ~~que~~ ~~é~~ ~~o~~ ~~filho~~ ~~da~~ ~~Senhora~~ ~~que~~ ~~está~~ ~~interna~~ ~~da~~ ~~em~~ ~~Lacomantina~~, ~~ela~~ ~~é~~ ~~viuva~~ ~~não~~ ~~tem~~ ~~sindicato~~, ~~não~~ ~~é~~ ~~apresentada~~ ~~e~~ ~~não~~ ~~tem~~ ~~condições~~ ~~de~~ ~~pagar~~ ~~o~~ ~~tratamento~~. ~~Então~~ ~~levo~~ ~~o~~ ~~embuste~~ ~~do~~ ~~senhor~~, ~~para~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~Sindicato~~ ~~colabore~~ ~~com~~ ~~o~~ ~~tratamento~~ ~~dessa~~ ~~dona~~ ~~que~~ ~~está~~ ~~interna~~ ~~da~~.  
 Berto de sua compreensão desde já agradeço  
 seu ~~delegado~~ ~~Sindicato~~  
 A auxiliar de Secretaria  
 Fausa a fim mediante apresentação do pedido médico  
 para o internamento.  
 Berto

Visto  
10-12-85  
C. Berto

Fonte: Carta solicitando ajuda para custear tratamento de não sindicalizada. Pasta: correspondências não protocoladas 1984/1985.

Nota: Por questões éticas foram retirados, por meio de edição gráfica, os nomes dos solicitantes na carta. O documento foi previamente digitalizado e a edição foi na versão eletrônica.

Há um volume significativo de cartas enviadas para o STRD entre 1972 até 1985 referentes à solicitação de atendimentos para não sindicalizados. Geralmente as cartas informavam que era trabalhador rural, residindo em propriedades rurais, mas que não tinham condições financeiras de se sindicalizarem. Todas as cartas localizadas no Sindicato mostram que esses trabalhadores foram atendidos, fosse para consultas ou internações. Também constam atendimentos a alguns poucos moradores da área urbana que solicitavam consultas no STRD com a justificativa de serem despossuído de recursos para consultas particulares.

Mensalmente eram declarados nos dados do STRD atendimentos a não sindicalizados. Sobre esses números, tomamos como base os registros mensais de 1974. A escolha desse ano deve-se ao fato de que foram os primeiros registros completo dos dados de assistências médicas do Sindicato em meses, nos possibilitando uma melhor visualização desses atendimentos.

**TABELA 6 – atendimentos médicos para não sindicalizados, por mês, – STRD, Diamantina, 1974.**

<b>Mês</b>	<b>Nº de atendimentos</b>
<b>Fevereiro</b>	21
<b>Março</b>	17
<b>Abril</b>	29
<b>Maiο</b>	27
<b>Junho</b>	30
<b>Julho</b>	41
<b>Agosto</b>	45
<b>Setembro</b>	48
<b>Outubro</b>	37
<b>Novembro</b>	42
<b>Dezembro</b>	48

Fonte: Livro de Controle médico-ambulatorial do SRD e SRD/1974/1975.

Observou-se que, para os anos seguintes, permaneceu uma média de 35 atendimentos mensais para não sindicalizados. Nesse sentido, observa-se que o Sindicato se tornou uma referência de acesso à saúde para a população do meio rural e mesmo para alguns sujeitos do meio urbano. Os atendimentos médicos contribuíram para a formalização de uma imagem protetiva e de amparo aos trabalhadores. Nos diversos relatos de trabalhadores, observou-se que os atendimentos de assistência médica foram tidos como um momento de transformação no meio rural, entendido como resultado do processo de sindicalização.

Ainda no que se refere à questão da saúde, o STRD também buscou atuar no atendimento odontológico que foi bastante significativo para a população rural. Verificou-se que dada às questões de higiene precárias com que muitos trabalhadores rurais conviviam, era recorrente encontrar pessoas com fortes dores de dente<sup>421</sup>. As dores de dente atormentavam muitos trabalhadores que buscavam por tratamentos a todo custo. Segundo alguns depoimentos eram tomadas medidas desesperadoras para amenizar as dores.

<sup>421</sup> De acordo com depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

Cheguei de bochechar com creolina, colocava também cachaça, papa de farinha, laranja da terra, fumo, amarrava um pano apertado na cabeça. Era um dor que a gente ficava desesperada, entre os remédios todo o melhor foi o boticão. Teve um dia que eu arranquei um com a dor toda lá no Sindicato, ele estava inflamado e eu falei que podia arrancar, porque arrancou acabou<sup>422</sup>.

Os relatos dos trabalhadores contam que havia pessoas que passavam por dores de dente a ponto de entrarem em desespero. A principal solução era arrancar os dentes, alguns arrancavam todos eles, optando por colocar próteses (dentaduras). Entre as assistências em que o STRD ofertava estava o tratamento odontológico, que também tinha financiamento do FUNRURAL, por meio do que estava previsto no PRORURAL no que se referia aos serviços de saúde. O STRD montou, por meio do convênio com o FUNRURAL, um gabinete odontológico próprio<sup>423</sup> para atender aos trabalhadores rurais sindicalizados<sup>424</sup>.

Os atendimentos eram diários e com quantidade fixa estabelecida. Os atendimentos odontológicos eram menores que os atendimentos médicos, isso em razão de que era apenas um dentista. Além do mais, a demanda para atendimentos médicos era superior em relação aos atendimentos odontológicos. É possível constar isso, pois havia dias da semana em que sobravam fichas de atendimentos, quando em relação a consultas médicas faltava. Pode-se tomar por base os atendimentos odontológicos do ano de 1975 para que se tenha uma compreensão dos números de atendimentos para esse setor. A escolha do ano se dá em razão de ser o primeiro ano em que todos os registros foram localizados completos no arquivo<sup>425</sup>.

**Tabela 7 – Atendimentos odontológicos, por mês, STRD - Diamantina, 1975.**

<b>Mês</b>	<b>Nº de atendimentos</b>
<b>Janeiro</b>	<b>314</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>241</b>

<sup>422</sup> Depoimento de M. M. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>423</sup> STRD – arquivo – convênio FUNRURAL e STRD aquisição de gabinete odontológico. Pasta: correspondências não protocoladas de 1972/1973.

<sup>424</sup> Em relação a tratamentos odontológicos não foi encontrado nenhum dado que mostre que foram atendidos trabalhadores não sindicalizados.

<sup>425</sup> Assim como os atendimentos médicos, os dados anteriores sobre o número de atendimentos odontológicos mensais estão incompletos.



<b>Março</b>	<b>264</b>
<b>Abril</b>	<b>289</b>
<b>Mai</b>	<b>273</b>
<b>Junho</b>	<b>257</b>
<b>Julho</b>	<b>316</b>
<b>Agosto</b>	<b>239</b>
<b>Setembro</b>	<b>236</b>
<b>Outubro</b>	<b>253</b>
<b>Novembro</b>	<b>216</b>
<b>Dezembro</b>	<b>253</b>

Fonte: Boletim Mensal de Serviços Médicos do STRD. Pasta Setor E.

O número de atendimentos odontológicos nos anos seguintes não teve uma oscilação significativa, nem para menos e nem para mais, manteve uma quantidade semelhante ao que consta para o ano de 1975. Alguns meses com maior demanda de atendimentos e outros com menor. Os principais serviços executados no gabinete odontológico eram obturação a amalgama, obturação a silicato, exames odontológicos, capeamentos, forragens, extração complicada e o mais comum, que era a extração simples<sup>426</sup>. O STRD também custeava radiografias que eram realizadas externas ao Sindicato<sup>427</sup>.

Tanto o atendimento médico, quanto odontológico constituiu-se de importante prestação de serviços para os trabalhadores rurais de Diamantina, uma novidade. Tais assistências tanto médica, hospitalar e odontológica foi sem dúvida um impacto para os trabalhadores rurais nos primeiros anos de 1970. Impacto esse que repercutiu em muitas memórias, personificando no Sindicato a instituição responsável por essas transformações. Entretanto, não se pode desconsiderar que a forte adesão aos serviços médicos, a partir da ampliação dos serviços ofertados pelo governo, se deu em razão do empenho do Sindicato em se fazer ouvir aos mais diferentes povoados, comunidades, sítios e sedes dos distritos. O Sindicato transformou-se em uma referência de atendimentos dessa natureza. Isso facilitou para a criação da concepção do trabalhador em relação ao Sindicato ligada a introdução das assistências à saúde.

<sup>426</sup> STRD - Boletim Mensal de Serviços Médicos do STRD. Pasta: Setor E.

<sup>427</sup> Ibid.

### 3.3.3 A assistência judiciária

A assistência judiciária é uma das garantias que os sindicatos passaram a ofertar entre seus serviços assistenciais. Não somente os sindicatos de trabalhadores rurais, mas também sindicatos de outras categorias profissionais passaram a ofertar a assistência judiciária. Antes de ser responsabilidade dos sindicatos, a oferta desse serviço já era garantida de forma gratuita pelo Estado brasileiro. A concessão de assistência judiciária pelo poder público entrou em curso na década de 1950, a partir da Lei Nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950<sup>428</sup>. A referida Lei, garantia a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Desse modo, era atribuição do Estado garantir tal assistência para os desprovidos de recursos e que não poderiam arcar com a custa da justiça<sup>429</sup>.

No início da década de 1970, já no começo das transferências de responsabilidades assistenciais para os sindicatos, entrou em vigor a Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970<sup>430</sup>. De acordo com o que versava essa Lei em seu artigo 14, estabelecia que; “na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador”. (BRASIL, 1970). Diante do que estabelecia essa Lei, os sindicatos possuíam, entre suas atribuições, a oferta do serviço Judiciário, passando aos sindicatos a responsabilidade de oferecer tal assistência.

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, desde sua fundação, oferecia, entre as demais modalidades assistenciais, a assistência judiciária. A documentação que trata da garantia da prestação de assistência judiciária no STRD é bastante escassa. Para compreender as principais demandas pelos atendimentos nessa área recorreu-se à fonte oral, precisamente por meio do advogado que atuou no STRD na década de 1980. Depoimentos de trabalhadores rurais também contribuíram para obter maiores informações sobre os atendimentos judiciais tratadas no Sindicato.

Ao que consta nos registros do STRD a documentação proveniente de processos iniciados por trabalhadores rurais eram arquivados pelos advogados que atuavam na

---

<sup>428</sup> BRASIL, Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/11060.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11060.htm). > acesso em / 12/08/2020.

<sup>429</sup> Era preciso comprovar junto de uma autoridade policial a situação econômica do solicitante, que estava na condição de necessitado do atendimento judiciário gratuito, sem possibilidade de arcar com a custa da justiça.

<sup>430</sup> BRASIL, Lei nº 5.584, de 26 de junho/ de 1970. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15584.htm). > Acesso em 12/08/2020.

instituição. É possível que se tenha algumas informações sobre esses atendimentos judiciários oferecidos pelo STRD, a partir de alguns livros de marcação de atendimentos e que constam a marcação de horário. Entretanto, esses livros só constam o nome dos trabalhadores e o dia que teria atendimento, não nos possibilitando alcançar melhores informações. O que esses números indicam é que o número de atendimentos semanais pelo setor judiciário era realizado em dois dias na semana e com um total máximo de vinte atendimentos semanais<sup>431</sup>.

Quanto às demandas levadas a instituição, verificou-se que a principal causa dos atendimentos era com relação a conflitos entre vizinhos<sup>432</sup>. Outra demanda bastante recorrente era em relação a conflitos de ordem trabalhista, com trabalhadores sem contratos formais de serviço. Assim como pontuado pelo advogado N. B. G.

[...] Ocorria muito de um trabalhador chegar lá porque o trabalhador prestava serviço para um determinado empregador e não foi acertado de acordo os direitos dele e aí a gente chamava a parte contrária lá e a parte reclamante também aparecia no dia e ouvia individualmente ambos e depois ouvia os dois e entrava em um acordo. De modo geral havia a reconciliação. [...] também ocorria muitas e muitas brigas de vizinhos que acabavam no Sindicato. Às vezes um plantava uma coisa e o outro tinha criação de animais e dava desses animais avançar o terreno do vizinho e da ponto até de ter briga com ameaça de morte. Nesse caso o trabalhador mesmo ia até o Sindicato para tentar resolver aquilo, para o Sindicato poder representar ele naquela situação<sup>433</sup>.

Em variadas assembleias realizadas no Sindicato era tratado sobre o direito que o trabalhador tinha com relação ao acesso a serviços de ordem judiciária<sup>434</sup>. Nessas reuniões, eram dadas orientações sobre quais momentos deveriam procurar os advogados do STRD, o que fez com que os trabalhadores buscassem por seus direitos e por orientações jurídicas em casos diversos. Com relação à visão dos trabalhadores rurais quanto à garantia desse serviço, observa-se que também se constituiu de uma importante frente de atuação do Sindicato. Vejamos um depoimento da trabalhadora rural A. A. S.

Eu uma vez tive um problema aqui que se não fosse o Sindicato eu teria perdido minha terra. [...] O povo que vinha aqui, lá do Sindicato ou até o delegado aqui, quando fazia reunião com a gente sempre falava dos benefícios que a gente tinha. Falavam que podia procurar o Sindicato caso acontecesse alguma coisa com nós aqui né? Pois é, foi assim. [...] Eu tinha

<sup>431</sup> STRD – Livros de agendamentos de atendimentos jurídicos, 1980.

<sup>432</sup> De acordo com o depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<sup>433</sup> Depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<sup>434</sup> STRD – Ata da 1ª reunião extraordinária de 1976. Livro de atas de reuniões, 1976.

um irmão meu, que era assim, irmão por parte de pai, quando nosso pai morreu ele e os outros irmãos lá ficaram com tudo, venderam criação, terra e acabou com tudo e não deram nós nada. Quando foi um dia esse meu irmão veio aqui e queria tomar meu terreno, meu pedacinho de terra, que nem era deles, nem de meu pai, pedacinho que eu e meu marido tinha arrumado. Isso foi um negócio pesado [difícil] que aconteceu comigo. Aí eu fiquei sem saber o que fazer, com meus meninos ainda pequenos, viúva e não sabia bem como de resolver. Foi nisso que me deu na ideia de procurar o delegado [do Sindicato] aqui [...] aí eu contei para ele minha situação e ele me mandou falar com o advogado do Sindicato. [...] a gente nem pensava nesse negócio de advogado por aqui, mais a gente tinha ouvido falar nessas reuniões<sup>435</sup>.

Novamente é preciso ressaltar o trabalho executado pelo STRD em informar a população sobre os direitos dos trabalhadores rurais. Existia interesse do Sindicato de se promover em relação à prestação de serviços, porém, o que chama a atenção em diversos depoimentos é que independente de seus interesses, esse Sindicato fez-se ouvir, tinha um trabalho de conscientização. Independente de sua ação essencialmente assistencialista, ele tinha um trabalho de fazer com que os trabalhadores tivessem entendimentos de seus direitos. Dessa conscientização gerava o entendimento do trabalhador sobre as ações que poderia ter com relação a um determinado acontecimento.

A importância do Sindicato é novamente ressaltada, pois ele chegava até o trabalhador com uma linguagem acessível e o informava de seus serviços. Não que o acesso à justiça não ocorresse antes do Sindicato, muito pelo contrário, mas o que se observa é que o serviço do Sindicato avançava a questão do acesso à justiça, informava o trabalhador sobre seus direitos. Quanto o acesso à justiça, observa-se nos livros de agendamentos, que alguns processos já tinham dado entrada antes em outros órgãos, mas levados para dá continuidade no Sindicato.

Embora dispondo de poucas informações, esses livros de agendamentos podem nos informar que o Sindicato não era a única forma de acesso à justiça. Havia iniciativa de trabalhadores que acionava a justiça levando suas demandas inicialmente para delegados de polícia e eram direcionados para advogados, inclusive buscando por advogados particulares ou gratuitos com suporte da Prefeitura Municipal de Diamantina. Ocorriam casos em que o trabalhador também buscava direto pelo auxílio de um advogado, isso em se tratando principalmente de assuntos relacionados à terra. Recorrendo a um escritório particular de advocacia.

---

<sup>435</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

Retomando a questão da assistência judiciária, observa-se no depoimento de A. A. S. que a partir da problemática que ela estava vivendo, ela viu no Sindicato uma saída para que pudesse protegê-la. Quanto ao desenvolvimento do seu caso, esse se deu da seguinte maneira;

Deu que o advogado do Sindicato veio até aqui e viu minha situação e logo foi lá falando com ele que tinha que tirar a cerca que tinha montado aqui. Porque foi isso, ele não veio só falando comigo que as terras eram dele não, ele já veio fechando com cerca de arame, colocou os postes e fechou mesmo. O que acontece é que ele já tinha aqui muita terra, cabeças de gado e tudo mais, ele era um tipo de um fazendeiro né? Nisso, quando o advogado veio aqui, viu aquilo, tomou depoimento dos moradores aqui e foi logo resolvendo a situação. Mandou ele tirar a cerca, falou que se não tirasse ele iria chamar a polícia e assim foi. Ele tirou a cerca, foi agora pouco tempo que ele voltou mais ou menos à conversar comigo, mais foi também nas últimas dele [últimos momentos de vida.] De modo que se não tivesse sido esse advogado do Sindicato eu não sei, eu tinha ficado sem terra, sem nada. [...] E o povo lá no Sindicato me ajudou muito com isso, porque eles viam minha situação e via que se eu perdesse a terra eu não tinha nada, não sei onde que eu ia morar. [...] Não sei mesmo, se não fosse a ajuda desse advogado, porque para você ver que até aqui eles vieram, o presidente do Sindicato, seu Edson, e o delegado veio aqui com o advogado para ver minha situação, se não tivesse sido o Sindicato para dar conta disso eu não tinha mais o que resolver, ia era ficar mesmo sem a terra. O advogado conversou lá e resolveu com ele<sup>436</sup>.

O último trecho da fala da trabalhadora entrevistada foi quando ela se interrogou em como resolveria esse caso se não tivesse o advogado do Sindicato. De fato, acessar a justiça por outra via não era uma alternativa muito facilitada, ainda mais para alguém com poucos recursos. Além de constar de um percurso que não tinha um intermediador direto, como é o caso do Sindicato, ainda tinha um processo burocrático que dificultava esse acesso, principalmente nos casos de recorrer a atendimentos jurídicos gratuitos. Observa-se que o Sindicato, apesar de nesse período não dispor de uma ação reivindicatória e se manter afastado de confrontos, envolveu-se no problema da trabalhadora rural, tendo estado presente em seu terreno. Isso gerou a noção de proximidade entre instituição e o trabalhador.

Se tomarmos por base os depoimentos dos trabalhadores que acessaram os serviços da justiça, verifica-se que havia uma orientação que partia do princípio de resolver por meio de acordos. Em casos extremos o processo era enviado para outro segmento judicial, mas a orientação que era gerada no interior do Sindicato era que

---

<sup>436</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

resolvesse as demandas em formato de acordos e que fossem evitados maiores conflitos<sup>437</sup>. Essa era uma postura do Sindicato que se pode associar com as orientações católicas do tipo de representatividade sindical com base nas relações amigáveis e livres de embates.

O STRD estimulava que todas as demandas que chegassem até o setor judiciário do Sindicato fossem tratadas visualizando acordos. A intenção do STRD era promover uma “paz entre os homens”, onde era reforçado que com os desentendimentos não chegaria a lugar algum<sup>438</sup>. Assim, confirmou o advogado N. B. G. de que a primeira iniciativa do setor judiciário era promover os acordos e somente em casos excepcionais o caso era continuado. Sendo que o advogado ainda informou que a maioria dos casos eram resolvidos, de fato nos “acordos amigáveis”<sup>439</sup>.

Outra situação, também envolvendo problemas de terra foi visto no depoimento da trabalhadora rural A. N. S. O que ocorreu com ela foi que se separou do marido e ele desejou tomar as terras em que viviam. Isso ocorreu em 1974.

Tinha um vizinho nosso aqui que me falou que eu tinha que procurar o Sindicato porque lá eles me orientavam o que eu podia fazer. Eu já estava era destinada a entregar ou viver de uma forma que era só tentação por parte do homem. Nisso eu fui e até me sindicalizei nessa época para que eles pudessem me ajudar. Falei lá com o advogado e passando uns dias veio falando que era pra eu voltar lá. No eu chegar lá já tinha até resolvido, não sei muito bem como que foi isso, mas conversou com ele e comigo e falou o que podia ser feito. Antes disso eu tive até que pagar uma multa porque eu estava plantando um roçadinho ali, eu e meus meninos, quando a questão da terra não estava bem resolvida e aí eles [família do ex-marido] deram parte de mim [denunciaram] e eu fui até multada. Eu com toda fraqueza [dificuldade financeira] ainda tive que pagar essa multa. Até essa despesa que eu gastei pagando essa multa o Sindicato mexeu lá e conseguiu devolver pra mim. Fiquei com minha terra regularizada depois disso<sup>440</sup>.

O que parece ter ocorrido foi uma espécie de acordo com o ex-marido, pois ele ficou com outra parcela de terra, mas que ocorreu a possibilidade de A. N. S. permanecer nas terras. Esse processo se deu com a intermediação do advogado do Sindicato. Ao que se percebe no decorrer do depoimento é que a trabalhadora confere a responsabilidade de estar até então em suas terras ao STRD. A trabalhadora rural afirmou ainda que, do contrário, caso não tivesse tido o suporte na assistência judiciária

---

<sup>437</sup> De acordo com o depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<sup>438</sup> De acordo com o depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>439</sup> De acordo com o depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<sup>440</sup> Depoimento de A. N. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

naquele momento, teria acabado por entregar as terras, pois seguindo na concepção dela, uma mulher separada brigando com o homem dificilmente era vista tendo a razão.

Outro caso foi em relação a uma ação trabalhista. Segundo o trabalhador entrevistado, o que ocorreu é que tinha trabalhado por mais de três meses em uma mesma propriedade e quando precisou sair, o contratante quis pagar-lhe um valor muito abaixo do que era devido. O depoimento desse trabalhador é significativo, não apenas sobre o caso dele em si, mas ao fato de que ele informa que outros já tinham passado pela mesma situação ou situação parecida e que não tiveram como resolver, mas que ele pensou em levar o caso adiante justamente pelo que o “pessoal do Sindicato falava”.

Tinha muito disso, uma vez era você combinava o preço quando era hora de pagar o que tinha contratado pagava outro valor muito menor, outra vez, que foi o que aconteceu comigo, trabalhei por três meses, quando foi para receber pagou uma mixaria. [pouco]. Muita gente recebia e deixava pra lá porque não tinha como resolver, porque chamar a polícia acabava que não resolvia nada, levar na justiça a pessoa que não tinha contrato de trabalho, não era fichado não resolvia nada. Sem dinheiro então? Como arcar com um advogado? Muitos nem ia, tinha medo. [...] Alguns até brigava de medir força mesmo, mas no fim as coisas ficavam elas por elas, ou recebia aquilo ou nada. Quando aconteceu isso comigo, o pessoal do Sindicato falava sempre com nós que a gente podia procurar eles em casos disso e daquilo, se precisasse de médico, dentista e de advogado essas coisas. Eu procurei, no fim eu até deixei o caso pra lá, porque eu precisei sair para arrumar serviço e deixei o caso, mas se eu tivesse continuado eles tinha resolvido pra mim<sup>441</sup>.

Ao que consta o setor judiciário do STRD também atuou nessas relações trabalhistas, pois assim como informado por O. A. R., as ocorrências de relações de não cumprimento de acordos existiam e com as ações do Sindicato em curso, essas ações poderiam ser resolvidas. Outro ponto colocado pelo depoente é que procurar a justiça não resolveria, pois não eram empregados formais. Por outro lado, o Sindicato atendia as demandas de trabalhadores nessas circunstâncias e tentavam acordos, que se não ocorresse, enviavam para outro segmento da justiça contando com testemunhas e a formalização de um processo<sup>442</sup>.

O advogado do STRD, atuante na década de 1980, ressaltou que as ações trabalhistas eram frequentes e que geralmente eram também resolvidas com acordos amigáveis entre as partes<sup>443</sup>. Nesse sentido, reitera-se que esses trabalhadores tiveram maior segurança com o aparato judiciário, cuja intermediação foi feita pelo Sindicato.

<sup>441</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>442</sup> De acordo com o depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<sup>443</sup> Idem.

Além disso, observou-se que as ações do setor judiciário contribuíram satisfatoriamente para implantar nos trabalhadores rurais a consciência de seus direitos e que tinham a possibilidade de buscar por eles<sup>444</sup>.

Nesse último ponto, o advogado N. B. G. assinalou que muitos trabalhadores estavam em situações em que possuíam direitos, porém não tinham informações e não sabiam como recorrer a eles. O trabalho do setor judiciário “fez com que os trabalhadores passassem a conhecer mais sobre seus direitos”<sup>445</sup>. Não se pode falar de uma introdução dos serviços jurídicos a partir do processo de sindicalização, pois já havia acesso a esses serviços por parte de trabalhadores rurais, mas percebe-se que ocorreu uma difusão desse serviço a partir do processo de sindicalização. Além disso, pontua-se a conscientização em relação aos direitos dos trabalhadores rurais executada pelo STRD.

### 3.3.4 Aposentadorias e pensões

Entre os tipos de assistências prestadas pelo STRD encontrava-se a intermediação aos benefícios de aposentadorias e pensões. Estas eram garantias assistenciais previstas no PRORURAL. Como referido anteriormente, tais benefícios constituíram de uma base fundamental para o STRD, razão de sua significativa inserção entre os trabalhadores rurais. O STRD usou do elemento aposentadoria para cooptar trabalhadores, ao que teve sucesso. Quanto ao papel do Sindicato nesse processo era a intermediação, dando parecer de trabalhador rural, atestando a ocupação do sujeito junto do FUNRURAL para que fosse contemplado com as garantias assistenciais previstas na legislação.

Foi possível observar que os trabalhadores rurais também poderiam buscar pelo escritório de representação local do FUNRURAL, para que fossem atestadas suas condições de trabalhadores rurais, sem que passassem pelo Sindicato. Foram localizadas no arquivo do STRD algumas correspondências onde o representante do escritório local, situado na cidade de Gouveia, enviava a secretaria do STRD informando que determinado sujeito tinha dado entrada no processo de aposentadoria, solicitando aquele Sindicato que fossem atestadas a condição de trabalhador rural, pois o requerente não

---

<sup>444</sup> Idem.

<sup>445</sup> Depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.



tinha provas suficientes da atividade. Caso o trabalhador rural conseguisse reunir provas de que era trabalhador rural não precisava da intermediação do Sindicato, bastaria dirigir até o escritório e iniciar o processo.

No entanto, reunir tais provas de que era trabalhador rural não era algo facilitado. Carecia de que fossem apresentadas documentações do terreno ou condição de empregado rural, documentação pessoal, algumas vezes até recibos de venda de produtos rurais. Diante disso, o processo direto nos escritórios não era uma opção favorável. Deve-se destacar o fato de que muitos trabalhadores rurais só vieram a adquirir documentos pessoais justamente em razão de iniciarem processos de aposentadorias junto do STRD. Mesmo em alguns casos, em que os trabalhadores apresentavam alguma documentação comprobatória, ainda ocorria de ser enviadas correspondências ao STRD solicitando que fossem confirmadas as atividades rurais. Foi possível identificar que mesmo que os trabalhadores rurais não fossem sindicalizados e em casos em que o escritório do FUNRURAL solicitava determinado parecer o STRD, através de seus delegados sindicais, buscava atestar ou não a ocupação rural do solicitante.

Já o processo intermediado pelo Sindicato apresentava facilidades. Os sindicatos tinham condições de atestarem facilmente a atividade do trabalhador rural apenas pelo fato de serem sindicalizados, pois o processo para levar a sindicalização já confirmava se o sujeito era ou não trabalhador rural, isso por meio das sindicâncias. Desse modo, o caminho mais facilitado para o alcance dos benefícios assistenciais era por meio dos sindicatos. Por outro lado, é interessante notar que grande maioria dos trabalhadores rurais não sabiam que poderiam recorrer a benefícios por outra via que não ao Sindicato. Talvez isso se justifique pelo fato do próprio Sindicato omitir tal informação.

Como foi o STRD que chegou até os trabalhadores, e usando das aposentadorias para atraí-los, provavelmente não havia empenho algum que a informação sobre a solicitação de aposentadoria direta ao escritório do FUNRURAL fosse divulgada, pelo contrário. Se a sindicalização levaria a aposentadoria, porque dizer de outros caminhos? Ademais, a condição do Sindicato em atestar a atividade do trabalhador rural pode ter sido encarada como uma justificativa de sua existência. O que se deve ressaltar aqui é que a intermediação do STRD no processo de acesso aos benefícios previdenciários, foi o que prevaleceu no meio rural diamantinense. Reforça-se aqui também o que já tem

sido abordado ao longo desse trabalho, o STRD atuou indo até os trabalhadores rurais, isso em lugares os mais longínquos.

O primeiro contato da maioria dos trabalhadores rurais que não estavam em empregos formais com os benefícios assistenciais veio pelo Sindicato. Fosse interesse ou não da instituição criar uma concepção de que os benefícios assistenciais estavam ligados ao processo da sindicalização, só de ser o Sindicato que estava na linha de frente, tratando sobre esse processo já facilitava esse entendimento. Não que aqui esteja dizendo que o STRD não tenha se interessado em alimentar a concepção da introdução das assistências a sua atuação, mas o que se quer dizer é que independente disso, só da instituição ter chegado até o trabalhador dizendo de tais assistências, já ajudava a criar a concepção dessa ligação Sindicato/assistências.

Ao que se pode constatar é que de um lado o Sindicato visava sindicalizados, de outro, ao prestar o serviço, era bem-sucedido como intermediador dos trabalhadores na garantia dos direitos assistenciais, usufruindo de uma avaliação positiva por parte dos trabalhadores. O que também acabou por gerar uma concepção por parte dos trabalhadores desse atrelamento do Sindicato as assistências, que é entendido, no centro do movimento sindical, como parte da prática assistencialista, onde o Sindicato não teve uma ação efetiva para desvencilhar-se dessa concepção, ao contrário, fez uso dela. No entendimento a partir das políticas sociais também não foge do assistencialismo, já que o STRD de certo modo, não atuou evidenciando que tais garantias assistenciais eram de fato um direito.

Para alguns trabalhadores rurais de Diamantina, é como se a aquisição da aposentadoria tivesse sido garantida pelo STRD. Muitos trabalhadores ignoram o fato de ter uma legislação governamental por trás da garantia assistencial e tem no Sindicato o órgão que garantiu esses interesses. Por outro lado, alguns trabalhadores sabem que esse é um benefício que partiu da esfera governamental, porém considera que o único capaz de intermediar isso era o Sindicato, ou que somente tiveram direito a essas aposentadorias dada a fundação daquele Sindicato.

Além de todo esse processo do contato do trabalhador com o sindicato, carece dizer sobre a presença dos delegados sindicais. Ao longo de todo o trabalho vem sendo mencionado sobre os delegados sindicais, é bom que seja dito sobre eles e como ajudaram no processo de popularização dos sindicatos. O fato de o Sindicato ter elegido

um trabalhador rural em cada localidade para que representasse a instituição e executasse a cobrança mensal, fez com que sua presença ficasse em evidência. A importância desses delegados no alcance dos trabalhadores por parte do Sindicato é muito relevante, pois eles conheciam as comunidades e mais que receber as mensalidades e contribuições sindicais, eles eram representantes da instituição nas comunidades, povoados e sedes dos distritos. Assistiam as necessidades dos trabalhadores e os atendiam.

Quando foi mostrado sobre o acesso à saúde, observou-se que esses delegados tinham significativa relevância nas localidades, podendo por conta própria, atestar veracidade de informações para que o STRD concedesse a assistência necessária. Além disso, os delegados eram procurados até mesmo por não sindicalizados os pedindo auxílio junto ao Sindicato. Bastava uma carta de um delegado e fazia com que um trabalhador fosse atendido pelo Sindicato, mesmo sem ser sindicalizado.

Os delegados tinham basicamente duas funções, as quais eram importantes na execução das atividades do Sindicato. A primeira delas era “receber os devidos e retirar o recibo para o contribuinte”<sup>446</sup>. A segunda, e não menos importante, era “informar ao trabalhador de seus direitos e dos serviços desse Sindicato, instruindo que a sindicalização é importante para a manutenção das nossas atividades”<sup>447</sup>. Esse segundo ponto é importante. É possível que muitos desses delegados para assegurar as ações do Sindicato, ou em uma tentativa de promover a instituição, possa ter contribuído na concepção gerada de a aposentadoria estar condicionada a sindicalização, ou ser essa instituição responsável por atribuir aquele benefício entre os trabalhadores.

O argumento da geração de determinada concepção a respeito do Sindicato, criada a partir dos delegados, também possui reflexos em alguns depoimentos. Claro que em si a garantia dos benefícios e a relação de chegar até o trabalhador pelo Sindicato, já foi um fenômeno capaz de contribuir com a formação da imagem positiva do Sindicato, porém a reafirmação dos delegados pode ter dado satisfatória contribuição. Nos depoimentos que seguem, além de contar com elementos que sustentam essa argumentação, oferece algumas questões já referidas, a exemplo de alcançar o trabalhador em diferentes lugares. Com isso já se introduz o assunto sobre a garantia dos direitos relativos a aposentadorias, pensões e auxílios.

---

<sup>446</sup> STRD – Atas de abertura de delegacias. 1974/76.

<sup>447</sup> Ibid.

Os delegados que ficavam nas comunidades, eles iam falando pro pessoal entrar para o Sindicato que era muito bom e daí muita gente foi entrando. Recebemos muita gente nesse Sindicato nos primeiros anos e era assim, mesmo aqueles que não tinham visto a reunião do Sindicato, tinha os delegados que estavam ali e até iam nas casas deles e arrumava sindicato para eles<sup>448</sup>.

Tinha os delegados que iam lá na cidade [Diamantina] e ficavam sabendo das coisas para chegar e contar como é que era pra ser. A gente também tinha reunião sempre lá e nisso a gente ficava sabendo. Mais aqueles que não iam nas reuniões, aqueles que iam chegava e ia passando de um pro outro e ia chegando em quem não conhecia o Sindicato ainda e esses procuravam o delegado para saber mais ou se quisesse arrumar a carteira<sup>449</sup>.

Era assim, a gente recebia o dinheiro do povo aqui, eu guardava e tinha que levar lá em uma data do mês. [...] Eu, muitas vezes, fui atrás do povo para falar com eles do Sindicato. Porque aqui era assim, tinha muita gente que não tinha quase nada dentro de casa, a situação ficava difícil, a vida era difícil e eu vendo aquela situação de umas famílias e que tinha já gente na idade de aposentar ia na casa deles e falava para eles arrumar sindicato para aposentar. Nossa que tem gente que até hoje é muito agradecido por isso ainda, até hoje tem gente que lembra que eu fui a casa deles e arrumou o Sindicato para mãe ou pro pai e que logo eles aposentaram. Até hoje tem gente que lembra disso<sup>450</sup>.

Esse era um movimento do Sindicato, chegar até o trabalhador. Se não foi pelo primeiro envolvimento de reuniões, realizadas pelo Sindicato nas comunidades para sindicalização, o delegado o fazia posteriormente. Muitos trabalhadores residiam em localidades distantes, vários deles sindicalizaram justamente por meio dos delegados sindicais nas comunidades. No aspecto aposentadoria, diferentes trabalhadores ficaram sabendo sobre as garantias assistências que estavam previstas no PRORURAL por meio do movimento de ações do Sindicato. Isso reforça o fato de que o Sindicato tinha meios eficazes para chegar até esses trabalhadores. O Sindicato tinha um trabalhador, o delegado, para ele era mais fácil chegar até os trabalhadores, pois era conhecido, era também trabalhador, conhecia a localidade que representava, sabia das realidades.

Os benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais geraram impactos nos seus modos de vida e de trabalho. A aposentadoria representou, para muitos trabalhadores, a possibilidade de continuar no campo, de manter seus terrenos e de romper, gradualmente, com os “tempos difíceis”. O Sindicato teve papel significativo

---

<sup>448</sup> Depoimento de Maria do Sindicato em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>449</sup> Depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>450</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

nesse processo. Ele foi muito mais adiante do que fornecer parecer de trabalhador rural para fins de aposentadoria, ele não aposentou o trabalhador rural, como muitos trabalhadores pensam, mas ele foi quem ajudou a aposentar. O STRD intermediou o processo de aposentadoria entre o trabalhador e o governo federal. Embora nesse último caso, boa parcela dos trabalhadores rurais não tinha conhecimento do papel da intermediação.

Deus dê o céu a doutor João Antunes de Oliveira, ai de nós se não fosse esse Sindicato. [...] Quando ele veio pra cá muita gente não sabia que tinha nada dessas coisas. Quando veio o Sindicato eles vieram aqui e falaram para os mais velhos que ia ter esse negócio de aposentadoria, aí os mais velhos iam entrando e passando pouco tempo já aposentavam. Nossa, a vida era difícil e parece que nessa época ainda estava pior. Quando veio essa aposentadoria, teve gente que até chorou, mais foi isso, foi o Sindicato que veio aqui e buscou essas pessoas pra aposentar. Ganhavam era meio salário mínimo [...], mas era assim, os mais velhos foi entrando logo e conseguindo aposentar e foi doutor João que teve aqui naquela época, eu lembro, veio ele e dona Tereza [esposa dele]. Bendita foi à hora que essa aposentadoria chegou aqui pra nós<sup>451</sup>.

Quando mãe aposentou as coisas mudaram demais dentro de casa. Até na alimentação, antes as pessoas não comiam grande coisa não. Era o que tinha pra comer, comia. [...] Foi esse Sindicato que quando chegou aí e veio falando com o povo pra aposentar, quando chegava a idade certa eles logo entravam em contato, que foi aposentando muito desses mais velhos e era uma coisa boa demais. Muita gente fugiu de passar fome foi por causa dessas aposentadorias, ainda mais gente que ficava velha e não tinha família<sup>452</sup>.

Percebe-se as teias da memória. Os trabalhadores rurais mais velhos, ao narrarem sobre a aposentadoria recebida pelos seus pais ou por eles mesmos, observam uma mudança na rotina da família. Essas mudanças acabaram por conferir ao Sindicato uma imagem de agente de transformação. Na memória dos trabalhadores, quando o Sindicato chegou promovendo tais ações, começou a romper com uma considerada vida difícil. Os trabalhadores ao narrarem suas histórias entendem que foi o Sindicato que ajudou naqueles momentos difíceis. Então o Sindicato ganhou um espaço na memória que mescla com sentimento de gratidão.

A trabalhadora rural A. A. S. ficou viúva em 1974, estava com três crianças pequenas e grávida de um quarto filho. Segundo o depoimento da trabalhadora rural, ela ficou desesperada, pois não sabia o que ocorreria com ela, o que fazer. Como a trabalhadora mesmo informou, não sabia da existência de pensão e que no caso poderia

<sup>451</sup> Depoimento de M. N. S. P em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>452</sup> Depoimento de G. R. S. em entrevista em novembro de 2019.

requerer pensão em caso de morte do marido. O delegado sindical, no povoado em que a trabalhadora rural morava, a informou sobre o direito da pensão.

Quando fiquei viúva eu só pensei que teria que dá jeito de trabalhar o quanto pudesse aqui, mesmo grávida. A família era toda sem condição também. Eu achei que ia ter que ser igual a muitas das mulheres que ficavam viúvas aqui, né? Elas tinham que trabalhar, tinham que dá jeito na vida, porque ninguém conhecia essa história de pensão não. Foi aí que [nome do delegado] falou comigo e com mais uma mulher que tinha ficado viúva de pouco igual a mim, que era pra ir ao Sindicato para ver a questão dessa pensão né? Assim foi, juntou eu e a outra mulher e ainda tinha uma velha aqui que tinha ficado viúva de mais tempo e que também foi. Pois, foi isso, eu fui lá e dei andamento nos processos para arrumar a pensão. Eu estava de um jeito que eu nem sabia mais o que pensar não, porque a gente podia trabalhar, mais e eu esperando menino? [grávida] Cheguei a ponto de antes disso, o pessoal ir na minha casa querendo pegar meus meninos de mim. Perguntando se eu não dava eles, porque era assim, uma mulher ficar viúva igual eu fiquei as pessoas procuravam a gente para pegar os filhos da gente pra criar né? Pois eu falei, que eu dava meus filhos se eu não pudesse comer angu seco mais eles. Mais veio essa pensão que, meu Deus, eu nem sei como falar de tão bom que foi<sup>453</sup>.

A memória da trabalhadora foi capaz de filtrar com maior facilidade os acontecimentos, pois coincide com um evento trágico, como foi a morte do marido e um momento desesperador em que viveu. A figura do Sindicato surgiu para essa trabalhadora como acolhedor, que a ajudou naquele momento. Além disso, ocorreu outra situação em que fez com que a trabalhadora tivesse no Sindicato a instituição que a amparou.

O Sindicato, visando montar o processo de solicitação da pensão, o qual daria entrada junto do escritório de representação do FUNRURAL, solicitou que a trabalhadora registrasse os filhos. A trabalhadora então foi até um escrivão conhecido em seu povoado, que ficava instalado na sede do distrito, porém o preço que o escrivão cobrou para registrar os filhos era muito caro e ela não tinha condições de pagar.

Tinha aqui um que arrancava o couro [era demasiadamente caro]. Eu falei mesmo, não tinha de onde tirar. Eu estava numa situação que quando [falou o nome do delegado] veio aqui em casa para falar nessa pensão, eu não tinha nem copo para dá ele café, como que eu tinha dinheiro para registrar esses meninos? Pois foi que eu fui no Sindicato, chegando lá eu falei com eles lá a situação e falei que eu não tinha como de dá andamento na pensão por causa disso. Eu não me esqueço disso, foi quando seu Edson [Edson Soares da Silva/presidente STRD] falou comigo que não era para mim preocupar não, que era para ir lá ne Nico Bola e tirar com ele um atestado de pobreza e

<sup>453</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

depois eu poderia ir lá ne Desembargador [Desembargador Otoni] que seu Edson era também o escrivão de lá né? Ele ia na cidade [Diamantina] trabalhava no Sindicato, mais tinha um dia que ele marcava para resolver os negócios para todo mundo lá. Assim foi, eu fiz isso, fui até lá e ele registrou meus meninos pra mim sem nem cobrar nada. Foi daí que eu arrumei a pensão e que abaixo de Deus foi minha salvação, deu para criar os meninos<sup>454</sup>.

Colocou-se um elemento a mais, que foi a solução do problema de registrar os filhos. Observa-se que o Sindicato atuou auxiliando a trabalhadora em todo o processo, isso acabou por contribuir na geração de uma memória que tem o Sindicato como fundamental nesse processo. Além disso, vale ressaltar que ela não sabia da pensão, bem como outra senhora mais velha que residia na comunidade. Diante da informação que obtiveram, foram três mulheres, possivelmente todas contempladas pelo benefício.

Ao usar como base os números de entrada de mulheres apresentados no capítulo anterior e que foi mencionado sobre o principal perfil da mulher sindicalizada, sendo as viúvas, especialmente nos primeiros anos, podemos verificar que o Sindicato era também uma forma de proteção a essas viúvas. Dona A. A. S. esclareceu que o Sindicato;

Abaixo de Deus foi salvação pra nós aqui, foi o que me deu condição de ficar um pouco mais sossegada naquele momento tão difícil que estava. Eu falo mesmo, a gente não sabia de nada dessas coisas, vivia longe e nem rádio a gente não tinha aqui nessa época. Também era um caso que esses negócios de pensão estava era no começo. Eu via muitas mulheres que ficavam viúvas e não tinha isso não. Foi o caso dessa velha que eu falei com você, nem ela sabia. Nessa época a gente sabia que tinha Sindicato, mas achava que era só aposentar e na idade certa. Na hora que eu fui no Sindicato já foi dado andamento de resolver essa pensão pra nós. Eles deram conta de tudo, até pra ir a Diamantina teve vezes de ter ajuda. [...] Depois dessa pensão, eu vou falar com você, as preocupações diminuíram demais. Tinha gente que passou depois a falar que era pouca coisa, que era um salário mínimo, meu filho, esse salário mínimo foi pra mim uma coisa que eu falar aqui pra você não vai resolver, porque você não vai saber como foi boa não. Até que eu também não consigo nem falar direito o quando me ajudou, porque foi de um tanto que eu nem sei como falar não. E foi esse Sindicato, foi eles lá que me ajudou, seu Edson, nossa se não fosse ele, nossa, não sei o que teria sido de mim não<sup>455</sup>.

Especificamente sobre aposentadorias e pensões, foi um impacto positivo para o trabalhador rural, que ao associar aposentadoria com Sindicato facilmente outorgou ao Sindicato a memória ligada ao período que iniciou as aposentadorias. Além disso, o engajamento do Sindicato para com as situações dos trabalhadores, orientando, buscando solução, com iniciativa, são pontos que acabaram por desenvolver uma

<sup>454</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

<sup>455</sup> Depoimento de A. A. S. em entrevista realizada em julho de 2020.

imagem de gratidão em trabalhadores que foram sendo reproduzidas essas memórias e formulando uma imagem positiva do Sindicato.

Outro relato também apresentado é significativo para se compreender a transposição dessa memória do benefício associado ao Sindicato.

Antes do Sindicato era muito sofrimento, a vida era muito difícil. Muita gente que ficava velho e não tinha filho ficava dependendo de caridade dos outros. Aqui mesmo tinha dois irmãos que morreram deitados na folha de bananeira. Foi Marcelo e Maria Tôca, naquela época não tinha isso de Sindicato, ficava velho, não tinha mais como trabalhar para arrumar jeito de se sustentar. Esses dois não adquiriram família e foi ficando velho de um modo que era assim, a gente que também não tinha muita coisa levava e dava eles, era um prato de fubá ou farinha para eles ir sobrevivendo. Pois foi, eles não tinham nem cama direito, era um negócio de qualquer jeito. Quando o primeiro deles morreu, a cama estava forrada com folha de bananeira. Os dois quando morreram foi preciso ajuntar todo mundo, um dava uma tábua outro dava outra, o povo foi ajudando e arrumaram os panos e fizeram caixão e assim que eles foram enterrados. Antes desse Sindicato ninguém tinha segurança de nada não. Era depender da família se caísse na doença ou ficasse velho. O Sindicato é que trouxe essas coisas, ele é que salvou muita gente dessa época difícil que era<sup>456</sup>.

A memória das transformações está atrelada ao Sindicato. De fato, para os trabalhadores o Sindicato fez diferença. A velhice a partir do Sindicato não estava sendo mais vista como um problema total, pois a partir do Sindicato se tinha acesso à aposentadoria, nesse caso, mesmo aqueles que não constituíssem família não estariam sujeitos a morrer na miséria. Ainda que a família continuasse sendo vista como segurança na velhice e garantia de não viver solitário, o surgimento do Sindicato rompia com uma “vida difícil”, pois pelo menos não cairia em uma situação de passar fome.

Nota-se, nos depoimentos que muitos trabalhadores rurais, confeririam a responsabilidade com os idosos aos filhos. Era como se o trabalhador tivesse os filhos como uma garantia de cuidar deles na velhice. Além disso, os filhos também eram uma espécie de segurança em casos de doença. Essa prática foi tratada no depoimento do trabalhador rural A. C. S.

Era assim mesmo, se ficasse velho tinha que ficar por mãos dos filhos, não aguentava mais trabalhar, podia fazer nada mais. Depois que veio esse direito de aposentar, com a chegada desse Sindicato, aí agora sim, a gente já ficava mais tranquilo né? Era pouco na verdade, mais era um pouco que dava pra gente viver, era um pouco que a gente sabia que dava para não ficar muito preocupado com as coisas. Muita gente mais velha que ainda podia trabalhar

---

<sup>456</sup> Depoimento de M. N. S. P. em entrevista realizada em janeiro de 2020.



um pouco, recebia e guardava debaixo do colchão, que era para garantir quando não desse mais conta de trabalhar né? No mesmo caso era se ficasse doente, ficar doente também era ficar em mão dos filhos, não tinha condição de ir pra outro recurso. Mais depois que veio esse direito de aposentadoria deu nisso, que a gente já não precisava mais colocar a responsabilidade nas costas dos filhos [sob responsabilidade dos filhos], tinha de onde tirar pouco, mais dava pra sobreviver.<sup>457</sup>

Além das aposentadorias por idade, tinham as aposentadorias por invalidez, que era quando o trabalhador ficava doente sem condições de trabalhar, poderia fazer requerimento dessa modalidade de aposentadoria, seguindo o que dispunha a legislação. No caso aqui, os trabalhadores rurais estavam assegurados quanto à aposentadoria por invalidez, estava prevista no PRORURAL. Para além das aposentadorias na velhice e as pensões, a aposentadoria por invalidez também foi significativa para os trabalhadores rurais.

De acordo com o depoimento de C. O. H. S. o seu pai caiu em enfermidade e ao buscar pelo auxílio médico no STRD, por meio da instituição foram informados sobre a possibilidade de receber o auxílio-doença o qual não conheciam. Esse é um elemento fundamental para criar uma memória de gratidão nos trabalhadores a respeito do Sindicato, pois assim como narrou a trabalhadora rural, o fato de não conhecer o benefício, mas ter sido informada pelo Sindicato demonstrou que o Sindicato preocupava com o trabalhador. Além disso, receber tal benefício contribuiu significativamente com a manutenção da família e reforça que foi alcançado por intermédio do Sindicato. No caso dessa entrevistada ela conduziu seu depoimento afirmando que teria sido o Sindicato que conseguiu para seu pai a pensão e que isso ela lembraria a vida toda, pois aliviou a situação de toda a sua família.

Em se tratando do auxílio doença é um fato importante em se tratar. A doença rompe com toda uma dinâmica de trabalho. Quando um determinado sujeito se encontrava enfermo, seguiria lógica parecida a da velhice, pois se não tivesse os filhos, poderia se sujeitar a depender da caridade alheia<sup>458</sup>. A doença interrompe um ciclo. Além de ser imprevisível, ela pode alterar a dinâmica de toda a família. Observou-se a partir de alguns relatos que a doença fazia com que alguns filhos que estavam trabalhando fora do terreno familiar tivessem que retornar para dar continuidade no trabalho da família em razão de adoecimento do pai ou da mãe.

---

<sup>457</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>458</sup> De acordo com depoimento de G. R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

Além disso, a doença fazia com que um membro da família ficasse dedicado a cuidar do outro membro da família que estava doente. Esse processo acabava por gerar rupturas no ritmo de trabalho e de produção. Com o auxílio doença houve favorecimento em algumas situações, pois era certa a existência de um valor mensal e que era uma forma de obter segurança por parte do trabalhador rural beneficiado.

Antes de ter esse negócio desse auxílio doença quem caísse numa cama [ficassem doentes/de cama] à família que tinha que ficar por conta também. [...] E era assim, se ficasse doente muita coisa ficava parada, roçado, quem tinha criação acabava vendendo. A doença é um negócio que pega a pessoa de surpresa e ninguém está preparado pra isso. Então quando alguém ficava doente a situação de muitas famílias que já era ruim, piorava. [...] Quando veio esse direito da pessoa encostar [aposentar] no caso de doença muita coisa deu uma melhorada. [...] Melhorou porque a pessoa não ficava mais tão preocupada se ia ficar sem o de comer dentro de casa e também porque dava até para arrumar uma pessoa para trabalhar um dia ou dois dias e equilibrava as coisas<sup>459</sup>.

[...] Não era todo mundo que sabia que tinha esse negócio de encostar também não. Eu mesmo lembro que o pai daquela [falou nome de uma senhora que residia na comunidade em que o entrevistador morava] ele ficou muito doente e a mãe dela só tinha tido filha mulher, tinha que dá conta de tudo, ficou uns meses assim. Ele ficou de jeito que não andava mais e quem tinha que fazer as coisas era a mulher e que não dava conta direito porque era boi, roçado, e outras coisas. Eu nem sabia direito disso, mais foi aí que eu vi ela lá na venda de seu [...] falando que ia vender os bois que não dava conta daquilo sozinha não, tinha que ficar campeando e não era fácil, como não era mesmo. Daí eu falei com ela pra procurar o Sindicato e falar da situação do marido dela. Foi nisso que ela foi lá e arrumou o Sindicato pro marido e logo ele estava encostado. Depois de um tempo eu perguntei ela e ela disse que tinha favorecido demais pra elas. Era até um dinheirinho pouco que as pessoas recebia, mais dava para resolver muita coisa<sup>460</sup>.

A chegada das aposentadorias teve importância fundamental na dinâmica de vida dos trabalhadores rurais de Diamantina. As histórias das primeiras aposentadorias são muitas e mostrar os impactos que essas aposentadorias representaram para os trabalhadores rurais careceria um trabalho voltado a esse fim. Houve impacto nas relações familiares, nas formas de vestir, de trabalhar, de alimentar, entre outros. Nosso interesse aqui é a aposentadoria com a intermediação do Sindicato. O que foi possível observarmos ao longo desse estudo é que as aposentadorias foram uma importante aposta do Sindicato para atrair os trabalhadores e que de fato deu certo.

A imagem que se criou do Sindicato também se deve muito a aposentadoria, pois vários são os trabalhadores que tem certo de que a conquista de sua aposentadoria é

---

<sup>459</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.

<sup>460</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

devida ao Sindicato. Para o período estudado não se deve perder de vista o fato de que o Sindicato teve responsabilidade na aposentadoria de muitos trabalhadores, pois como já tem sido tratado aqui diversas vezes, o Sindicato teve o papel de levar a vários trabalhadores a informação de seus direitos. O Estado instituiu o PRORURAL, gerido pelo FUNRURAL, mas quem efetivamente chegou até os trabalhadores e ofereceu as condições para que os trabalhadores usufruíssem disso, foi o Sindicato. Os trabalhadores não tinham conhecimento da legislação instituída em nível nacional, o Sindicato foi um ativo protagonista em viabilizar a garantia do direito à assistência, informando o trabalhador e prestando-lhe suporte.

Quase meio século se passou desde que o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural entrou em vigor. A introdução desse benefício representou significativas mudanças no meio rural, não só em Diamantina, mas em todo o País. Estudos recentes mostram que a garantia das aposentadorias rurais tem contribuído significativamente, até então, para manutenções de atividades rurais, inclusive no âmbito da agricultura familiar. Tem-se visto que a garantia previdenciária tem colaborado com a qualidade de vida e manutenção de terrenos rurais. (BIOLCHI, 2002), (PICOLOTTO, 2011).

Biolchi e Schneider (2003), Caldas e Anjos (2007), Moreira (2010), Alkimim (2016), Valadares e Galiza (2016) e Freitas (2017) tem demonstrado que as garantias previdenciárias são significativas até então para a manutenção de atividades agrícolas de muitos trabalhadores rurais, pois se trata de uma renda fixa e que permite que muitos trabalhadores tenham mais segurança em trabalhar em seus terrenos. Assim, como permite diversificar algumas produções tendo maior condição de permanência em suas terras.

### **3.4 Um sindicato de assistências para o trabalhador**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina tornou-se uma referência de assistência social para o trabalhador rural. O trabalhador passou a encarar o STRD como uma instituição que poderia orienta-lo, auxilia-lo e resolver diferentes demandas. Além disso, o Sindicato passou a ser visto como uma forma de obter segurança em permanecer no meio rural. O que fez com que trabalhadores rurais não saíssem de suas terras e outros que tinham deixado o espaço rural retornasse aos seus terrenos.

Cartas enviadas pelos trabalhadores rurais ao STRD são fontes que podem mostrar a existência de uma relação de proximidade do trabalhador com o Sindicato, além de demonstrar que os trabalhadores passaram a ver o Sindicato como uma referência de amparo e segurança, isso a partir dos serviços assistenciais que intermediava. As próprias cartas solicitando atendimentos médicos para trabalhadores não sindicalizados mostram que existiu para o trabalhador rural uma referência de assistência em que poderia recorrer em situações diversas.

Pelas cartas localizadas no STRD, foi possível observar que muitos trabalhadores se declaravam sem condição de pagar o sindicato naquele momento. Entretanto, procuravam o Sindicato em busca de atendimento médico ou auxílio em casos de internação. O que mais chamou atenção não foi especificamente as cartas em solicitação a auxílio de saúde, mas outras demandas que surgiram partindo do trabalhador rural. Algumas dessas demandas não constavam no rol de atendimentos do STRD, fugia das ofertas assistenciais previstas pela instituição. Um exemplo representativo é a carta constante na figura 28.

**FIGURA 28 – Carta de trabalhador rural não sindicalizado solicitando ajuda ao STRD, Diamantina, 1976.**

Ilmo Sr.  
 Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Diamantina Bandaeões

Sr. Presidente. Venho por meio desta fazer um pedido de auxílio porque me vejo em situação financeira, sou lavrador, Casado sou de 4 filhos menores e um fogu atípico minha propriedade e queimou tudo, não soude salvar máde, é por este motivo desta triste situação é que venho merecer do Sr. este grande favor e ~~de~~ espero ser atendido. Apesar de não ser sindicalizado mas sou trabalhador rural.

Espero a gratidão Caridosa e ja fico eternamente agradecido sim.  
 Desculpe as faltas

O Amigo  
 Residente Coronel Distrito Ectruações.  
 do Rôgo

Fonte: Cartas pedidos auxílios ao Sindicato. Pasta: correspondências não protocoladas 1976.

Nota: Por questões éticas o nome do trabalhador foi apagado por meio de edição gráfica após digitalização do documento.

Ocorreu um acidente no terreno do trabalhador e queimou tudo, ficando esse em “situação precária”. O que chama atenção é que embora não sindicalizado, o trabalhador viu no Sindicato uma instituição que poderia socorrê-lo naquele momento. Ele tinha conhecimento dos préstimos do Sindicato em relação aos trabalhadores rurais. Não era sindicalizado, porém viu como uma alternativa naquele momento, pedir socorro ao STRD. Isso indica que havia um entendimento de que o STRD era um lugar onde poderia dar-lhe suporte. O que deixa em evidência essa referência de assistência gestada em relação ao Sindicato. É provável que o trabalhador, antes de escrever essa carta, já tinha tido contato com outras situações que mostravam que a instituição poderia lhe socorrer, ou mesmo tinha um entendimento de que o Sindicato era a solução para todas as questões relativas ao rural.

Outra carta enviada também ao Sindicato, pedia que a instituição ajudasse a uma trabalhadora rural que tinha sido abandonada pelo marido e não contava com nenhum recurso. O começo da carta dizia “Sabendo que essa é a casa do trabalhador, onde se pode pedir socorro quando precisar, venho pedir humilde ajuda”<sup>461</sup>. A carta era também de uma trabalhadora não sindicalizada e que por se ver em “situação difícil” buscou solução para o problema através do Sindicato. É interessante que a carta venha iniciando com a informação de que aquela era “a casa do trabalhador” e era um lugar que poderia procurar quando precisasse. Diante disso, percebe-se o entendimento sobre o que era o Sindicato. Essa referência de casa remete a uma concepção de lugar onde seria acolhido/a, que era onde era possível recorrer, em que todos estavam no mesmo nível e por meio de relações tipo familiares acolhiam os problemas e ajudavam a resolver.

Pelas próprias reuniões do Sindicato verifica-se o que poderia ser a base do entendimento da trabalhadora rural. Se tomarmos de referência os registros de uma determinada reunião de instalação de uma delegacia do STRD em um distrito, em um dado momento, foi informando de que era dever do delegado “informar ao trabalhador de seus direitos e dos serviços desse Sindicato, instruindo que a sindicalização é importante para a manutenção das nossas atividades”<sup>462</sup>. Nessa mesma reunião foi registrado que “é importante que o trabalhador tenha no Sindicato um parceiro pronto

---

<sup>461</sup> STRD – Carta enviada ao Sindicato pedido ajuda. Pasta: correspondências não protocoladas 1977.

<sup>462</sup> STRD – Atas de abertura de delegacias. 1974/76.

para ajudá-lo”<sup>463</sup>.

Possivelmente a informação “pronto para ajuda-lo” possa ter servido de base para muitas interpretações e conseqüentemente muitas solicitações levadas até o STRD. Ainda que não necessariamente a partir do que foi dito na referida reunião de instalação da delegacia, mas até mesmo no cotidiano isso poderia ser reproduzido outras vezes e em outros momentos. Em relação ao pedido de ajuda da trabalhadora rural não foi possível saber do retorno, pois não foi localizada nenhuma resposta. Ao contrario das solicitações de atendimentos médicos, pois todos os casos constavam no verso da carta ou ao fim da mesma uma resposta dizendo se foi ou não atendido e qual procedimento tomado.

No caso do pedido do trabalhador em relação ao terreno que havia pegado fogo, a resposta foi “conforme orientação da FETAEMG não há condições de ajuda nesses casos”.<sup>464</sup> Não foi concedida ajuda ao trabalhador, pois a ajuda nesse caso era financeira e que implicava em retirar fundos da instituição, o que era mais difícil, pois auxílio financeiro teria que sair dos cofres do Sindicato e por isso, ser aprovado em assembleia, o que traria certa dificuldade. Ainda assim, foi enviado para a FETAEMG para se informar da possibilidade de dá algum auxílio, mas não ocorreu.

Diferente eram os casos de atendimentos médicos, que todos eram atendidos, conforme constava no interior das cartas. O atendimento médico era facilitado, pois não precisava passar por assembleia e havia recurso do FUNRURAL que cobria tais gastos.

Outro caso significativo em tratar aqui é de outro trabalhador que enviou carta ao STRD falando o seguinte;

Conselheiro Mata, 10 de fevereiro de 1976

Senhor Presidente,

Sendo eu sócio, conforme cartão de matrícula [...], trabalhando na Rural Mineira S/A desde 01 de maio de 1974, na Fazenda Batatal no distrito de Conselheiro Mata, município de Diamantina, em cujo local resido em terrenos de minha propriedade, onde possuo criação de gado bovino, suíno e equino, além do grande número de galinhas e plantação de mandioca, milho e cana.

Estando a Rural Mineira S/A em transferir-me para outro local de serviço bem distante e sem direito a levar os animais que possuo, causando-me esta transferência sérios prejuízos e levando-me a perder o que levei um grande tempo para possuir, valho-me desta para solicitar de V.sa. As necessárias providências no sentido de

---

<sup>463</sup> Ibid.

<sup>464</sup> STRD – Carta de pedido de auxílio ao Sindicato – resposta no verso da carta. Pasta: correspondências não protocoladas 1976.

interceder junto a Rural Mineira S/A, intercedendo-a a me deixar trabalhando no mesmo local, próximo a minha residência.  
Grato pela acolhida que V.sa. der a esta, valho-me do ensejo para apresentar a V.sa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.  
[...]<sup>465</sup>.

Nesse caso, o trabalhador procurou ao Sindicato para que intercedesse junto a essa empresa no sentido de mantê-lo em seu terreno. O Sindicato enviou ofício para a empresa solicitando a permanência do trabalhador, informando sobre seu terreno e acrescentou que o trabalhador “não tinha morado fora, sua vida foi sempre nas suas terras, tirar ele dali poderá esse não acostumar”<sup>466</sup>. Não é possível saber ao certo se a empresa decidiu pela permanência do trabalhador na localidade em questão. É possível que esse tenha continuado em seu terreno pelo fato de que sua ficha sindical não foi cancelada nesse período, apenas alguns anos depois.

O que interessa mencionar é que esse trabalhador procurou a instituição a fim de que intercedesse junto da empresa para que o mantivesse em seu terreno. Aparentemente a relação empregatícia do trabalhador rural com a Rural Minas S/A não era intermediada pelo Sindicato, pois essa informação não consta, nem na ficha do trabalhador, nem na lista de empresas que tinham contratos de trabalho com o STRD. Entretanto, observa-se que o trabalhador recorreu àquela instituição para que resolvesse sua demanda.

Há no arquivo do STRD cartas que eram enviadas para o Sindicato com solicitações de esclarecimentos sobre diversos assuntos. Destaca-se aqui, a existência de algumas cartas que os trabalhadores rurais informavam ao Sindicato que iria vender determinado produto, como boi e porco, ou até mesmo terra. Informava na carta o preço que tinha sido ofertado por determinada empresa e eles recorriam ao STRD para saber se o preço era justo. Eram casos de vendas para “açougues de fora” ou para “gente da capital”<sup>467</sup>.

O Sindicato também foi importante aparato para o trabalhador rural no que se refere à permanência em seus terrenos. Através da existência do STRD, trabalhadores que haviam migrado para as cidades retornaram. Pode-se dizer que o Sindicato também

---

<sup>465</sup> STRD – Carta de trabalhador rural para o Sindicato. Pasta: correspondências não protocoladas 1976.

<sup>466</sup> STRD – Ofício nº 01 anexo a carta de trabalhador rural para o Sindicato. Pasta: Correspondências não protocoladas, 1976.

<sup>467</sup> STRD – Correspondências de trabalhadores rurais enviadas para o Sindicato. Pastas: correspondências não protocoladas dos anos correspondentes.

contribuiu para amenizar o êxodo rural. Claro que a presença do Sindicato não significou o fim do movimento migratório do rural para o urbano, continuou a ocorrer, mas constituiu-se de um elemento que amenizou essas migrações. É possível observar isso nos depoimentos de diferentes trabalhadores que afirmam que se não tivesse sido a fundação do referido Sindicato mudaria para áreas urbanas.

Como mencionado anteriormente, havia algo nas cidades que eram atrativos para os trabalhadores rurais, os empregos fixos com remuneração mensal e os benefícios advindos das garantias trabalhistas. Com a chegada do Sindicato alguns trabalhadores viram vantagem em continuar no campo, mesmo aqueles que não tiveram empregos fixos, pois tinham no Sindicato segurança. Mesmo não tendo empregos fixos para todos os sindicalizados, o Sindicato possuía o atendimento médico-hospitalar e a possibilidade de alcançar a aposentadoria. Nesse sentido, manter-se no meio rural poderia ser uma possibilidade e com segurança.

Verificou-se ao longo desse estudo por meio das fichas de readmissão do Sindicato e os depoimentos dos entrevistados, que houve trabalhadores que mudaram para as cidades, mas regressaram para o campo sob a justificativa de “pagar sindicato”<sup>468</sup>. A. C. S. morou na cidade e disse que uma das razões de ter voltado para a roça foi por ter as garantias previdenciárias e de assistência à saúde, o qual confere todo o crédito a existência do STRD.

[...] Eu morei, fiquei uns anos morando fora, trabalhei na construção civil e em outras empresas também. Naquela época a vida estava muito difícil, não dava para ficar aqui não. Pra arrumar um dinheirinho, quando você apanhava uma certa idade tinha que ir pra fora. Assim foi, fiquei uns anos lá. Depois eu voltei cá pra roça para trabalhar por aqui mesmo, porque não que as coisas tinha melhorado tanto também não, mas há, morar ne cidade não é fácil também não. [...] Depois a gente já podia ficar na roça mais tranquilo, porque tinha esse Sindicato aí que a gente sabia que podia contar com ele em casos assim de doença e essas coisas né? Além disso, esse negócio de vim essas aposentadorias aí, que não precisava da gente esta trabalhando de carteira assinada que conseguia, era bom demais, não tinha mais tanta necessidade de sair pra fora mais não, dava pra viver aos trancos e barrancos por aqui mesmo. Esse Sindicato segurou muita gente por aqui mesmo, eu mesmo foi um deles <sup>469</sup>.

O trabalhador rural G. R. S. que também havia trabalhado na cidade, retornou para a roça quando o serviço em que estava foi encerrado. O trabalhador pouco tempo

---

<sup>468</sup> STRD – Propostas de readmissão, 1978.

<sup>469</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em janeiro de 2020.



depois que havia retornado para seu terreno, casou-se. Ele informou que a presença do STRD fez com que ele não retornasse para a cidade em busca de emprego formal no momento em que se casou. Segundo esse trabalhador, viver na roça estava ficando cada dia mais difícil, pois o garimpo, que era um serviço que dava um lucro maior, tinha sido “tomado pelos ricos” e os produtos que plantavam e vendiam “dava um dinheiro muito pouco”<sup>470</sup>. Segundo o depoimento do trabalhador;

[...] eu acho que se não existisse o Sindicato, no momento em que eu adquiri família não tinha condição de eu ficar na roça não. Eu tinha que procurar uma assistência para mim e para minha família, tinha que ter ficado na cidade pagando INSS. Como é que eu ia conseguir manter uma família sem direito nenhum? Sem favorecimento nenhum pra mim e pra eles? Eu tinha que ir embora pra cidade, foi por conta do Sindicato que eu não voltei pra lá. [...] É moço, como que você vai manter uma família sem assistência? Já pensou a mulher cai num pré-natal, precisou fazer um pré-natal se fosse para pagar você ia dá conta daquilo se não existia SUS, Sindicato? Tinha que mudar lá pra cidade pra poder resolver as coisas, pagar instituto, como veio o Sindicato não precisou preocupar com isso, o Sindicato fez tudo, garantiu tudo. Por isso eu falo, enquanto o Sindicato existir eu não paro de pagar não.<sup>471</sup>

A fala do trabalhador G. R. S. representa outros depoimentos que também apontam na mesma direção, de que se não tivesse sido o Sindicato, certamente teriam mudado para a área urbana ou tentado empregos formais em empresas mineradoras. Alguns trabalhadores são categóricos em dizer que iriam para as cidades e arrumariam trabalhos com carteira assinada. O conhecimento das garantias dispostas na legislação trabalhista fez surgir uma concepção do trabalhador que era aquela uma necessidade. Muitos deles afirmaram que especialmente pela garantia da aposentadoria buscariam por trabalhos formais. Trabalhadores que já tinham conhecimento das garantias assistenciais passaram a coloca-las como necessárias para sua segurança e da família.

Assim como G. R. S. também apontou, trabalhar na roça depois do Sindicato continuava tanto suas dificuldades, mas tinham também suas facilidades. Se por um lado precisasse trabalhar muito para suprir as necessidades da família, por outro lado, estaria em seu terreno. G. R. S. pontuou que o que o interessava na cidade eram as garantias que tinham, mas que não gostava de viver na área urbana, não havia se adaptado. Assim, com a presença do STRD havia maior segurança, se não tinha um ganho fixo mensal, pelo menos contava com a assistência do Sindicato.

<sup>470</sup> Depoimento de G.R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

<sup>471</sup> Depoimento de G.R. S. em entrevista realizada em novembro de 2019.

De acordo com o depoimento de C. da L. P. o Sindicato era mais que uma referência de assistência social para os trabalhadores, era uma forma de garantir o presente e o futuro. Segundo esse trabalhador, essa concepção vinha dos mais velhos. Os próprios trabalhadores mais velhos aconselhavam os trabalhadores jovens a entrar para o Sindicato, pois aquela era uma forma de obter segurança para ele e para quando arrumassem família. Segundo o depoimento dele;

[...] aquelas pessoas que entravam para o Sindicato iam aconselhando a gente, falavam, ó gente, vocês novo, entra pro sindicato pra garantir um futuro, porque não sabem mexer com outra coisa a não ser no cabo da ferramenta, não tem estudo, não é capaz de sair do lugar para arrumar uma coisa diferente, tem de ser a roça mesmo, vocês tem de acompanhar o Sindicato pensando num futuro e no agora também, ninguém sabe o dia de amanhã, a pessoa que está trabalhando em serviço bruto, tem que acompanhar, porque não sabe do dia de amanhã, se machuca, se precisa auxílio, se adoecer, o sindicato ajuda nisso, ajuda nisso tudo<sup>472</sup>.

Observa-se que o Sindicato era, para o trabalhador, uma referência também de segurança. Por um lado criou-se a imagem paternalista do Sindicato e que ajudaria os trabalhadores em diversas demandas, o que fez com que alguns trabalhadores levassem demandas específicas para atendimento. Essas demandas específicas mostram que o Sindicato era uma instituição em que o trabalhador tinha como uma base, um lugar para levar seus problemas, sendo isso uma referência. Por outro lado o Sindicato também era uma base de segurança, onde oferecia o trabalhador rural mais confiança em permanecer em seus terrenos.

Em vários registros de solicitação de retorno do trabalhador, que estava na cidade, ao Sindicato, indica que esses viam no Sindicato uma instituição capaz de assegurá-los em tempos futuros e que não era mais preciso trabalhos oficiais para garantias assistenciais e previdenciárias. A presença do Sindicato contribuiu para a permanência do trabalhador em sua terra e para o retorno de outros. Não é possível que falemos que o STRD suprimiu com o êxodo rural, porém, podemos considerar que a presença do Sindicato ajudou a amenizar, evitou migrações, além de voltar com outros trabalhadores para o campo. Isso tem base na formalização do Sindicato como uma referência de amparo, especialmente em termos assistenciais, para o trabalhador.

### **3.5. O STRD e sua atuação de base assistencial: algo mudou?**

---

<sup>472</sup> Depoimento de C. da L. P. em entrevista realizada em novembro de 2019.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina foi fundado com caráter meramente assistencial e não tinha pendor reivindicatório, ou que alimentasse a concepção de reforma agrária ou lutas por conquistas de outros direitos. Foi um Sindicato que foi fundado no auge da ditadura civil militar, onde havia por parte do governo um projeto para limitar os sindicatos a esfera assistencial, assim como pontuado no capítulo anterior. Além disso, destacam-se as bases com que foi fundado o STRD, tendo a intermediação do segmento patronal da agricultura e a Igreja Católica diamantinense. Todos esses segmentos tinham seus objetivos com a promoção da sindicalização de trabalhadores rurais, e, a ideia que vigorava era da necessidade de imperar uma relação harmoniosa e de colaboração.

A base do STRD foi assistencial, a compreensão dos trabalhadores para com a instituição foi sob essa característica. O que é devido colocar para o tópico final desse trabalho é o questionamento, houve mudanças nessa estrutura? Mesmo com o fim do regime da ditadura civil militar e a redemocratização do País, houve mudança na estrutura sindical de modo que passou a assumir um caráter representativo dos trabalhadores rurais, inclusive na questão da terra?

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foi referida no capítulo anterior, tinha cartilhas informativas que eram enviadas aos sindicatos informando sobre os direitos dos trabalhadores e informando sobre a importância da coletividade e da luta na busca de direitos para a “classe trabalhadora”, para se usar o termo empregado pelo órgão. Foram encontrados alguns panfletos e cartilhas com esses conteúdos no STRD.

A CONTAG, desde 1979 através do seu III Congresso, realizado em Brasília, já questionava o caráter assistencialista com que muitos sindicatos estavam limitados. Nesse Congresso também foi enfatizado sobre a necessidade de lutas coletivas na busca por melhorias para os trabalhadores rurais, isso em relação à terras, melhores condições e facilidades para aquisição de créditos rurais e maior suporte do Estado ao segmento. (ABREU E LIMA, 2003). As questões de reforma agrária também foram colocadas em pauta. Todo esse debate apontava para necessárias mudanças no interior dos sindicatos. E se tomarmos de base os documentos enviados para o STRD veremos que havia grande empenho para trazer o sindicalismo para novas concepções, além da intermediação de ações assistenciais.

É possível que o STRD não agregasse esses debates até por volta de 1983, os ignorava, pois não constam em nenhum registro localizado na instituição, nem mesmo nas pautas de reuniões debates dessa natureza. A questão da terra não era tratada nos primeiros anos, a não ser se por casos de brigas judiciais em que era tratado no setor judiciário sob orientação de formalizarem acordos amigáveis<sup>473</sup>. Além disso, é preciso esclarecer que o entendimento do STRD com a questão da terra não perpassava por uma lógica de reforma agrária. Algo importante em se tratar aqui é que o STRD nem mesmo se ocupou de observar a questão dos reflorestamentos no Alto Jequitinhonha e que estava expulsando trabalhadores rurais de seus terrenos. Aliás, viu esse movimento por outro ângulo.

Os primeiros anos do STRD se deram em período concomitante aos projetos de reflorestamento no Alto Jequitinhonha. Se o STRD fosse uma esfera de defesa do segmento, a lógica era que intervisse nesse processo. Ademais, o reflorestamento certamente significou perda de sindicalizados, pois se o trabalhador rural deixasse suas terras deveria deixar o Sindicato. Entretanto, o STRD não viu a situação por essa lógica.

A explicação para o não envolvimento do STRD na questão do reflorestamento e menos ainda em debates de reforma agrária, em seus primeiros anos, pode girar entorno do arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. Pode-se dizer que foi o arcebispo que orientou a que função se prestaria o STRD. O entendimento de Dom Sigaud era, como dito anteriormente, muito mais da produtividade do que da caridade, pois o arcebispo entendia que o adequado era resolver os problemas rurais por meio do estímulo a produção, oferta de postos de trabalho, entre outros. Além disso, Dom Sigaud partilhava da concepção de “Vale da Miséria”, sendo um ativo difusor. Entretanto, não foi observada a situação real e as condições do meio rural diamantinense.

O religioso não só apoiou as ações de reflorestamento, sob a intenção de trazer campos de trabalhos e manter os trabalhadores no rural, como também criou uma empresa reflorestadora. A Reflorestadora do Alto do Jequitinhonha (REFLORALJE) foi criada pelo arcebispo, no seio dos debates sobre a necessidade de romper com o criado “Vale da Miséria”<sup>474</sup>. O arcebispo estava envolvido nos debates realizados junto da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, a CODEVALE, e tinha a

---

<sup>473</sup> De acordo com depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

<sup>474</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 62, n. 24, 14 abril 1968, 4p.

ideia de que era necessário romper com aquele Vale considerado estagnado e criar postos de trabalho<sup>475</sup>. A REFLORALJE seria uma proposta que, na visão de Dom Sigaud, colaboraria ativamente com o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.

Uma das razões que fez com que o Sindicato não se envolvesse com a questão da terra em seus primeiros anos foi seu caráter essencialmente assistencial. O que interessava ao STRD era fornecer tratamentos médicos, odontológicos e a intermediação em aposentadorias. Outra razão do não envolvimento do STRD nas questões do reflorestamento é justamente pelo fato de que foi fundado sob orientação do arcebispo Geraldo de Proença Sigaud, o mesmo que difundia a concepção do “Vale da Miséria”, defendia o reflorestamento e ainda fundou a REFLORALJE. Ao que parece o que fez os gestores do STRD foi aderir os discursos do progresso e do desenvolvimento difundida no período e em razão do reflorestamento.

Os documentos que tratam sobre esse assunto são poucos, foram localizados dois que podem colaborar com esse entendimento. A campanha pelo reflorestamento estava ligada a dar oportunidades de trabalho e fazer com que trabalhadores não saíssem de suas localidades de origem. Esse foi um debate visto em diferentes contextos através da própria atuação do Sindicato. Foi localizado um ofício que era para ser enviado para a FETAEMG, mas que por alguma razão consta ao fim do documento “não enviado”. Nesse documento abordou sobre empresas reflorestadoras, dizendo o seguinte;

[...] muitos braços continuam na região por meio da oferta de serviços no manuseio do eucalipto. O que ocorre é que muitos desses trabalhadores não têm contrato de trabalho feito nesse Sindicato, devia ser feito um esforço para que isso ocorresse<sup>476</sup>.

O que chama a atenção nesse caso é que existia uma preocupação com empresas reflorestadoras, mas essa preocupação partia do fato de que não era o Sindicato o órgão que estava intermediando o contrato de trabalho naquelas reflorestadoras. O que nos leva a refletir o fato de que o Sindicato considerava as reflorestadoras uma forma de continuidade do trabalhador no rural. Verifica-se que houve uma adesão aos discursos do reflorestamento.

Outro documento que, apesar de vago, também chamou a atenção, foi uma carta

---

<sup>475</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 64, n. 2, 12 outubro 1969, 4p.

<sup>476</sup> STRD – Ofício nº 03 de 1977. Pasta: documentos avulsos, 1977.

do presidente Alexandrino Pio da Cruz que parecia ser um discurso que realizaria em algum lugar. Nessa carta o presidente dizia de como tinha sido seu tempo de atuação no Sindicato e mencionou “agora que temos uma região renovada, temos postos de trabalho para o trabalhador, temos empresas de fora na nossa região, devemos ver que as coisas estão melhorando”<sup>477</sup>. Diante do que foi dito, presume-se a adesão do STRD aos debates do reflorestamento e do desenvolvimento.

Segundo informado por N. B. G., quando começou seus trabalhos no Sindicato na década de 1980, como advogado, o Sindicato era essencialmente um órgão voltado a oferta de benefícios assistenciais, se reservando em um caráter paternalista para com o trabalhador. O STRD não atuava em outras áreas e não tratava sobre outras demandas de trabalhadores. O entrevistado ainda ressaltou que novas abordagens começaram a adentrar no Sindicato próximo do período da redemocratização. Segundo o depoimento de N. B. G.

[...] O Sindicato era muito paternalista. Lá tinha um caráter que era majoritariamente assistencial, médico, dentista. Eles olhavam mais eram aqueles benefícios de assistências sociais, que o Sindicato dava. E a gente estava justamente procurando implantar isso lá, implantar no Sindicato que o Sindicato tinha que lutar pelos direitos do trabalhador. Então não poderia ele ser só assistencial, nessa área de saúde, também nos interesses. A Federação, [FETAEMG] é um órgão que eu não diria que o Sindicato estava subordinado, mas era um órgão superior, e que essa Federação dava todo apoio nesse sentido, tinham vários encontros nesse sentido, né? Seminário, encontros mesmo, a ponto de dois, três dias, justamente para implantar essa mentalidade nesses trabalhadores, né? Seja nas demandas trabalhistas, como nessa área aí de arrendamento rural, parcerias... nessas questões todas. Então a gente conseguiu, no início lá, nós começamos essas conversas<sup>478</sup>.

De fato, para o começo da década de 1980 havia participação nessas reuniões e eram repassadas para os trabalhadores nas assembleias, como constam em atas, porém não era assunto central da assembleia, limitava-se a pequeno comentário em fim do dia de reunião. O entrevistado também mencionou que foi no processo da redemocratização do País é que o Sindicato começou a introduzir novas abordagens nas reuniões, adotando os debates feitos pela CONTAG ou mesmo FETAEMG.

O cenário favorável da redemocratização fez surgir muitos debates no interior das Federações, inclusive intensificando o diálogo sobre reforma agrária e lutas pela terra. (GRISOTTO, 2003). É visível que houve uma mudança de postura do STRD sim

<sup>477</sup> STRD – Carta discurso do presidente Alexandrino Pio da Cruz. Pasta: correspondências não protocoladas de 1978.

<sup>478</sup> Depoimento de N. B. G. em entrevista realizada em agosto de 2020.

e que contemplava esses novos debates. As atas de reuniões de 1984 e 1985 já traziam elementos para debates sobre reforma agrária e lutas pela terra. Além disso, nota-se uma maior interação entre o STRD com outros sindicatos no Vale do Jequitinhonha, pois constantemente trocavam informações das ações realizadas por aqueles sindicatos. Esses debates no STRD são vistos para esse período, ainda que desde o início da década de 1980 já tinham muitas ações da FETAEMG em relação às mudanças nas posturas sindicais.

Além do cenário favorável da redemocratização é preciso ressaltar que a intermediação da Igreja Católica tinha diminuído no STRD. Não que tivesse sido extinta, pois se percebe nas atas de posses de diretorias ou eventos sociais que sempre tinha um representante da Igreja. Porém, a mediação conservadora de Dom Geraldo de Proença Sigaud tinha finalizado desde o começo da década de 1980, pois o religioso tinha solicitado sua renúncia como arcebispo de Diamantina. Provavelmente esse fator também possibilitou novos rumos para o Sindicato e a posterior adesão do STRD a outros debates.

No que se refere às mudanças, deve se pontuar que não se tratava de excluir a oferta de assistências das ações dos sindicatos, mas mudar a postura significava integrar-se nas reivindicações por novos direitos, lutar por melhorias que julgavam necessárias para o segmento. Verificou-se que 1984 de fato houve adesão ao debate das transformações sindicais. O depoimento de O. A. R. também é interessante em se tratar aqui. Segundo o entrevistado, tiveram algumas conversas sobre mudanças na estrutura do Sindicato e que essas mudanças resultaram em diversos cancelamentos de trabalhadores.

Eu não estou certo se foi em 82 ou 83 [1982/1983], mais eu lembro que teve uma reunião lá com nós e que falou que o Sindicato estava com mudanças e que era mudanças pra melhor. Eles falaram que o Sindicato ia passar a buscar mais direitos pro trabalhador, que ia olhar pra outras coisas lá que já nem sei bem. [...] Mais era assim, eles falaram que essas mudanças era pra bem do trabalhador rural, mais que a gente tinha que estar sempre junto com o Sindicato, dando apoio. Nessa época também eles olharam como que estava os trabalhadores rurais e cancelaram um tanto, foi muita gente mesmo que eles cancelaram nessa época. [...] Mais era isso, nessa época o Sindicato começou falando com as pessoas que tinham que se unir né? E essas eram coisas que vinha da Federação, eu mesmo fui ne reunião lá na em Belo Horizonte e eles falavam que muitos sindicatos tinham que mudar, que estava na hora de mudar<sup>479</sup>.

---

<sup>479</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

O depoimento de O. A. R. apontou para uma mudança na atuação do STRD e que tem ligação com as orientações da FETAEMG, inclusive que era hora de mudar. Pelo depoimento do trabalhador, nota-se uma abordagem diferente que é sobre buscar por direitos. Talvez o ano em que o trabalhador de fato desejou se referir foi 1984. Isso pelo fato de que outro elemento da sua fala pode ser visto para o ano de 1984, onde afirma sobre os cancelamentos de trabalhadores. Houve um número elevado de cancelamentos no Sindicato em 1984 e que pode casar com a informação dada pelo entrevistado.

O depoimento de T. M. M. também foi importante nesse sentido, pois ele informou que o Sindicato estava passando por mudanças em 1984 e que a diretoria reuniu e “ia vistoriar aqueles trabalhadores que não estavam de acordo com o Sindicato, pois tinha muita gente que não estava presente no Sindicato, nem era trabalhador rural.” O trabalhador ainda informou que as mudanças “era coisa que a Federação falava de que tinha que acompanhar sempre unidos para conseguir benefícios pra todos”<sup>480</sup>. Para além dos assistencialismos, o Sindicato deveria buscar atuar em favor do que entendiam como necessário para o segmento, principalmente no plano político

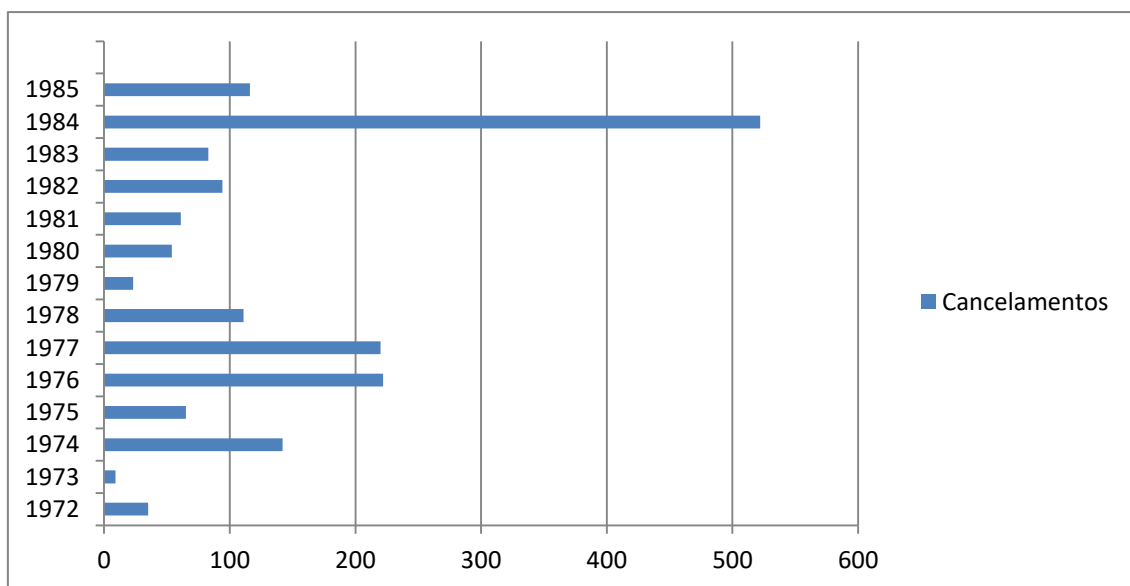
Verificando as falas dos trabalhadores fica evidente que em 1984 houve a tentativa de inserir mudanças no STRD. Realmente houve cancelamentos em 1984 mais do que os demais anos, assim como destacado nas entrevistas. Aparentemente ocorreu uma espécie de levantamento sobre quais membros estavam ativos ou que continuariam no Sindicato. Vejamos no gráfico abaixo um comparativo de cancelamentos para o período estudado.

#### **GRÁFICO 6: Cancelamentos de sindicalizados no STRD entre 1972 a 1985**

---

<sup>480</sup> Depoimento de T. M. M em entrevista realizada em novembro de 2019.





Fonte: Livros de registros de sindicalizados. 1972/1985.

Ao tomar de base alguns registros em atas de reuniões é possível observar que nas assembleias passaram a falar sobre a luta pela terra e outras demandas. Algumas atas de reuniões internas falam sobre a necessidade do trabalhador se organizar e pela luta pelos seus direitos. Observou-se que a questão da luta pela terra alcançou espaços dentro das ações do Sindicato. O advogado, N. B. G. informou que no bojo dos debates da redemocratização ainda falavam com receio, mas que já estavam iniciando um processo de conscientizar os trabalhadores sobre a função de representação do Sindicato, ação essa da qual participou. O advogado ainda afirmou que por meio das reuniões realizadas na FETAEMG eles traziam informações que compartilhavam com os demais trabalhadores, inclusive sobre questões de reforma agrária.

Segundo apontado por N. B. G. passaram a atuar efetivamente em confrontos por posse de terras entre fazendeiros e trabalhadores, empresas mineradoras e famílias de trabalhadores. De acordo com o depoimento do advogado, ocorreram grandes ações judiciais que chegaram a envolver até mais de cinquenta famílias em um mesmo processo na luta pela terra. Desses processos tinham alguns que tiveram entradas até mesmo antes da abertura política da redemocratização, mas ficava limitado no âmbito judiciário, não tendo envolvimento direto do STRD. Após isso, o próprio Sindicato se envolvia nas demandas de acesso a terra e reivindicação de reforma agrária.

Um processo significativo tratado pelo STRD foi o caso dos posseiros da fazenda Santa Cruz do Gavião em Covão, próximo a Diamantina. Esse processo ocorreu

na década de 1990. Foi dada entrada pelo Sindicato em um pedido de desapropriação da fazenda que pertenciam a dois donos e que contavam com terras devolutas, tendo alguns posseiros dentro desse processo de requerer a terra para trabalho. Só de sindicalizados no STRD que estavam incluídos no processo de desapropriação da dita fazenda somava-se quarenta e três. Além disso, contavam mais dezoito posseiros não sindicalizados<sup>481</sup>.

Esse processo resultou em 36 trabalhadores posseiros na fazenda o direito de usufruir de uma gleba de terra<sup>482</sup>. O processo teve continuidade, mas o restante da documentação ficou sob guarda do advogado, não sendo possível verificar o desfecho sobre o processo. Essa ação não está dentro do marco temporal desse estudo, porém, como esse processo foi conduzido e os ofícios e anexos enviados a Superintendência do INCRA, mostram que o Sindicato passou a adotar um novo comportamento, agregando às lutas pela terra e pela reforma agrária como uma pauta. Na década de 1980 o STRD passou a assumir essa nova postura frente agregar reivindicações dos trabalhadores rurais, inclusive com relação à terra, e seguiu com essa atuação, que é o processo que se apresenta para a década de 1990.

Os ofícios anexados ao mencionado processo traziam uma linguagem totalmente diferente de todo o debate que era produzido pelo Sindicato, pois não era mais um debate centrado em um aspecto pacifista, mas reivindicatório. Os textos dos documentos traziam questionamentos aos latifundiários, usando inclusive do termo latifundiário e informando sobre a necessidade urgente de dar acesso à terra aos pequenos trabalhadores rurais. Isso mostra que de fato o STRD tinha mudado sua postura e estava pronto para outros tipos de atuação em relação às demandas de trabalhadores rurais. Já havia um discurso sindical interno que estava mais alinhado com as ações da CONTAG e da FETAEMG e com as inúmeras cartilhas que eram envidas por esses órgãos.

Mas a imagem do Sindicato atrelada às assistências sociais para o trabalhador mudou? O trabalhador passou a ver o Sindicato como um órgão de representação do segmento voltado para lutas por direitos? Apesar de mudar a postura e agregar debates sobre lutas e reivindicações, esse discurso ainda ficou muito limitado aos gestores sindicais e a demandas específicas. Mesmo abordando em reuniões, o empenho em fazer conscientizar os trabalhadores rurais que o Sindicato não era só um meio de

---

<sup>481</sup> STRD – Processo de posseiros da fazenda Santa Cruz de Gavião. Pasta: processo Santa Cruz de Gavião.

<sup>482</sup> Ibid. p. 8.

alcançar ganhos assistenciais foi desenvolvido com pouco empenho. Nos gestores encontramos essa concepção de Sindicato reivindicatório e voltado para lutas, nos trabalhadores ainda vemos a concepção de um Sindicato majoritariamente assistencial.

O Sindicato aderiu aos discursos das lutas pela reforma agrária e empregou em casos de desapropriação de terras ou para suprir necessidades específicas de trabalhadores. Porém, essa concepção não foi efetivamente implementada entre os trabalhadores rurais. As próprias questões das lutas de terras passaram a ser atreladas as medidas assistenciais, isso através do setor judiciário. A questão de reforma agrária só se fazia presente em casos muito específicos, como foi o da fazenda Santa Cruz do Gavião, onde o STRD entrava com ações com base no princípio de reforma agrária, mas depois caía no setor jurídico e acabava por ser entendido como mais uma assistência.

As lutas e reivindicações que o STRD dizia estar alheio acabaram, de uma forma ou de outra, sendo atreladas ao plano assistencial. Não virou uma bandeira que gerou movimentos de protestos ou que integrou grupos de reivindicações. A imagem assistencial do Sindicato e que rompeu com um período de “vida difícil”, permaneceu na memória dos trabalhadores rurais mais velhos, que foram repassando aos mais jovens e que passaram a enxergar o Sindicato como um órgão destinado a garantir benefícios assistenciais. Essa é a principal imagem que se coloca para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

O STRD também não se empenhou muito em mudar a concepção do trabalhador. Limitaram-se as reuniões com algumas reproduções das abordagens da Federação e da Confederação, mas ficou na teoria. Na prática os discursos figuravam apenas nos ofícios judiciais por demandas de terras, ou em ações de grupos de trabalhadores em algum processo maior, mas que de uma forma ou outra, acabaram por cair no plano assistencial. Vale lembrar que esse trabalho foi feito tendo uma de suas bases de dados a fonte oral. Os depoimentos revelaram que os trabalhadores ainda veem no Sindicato uma instituição que os trouxe benefícios e que é voltado a ofertar assistências sociais. O próprio STRD também não desempenhou uma educação sindical, visando mudar a concepção dos trabalhadores e os fazer ver o Sindicato como uma esfera que não era somente a da assistência.

As abordagens nas reuniões ou nos documentos foram pouco efetivas nesse sentido. Além disso, o STRD dificilmente estava presentes em atos públicos de

reinvidicação e protestos realizados pelos órgãos superiores. Desse modo, embora tenha ficado evidente essa mudança de postura, dizendo de atuar nas demandas dos trabalhadores, ocorreu, mas acabou por incorporar em um plano assistencial. Não houve a formação de um movimento de trabalhadores em favor de demandas comuns para o segmento, especialmente no plano político. O que houve foi demandas específicas e que acabaram sendo tratadas por grupos e geralmente na esfera jurídica.

Não houve um engajamento para que se mudasse a concepção do trabalhador. Vários sindicatos mudaram suas posturas inserindo debates próprios sobre lutas trabalhistas, criaram projetos, ou se aliaram a outros, voltados para a luta das mulheres, juventude rural, agricultura familiar e outras ações que tem tanto um caráter pedagógico, quanto de união de interesses<sup>483</sup>. Entretanto, o STRD não criou dispositivos que “educassem” o trabalhador para um novo tipo de Sindicato, ou para um Sindicato que ia além das garantias assistenciais. O lugar do Sindicato enquanto instituição meramente assistencial continuou nas concepções dos trabalhadores rurais. Ainda hoje o Sindicato é visto, como observado em diversos depoimentos, um lugar para procurar médicos e aposentadorias.

---

<sup>483</sup> Vejam-se algumas notícias de outros sindicatos para Minas Gerais no portal da FETAEMG. <http://www.fetaemg.org.br/site/>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Volta depois, para eu te contar mais histórias [...]”*<sup>484</sup>

O cenário rural em Diamantina na década de 1970, na conjuntura da modernização conservadora da agricultura, apresentava diversos elementos que estava fazendo com que muitos trabalhadores rurais deixassem suas terras, fossem de forma temporária ou permanente. A estrutura fundiária que se formou nas áreas rurais de Diamantina era composta, em sua maioria, por terrenos familiares, contando com pequena extensão de terras, que se subdividiam entre roças e quintais. Os moradores de terrenos como esses passaram a serem vistos por líderes políticos como moradores de terras pouco rentáveis, parte de uma economia estagnada. Essa concepção se deu baseando em um princípio de desenvolvimento que encarava que para ser lucrativo um terreno rural deveria produzir suficiente, inclusive para integrar ao mercado.

Nas áreas em que se deu o reflorestamento, justamente com base na ideia do desenvolvimento dessas terras consideradas pouco rentáveis, os resultados ficaram em evidência, como a migração temporária ou permanente para as cidades ou outros estados. Para os que ficaram nas terras, as readaptações tiveram que ocorrer. Esses impactos foram vistos e já bastante estudados para as áreas que receberam a monocultura dos eucaliptos. Porém, a concepção do desenvolvimento *versus* atraso também chegou até outras localidades rurais do município de Diamantina, causando efeitos amplamente negativos.

Os trabalhadores rurais em Diamantina formularam um entendimento sobre o meio rural, no aspecto do uso e apropriação da terra, e de seus efeitos no Vale do Jequitinhonha, para essa época de modernização conservadora da agricultura. De um lado empresários e ricos proprietários que poderiam investir na terra, produzir e comercializar. De outro, o segmento de trabalhadores pobres, que possuíam poucas terras e pouco recurso financeiro para a reprodução de uma agricultura de fato rentável. Os discursos sobre estagnação *versus* desenvolvimento foram compreendidos por muitos trabalhadores no sentido de que o meio rural não estava oferecendo condições de permanência. Por isso, eles tinham que sair, para “tomar rumo na vida”, já que não se

---

<sup>484</sup> Depoimento de O. A. R. em entrevista realizada em julho de 2020.

tinham condições favoráveis de sobrevivência. Disso, decorreu a migração de muitos trabalhadores para as cidades, que teve continuidade nos anos seguintes sob a mesma lógica, a da estagnação.

Quanto aos trabalhadores rurais de Diamantina no quesito trabalho, primeiro é preciso dizer que não se pode compreender por trabalhadores rurais sujeitos que estavam apenas ligados às atividades estritamente agrícolas. A bem da verdade, a maioria dos trabalhadores rurais no decorrer das décadas de 1970 e 1980 não estavam envolvidos tão somente com agricultura. É preciso relembrar a lógica da “vida difícil” ou “tempos difíceis”. Havia uma combinação de atividades sendo desenvolvidas, fosse no comércio, onde estavam os cargueiros, extração vegetal, trabalho para terceiros, no garimpo dentre outros. A combinação de atividades era uma estratégia para uma melhor manutenção familiar e do terreno. Além disso, diante dos pequenos terrenos tornava-se difícil dedicar-se tão somente a uma atividade. Nisso, os trabalhadores rurais combinavam as atividades agrícolas com outras atividades relacionadas ou não com o terreno familiar.

Verificou-se sobre a sindicalização desses trabalhadores rurais para Diamantina. No Brasil a sindicalização de trabalhadores rurais teve um longo percurso e resultou em uma configuração muito limitada a partir da ditadura civil-militar, consistindo na assistência ao trabalhador do rural. A condição assistencial com que os sindicatos passaram a atuar a partir do atrelamento ao Estado, sobretudo intermediando os benefícios do PRORURAL, contribuiu para com uma maior popularização do sindicalismo de trabalhadores rurais no País. Por meio de uma limitação, os sindicatos rurais alcançaram maior projeção.

Em Diamantina o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi fundado já em contexto da aplicação do PRORURAL. Porém é preciso relembrar que os segmentos que estiveram envolvidos em sua fundação, quais sejam os representantes da Igreja Católica e do segmento patronal, já previam que o Sindicato prestasse assistências aos trabalhadores rurais, isso antes mesmo de sua fundação. Mesmo antes de implementado o PRORURAL, já havia um entendimento do tipo de Sindicato que se desejava para os trabalhadores rurais em Diamantina. Os envolvidos com a fundação do STRD ligados ao segmento de trabalhadores rurais também compartilhavam do interesse de um Sindicato, especialmente que prestasse atendimento médico-hospitalar. O STRD já

estava sendo projetado para uma atribuição meramente assistencial. O PRORURAL, de certa forma, só reafirmou essa configuração.

Foi com base nessa configuração assistencial que ocorreu o que chamamos ao longo desse trabalho de um projeto sindical. O STRD pôde contar com os recursos do convênio com o FUNRURAL e buscar adesão e sua expansão junto aos trabalhadores rurais. A expansão do STRD deixou em evidência dois elementos. O primeiro é que esse fenômeno assistencial foi o ponto forte de atuação do Sindicato, o que promoveu sua expansão. A intenção era criar um Sindicato com atuação na área hospitalar, o que reforça o lugar assumido pelo Sindicato de prestação de assistência. O segundo elemento é que o STRD mirava um destaque. Pouco tempo depois de sua fundação, o Sindicato já tinha um projeto que previa expansão, como uma forma de colocar a instituição ainda mais em evidência.

Já em relação ao processo de sindicalização dos trabalhadores rurais em Diamantina, e da categorização do trabalhador rural, foi o STRD que implementou essa categorização no meio rural diamantinense. Antes disso, a identificação comum para o trabalhador era de garimpeiro ou de lavrador, ou mesmo não havia uma identificação com que os trabalhadores rurais se importassem. Havia também trabalhadores que não se ocupavam com a definição de uma classificação, de uma categoria para uma autodenominação. Trabalhador rural foi uma categoria implementada no processo de sindicalização.

O STRD, no movimento de sindicalização, introduziu essa categorização e fez também com que os trabalhadores se adaptassem a ela. Aqueles que desejassem ser sindicalizados deveriam se autodeclararem trabalhadores rurais. Já para os trabalhadores rurais de Diamantina, eles observaram que essa categorização fazia parte da norma burocrática do Sindicato. De fato essa categorização representou certo entrave foi com relação aos diversos serviços prestados no meio rural. Fizeram-se readaptações, mas o próprio enquadramento do trabalhador rural foi visto como uma forma de identificação, que poderia se referir a garimpeiro, lavrador, agricultor, dentre outros.

Com relação ao STRD, quando de sua fundação, criou-se condições para os trabalhadores rurais continuarem em suas terras, bem como suas famílias. Se de um lado, situações advindas do processo de modernização conservadora da agricultura expulsavam os trabalhadores do meio rural, impunham privações, bem como instituíam

uma lógica de poucas soluções para o meio rural, de outro lado, o Sindicato atuava fazendo com que os trabalhadores rurais ficassem, ou retornassem para as terras. Nesse sentido, o Sindicato, com suas ações, conseguiu oferecer condições para a permanência de muitos trabalhadores no meio rural. É certo que parcela significativa de trabalhadores rurais permaneceu no meio rural ou retornou a ele em razão da sindicalização.

Mesmo preservando o entendimento de que a vida continuava difícil e o meio rural não apresentava sinais de melhoria, com a sindicalização, havia perspectivas de garantias e de segurança, sem necessidade de se estar vinculado ao mercado de trabalho formal. Assim, mesmo com as dificuldades impostas, havia uma segurança em continuar no meio rural. Esse foi um dos movimentos que fez com que os trabalhadores passassem a conceber a sindicalização rural como uma transformação. O retorno para as terras ou a não necessidade de saírem delas, para adquirir maior segurança, especialmente ao adquirir família, isso em especial aos homens adultos, foi formulado nas memórias de muitos trabalhadores como um processo de mudança promovido pelo Sindicato.

Com a ocorrência da sindicalização de trabalhadores rurais e a introdução de garantias assistenciais, houve mudanças para esses trabalhadores, inclusive dando novos contornos a essas “vidas difíceis” ou “tempos difíceis”. Os trabalhadores rurais assimilaram essas transformações como proporcionadas pelo Sindicato. O entendimento era de que, por meio dessa instituição, o meio rural recebia assistência em benefícios sociais. O STRD se destacou pela prestação de assistências ao trabalhador rural, com a atribuição de intermediação junto ao governo federal, com o PRORURAL.

O acesso ao benefício da aposentadoria é notadamente o que mais contribuiu para a construção de uma memória de gratidão do trabalhador rural para com o Sindicato. Para alguns trabalhadores, algumas situações específicas contribuíram para a construção dessa memória de gratidão que não somente a aposentadoria. Situações de acesso a médicos, a assistência judiciária ou a solução de alguma demanda específica, também contribuíram como elementos dessa memória.

A assistência à saúde prestada pelo STRD também foi significativa. Inaugurou-se para muitos trabalhadores o acesso a serviços médicos e isso foi importante nos primeiros anos do Sindicato. A oferta de serviços de saúde no STRD foi visto como algo novo. Se antes havia restrição a essa assistência, com a sindicalização o acesso aos



tratamentos médicos se tornou de fácil acesso.

As garantias assistenciais, de modo geral, assumiram uma importância fundamental no meio rural diamantinense, o que fez gerar na memória dos trabalhadores rurais uma perspectiva de transformação. A partir do acesso a assistências educacionais, médicas, judiciárias e o direito à aposentadoria começaram a gerar um entendimento de que o rural estava apresentando melhorias e que isso ocorreu em razão da sindicalização. Se antes a vida era difícil, com essas garantias amenizou-se os ditos “tempos difíceis”.

Os trabalhadores rurais de Diamantina formularam um significado para o STRD que possui ligação com suas trajetórias de vida e com o contexto social no qual viveram. A imagem positiva do SRTD se consolidou na memória dos trabalhadores, em especial os mais velhos que viveram o processo de sindicalização. Há uma defesa dos trabalhadores rurais mais velhos para com o Sindicato que na maioria das vezes vem sob a justificativa de que defendem o Sindicato, pois conheceram um tempo antes dele.

A concepção do trabalhador rural para com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina gira em torno do entendimento de que com a sindicalização ocorreram mudanças, melhorias no meio rural. Como verificou-se que O STRD teve atuação destacada na intermediação dos benefícios assistenciais, ofertados pelo Estado brasileiro e foi nesse processo que recebeu destaque, como se fosse a única instituição responsável pela assistência. É certo que o Sindicato foi a instituição que alcançou os trabalhadores e proporcionou informação e acesso à assistência, por meio dos benefícios. Assim, a difusão e popularidade do STRD e a memória de gratidão é resultado dessa concepção do trabalhador para com a instituição.

Sobre o entendimento dos trabalhadores rurais para com esse processo de transformação a partir da sindicalização, percebe-se que eles deram significado à instituição com base em suas trajetórias de vida e nas melhorias advindas, por meio do Sindicato. As narrativas dos trabalhadores apontaram para os “tempos difíceis” ou “vida difícil” buscando assinalar o conjunto de situações em que viveram. Os trabalhadores construíram e reconstruíram suas memórias tendo em vista um conjunto de situações familiares, econômicas e do trabalho, onde relataram que a dinâmica de vida apresentava limitações impostas pelo dinheiro, que corria pouco e conseqüentemente as privações em relação à alimentação, à saúde, vestuário e outras necessidades básicas. Os

“tempos difíceis” ou “vida difícil” era uma avaliação do contexto de vida em que estavam inseridos.

Os trabalhadores rurais mais velhos nutriram uma gratidão para com o Sindicato pelos seus benefícios de aposentadoria. Além disso, tal concepção dos trabalhadores rurais mais velhos foi compartilhada com trabalhadores rurais mais novos, que vem reproduzindo essa imagem de gratidão para com o Sindicato, como memórias. A aposentadoria foi recebida pelos trabalhadores como uma renda, os quais entenderam que não precisaram trabalhar para conquistar. Isso proporcionou popularidade ao Sindicato e sua difusão pelo meio rural.

A epígrafe que inicia as *Considerações finais* diz respeito ao fato de que alguns trabalhadores, ao finalizarem seus depoimentos, fizeram o convite para a uma nova escuta, por terem mais histórias para contar e por observarem que houve boa recepção das histórias que contaram. É certo que há muitas histórias de trabalhadores do meio rural guardadas em diferentes memórias. Sobre esses trabalhadores, há muito o que contar, ouvir, e produzir conhecimento sobre suas realidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão nº 702. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, janeiro de 2000.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABREU, C. de. **Os Primeiros Descobridores de Minas**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.6, 1901.

ABREU E LIMA, M. do S. de. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco, 1962 – 1987**. 2003, 262p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2003.

ALBERTI, V. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALCÂNTARA, C. P. **“Princesa do Norte”: contradições da modernidade em Diamantina (1889- 1930)**. 2015. 173 p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2015.

ALKIMIM, S. F. G. **O Lugar de Aposentado Rural na Agricultura Familiar**. 2016, 156p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA. Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Montes Claros – MG, 2016.

ALMEIDA, C. S. de. **Território da Água, Território da Vida: Comunidades Tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. 2018, 157p. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais). Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus JK, Diamantina/MG, 2018.

AMADO, J. **Nós e o espelho**. In; FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

AMARAL, D. **Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte, 1909-1921**. Estud. hist. (Rio J.) , Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, pág. 65-85, junho de 2015.

ARRUDA, R. P. **Cidades imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**, 2011, 274p. Tese (Doutorado em História) Programa

de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

BACELLAR, C. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BARCELLOS, F. H. G. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**. 2008, 133p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARROS, G. **O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações**. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.45, n.1, p. 153-183, jan.-mar. 2015.

BARROS, J. D' A. **Considerações sobre o paradigma positivista em História**. In: *Revista Historiar -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 jan./jun. 2011.*

BATALHA, C. H. de M. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: FERREI-RA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, C. H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, C. H. M. **Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária**. In: *Cadernos AEL*, v.6, n.10/11, 1999.

BATISTELLA, A. **A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945)**. *Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba*, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de.; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Texto para discussão 759. Ipea, Rio de Janeiro, 2000.

BIANCO, P. C. **João Goulart, o ministro trabalhista e sua relação com o movimento sindical (1953-1954)**. 2015. 118p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2015.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. 2002, 184p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdades de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2002.

BIOLCHI, M. A.; SCHNEIDER, S. **A Previdência Social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul**. Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 243-268, 2003.

BOHNENBERGER, E. J. **Territorialidades em tensão no Vale do Jequitinhonha: territórios de vida e territórios como recurso do capital**. 2011, 73p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Presidente Prudente, 2011.

BORBA, E. R.; FABRINI, J. E. **A participação das mulheres na luta sindical: o caso do Sindicato dos Trabalhadores de Francisco Beltrão/PR**. Mundo do Trabalho, Revista Pegada – vol. 17 n.2. Dezembro/2016.

BORGES, K. F. C. **Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres da fábrica de tecidos de Biribiri (1918-1959)**. 2019, 175p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2019.

BORGES, M. E. L. **Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais**. Revista Brasileira de História (Brasil 1954-1964). São Paulo: Marco Zero/Anpuh, n.27, p.73-86, 1994.

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e projeto ético político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez: n. 79, p. 108-132, 2004.

BOTELHO, M. I. V. **O Eterno Reencontro entre o Passado e o Presente: um Estudo sobre as Práticas Culturais do Vale do Jequitinhonha**. 1999. 325p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara – SP, 1999.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**; 1ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Modernidade neoliberal**. Rev. bras. Cie. Soc. São Paulo, v. 29, n. 84, p. 87-102, fevereiro de 2014.

BRUMER, A. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, n. 7, p. 50-81, junho de 2002

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. **Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza?** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 131-158, jan./dez. 2007. – RIO G. SUL, 2007.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG**. 2006. 130 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CAMISASCA, M. M. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)**. 2009, 201p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2009.

CAMPINHO, F. **Sindicalismo de Estado: controle e repressão na Era Vargas (1930-1935)**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

CAPELATO, M. H. R. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, *apud* LAPUENTE, R. S. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: 10 ° Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 02 a 05 de julho de 2015.

CARVALHO, K. A. **Colônia Santa Izabel: A Lepra e o Isolamento em Minas Gerais (1920-1960)**. 2012. 246p. Tese (Doutorado em História Social). Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói – RJ, 2012.

CARVALHO, M. A de. **A Presença Indígena no Vale do Jequitinhonha: A Difícil Memória**. In: SOUZA, J. V. A. HENRIQUES, M. S. (Orgs.) Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. 1ed. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

CARVALHO, N. de S. **O Social Catolicismo E a Sua atuação No Meio Rural Na Segunda Metade Do século XX No Brasil**. Revista Faces de Clio , vol. 5. N. 10, Jul./Dez. 2019.

CASTRO, R. D. de. **A Migração sazonal do Vale do Jequitinhonha no século XIX: meios de vida, translocalidade e fluxos**. 2014, 112p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2014.

CAVALCANTE, J. L. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Revista Histórica. Arquivo Publico do Estado de São Paulo. Edição nº 2, junho de 2005. Disponível em < <http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/> > acesso em 30/09/2020.

CHAVES, E. R. **Hierarquias Sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. 2012, 510p. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

CHAVES, M. L. de S.; CHAMBEL, L. **Diamantes do médio rio Jequitinhonha, Minas Gerais: qualificação gemológica e análise granulométrica**. Rem: Rev. Esc. Minas, Ouro Preto , v. 57, n. 4, p. 267-275, Dec. 2004 .

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto.** (Dissertação de Mestrado): Departamento de ciência Política, Universidade Estadual de Campinas -Unicamp: Campinas- SP, 1996.

COLETTI, C. **Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais.** Revista de Direitos Fundamentais. V. 1, n. 2. Dez, 2019.

COSENZA, A. C. **Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935.** 2012, 177p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História. Programa de História Econômica. Universidade de São Paulo, USP – São Paulo, 2012.

COSTA, L. F. C. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção;** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1996.

COSTA NETO. J. de B. **A questão fundiária nos Parques e Estações Ecológicas do Estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário.** 2006. 237p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2006.

COUTO, B. R. **Assistência Social: direito social ou benesse?** Serviço Social. São Paulo, n. 124, p. 665-677, 2015.

COUTO, S. **Vultos e fatos de Diamantina.** Armazém de Idéias, Belo Horizonte, 2002.

CRUZ, M. J. B; DOURADO, L. F. N.; BODEVAN, E. C.; ARAÚJO, L. U.; GRAEL, C. F. F.; SANTOS, D. F. **Uso de Plantas Mediciniais por Famílias do Vale do Jequitinhonha,** Minas Gerais, Brasil. Infarma; Ciências farmacêuticas. V. 27. e1. A 2015. pp38-48.

CRUZ, R. A. **Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882).** 2015, 159p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense – UFF, 2015.

DELGADO, L. de A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.** Tempo , Niterói, v. 14, n. 28, pág. 123-143, junho de 2010.

DELVAUX, M. M. **As minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX.** 2009, 264p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

DEZEMONE, M. **Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais.** Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro , v. 21, n. 42, p. 220-240, Dec. 2008

DEZEMONE, M. **Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente.** Tempos Históricos. V. 16 – 2º Semestre, p. 219 – 245., 2012.

DOMINGUES, J. M. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil.** Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

DUPAS, G. **O mito do progresso.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 73-89, março de 2007.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, v 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FÁVERO, C. e MONTEIRO, F.T. **Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens.** Revista Agriculturas. V. 11 - n. 3, Rio de Janeiro, 2014.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão.** Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun.– Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Londrina – PR. 2006.

FERRANTE, V. L. S, B. **Aspectos do sindicalismo rural em São Paulo.** Perspectivas, São Paulo. 1980. Disponível em < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108174>> acesso em 10/06/2020.

FERREIRA, R. de A. **O descaminho de diamantes – relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771).** Belo Horizonte: Fumarc; São Paulo: Letra & Voz, 2009.

FERREIRA, R. de A. **Sociabilidade contraventora: o contrabando de diamantes no Distrito Diamantino no período dos Contratos (1740-1771).** In: Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba – PR, 26 a 28 de novembro de 2003.

FIGUEIREDO, A. de P.; FERNANDES, A. C.; CONCEIÇÃO, W. J. da. **A Terra, o pão, a justiça social: a importante participação da igreja nas políticas públicas do Brasil.** 1ed. Belo Horizonte, FUMARC, 2010.

FONSECA, R. M. **O positivismo, “historiografia positivista” e História do Direito.** Argumenta Journal Law, Jacarezinho - PR, n. 10, p. 143-166, fev. 2013.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FRANÇA, L. C. de J.; PIUZANA, D.; MORAIS, M. S.; MENEZES, E.; MORANDI, D. T. **Delimitação automática e quantificação das Áreas de Preservação Permanente de encosta para o município de Diamantina, Minas Gerais, Brasil.** Revista Espinhaço, 2018.



FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M., FARIA, S. de C. **A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)**, São Paulo: Atual, 1998.

FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina, Alto Jequitinhonha/MG**. Lavras: 2001. 109p. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras – UFLA, 2001.

FREITAS, N. C. **A influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa em um pequeno município da Zona da Mata Mineira**. 2017, 97p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa –MG, 2017.

FURTADO, J. F. **O livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 1996.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005, 198p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005.

GALIZONI, F. M. **A Terra Construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 1. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GALIZONI, F. M. **Terra, ambiente e herança no alto de Jequitinhonha, Minas Gerais**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 40, n. 3, p. 561-580, 2002.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP, 2008.

GOODWIN JÚNIOR, J. W. **As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**. 2007. 352p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2007.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, A. de C. **Venturas e desventuras de uma República de cidadãos**. In ABREU, M.; SOIHET, R. (orgs). **Ensino de História; conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. — **As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha**. Perspectivas, São Paulo, 6:85-100, 1983.

GRELE, R. J. **Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva a história oral.** In; FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs) **Usos e abusos da história oral.** 8ª ed. Editora FGV, 2006.

GRISOTTO, R. F. **A luta pela terra no noroeste mineiro: a experiência em Paracatu – MG (1985 – 2000).** 2003, 103p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2003.

GUIMARÃES, C M. & REIS, F. M<sup>a</sup> da M. **Agricultura e mineração no século XVIII.** In: RESENDE, M<sup>a</sup>. E. L. & VILLALTA, L.C. História de Minas Gerais – As minas setecentistas. Vol. 1. Belo Horizonte: Autentica; Cia do Tempo, 2007. p.321-335

HELLER DA SILVA, O. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná.** Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

HOLANDA, S. B. **O Advento do homem Branco.** In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org) **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I, A Época Colonial. 5ª edição. São Paulo: Difel, 1976.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria.** Siglo XXI de España Editores, S. A. Príncipe de Vergara, Madrid, 2002.

JESUS, R. P. de. **Resistência e Integração: As classes trabalhadoras e a criação de sindicato único e oficial no Rio de Janeiro.** 1ed. EDUFOP/PPGHIS, 2012

JOUTARD, P. **Desafios á história oral do século XXI.** In; FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

JULIÃO, F. **Que são as Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1961.

KRETER, A. C. **A previdência rural e a condição da mulher.** Revista Gênero, v. 2, n. 5, 2005.

LAPUENTE, R. S. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos.** In. 10 ° Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 02 a 05 de julho de 2015.

LEITE, A. C. G. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho á crise da (sua) reprodução capitalista.** 2015, 785p. 2 volumes, Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de São Paulo – USP, 2015.

LEITE, S. S. **A Política de assistência social na história e seus dilemas no cenário recente: um debate necessário!** In. V Jornada Internacional de Políticas Públicas

“Estado, desenvolvimento e crise do capital”. 2011. Disponível em <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/A\\_POLITICA\\_DE\\_ASSISTENCIA\\_SOCIAL\\_NA\\_HISTORIA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_POLITICA_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL_NA_HISTORIA.pdf)> acesso em 15/10/2020.

LIMA, G. D. **Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha – Minas Novas/MG**. 2010. 251p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Departamento de Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2010.

LOPES, E. F. **Comunidade Cabeceira do Piabanha, Território de Resistência: “Nossa identidade, parte da gente”**. 2018, 197p. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais), Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Diamantina, 2018.

LOPES, G. L. N. G. **A imprensa e a proscricção dos animais não-humanos da urbe diamantinense (1894-1912)**. 2016. 209 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

LOPES, M. A. MARTINS, M. L. **Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX**. História (São Paulo) v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun 2011.

LOZANO, J. E. A. **Prática e estilos de pesquisa na história contemporânea**. In FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Editora FGV, 2006. Pp. 15-25.

LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO FILHO, A. da M. **Arraial do Tijuco Cidade de Diamantina**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MACHADO FILHO, A. da M. **O Negro e o garimpo em Minas Gerais**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

MAIA, C. de J. **“Lugar” e “Trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 2000. 193p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Programa de Pós-graduação em Extensão Rural – Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, 2000.

MAMIGONIAN, B. G. **Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARANON, E. I. M. **Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da Informação**. Revista: Ciência da Informação e Documentação. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. In Estudos Avançados, 2003. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13>> acesso em 05/09/2020.

MARQUES, R. M. **O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo**. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 7-21, jul./dez.2015.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, M. L. **A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930**. In: Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000a.

MARTINS, M. L. **A Formação Regional do Mucuri: o homem, o rio e a mata no nordeste de Minas Gerais**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2018.

MARTINS, M. L. **A economia de sempre-viva: o extrativismo em São João da Chapada (MG), 1930-1970**. 1. ed. Diamantina: UFVJM. 2019.

MARTINS, M. L. **As variáveis ambientais, as estradas regionais e o fluxo das tropas em Diamantina, MG: 1870-1930**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 26, n. 51, p. 141-169, June 2006.

MARTINS, M. L. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)**. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARTINS, M. L. **Da Bateia á enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX**. 1 ed. Diamantina: FAFIDIA, 2000b.

MARTINS, M. L. **História e Meio Ambiente**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MARTINS, M. L. **Os Mata Machado de Diamantina: Negócios e política na virada do século XIX para o século XX**. In: XIII Seminário Sobre a Economia Mineira, 2008, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2008.

MARTINS, M. L. **O comércio de "gêneros do país" no Mercado de Diamantina, Minas Gerais: décadas de 1880 a 1930**. Locus (UFJF), Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 157-173, 2010.

MATTEI, L. F. **Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza**. Revista Katál., Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019.

MATIJASCIC, M. **Política social brasileira: conquistas e desafios**. Texto para discussão, 2062. Ipea, Brasília, Março de 2015. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3834/1/td\\_2062.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3834/1/td_2062.pdf)> acesso em 23/11/2020.

MATOS, H. S. **Justiça juntos: os sindicatos de trabalhadores rurais no Ceará de 1950-1985**. 2017. 218p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências – Universidade Federal do Ceará – UFC – Fortaleza – CE, 2017.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, L. S. de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo**. 1995, 303p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1995.

MEIHY, J. C. S. B. **Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil**. In; FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MEIRA, R. B. **Reclamos da lavoura: A definição do programa de prioridades da indústria sacarina no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura**. História (São Paulo) v.31, n.2, p. 338-357, jul/dez 2012.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. **Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

MENESES, J. N. C. **O continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. 1. ed. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MORAES, P. R. B. de. **Oliveira Vianna no Ministério do Trabalho**. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], n. 09, p. 129-148, dec. 1997.

MOREIRA, E. R. **Políticas sociais, previdência e trabalhadores rurais: reflexões a partir de evidências recentes no Estado de Sergipe**. 2010, 170p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Núcleo de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais – NPPCS, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão – SE, 2010.

MOREIRA, V. M. L. **Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50**. Rev. bras. Hist. , São Paulo, v. 18, n. 35, pág. 329-360, 1998.

MORENO, C. **A colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2011.

- MORLEY, H. **Minha vida de menina**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- MOTTA, M. M. M. **História, memória e tempo presente**. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Novos Domínios da História**. Elsevier, Rio de Janeiro, 2012.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no Sertão de Minas Gerais**. Ied. Bertrand Brasi, Rio de Janeiro, 1986.
- NORDER, L. A. C. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 17, nº. 24 pp. 133-145 Jan.-jun./2014.
- NORONHA, A. G. B. **O tempo de ser, fazer e viver: modo de vida de populações rurais tradicionais do Alto Jequitinhonha, MG**. 2003. 140p. (Dissertação Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras – UFLA, 2003.
- NOZOE, N. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. Revista de Economia. São Paulo, Set/Dez 2006.
- OLIVEIRA, A. W. S. de. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha - MG**. 2015. 295 p. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP, 2015.
- OLIVEIRA, E. R. de. **Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira**. 2017, 157p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, UNESP. Marília, São Paulo, 2017.
- OLIVEIRA, W. de; VIEIRA, V. C.: **A condição social e econômica do garimpeiro da cidade de Diamantina: Uma história contada por seus protagonistas**. In Revista Vozes dos Vales, publicações acadêmicas UFVJM. Ano I n.2. 10/2012.
- PANINI, C. **Reforma agrária: dentro e fora da lei**. São Paulo: Paulinas, 1990.
- PEIXOTO, S. E. A. A. **A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000**. 2017. 272p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2017.
- PEREIRA, L. **O Município de Araçuaí**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1969.
- PEREIRA, M. V. P. **Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha: produção agropecuária e o acesso às políticas públicas em Almenara/MG, 2006-2018**. 2018, 134p. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais). Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, 2018.

PÉREZ, E. C. **Hacia una nueva visión de lo rural**. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires:Asdi/ Clacso,, p.17-30, 2001.

PESSÔA, M. de O. **Caminhos do Jequitinhonha: Análise do Projeto de Combate a Pobreza Rural como Política Pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha**. 2012. 221p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2012.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011, 289p. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 3ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

PINTO, H. de M. **Entre a casa e a rua: uma história da mocidade de Diamantina-MG no final do século XIX**. 2015. 418p. Tese, (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

POLLAK, M. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PONTE, K. F. da. **(Re)pensando o conceito de rural**. Revista Nera, ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004.

PIRIN, L. **Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão-PR**. 2006. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

PORFIRIO, P. F. de A. **Escritos políticos de Francisco Julião no processo de redemocratização do Brasil (1981-1985)**. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 616-640, Dec. 2015.

PORPHIRIO, M. F. C. **Os usos do conceito de “camponês” pelo PCB: caminhos para pensar a herança escravista no campo brasileiro (1925-1964)**. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v.12, 1-50, jan./dez. 2018.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História, São Paulo, (14), fevereiro, 1997.

POSO, A. T. **A siderurgia brasileira e mundial: o desenvolvimento desigual recente.** 2015. Tese 311p. (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2015.

RAMALHO, C. da C. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência.** 2014, 141p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-graduação em Política Social. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2014.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional.** 2013. 164p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Faculdade de Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, 2013.

RAMOS, C. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985).** Tese defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Sônia Regina de Mendonça, em 2011.

REDIN, E. **Observações e Reflexões sobre o desenvolvimento.** In. Revista de Geografia (UFPE) V. 31, No. 3, 2014.

RÉMY, J. **Le rural et l’urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne.** *Espaces et Sociétés*, Paris: (72): 31-47, 1993 *apud* WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo.** UFPE, Recife, 2000.

RIBEIRO, A. E. M. **As estradas da vida: historia da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.** 1997. 322p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1997.

RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; AYRES, E. B. **Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha.** *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 45, n. 4, 2007.

RODRIGUES, A. A. **O Sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni: uma aproximação á configuração histórica da questão agrária no Brasil.** 2013, 212p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Centro Socio-econômico – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2013.

RUST, L. D. **A “terceira geração dos Annales” e o exorcismo do tempo.** In: *Biblos*, v. 22, n. 1, dezembro de 2008.



SANTIAGO, L. **Tejuco – Arraial Setecentista – quarto livro da série O Vale dos Boqueirões** - História do Vale do Jequitinhonha. Pedra Azul. Ed. do autor, 2010.

SANTOS, J. F. dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SEGURA, F. F. **A questão previdenciária da Primeira República: a excepcionalidade da Lei Eloy Chaves**. 2017, 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara – SP, 2017.

SCHWARZSTEIN, D. **Desafios da história oral latino-americana**. In; FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

SCHWARZER, H. **Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará**. Estudos Sociedade e Agricultura, 14, abril 2000.

SILVA, D. F. **Sistemas agrários e agricultura no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2014, 243p. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014a.

SILVA, E. G. M.; VIEIRA, E. V. C. **Os clichês do Jornal Voz de Diamantina do século XX numa perspectiva quadrinística**. In 5º Jornada Internacional de História em Quadrinhos. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP, 22 a 24 de agosto de 2018.

SILVA, J. S. **O sindicalismo rural em Goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992)**. 2014. 314 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014b.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do século**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP (PROPP)/ Fundação Editora da UNESP (FEU), São Paulo, 1998.

SILVA, M. M. da. **A concepção da Política de Assistência social e sua efetivação em municípios goianos: o novo jargão e o conservadorismo renitente**. 2012. 455p. Tese (Doutorado em Política Social) Programa de Pós-graduação Política Social. Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília, UNB, Brasília – DF, 2012.

SILVEIRA, A. C.; PIMENTA JUNIOR, F. **A inserção institucional do controle da doença de Chagas**. Rev. Soc. Bras. Med. Trop., Uberaba, v. 44, supl. 2, pág. 19-24, 2011.

SOARES, L. F. **Unidade versus pluralidade: a construção política da representação sindical da categoria agricultor familiar em Pernambuco**. 2017. 129p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2017.

SOUZA, C. L. S. de. **Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha.** In: Espaço Tema Livre, 2018. Disponível em < [www.redalyc.org/jatsRepo/1796/179659699017/html/index.html](http://www.redalyc.org/jatsRepo/1796/179659699017/html/index.html) > acesso em 22/09/2020.

SOUZA, J. V. A. **Mineração e Pecuária na Definição do Quadro Sociocultural da Região do Termo de Minas Novas.** In: SOUZA, J. V. A. HENRIQUES, M. S. (Orgs.) Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. 1ed. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

SOUZA, J. V. A.; NOGUEIRA, M. D. P. (orgs). **Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade.** Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de rural.** In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p.66-79, 2001.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional –1500-1960.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

STEIN, L. de M. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

STOCCO, A. F.; PANDOLFI, A. F.; LEITE, I. C. **Algumas considerações sobre a proteção social no Brasil, no Chile e em Cuba.** In: COUTO, B. R.; GARCIA, M. L. T.; SOTO, O. P.; MARQUES, R. M. (orgs) **Análises de sistemas de proteção social na América Latina: Brasil, Chile e Cuba.** 1 ed. edPUCRS. Porto Alegre – RS, 2018.

TEIXEIRA, G. **A expansão da eucaliptocultura no Estado de Minas Gerais e a configuração de novos usos do território.** 2018, 127p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2018.

TEIXEIRA, R. O. S.; ZHOURI, A. **O Desconhecido, o Imprevisto, o Irreparável: a implantação da barragem de Murta e o sistema de uso e transmissão da terra no Médio Jequitinhonha.** Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 14, n. 1/2, dec. 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. **O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes.** *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Universidad de Barcelona, nº15, 1998. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-15.htm> > acesso em 02/04/2020.

THOMSON, A. **Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral.** In; FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Pp. 47-65.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. **Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso**. Nota técnica, nº 25. Instituto de Pesquisa Aplicada, IPEA. Brasília, maio de 2016. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6516/1/Nota\\_n25\\_Previdencia\\_rural.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6516/1/Nota_n25_Previdencia_rural.pdf)> acesso em 18/08/2020.

VARAJÃO, G. F. D. C. **Por uma geografia de Diamantina**. 2015, 233p. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia – Instituto de Geociências do Departamento de Geografia. Universidade do Federal de Minas Gerais – UFMG, 2015.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento - natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991. 219 p.

VIEIRA, T. W. de M. **A volta dos que não foram: camponês e/ou agricultor familiar?** Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. Rev. NERA, v. 22, n. 46, pp. 129-147, Jan.-Abr./2019. Presidente Prudente, 2019.

VISCARDI, C. M. R. **O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, p. 23-39, 2010.

VITORINO, A. **Política, agricultura e reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravo para as finanças brasileiras na década de 1850**. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 3, dez. 2008.

VOLDMAN, D. **Definições e usos**. In; FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Editora FGV, 2006. Pp. 33-41.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, Mg. Outubro de 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo**. UFPE, Recife, 2000.

WELCH, C. A.; MALAGODI, E. A.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**. Vol. 1: Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

WELCH, C. A. **Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)**. Rev. Bras. Hist. São Paulo, v. 36, n. 71, p. 81-105, abril de 2016.

YAZBEK, M. C. **Estado e políticas sociais.** *Revista de Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Serviço Social, v. 18, n. 1, 2008.

ZANGELMI, A. J. **Mediações políticas silenciadas: Repressão, resistência e luta pela terra em Cachoeirinha (1964-1985).** *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 921-952, dez. 2019.

ZANGELMI, A. J.; OLIVEIRA, F. R. C.; SALES, I. F. O. de. **Da Sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980).** *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 47, n. 2, p. 306-330, out. 2013.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Fonte dos Gráficos 1 a 5.

**Tabela 8 – Faixa etária dos sindicalizados homens e mulheres, registrados no STRD com informação de idade, 1972-1975.**

Faixa de idade	1972		1973/1974		1975	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>18 a 30</b>	275	24	457	24	244	26
<b>31 a 40</b>	281	30	452	31	153	19
<b>41 a 50</b>	252	41	310	40	110	28
<b>51 a 60</b>	213	72	230	45	80	38
<b>61 a 70</b>	150	63	198	47	47	16
<b>71 a 80</b>	43	16	45	24	19	06
<b>80 +</b>	06	02	08	02	00	01

**Fonte:** Livros de registros de sindicalizados no STRD, 1972-1975.  
**Nota:** Em 1972, cerca de 23 homens registrados não possuíam registros de idade ou data de nascimento, tendo como prescrição a informação “idade ignorada”, ou apenas não constava a idade do trabalhador. Nos registros de 1973/1974 5 homens não tiveram a data de nascimento especificada, 4 deles não possuíam registro de idade e 1 deles era menor de idade, contava 17 anos quando vinculou ao STRD. Em 1975 2 cadastros não constavam registro de idade ou data de nascimento, outros dois eram menores de idade, estando um com 16 e outro com 17 anos. Em relação aos números correspondentes as mulheres, em 1972 9 registros de mulheres não apontavam nem suas datas de nascimento e nem suas idades quando de vínculo com o STRD. Entre 1973 e 1974 3 registros femininos não apresentaram data de nascimento e nem idade.

**Tabela 9 – Faixa etária dos sindicalizados homens e mulheres, registrados no STRD com informação de idade, 1976-1985.**

	1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985	
<b>Faixa etária</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>M</b>
<b>18 a 30</b>	209	33	170	41	150	26	126	20	167	43	132	33	165	41	92	39	119	31	105	25
<b>31 a 40</b>	145	17	104	14	78	17	67	16	62	15	52	19	53	17	32	16	48	08	44	10
<b>41 a 50</b>	107	26	69	20	59	18	45	14	41	17	47	22	27	18	21	11	19	10	17	10
<b>51 a 60</b>	63	20	44	20	34	09	40	12	35	18	32	16	25	20	15	09	07	05	09	10
<b>61 a 70</b>	28	07	20	05	18	06	08	05	17	05	13	05	08	02	05	05	05	06	02	02
<b>71 a 80</b>	03	00	01	00	00	00	01	00	00	00	00	01	03	00	00	01	00	00	01	00
<b>80 +</b>	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: Livro de registros de sindicalizados, 1976-1985.

Nota: No ano de 1976 houve quatro homens registrados sem data de nascimento ou idade especificada. Em 1977 quatro homens não estão considerados na somatória, pois, três possuíam menor idade, sendo um que não constava a informação precisa da idade, apenas que era menor e dois com dezesseis, o outro não possuía registro especificando data de nascimento. No ano de 1978 apenas um registro masculino não especificava data de nascimento, assim como em 1979 um registro. Em 1980 dois registros não possuíam data de nascimento e nem idade especificada. Em relação aos registros de mulheres, em 1980 uma mulher registrada não possuía a informação sobre data de nascimento e também não constava idade.

TABELA 10 – **Atendimentos médicos mensais, no STRD, Diamantina, 1974.**

<b>Mês</b>	<b>Total de atendimentos</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>349</b>
<b>Março</b>	<b>340</b>
<b>Abril</b>	<b>410</b>
<b>Maiο</b>	<b>434</b>
<b>Junho</b>	<b>361</b>
<b>Julho</b>	<b>385</b>
<b>Agosto</b>	<b>496</b>
<b>Setembro</b>	<b>523</b>
<b>Outubro</b>	<b>520</b>
<b>Novembro</b>	<b>435</b>
<b>Dezembro</b>	<b>410</b>

Fonte: Livro de registros de Controle médico-ambulatorial do SR e STRD/ 1974/1975.

Nota: Nos livros de estatística de atendimentos de 1974 não consta o registro de janeiro, pois foi aberto novo livro e aparentemente no livro anterior as páginas referentes a janeiro foram perdidas.

**Apêndice B – Motivos de cancelamentos com justificativa no STRD 1972/1985**

<b>Justificativas do cancelamento</b>	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
Alteração de domicílio - cidade	1		11	1	22		22	4		7		8	26	12	114
Alteração de domicílio - Estado			1	1	7	3							10		22
Mudou-se (não especificado p/onde)		1			1	25			2		6			5	40
Mudança de profissão	9	2	27	12	20	38	15	2	2		3	2	40	10	182
Trabalha na Tejucana						1		1					14	4	20
Paga INPS					1	2	2		7	5	5	3	32	12	69
Doméstica					2								2		4
Do comércio			1										1	1	3
Trabalha na Prefeitura													5	1	6
Trabalha no DER													1	1	2
Policia													1		1
Professora														1	1
Transferência de sindicato - patronal	1		12		7	26			1		1	23	3	1	75
Abandono	5		27	12	72	29	7	5			6	3	100	25	291
Falta de pagamento	2	1	14	1					2	3			2		25
Falecimentos	17	5	47	33	40	40	37	6	19	39	45	28	78	21	455
Aposentou			1	1	47	46	25	4	14	4	13	11	191	14	371
Casou-se			1	4	3	10	2	1	3	2	11	2	12	8	59
Cancelado a pedido do trabalh.							1		3		1	3			8
Deficiente mental									1						1
Inválido										1					1
Sem condições financeiras											2		1		3



Carteira não procurada											1		1		2
Tem pensão														1	1
Pertence a outro Sindicato													1		1

Fonte: Registros de cancelamentos. Livros de registros de sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.

**Apêndice C – Relação de Empregadores rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina.**

<b>Empregador</b>	<b>Cidade de residência do empregador (ou sede)</b>	<b>Local de oferta de empregos rurais (sítios ou fazendas em Minas Gerais).</b>	<b>Observação</b>
Aarão de Meira	Diamantina/MG	Sítio Confisco	-
Agropecuária Campos e Miranda LTDA	Diamantina/MG	Fazenda das Almas	-
Agropecuária Fazenda Gavião LTDA	São Paulo/SP	Fazenda Gavião	-
Agropecuária Joinville LTDA	Diamantina/MG	Brejão e Porteira	-
Agropecuária Lamarão LTDA	Belo Horizonte/MG	Fazenda Ilha	-
Agropecuária Lamarão LTDA	Belo Horizonte/MG	Fazenda Lamarão	-
Alfredo Antônio Seabra	Diamantina/MG	Grota do Chorão	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Amyntas Ferreira Campos	Monjolos/MG	Riacho Fundo	-
Antônio Aristeu Versiani	Inhaí/MG	Fazenda Boqueirão	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Antônio Edvaldo Silva	Diamantina/MG	Sítio Domingão	-
Antônio Eulálio de Souza	Diamantina/MG	Chácara da Palha	-
Antônio Roberto da Silva	Diamantina/MG	Lavra do Mato	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Antônio Vieira	Diamantina/MG	Riacho Fundo	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Antônio Vieira	Diamantina/MG	Fazenda do Engenho	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Armindo Rocha Filho	Diamantina/MG	Fazenda Capão Grosso	-
Arnaldo José	Pedraria/MG	Fazenda da Cachoeira	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Bráulio Andrade	Diamantina/MG	Granja Santo Antônio	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Café Divinópolis LTDA	Divinópolis/MG	Cruz de Aninha Pereira	-
Carlos Augusto de Souza Filho	Riacho da Porta/MG	Sítio Vargem de São João	-

Carlos Augusto de Souza Filho	Riacho da Porta/MG	Fazenda Riacho da Porta	-
Casa Jove LTDA	Diamantina/MG	Fazenda do Bau	-
Chide Maluf	Santo Antônio da Posse/SP	Fazenda Andorinha	-
Cristiano Antônio Rocha	Senador Mourão/MG	Capão Grosso	-
Elcivane José da Silva	Senador Mourão/MG	Capão	-
Ester Almeida Rocha	Senador Mourão/MG	Capão Grosso	-
Fazenda Riacho Fundo LTDA	Belo Horizonte/MG	Fazenda Riacho Fundo	-
Filipe Pereira da Rocha	Sítio Reginaldo/MG	Sítio Reginaldo	-
Florestas Rio Doce S/A	Belo Horizonte/MG	Inhacica	-
Francisco Ribeiro de Andrade	Diamantina/MG	Córrego das Eguas – Inhaí	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Francisco Rocha	Senador Mourão/MG	Fazenda do Atalho Inhacica	-
Geraldo Lopes de Oliveira	Presidente Kubitscheck/MG	Campo Alegre	-
Geraldo Soares Duarte	Córrego da Tapera/MG	Fazenda Córrego da Tapera	-
Geraldo Terezinha de Meira	Conselheiro Mata/MG	Fazenda da Extrema	-
Helcio Augusto Ferreira	Diamantina/MG	Fazenda Barreiras	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Hélio Veríssimo Dias	Córrego do Ouro/MG	Fazenda Córrego do Ouro	-
Inácio Soares Duarte	Carbonita/MG	Sítio Retiro	-
Iraval Pires	Diamantina/MG	Fazenda Cova e Riacho	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Jadir Orlandi	Diamantina/MG	Fazenda Pedraria	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Jadir Orlandi	Diamantina/MG	Chácara São Pedro	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
João Alexandre Guedes	Sítio Mumbuca/MG	Sítio Mumbuca	-
João Amilton Pinheiro	Belo Horizonte/MG	Fazenda Riacho das Varas	-
João Antônio de Amorim	São João da Chapada/MG	Fazenda do Caeté Mirim	-
João Batista Soares Duarte	Diamantina/MG	Barro Vermelho	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
João Carlos de Araújo	Diamantina/MG	Fazenda da Vargem	-
João de Oliveira Reis	Belo Horizonte/MG	Fazenda Canarinho	-

João Gabriel Coelho	Inhaí/MG	Fazenda dos Monteiros	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
João Geraldo Dupim	São João da Chapada/MG	São João da Chapada	-
João Pio Fernandes Sobrinho	Diamantina/MG	Fazenda Ouro Fino	-
João Raimundo Alves Pereira	Diamantina/MG	Fazenda das Murteiras	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
João Teodoro de Miranda Júnior	Diamantina/MG	Fazenda Marianas	-
Jorge Ernesto Macedo Geisel	Datas/MG	Canudinho	-
José Ângelo Dias	Diamantina/MG	Fazenda Ponte Queimada – Macaquinhos	-
José Eulálio de Souza	Diamantina/MG	Retiro São José	-
José Ferreira Amaral	Planalto de Minas/MG	Limeira	-
José Guedes da Silva	Extração/MG	Coronel	-
José Maria de Oliveira	Diamantina/MG	Córrego Caixão	-
José Raimundo de Almeida	Diamantina/MG	Campo Alegre	-
José Soares de Oliveira	São João da Chapada/MG	Caeté Mirim	-
Júlio Maia	Diamantina/MG	Pasto de Maria Pinheiro	-
Luiz Daniel do Nascimento	Diamantina/MG	Fazenda São José	-
Manoel Marinho de Azevedo	Diamantina/MG	Fazenda Quindomba	-
Milton Ferreira de Queiroz	Governador Valadares/MG	Moendas	-
Norman Louis Mayall	Diamantina/MG	Fazenda João Alcides Avelar	-
Osmar Pires	Capão Grosso, Diamantina/MG	Fazenda Capão Grosso	-
Ozoilton José Guedes	Datas/MG	Fazenda Borbas	-
Roberto Rodrigues de Souza	Diamantina/MG	Fazenda Guarda Mor	-
Sanae Youshimatsu	Diamantina/MG	Riacho das Varas	O empregador era filiado ao Sindicato Rural de Diamantina (patronal).
Siderúrgica São João LTDA	Divinópolis/MG	Fazenda Mãe Ana	-
Vicente Paulo Silva	Diamantina/MG	Limpos	-
Walter Geraldo Maria	Diamantina/MG	Fazenda Água Limpa	-

Fonte: Registros de empregadores com empreendimentos rurais ou em áreas rurais. Pasta: documentos diversos, 1983.

Nota: Alguns tinham contratos realmente assinados intermediados pelo STRD e outros apenas eram sondados para oferta de trabalho.

### Apêndice D – Lista de entrevistados

#### Entrevistados em grupos:

Nome (abreviado)	Ano de nascimento	Segmento
C. da L. P.	1959	Trabalhador rural aposentado
G. R. S.	1946	Trabalhador rural aposentado

Entrevista realizada em novembro de 2019.

Nome (abreviado)	Ano de nascimento	Segmento
A. C. S.	1951	Trabalhador rural aposentado
C. O. H. S	1958	Trabalhadora rural aposentada
M. M. S. P.	1965	Trabalhadora rural pensionista
M. N. S. P.	1953	Trabalhadora rural aposentada

Entrevista realizada em Janeiro de 2020.

Nome (abreviado)	Ano de nascimento	Segmento
C. M. M.	1944	Trabalhadora rural aposentada
E. M. S.	1947	Trabalhadora rural aposentada

Entrevista realizada em janeiro de 2020.

Nome (abreviado)	Ano de nascimento	Segmento
J. P. P.	1941	Trabalhador rural aposentado
M. D. P.	1956	Trabalhadora rural

Entrevista realizada em janeiro de 2020.

#### Entrevistados individualmente

Nome (abreviado)	Ano de nascimento	Segmento	Entrevista realizada em
A. A. S.	1948	Trabalhadora rural aposentada	Julho/2020
A. N. S.	1942	Trabalhadora rural aposentada	Julho/2020
A. R. P.	1953	Trabalhador rural aposentado	Janeiro/2020
Dona Maria do Sindicato	1936	Ex-funcionária do Sindicato, trabalhadora rural, ex-vereadora.	Novembro/2019
M. A. S.	1957	Professora rural aposentada	Janeiro/2020
M. B. S.	1940	Trabalhadora rural aposentada	Janeiro/2020
N. B. G.	-	Ex-funcionário do Sindicato	Agosto/2020
O. A. R.	1944	Ex-funcionário do Sindicato, trabalhador rural aposentado.	Julho/2020
O. Q. B.	1939	Trabalhador da área urbana aposentado.	Novembro/2019
T. M. M.	1944	Trabalhador rural aposentado	Novembro/2019
W. B.	1959	Gestor sindical	Agosto/2020